

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA
DOUTORADO EM DEMOGRAFIA**

***Refazendo famílias:
trajetórias familiares de homens recasados***

GLAUCIA DOS SANTOS MARCONDES

Fevereiro/2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**REFAZENDO FAMÍLIAS: TRAJETÓRIAS FAMILIARES DE
HOMENS RECASADOS.**

GLAUCIA DOS SANTOS MARCONDES

Defesa de tese de Doutorado em Demografia apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira, este exemplar corresponde à versão final da tese apresentada à banca em 29 de Fevereiro de 2008.

Banca Examinadora:

Maria Coleta F. A. de Oliveira
Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira (Orientadora)

Elisabete Dória Bilac
Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Marta Maria do Amaral Azevedo
Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

Geraldo Romanelli
Prof. Dr. Geraldo Romanelli

Maria do Carmo Fonseca
Prof. Dr. Maria do Carmo Fonseca

Suplente:

Profa. Dra. Tirza Aidar

Profa. Dra. Sandra Maria Garcia

Profa. Dra. Guaraci Adeodato Alves de Souza

GLAUCIA DOS SANTOS MARCONDES

***Refazendo famílias:
trajetórias familiares de homens recasados***

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Demografia
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob orientação da Prof^a
Dr^a Maria Coleta F. A. de Oliveira.

Este exemplar corresponde à
Redação preliminar da tese
Defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
29/02/2008

BANCA

Prof^a Dr^a Maria Coleta F. A. de Oliveira (orientadora)

Prof^a Dr^a Elisabete Dória Bilac

Prof^a Dr^a Marta Maria do Amaral Azevedo

Prof^a Dr^a Geraldo Romanelli

Prof^a Dr^a Maria do Carmo Fonseca

Suplentes

Prof^a Dr^a Tirza Aidar

Prof^a Dr^a Guaraci Adeodato Alves de Souza

Prof^a Dr^a Sandra Mara Garcia

Fevereiro/2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M333v **Marcondes, Gláucia dos Santos**
**Refazendo famílias: as trajetórias familiares dos homens
recasados/ Gláucia dos Santos Marcondes. - Campinas, SP :
[s. n.], 2008.**

Orientador: Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira.
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Casamento. 2. Família. 3. Masculinidade. 4. Reprodução
humana. 5. Fertilidade humana. I. Oliveira, Maria Coleta
Ferreira Albino de. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

crl/ifch

Título em inglês: Rebuilding families: family patterns of remarried men.

Palavras chaves em inglês (keywords) : Marriage
Family
Masculinity
Reproduction human
Fertility, Human

Área de Concentração: Demografia

Titulação: Doutorado em Demografia

Banca Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira, Elisabete
examinadora: Dória Bilac, Marta Maria do Amaral Azevedo, Geraldo
Romanelli, Maria do Carmo Fonseca.

Data da defesa: 29-02-2008

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Para meus pais e meus irmãos

AGRADECIMENTOS

Meus especiais agradecimentos:

À CAPES pela Bolsa de Doutorado que permitiu que eu chegasse até aqui. Ao Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, onde encontrei todos os recursos necessários para que as minhas idéias ganhassem corpo. O apoio conseguido junto a estas instituições é que tornou possível a concretização deste trabalho.

Aos meus pais, Roberto e Nair, pelo amor, pela dedicação, pela compreensão, por tudo aquilo que vocês continuam a me ensinar sobre a vida. Aos meus irmãos, Ulisses e Glauco, por todos os momentos de cumplicidade e carinho e por me “socorrerem” em alguns dos problemas técnicos e materiais enfrentados na realização do trabalho.

À minha caríssima professora Maria Coleta, o meu mais profundo agradecimento, admiração e carinho. Por todo o carinho, o respeito, os puxões de orelha, mas, principalmente, pela enorme confiança que sempre demonstrou ter em relação ao meu trabalho e à minha pessoa. Muito obrigada pelo apoio e compreensão em vários momentos difíceis e por tantas idéias que deram frutos ao longo deste tempo de convivência e aprendizado.

Ao Humberto eu agradeço por melhorar meus conhecimentos de Excel, por me mostrar que tabelas e afins não são bichos de sete cabeças. Pelas muitas palavras novas que aprendi. Pelas leituras trocadas. Mas minha gratidão, meu carinho, minha admiração é por principalmente me mostrar que mesmo duas pessoas tão diferentes, podem ter tantas coisas em comum.

Geny, Camilo, Marino, Joice, Sabine, Joel, Ana Paula Belon, Sabrina, Rita, Moema, Tadeu, Taty, Maria Patrícia, Sandra, Soraia, Carlos, Kiko, Lú, meus queridos amigos de ontem, de hoje e, espero, pela eternidade, a todos vocês agradeço pela amizade e o carinho que são tão importantes para mim.

Aos colegas da turma de pós de 2004 – Camila, Ângela, Claudia, Kleber, Paulo, Luciano, Roberta, Maureen – pelas muitas dúvidas e angústias partilhadas e, claro, pelos finais de tarde no Star Clean.

Ao NEPO, que através de seus pesquisadores e funcionários há mais de uma década têm me ensinado muito sobre a carreira que escolhi. À bibliotecária Adriana que sempre sorridente e paciente me ajuda nas referências e nas minhas buscas bibliográficas. À Carmen que me acompanha de pertinho desde a graduação, obrigada pela força, pelos socorros e pelas muitas histórias e risadas.

À professora Tirza Aidar pela leitura, comentários e dicas no Exame de qualificação.

À professora Elisabete Bilac, meu carinho muito especial pela inspiração, pelo prazer de sempre aprender um pouquinho mais ao longo dessa minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos professores Maria do Carmo Fonseca, Geraldo Romanelli, Marta Maria do Amaral Azevedo, Elisabete Bilac por terem aceitado tão prontamente o convite de fazer parte da banca de defesa, assim como por todos os comentários e sugestões feitas para este trabalho.

E finalmente, agradeço de forma muito carinhosa a todos os homens e mulheres que me permitiram compartilhar um pouco de suas vidas, sem os quais este trabalho não seria possível.

RESUMO

Este trabalho se insere nos estudos sobre as transformações recentes na família, focalizando arranjos familiares constituídos a partir do recasamento de pessoas separadas ou divorciadas. Tem por objetivo principal apreender os aspectos da conjugalidade e da reprodução – eventos, comportamentos e representações – de homens que passaram pela experiência de ruptura conjugal e recasamento. A pesquisa explora elementos que permitam discutir de que forma a conjugalidade se articula às intenções e comportamentos reprodutivos masculinos. De maneira mais específica, busca apreender em que medida uma nova união conjugal e a existência de filhos de uniões anteriores exercem influência na intenção ou decisão masculina de ampliar a sua prole. Para explorar estas questões, a pesquisa envolveu duas etapas. Uma quantitativa, explorando os dados da amostra masculina da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, realizada em 1996, e informações provenientes do Registro Civil sobre divórcios e recasamentos. Outra qualitativa, baseada em 20 entrevistas semi-estruturadas, realizadas com 10 homens recasados e suas respectivas companheiras atuais, de segmentos populares da cidade de Campinas, Estado de São Paulo, que permitiram explorar outros elementos e aprofundar o entendimento das questões propostas. Para o grupo de informantes da pesquisa uma nova união suscita a construção de um novo projeto familiar que no plano ideal levaria em conta apenas a relação do casal, desconsiderando qualquer interferência externa. Porém, como “o passado não se apaga”, a existência de filhos de uniões anteriores e o tipo de contato que os homens estabelecem com os seus filhos - conviventes e não conviventes - e enteados parece afetar as intenções do casal sobre a possibilidade de ampliar a nova família. A partir da análises das entrevistas e nas reflexões sobre a literatura e os dados quantitativos vemos que os homens que teriam maiores chances de encerrar sua carreira reprodutiva com uma prole maior do que desejavam seriam aqueles que; a) recasaram com mulheres que ainda não tinham filhos; b) os filhos dele não viviam com o casal; c) residiam com menos de dois filhos e/ou enteados. Os resistentes a ter mais de um filho no recasamento foram aqueles que; a) a parceira já tinha três filhos ou mais ou b) residiam com mais de dois filhos e enteados.

ABSTRACT

This work deals with the recent changes in family life, exploring the social contexts of families following remarriage of separated or divorced men. The aim of this research is to discuss how conjugality is articulated to male reproductive intentions and behavior. In a more specific way, the scope of this PhD thesis is to discuss and evaluate the extent to which a new conjugal union and the existence of children from previous unions influence male decision to have more kids.

The research has developed along two stages. In the quantitative one, data from the 1996 DHS sample of the male population, and information from IBGE Vital Statistics on divorces and marriages. The second stage involved a qualitative field research, including 20 semi-structured interviews, conducted with 10 men and their current partner in Campinas, São Paulo (Brazil).

For the group of informants – males and females - a new union implies the building up of a family project that ideally takes into account only the relationship of the couple, disregarding any external interference. However - since the past doesn't disappear from the subjects' experience - the existence of children from previous unions and the kind of relationship men establish with their children - residents and non-residents – seem to affect the intentions of having a child with the new partner.

From the analysis of the interviews and the inspiration from the literature about remarriage and stepfamilies, we were able to show that remarried men who have greater chances to have more children were those who: a) have married with women who have not had children yet; b) who have children but these are not living with the new couple, c) those living with less than two children from the first marriage and/or stepchildren. Remarried men tending to reject having more than one child with the new partner are those who: a) the partner already has three or more children; or b) those living with more than two children from the first marriage and stepchildren.

Introdução	1
Capítulo 1: Gênero, conjugalidade e família: reflexões sobre os homens, as mulheres e seus filhos.	7
Mudanças e perspectivas: a questão da instabilidade das uniões conjugais contemporâneas.....	7
Novas parcerias conjugais e as reconstituições familiares.....	15
Conjugalidade e reprodução na perspectiva masculina.....	24
Capítulo 2: Recasamento no Brasil e em São Paulo: revelações dos Censos e do Registro Civil	39
Entre opções e constrangimentos: a particularidade das uniões consensuais na (re)constituição das famílias.....	45
Os Divórcios e Recasamentos formais.....	50
Capítulo 3: Aspectos da conjugalidade, da família e da reprodução de homens recasados: explorando os dados da amostra masculina da PNDS 1996	67
A composição dos domicílios.....	68
Conjugalidade.....	76
Fecundidade.....	81
Capítulo 4: Um diálogo com o campo: pesquisa qualitativa e seus informantes.	97
Contatos, estratégias e alguns relatos do <i>front</i>	100
Os homens, as mulheres e suas histórias.....	105
Capítulo 5: Formação de Famílias: a primeira união e o nascimento do primeiro filho	117
O aprumo deles e a segurança delas: significados da primeira união e do primeiro filho.....	118
Eu sabia que era a pessoa certa: parcerias e dinâmicas da reprodução.....	127
Só um empurrãozinho: projetos e estratégias na formação da família de procriação.....	138
Depois do primeiro vem o segundo?.....	145

Capítulo 6: <i>Desatando os nós: as mulheres chefes de família e os homens sem família</i>	153
Filhos seguram casamento?.....	153
Vivências femininas: trabalho, criação dos filhos e laços familiares.....	165
Vivências masculinas: a solidão dos homens sem família.....	179
Capítulo 7 <i>Recasamento: parcerias conjugais e parentalidades redefinidas</i>	189
Novas parcerias e bagagem acumulada: experiências e laços anteriores.....	189
Desejos e contextos reprodutivos no recasamento.....	202
O lugar de cada um na nova família: o trabalho, a casa e os filhos.....	216
<i>Considerações Finais</i>	227
<i>Bibliografia</i>	237
<i>ANEXOS</i>	253

Lista de Figuras

Figura 1 – Proporção de divórcios por grupo etário do homem e da mulher em anos selecionados. Brasil e Estado de São Paulo, 1986, 1996 e 2006.....	54
Figura 2 – Proporção de casamentos de pessoas divorciadas e viúvas por estado civil do cônjuge e ano do registro de casamento. Brasil, 1984-2006.....	56
Figura 3 – Proporção de casamentos de pessoas divorciadas e viúvas por estado civil do cônjuge e ano do registro de casamento. Estado de São Paulo, 1984-2006.....	57
Figura 4 - Distribuição percentual dos casamentos de homens divorciados com mulheres solteiras, por grupo etário do homem e grupos de diferença de idade da cônjuge. Brasil, 2002 e 2006.....	60
Figura 5 - Distribuição percentual dos casamentos de homens divorciados com mulheres divorciadas, por grupo etário do homem e grupos de diferença de idade da cônjuge. Brasil, 2002 e 2006	61
Figura 6 - Distribuição percentual dos casamentos de homens divorciados com mulheres solteiras e divorciadas, por grupo etário do homem e grupos de diferença de idade da cônjuge. Estado de São Paulo, 2006.....	62
Figura 7 - Distribuição percentual dos homens recasados segundo o número de uniões da parceira atual. Distribuição percentual dos homens recasados segundo o número de uniões da parceira atual e tipo de união. Brasil, 2006.....	81
Figura 8 – Distribuição percentual dos Filhos Nascidos Vivos e Número Médio de Filhos Nascidos Vivos (MNV) dos homens em união de 15-59 anos, segundo ordem de união e grupo etário. Brasil, 1996.....	84
Figura 9 - Média de Filhos Nascidos Vivos (MNV) dos homens em união de 15-59 anos, segundo ordem de união e grupo de anos de estudo. Brasil, 1996.....	86
Figura 10 - Distribuição percentual dos Filhos Nascidos Vivos e Número Médio de Filhos Nascidos Vivos (MNV) dos homens em união de 15-59 anos, segundo ordem de união e cor, Brasil, 1996.....	87
Figura 11 - Razão de Progressão de Parturição dos homens unidos de 40-59 anos, segundo ordem de união conjugal. Brasil, 1996.....	90
Figura 12 - Razão de Progressão de Parturição dos homens unidos de 40-59 anos, segundo ordem de união conjugal e grupo etário. Brasil, 1996.....	90
Figura 13 - Proporção de divórcios por grupo etário do homem. Brasil, 1984-2006.....	261
Figura 14 - Proporção de divórcios por grupo etário do homem. Estado de São Paulo, 1984-2006.....	261
Figura 15 - Proporção de divórcios por grupo etário da mulher. Brasil, 1984-2006.....	262
Figura 16 - Proporção de divórcios por grupo etário da mulher. Estado de São Paulo, 1984-2006.....	262

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que vivem com cônjuge por tipo de união e sexo. Brasil, 1991.....	49
Tabela 2 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, sexo e condição de convivência conjugal. Brasil e Estado de São Paulo, 2000.....	50
Tabela 3 – Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras por grupo etário do homem. Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras por grupo etário do homem e alguns grupos etários femininos. Brasil e Estado de São Paulo, 2006.....	60
Tabela 4 – Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres divorciadas por grupo etário do homem. Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres divorciadas por grupo etário do homem e alguns grupos etários femininos. Brasil e Estado de São Paulo, 2006.....	63
Tabela 5 – Proporção de divórcios e separações judiciais por tipo de família e condição de maioridade dos filhos. Estado de São Paulo, 2006.....	65
Tabela 6 - Distribuição dos entrevistados segundo posição no domicílio. Brasil, 1996.....	69
Tabela 7 - Distribuição dos domicílios dos homens entrevistados segundo sua composição. Brasil, 1996.....	71
Tabela 8 - Distribuição dos domicílios com filhos e netos do chefe menores de 15 anos de idade segundo a condição de residência dos pais biológicos. Brasil, 1996.....	74
Tabela 9 - Distribuição percentual dos homens entrevistados por grupo etário e situação conjugal. Brasil, 1996.....	76
Tabela 10 - Distribuição dos homens entrevistados que declararam experiência de união, por situação conjugal atual e número de uniões - Brasil, 1996.....	77
Tabela 11 - Distribuição dos homens em união, segundo grupo etário, ordem e tipo de união conjugal. Brasil, 1996.....	78
Tabela 12 - Média e Mediana da idade ao casar (primeira união), por ordem e tipo de união conjugal atual. Brasil, 1996.....	79
Tabela 13 - Distribuição percentual dos Filhos Nascidos Vivos dos homens em união de 15-59 anos, segundo ordem de união e grupo de anos de estudo. Brasil, 1996.....	85
Tabela 14 - Distribuição percentual dos homens unidos de 20-59 anos que declararam desejo por mais um filho, segundo número de filhos tidos e grupo etário decenal. Brasil, 1996.....	91

Tabela 15 - Proporção de homens unidos com filhos até 18 anos de idade que desejam ter mais um filho, segundo ordem de união conjugal, número de filhos nascidos vivos e situação de residência dos filhos. PNDS, 1996.....95

Tabela 16 - Distribuição percentual de casamentos entre pessoas solteiras e casamentos de pessoas viúvas e divorciadas. Brasil e Estado de São Paulo, 1984-2006.....260

Lista de Quadros

Quadro 1 - Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal. Brasil, 1960- 2000.....	40
Quadro 2 - Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal. Estado de São Paulo, 1970 e 2000.....	41
Quadro 3 - Divórcios e Separações Judiciais por 1000 habitantes casados. Brasil, 1980, 1991 e 2000.....	51
Quadro 4 - Divórcios e Separações Judiciais por 1000 habitantes casados. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 2000	52
Quadro 5 - Recasamentos por 1000 habitantes divorciados e viúvos. Brasil e Estado de São Paulo, 1991 e 2000.....	58
Quadro 6 - Percentual de divórcios segundo a existência de filhos, número de filhos do casal e o responsável pela guarda dos filhos menores em anos selecionados. Brasil, 1986, 1996 e 2006.....	64
Quadro 7 - Informações gerais sobre a composição dos domicílios dos homens entrevistados. Brasil, 1996.....	70
Quadro 8 - Percentual de enteados do chefe na população da amostra e distribuição percentual dos enteados do chefe na população menor de 15 anos de idade da amostra, segundo grupo etário quinquenal. Brasil, 1991 e 1996.....	73
Quadro 9 - Número de domicílios com presença de enteados menores de 15 anos de idade, segundo condição do enteado e o sexo do chefe de domicílio. Brasil, 1996.....	75
Quadro 10 - Idade média e mediana dos homens unidos e das cônjuges, segundo número de uniões e tipo de união conjugal. Brasil, 1996.....	80
Quadro 11 - Idade média ao casar dos homens unidos segundo a existência de filhos e ordem de união conjugal e média de anos de estudo dos homens unidos segundo a existência de filhos e ordem de união conjugal. Brasil, 1996.....	83
Quadro 12 - Média de Filhos Nascidos Vivos (MNV) para homens de 40-59 anos, segundo ordem de união conjugal e características selecionadas. Brasil, 1996.....	88
Quadro 13 - Número de homens unidos chefe ou cônjuge do chefe de domicílio que moram com enteados, segundo o desejo por mais um filho e o número de filhos tidos. Brasil, 1996.....	92
Quadro 14 - Número de homens unidos chefe ou cônjuge do chefe de domicílio que moram com enteados, segundo o desejo por mais um filho e a condição dos filhos e enteados. Brasil, 1996.....	93
Quadro 15 - Homens unidos com filhos até 18 anos de idade, segundo ordem de união conjugal, número de filhos nascidos vivos e a situação de residência dos filhos. PNDS, 1996.....	94

Quadro 16 - Número de homens unidos** em que a esposa ou companheira estava grávida, número de homens que não desejavam a gravidez da esposa ou companheira, por ordem de união conjugal e a existência de filhos. Brasil, 1996.....	95
Quadro 17 - Características dos casais entrevistados.....	107
Quadro 18 - Características do(a) informante e do parceira(o) de primeira união..	128
Quadro 19 - Características do(a) informante durante separação conjugal.....	164
Quadro 20 - Número de uniões e tipo de união conjugal.....	194
Quadro 21 - Características da carreira reprodutiva dos casais entrevistados.....	205
Quadro 22 - Características de formação e atividade remunerada na união atual dos casais entrevistados.....	219
Quadro 23 - Participação percentual das Grandes Regiões e das Unidades da Federação da Região Sudeste no total de registros de casamentos e divórcios. Brasil, 2006.....	259
Quadro 24 - Participação Percentual dos Casamentos e Divórcios do Estado de São Paulo no total de Casamentos e Divórcios registrados no Brasil no período de 1984 a 2006.....	259

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Taxa Bruta de Nupcialidade, Separação Judicial e Divórcio. Brasil, 1974-2006.....	42
Gráfico 2 - Taxa Bruta de Nupcialidade, Separação Judicial e Divórcio. Estado de São Paulo, 1974-2006.....	43
Gráfico 3 - Distribuição percentual dos tipos de recasamento. Brasil e Estado de São Paulo, 1984-2006.....	55
Gráfico 4 - Proporção acumulada de homens unidos com filhos, segundo grupo etário e ordem de união conjugal. Brasil, 1996.....	82

“É preciso ver o homem moderno com suas múltiplas ocupações, vivendo lá fora, devorado pela necessidade de conservar sua fortuna e aumentá-la, a inteligência tomada por problemas sempre renovados, a carne adormecida pela fadiga de sua batalha cotidiana, ele próprio transformado em pura engrenagem na gigantesca máquina social em plena atividade. Ele tem amantes como quem tem cavalos, para exercitar-se. Se se casa é porque o casamento tornou-se uma operação como qualquer outra, se tem filhos é porque sua mulher o quis. Há outra causa para os casamentos deploráveis de hoje, sobre a qual quero insistir, antes de chegar aos exemplos. Esta causa é o fosso profundo que a educação e a instrução escavam entre nós, desde a infância, entre rapazes e moças. (...) Que estranho sistema, dividir a humanidade em dois campos, os homens de um lado, as mulheres do outro; assim, depois de ter armado os dois campos um contra o outro, uni-los dizendo-lhe: ‘Vivam em paz!’” (Émile Zola. Como se casa. Publicado em 1893)

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere nos estudos sobre as transformações recentes na família, focalizando arranjos familiares constituídos a partir do recasamento de pessoas separadas ou divorciadas. Tem por objetivo principal apreender os aspectos da conjugalidade e da reprodução – eventos, comportamentos e representações – de homens que passaram pela experiência de ruptura conjugal e recasamento.

Estudos com enfoque qualitativo sugerem que padrões de conjugalidade e fecundidade têm sofrido alterações na medida em que concepções sobre o casamento, família, maternidade e paternidade passaram a ser reavaliadas sob uma perspectiva de ideais de igualdade de gênero e da autonomia econômica e pessoal das mulheres (VAITSMAN, 1994; BRUSCHINI, 1990; QUINTEIRO, 1990; SALÉM, 1987; VELHO, 1983; SALÉM, 1980). Pinelli (2004) reitera esta idéia ao discutir as principais teorias sobre relações de gênero e família, concluindo que as principais mudanças observadas nas famílias estão interligadas às transformações nas relações de gênero e que, ambas, estão submetidas às alterações mais gerais da sociedade.

A dissociação entre sexo e reprodução possibilitada pelos métodos contraceptivos modernos, a inserção em grande escala das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da escolarização feminina são fatores considerados decisivos no processo que levou à contestação de valores e instituições sociais pautadas na assimetria de gênero. Reformulações nas leis asseguraram a concretização e continuidade deste processo. Deste modo, influenciado por ideais individualistas e igualitários, o casamento e a família são atingidos por estes questionamentos, evidenciando conflitos e propiciando redefinições nas expectativas e atuações masculinas e femininas na condução da vida doméstico-familiar. (PINELLI, 2004; STACEY, 1998; VAITSMAN, 1994).

Em termos da dinâmica demográfica, estas mudanças nas relações de gênero têm afetado diretamente tendências e padrões de formação de uniões, tipo de união conjugal desejado, duração e término das relações, assim como as expectativas e projetos reprodutivos. O peso e a importância da escolha pessoal nos relacionamentos

afetivo-sexuais fazem do casamento um contrato passível de rompimento, onde famílias podem ser desfeitas e refeitas continuamente (PINELLI, 2004; STACEY, 1998; VAITSMAN, 1994), possibilitando que as pessoas experimentem ao longo da vida uma pluralidade de arranjos familiares (BERQUÓ, 1989) Viver em uma família reconstituída constitui uma dessas possibilidades.

O impacto das separações e dos recasamentos na vida familiar e nas redes de parentesco tem sido um dos motes centrais de estudos de família desenvolvidos em várias áreas de conhecimento. Grande parte dessa produção discute a reorganização que estes eventos promovem na vida estrutural e emocional de mulheres, crianças e adolescentes. Um dos principais aspectos destacados diz respeito à condição de vulnerabilidade econômica que afeta as famílias com a perda do principal provedor familiar. Contudo, muito pouco se explorou sobre os aspectos da formação, dissolução e reconstituição familiar sob a perspectiva masculina, deste que seria, supostamente, o provedor da família.

Os comportamentos e as representações dos homens relativos à vida conjugal e parental tem sido o meu principal interesse de pesquisa nos últimos dez anos. Desta forma, este trabalho faz parte de um processo de amadurecimento de questões e reflexões que remetem a uma trajetória intelectual iniciada ainda no período da minha iniciação científica junto ao Projeto “Os Homens, esses desconhecidos...Masculinidade e Reprodução”, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Coleta F. A. de Oliveira¹. Essa experiência despertou meu interesse para os estudos sobre homens, particularmente, no que diz respeito às transformações nas relações de gênero na família.

Durante a pesquisa de Mestrado minhas atenções se voltaram para o vínculo paterno após a separação conjugal. E as reflexões suscitadas a partir dos casos em que houve recasamento dos homens foram particularmente instigantes, culminando no desenvolvimento do trabalho aqui apresentado para cumprimento dos requisitos do Doutorado.

¹ Projeto desenvolvido conjuntamente com as pesquisadoras Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac e Malvina Muszkat.

Nesta pesquisa exploro elementos que permitam discutir de que forma a conjugalidade se articula às intenções e comportamentos reprodutivos masculinos. De maneira mais específica, busco apreender em que medida uma nova união conjugal e a existência de filhos de uniões anteriores exercem influência na intenção ou decisão masculina de ampliar sua prole. Esta tese está estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo é feita uma revisão da literatura que trata das transformações na família, especialmente aquela que focaliza os impactos do aumento dos divórcios, separações e recasamentos. Explora principalmente o debate em torno das tendências mais recentes apresentadas por duas componentes demográficas importantes – a nupcialidade e a fecundidade – para avaliar a dimensão das mudanças na estrutura familiar e a relevância da incorporação do conceito de gênero para o melhor entendimento dos comportamentos que alimentam estas tendências. Buscou-se recuperar na bibliografia discussões que ajudem a pensar o tema central desta tese: que tipo de impacto a experiência de união conjugal e de fecundidade anterior de um dos cônjuges, ou de ambos, teria sobre a história reprodutiva de casais que vivem em famílias reconstituídas, particularmente no caso dos homens. Além disso, procurei fazer uma breve contextualização dos estudos sobre o comportamento reprodutivo dos homens no âmbito dos estudos de família e gênero. Seu objetivo é o de avaliar quais as temáticas que incorporam a perspectiva masculina sobre a vida familiar e quais seriam as motivações e empecilhos apontados pela literatura para o estudo da fecundidade masculina.

Os capítulos 2 e 3 constituem a parte predominantemente quantitativa deste trabalho. A pergunta central que orienta esta primeira parte é “O que os dados disponíveis sobre nupcialidade e fecundidade no Brasil nos permitem dizer sobre as possibilidades e os contextos de reconstituição familiar dos homens e das mulheres?”

No segundo capítulo são apresentados os marcos jurídicos que regulamentam a nupcialidade legal no Brasil e as tendências de divórcios e recasamentos a partir dos dados do Registro Civil e da composição da população por estado civil e estado conjugal nos Censos Demográficos. Discutem-se também quais as possibilidades e

limitações que os dados existentes oferecem para refletir sobre a ocorrência de novas uniões e os tipos de reconstituições familiares que estas acarretam.

O terceiro capítulo destaca a importância da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde – a PNDS de 1996 - por ser a única pesquisa nacional que selecionou uma amostra independente de homens para o tratamento de questões reprodutivas. Foram exploradas e comparadas as informações sobre o contexto de vida familiar – composição do domicílio, nupcialidade e fecundidade - dos homens que viviam à época da pesquisa em primeira união conjugal e daqueles que declararam ter vivido em mais de uma união, visando dar luz à questão principal desta tese.

Para isto, as informações trabalhadas procuraram cercar algumas questões mais específicas como: que tipo de diferenças há entre a parturição média dos homens recasados e dos homens em primeira união? Os homens que convivem com enteados exibem preferências de fecundidade distintas daqueles que não convivem? Entre os homens que convivem com enteados, aqueles que já possuem filhos expressam o desejo por um tamanho de família muito diferente dos que não tinham filhos? Que elementos ou condições se destacam na experiência de fecundidade dos homens recasados e dos homens em primeira união?

A segunda parte da tese - capítulos 4, 5, 6 e 7 – é constituída pela análise das informações provenientes de pesquisa qualitativa abordando as trajetórias conjugais e reprodutivas de um grupo de homens recasados e das respectivas companheiras atuais. O trabalho de campo se baseou na reconstrução da trajetória familiar de procriação dos homens, por meio de entrevistas em profundidade. O objetivo foi refletir sobre como determinados eventos, apresentados pela literatura como representativos das mudanças que as famílias têm passado nos últimos trinta anos, se apresentam no transcorrer da vida de homens e mulheres. Significa recuperar não apenas a ocorrência, os significados e desdobramentos destes eventos mas, também, o momento e o tempo de duração em que ocorrem.

No quarto capítulo explicito os aspectos teóricos e metodológicos que fundamentaram a pesquisa de campo. São destacadas as características dos

instrumentais elaborados para a coleta de dados, o contato com os informantes e algumas impressões sobre o trabalho de campo. Ao final do capítulo há um breve resumo da biografia dos participantes desse estudo.

O quinto capítulo aborda a trajetória da constituição da família de procriação, buscando recuperar as circunstâncias que cercaram o estabelecimento da primeira união – tempo de namoro, características do relacionamento, percepções sobre o parceiro antes e ao longo da união e concepções sobre casar e formar uma família - e o nascimento do primeiro filho. Neste capítulo também se discute as representações sobre as responsabilidades masculinas e femininas para com a família e as dinâmicas estabelecidas na condução da vida doméstico-familiar.

As mudanças na dinâmica familiar e as relações afetivo-sexuais após a ruptura da primeira união foram temas desenvolvidos no sexto capítulo. O objetivo foi capturar os elementos que marcaram os processos de separação dos entrevistados, a reorganização do cotidiano familiar, da vida afetiva e o tipo de relação estabelecida com a prole nesse período.

O foco do sétimo capítulo é a reconstituição da vida familiar dos entrevistados. Nesse capítulo são abordadas as percepções e atitudes masculinas e femininas frente às novas relações e face à reorganização das condições físicas e materiais provocada pelo recasamento. Um dos objetivos específicos deste capítulo é refletir como as experiências anteriores de união e de parentalidade influenciaram na reconstrução dos projetos familiares dos informantes.

Nas considerações finais são destacadas as questões principais que emergiram no desenvolvimento desse trabalho.

Capítulo 1

Gênero, conjugalidade e família: reflexões sobre as relações entre os homens, as mulheres e seus filhos

Este capítulo tem por objetivo destacar alguns pontos importantes que emergem na produção das Ciências Humanas a respeito do tema da família, da conjugalidade e da reprodução. O recorte feito na vasta literatura existente sobre estas temáticas obedece aos objetivos deste trabalho que visa refletir sobre os contextos de reconstituição familiar através do recasamento de pessoas separadas ou divorciadas. Desta forma, o texto foi construído partindo dos aspectos mais gerais sobre as mudanças nas famílias para os mais específicos que abordam os recasamentos e as reconstituições familiares.

Mudanças e perspectivas: a questão da instabilidade das uniões conjugais contemporâneas

O processo de transformações pelo qual a família tem passado ao longo dos últimos cinquenta anos e os seus desdobramentos para a reprodução social inquietam os cientistas sociais. No debate sobre as mudanças na organização familiar, decorrente do aumento dos divórcios, das coabitações e do reduzido número de filhos, destacam-se duas principais linhas de pensamento: uma, preconiza o que seria uma crise da família; a outra aponta as alterações nos valores sociais e culturais com a legitimação de arranjos familiares diversificados. Embora essas linhas apresentem perspectivas distintas, ambas compartilham a idéia de que o contexto generalizado de instabilidade que marca as relações familiares contemporâneas reflete a crescente influência do ideário individualista nas sociedades ocidentais (PINELLI, 2004; SILVA e SMART, 1999; MORGAN, 1999; GOODE e HALL, 1988; VELHO, 1986; FIGUEIRA e VELHO, 1981).

Na visão mais pessimista e conservadora – aquela da crise da família - a diversificação e fluidez na organização das famílias levariam a um enfraquecimento da própria instituição familiar e, conseqüentemente, a sua extinção. As críticas a essa concepção apocalíptica, apoiada em estudos históricos, argumentam que a instituição não estaria ruindo, mas, sim, um de seus modelos (THERBORN, 2006; SILVA e SMART,

1999; MORGAN, 1999; GOODE e HALL, 1988). As mudanças nas relações sociais – de gênero e de geração - ocorridas ao longo da segunda metade do século passado enfraqueceram o modelo da família nuclear burguesa, que representa a principal referência de organização familiar do ocidente, evidenciando outros tipos de arranjos e relacionamentos familiares (PINELLI, 2004; SILVA e SMART, 1999; MORGAN, 1999).

Em seu minucioso estudo sobre as transformações na instituição familiar ao longo do século passado, Göran Therborn (2006) argumenta que a erosão do patriarcado – redução drástica do poder paterno e do marido - e a revolução sexual que ocorreram em grande parte do ocidente não decretaram o fim da família. Ao contrário, lhe imprimiram maior complexidade, abarcando formas novas ou anteriormente percebidas como raras e marginais, como as chamadas famílias de dupla carreira, os casais sem filhos, aqueles com filho único, as monoparentais, os domicílios unipessoais, casais na fase do “ninho vazio”, casais de mesmo sexo. Uma complexidade que, na visão do autor, não está livre de contradições e conflitos, mas que estão longe de constituir uma ameaça fatal para a instituição familiar.

No campo dos estudos demográficos, esse conjunto de eventos, na acepção de Ron Lesthaeghe (1998) e Dirk van de Kaa (1987), configuraria uma segunda transição demográfica. Para os autores, as mudanças de atitudes em relação à vida familiar foram impulsionadas por alterações profundas nos valores culturais. Nesse contexto, a formação e a dissolução de parcerias se orientam por noções de autonomia, de independência econômica feminina e de satisfação pessoal (LESTHAEGE, 1998). A expectativa contemporânea é de que os laços não sejam mantidos apenas pela formalidade e rigidez dos direitos e deveres que estas relações implicam, mas que elas sejam, acima de tudo, fonte de satisfação emocional para os sujeitos envolvidos (FIGUEIRA;VELHO, 1981). O casamento é motivado por escolhas individuais e seu desenvolvimento um projeto discutido e negociado a dois (TORRES; 2004). Neste sentido, o divórcio e as coabitações representam alternativas socialmente aceitáveis.

A expressão “segunda transição demográfica” tem sido recebida com muita cautela e resistências pelo fato de que, muito embora a maioria dos eventos que compõem esse cenário de transformações reflita tendências mundiais, o tempo, a

intensidade e os significados desses eventos diferem de um lugar para outro. Alguns estudos sobre nupcialidade e família questionam a validade dessa acepção para a realidade dos países latino-americanos, na medida em que fenômenos como a monoparentalidade e as coabitações, por exemplo, fazem parte de processos históricos que remetem ao período colonial da região, relacionados mais a contextos sociais de exclusão do que símbolo de emancipação feminina ou de escolhas de estilos de vida (CABELLA, 2006; ACOSTA, 2003; PAREDES, 2003; QUILODRÁN, 2003; GARCIA e ROJAS, 2002; ARIZA e OLIVEIRA, 2001; OLIVEIRA, 1976 e 1979).

Independente da abordagem adotada para analisar a intensidade, a velocidade e as possíveis conseqüências dessas mudanças, os cientistas sociais concordam, como bem resume Cabella, que:

“(…) la familia cambió al influjo de las grandes tendencias que caracterizaron en siglo XX: los cambios estructurales de mercado laboral, los progresos de la condición femenina en términos de la educación, empleo, derechos civiles y contracepción, y la extensión de valores culturales individualistas que generó tensiones entre los proyectos individuales y los proyectos familiares.” (CABELLA, 2006:24)

As condições de vida das mulheres, em termos de educação e de renda - é um ponto crucial das análises sobre as transformações na família. O investimento na escolarização e na carreira ampliaram as possibilidades femininas de alcançar maior autonomia pessoal e independência econômica. Em uma certa perspectiva teórica – muitas delas influenciadas por formulações economicistas dos trabalhos de Gary Becker - a redução da dependência financeira promoveria alterações nas expectativas femininas quanto à vida conjugal e familiar, tendendo a rejeitar o padrão – assimétrico e hierarquizado - de relação de gênero que o casamento suscita, para privilegiar relacionamentos mais igualitários (PINELLI, 2004; MIRANDA-RIBEIRO, 1993). Neste sentido, a coabitação seria uma escolha mais atraente para as mulheres, porque possibilitaria a construção de uma relação sem as rígidas exigências sociais de um casamento formal. Esse contexto daria maior liberdade, inclusive, para romperem com uniões consideradas insatisfatórias (PINELLI, 2004; BEAUJOT, 2003; GARCIA e ROJAS, 2002; BEAUJOT, 2002; OLÁH, 2001; WU, 1998; MUÑOZ e REYES, 1997; HALL, ZHAO, 1995).

Contudo, essa equação envolve dimensões mais complexas. Em alguns setores sociais, o rendimento feminino pode significar poder de barganha com o parceiro para redistribuir as responsabilidades domésticas e ter maior influência nas decisões familiares. Em outros, pode acarretar situações de violência e maior opressão para a mulher, caso o homem veja sua condição masculina ameaçada pela perda ou diminuição de seu papel de provedor familiar (OLIVEIRA e BRITO, 2007; ARIZA e OLIVEIRA, 2001)

Antonella Pinelli (2004), ao analisar as relações de gênero e os comportamentos familiares em países desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá e Europa), chama atenção em suas conclusões que as mulheres escolarizadas e com carreiras profissionais que desfrutam de uma condição financeira melhor, não estão totalmente livres dos altos custos que um filho acarreta para a vida feminina. Isso porque, mesmo quando possuem parceiros que compartilham mais das responsabilidades familiares, as mulheres continuam a ser as únicas a enfrentar conflitos e constrangimentos na conciliação da maternidade com a vida profissional². Esta situação seria acentuada pela coabitação, por ser um tipo de arranjo conjugal menos estável e de menor comprometimento entre parceiros, aumentando os riscos femininos de arcar sozinhas com a criação de sua prole após uma separação.

Em vários países do ocidente, a união consensual representa uma das escolhas possíveis de vivência conjugal e de formação familiar. Uma opção que tem ganhado adeptos entre os segmentos mais jovens da população e entre pessoas que tiveram uma experiência conjugal anterior (PINELLI, 2004; WU e HART, 2001). Nos países em desenvolvimento, constitui um arranjo comum nos segmentos mais pobres da população. (RODRIGUEZ, 2005 GARCIA e ROJAS, 2002; LAZO, 1996; QUINTEIRO, 1990; OLIVEIRA e BERQUÓ, 1990) O destaque que o tema da coabitação recebe na literatura sobre as transformações na família está vinculado à idéia de que este tipo de arranjo promoveria o enfraquecimento dos vínculos familiares, principalmente da parte dos homens, que tenderiam a se eximir mais facilmente de qualquer responsabilidade com a prole gerada pelo casal (RODRIGUEZ, 2005; WAINERMAN e GELDSTEIN, 1994; GREENE, 1992; OLIVEIRA, 1974).

² Oláh (2001) também destaca esta questão em sua análise sobre as relações de gênero na família sueca e húngara. Para as camadas médias urbanas no Brasil, cf. Oliveira e Marcondes (2004)

A grande preocupação é que instabilidade das relações colocaria as mulheres e as crianças em uma situação de vulnerabilidade, econômica e emocional (RODRIGUEZ, 2005; OLÁH, 2001), ainda mais prejudicial para famílias que vivem em condições socioeconômicas desfavoráveis. Por esta razão, o Estado deveria estar atento para desenvolver políticas familiares que amenizem os possíveis efeitos deste contexto incerto das relações (RODRIGUEZ, 2005). Este é o ponto que marca as diferenças da realidade das coabitações na América Latina. Segundo Rodriguez (2005), as uniões consensuais no contexto latino americano envolvem três tipos de desvantagens que afetam diretamente o desenvolvimento das crianças. A primeira é institucional, pois em grande parte são famílias que estão excluídas de qualquer tipo de proteção social ou de direitos. Outra desvantagem diz respeito aos mecanismos socioculturais que, geralmente, atribuem ao casal coabitante uma imagem social inferior ou diferenciada do casal casado. O menor comprometimento com a união, e talvez com a prole, que produziria a sensação de instabilidade e fragilidade do vínculo, representa a terceira desvantagem deste tipo de parceria afetiva.

Com que frequência esse contexto de instabilidade leva à ruptura? O que dizer sobre elas?

Em seu estudo, Therborn (2006) aponta que a ruptura familiar em grande parte do mundo ainda se dá através da morte. O divórcio é um evento histórico recente e mundialmente localizado. Mesmo em países como os Estados Unidos, um dos locais com o maior número de ocorrências, a dissolução familiar por divórcio somente ultrapassou aqueles por viuvez no final dos anos de 1970.

No começo dos anos 90, a metade dos casamentos norte-americanos terminava em divórcio (THERBORN, 2006; COLEMAN, GANONG, FINE, 2000; BRAY, BERGER, 1993) e 75% dos divorciados recasavam em um período de até quatro anos após a ruptura conjugal (COLEMAN, GANONG, FINE, 2000; BRAY, BERGER, 1993). Os casamentos seriados estariam se tornando tão comuns na sociedade americana, a ponto das projeções indicarem que, em um futuro muito próximo, as taxas de divórcio de primeiro casamento e de recasamento podem vir a convergir (COLEMAN, GANONG, FINE, 2000).

Na América Latina, as taxas brutas de divórcio mais elevadas são observadas em Cuba (3,5), Costa Rica (2,0) e Uruguai (2,0) (THERBORN, 2006). Wanda Cabella (2006) estima que as taxas de divórcio por duração do casamento no Uruguai duplicaram entre 1975 e 2002. Segundo os cálculos da autora, em 1975 16% dos casamentos terminaram em divórcio, passando para cerca de 34% no ano de 2002. Como será visto no próximo capítulo, as taxas brutas de separações judiciais e divórcios no Brasil, nos primeiros anos deste século, foram quatro vezes maiores do que as observadas ao longo da década de 1980.

O estudo sobre descasamento e recasamento realizado por Miranda-Ribeiro (1993), com dados do suplemento de nupcialidade da PNAD de 1984, reitera algumas das hipóteses encontradas na literatura sobre separação. A coabitação, a união em idades muito jovens e a maior escolarização são fatores de elevado risco para a separação conjugal. A influência dos filhos no risco de separação foi maior para aquelas mulheres que se uniram quando estavam grávidas. Quando a gravidez está associada a uma união consensual esse risco é ainda maior. No que diz respeito à idade dos parceiros, as chances de descasar foram maiores para as mulheres que se casaram na adolescência com homens igualmente jovens e para aquelas que eram mais velhas que o parceiro.

A relação entre a instabilidade conjugal e a fecundidade foi analisada por Leone e Hinde (2007) a partir dos dados da PNDS de 1996. Esse estudo mostra que há uma relação positiva entre o maior risco de dissolução e o nascimento de filhos em intervalos curtos de tempo. O primeiro filho, por exemplo, tende a nascer nos primeiros 12 meses após a união. Segundo os autores, esse dado reitera achados de pesquisas qualitativas que apontam que ter um filho faria parte das estratégias femininas visando o fortalecimento do vínculo conjugal. Os resultados também apontam que filhos, principalmente no período que vai da gravidez até os cinco anos de idade, representam um significativo fator de risco para a ocorrência de separação conjugal. Esse dado vai de encontro com os resultados de pesquisa qualitativa desenvolvida por Oliveira, Bilac e Muszkat (1999), com homens e mulheres das camadas médias paulistanas, que destacam o nascimento do filho como um “divisor de águas” da união conjugal. O primeiro filho, em muitos casos, instaurou um clima

de tensão e conflitos constantes entre o casal na definição e negociação de suas responsabilidades conjugais e parentais.

As pesquisas desenvolvidas por Toulemon (2001; 1995) para a realidade francesa indicam que a existência dos filhos teria uma influência restrita sobre a estabilidade conjugal. Em seus resultados, o autor destaca que as percepções sobre o tipo de compromisso estabelecido entre parceiros, antes do nascimento dos filhos, teriam um efeito mais significativo na manutenção do relacionamento conjugal. Os dados franceses mostram que os riscos de separação de um casal sem filhos e um que tenha um filho não são muito diferentes. Durante a gravidez e o primeiro ano de vida da criança, há menor possibilidade de ocorrer uma separação. Contudo, conforme a criança avança em idade e atinge os seis anos sem ter um segundo irmão, as chances do casal romper torna-se tão elevada quanto a de um casal que nunca teve filhos.

Com uma perspectiva muito próxima à de Toulemon, o impacto que as concepções e comportamentos de gênero exercem na estabilidade conjugal foi examinado por Oláh (2001), comparando dados da Suécia e da Hungria, referentes a mulheres e homens em primeira união e com filhos. Nos dados suecos, a autora observa que houve um aumento no risco de separação conjugal após 1986. Este resultado estaria relacionado à reforma na legislação e nas políticas sociais que reforçaram o envolvimento dos homens na criação de sua prole. Na avaliação da autora, as políticas sociais mais recentes voltadas para a família, na Suécia, teriam contribuído para a consolidação da percepção de que a manutenção do casamento já não era mais tão necessária para garantir o desenvolvimento dos filhos. Estabelecer “bons e amigáveis divórcios” é considerado algo mais positivo para os adultos e crianças do que a perpetuação de uma união conflituosa e insatisfatória. Outro elemento também contribuiu para a acentuação da instabilidade nesse período: a consolidação das mulheres mães no mercado de trabalho provocou um aumento das expectativas quanto ao envolvimento dos homens, não apenas nos cuidados parentais, mas igualmente nas tarefas domésticas. Os resultados mostram que, quanto mais igualitária for a divisão de tarefas domésticas e familiares entre o casal, menor o risco de ruptura conjugal. Com relação aos húngaros, a autora observou que ainda prevalece uma concepção de gênero mais assimétrica em relação às responsabilidades

conjugais e familiares. As mães húngaras que trabalham sofrem mais com a sobrecarga de responsabilidades do que as suecas, assim como o trabalho feminino tende a exercer um efeito mais significativo na instabilidade conjugal naquele país centro-europeu.

Em termos de composição familiar, o aumento das separações e dos divórcios, associado a outros processos demográficos – sobremortalidade masculina e a maior ocorrência de recasamentos masculinos - ampliam a possibilidade de um maior número de arranjos familiares monoparentais chefiados por mulheres (PINELLI, 2004; JANSEN e CLAUSEN, 2003; BERQUÓ, 1998; GOLDANI, 1994; OLIVEIRA, 1992; BERQUÓ, OLIVEIRA, CAVENAGHI, 1990; OLIVEIRA e BERQUÓ, 1990; MCLANAHAN, 1989). A maior vulnerabilidade econômica deste tipo de arranjo recebe destaque na literatura sobre família, apontando para os prejuízos emocionais e sociais que este tipo de situação pode acarretar para mulheres e crianças, impulsionando o desenvolvimento de políticas dos mais variados tipos, com vistas a amenizar estes efeitos negativos³ (ARRIAGADA, 2005; FONSECA, 2004; PINELLI, 2004; JANSEN e CLAUSEN, 2003; GOLDANI, 2002; GARFINKEL et. al, 1998; MCLANAHAN, 1989).

Alguns autores avaliam que a menor proteção social nesse tipo de arranjo envolve os casos onde eles são frutos da ruptura de uma união consensual (RODRIGUEZ, 2005; JANSEN e CLAUSEN, 2003; GARFINKEL et al 1998; GARFINKEL, MAYER e MCNALAHAN, 1998). JANSEN e CLAUSEN (2003) mostram que os dados noruegueses apontam que homens que viviam em união consensual encontram maiores barreiras sociais para manter seu vínculo parental. Inicialmente porque, na Escandinávia, não há uma legislação que defina os vínculos, os direitos e os deveres de pais coabitantes. Em alguns casos, a criança não é registrada com o nome do pai, o que torna ainda mais complexa as negociações entre os casais. Dessa forma, a tendência é de que os homens “desapareçam”. Quanto menor for a idade da criança no momento da ruptura, maior as chances desse contato se extinguir por completo. Outra dimensão destacada pelos autores diz respeito às experiências familiares das crianças que nascem em uniões consensuais. Os coabitantes têm, com maior

³ Algumas destas políticas visam reforçar legalmente o comprometimento financeiro dos homens com sua prole (GARFINKEL, et. al 1998; FONSECA, 2004) outras, como no caso francês, direcionam o suporte para a mãe e seus filhos (FONSECA, 2004).

freqüência, apenas um filho, o que aumenta as chances de que após a ruptura dos pais a criança passe boa parte de seu desenvolvimento em companhia apenas da mãe.

Esse cenário de incertezas e complexidades sobre os vínculos conjugais provoca percepções mais negativas do que positivas a respeito do futuro das famílias. Beaujot (2003) acredita que reações mais conservadoras em relação ao divórcio e à coabitação, que advogam pela recuperação de valores familiares, ignoram o potencial dos arranjos familiares que buscam se estabelecer e se manter através de relações mais igualitárias. Para o autor, o modelo de família calcado na assimetria de gênero, embora provoque suspiros nostálgicos de alguns, é incompatível com grande parte das expectativas que atualmente homens e mulheres nutrem sobre uma relação amorosa e familiar.

Mas como essas experiências de instabilidade conjugal, separação e parentalidade influenciam na formação de uma nova parceria?

Novas parcerias conjugais e as reconstituições familiares

A temática do recasamento e das reconstituições familiares dos recasados tem despertado cada vez mais o interesse de estudiosos nas áreas das ciências humanas, na medida em que se tornam mais freqüentes na trajetória dos sujeitos os contextos de monogamia seriada (PINELLI, 2004) e de pluriparentalidade (UZIEL, 2000). No Brasil, talvez, a Psicologia seja o campo de conhecimento com um número mais expressivo de estudos sobre esses temas (TRAVIS, 2003).

Diferente das reconstituições familiares por viuvez, aquelas formadas por separados e divorciados envolvem, teoricamente, o estabelecimento de uma rede complexa de relações de parentesco e aliança. Por esta razão, um consenso encontrado na literatura diz respeito ao caráter extremamente conflituoso e ambíguo das relações entre novos parceiros, filhos, enteados e ex-parceiros.

No balanço da produção científica, publicada ao longo da década de 1990, sobre as famílias reconstituídas, Coleman, Ganong e Fine (2000) avaliam que houve vários avanços teóricos e metodológicos no tratamento das famílias reconstituídas pelo recasamento, dos quais ressaltam as abordagens sobre: a) as tendências

demográficas; b) as relações do recasamento; c) os efeitos para os filhos que vivem com um padrasto ou madrasta; d) os processos da família reconstituída; e) as concepções sociais a respeito das famílias reconstituídas; e f) as questões jurídicas. Entre os aspectos destacados pelos autores, deter-me-ei em três deles:

As tendências demográficas:

Estudos sobre as tendências de recasamento na sociedade americana mostram, como já mencionado, que, no começo dos anos 90, metade dos casamentos terminava em divórcio e 75% dos divorciados recasavam em um período de até quatro anos após a ruptura conjugal (BRAY, BERGER, 1993; FURSTEMBERG e CHERLIN, 1991; BUMPASS, SWEET, MARTIN, 1990; GLICK, 1989; GLICK e LIN, 1987; GRIFFITH, KOO, SUCHINDRAN, 1985). No Canadá, o número de famílias reconstituídas em 2001 era de aproximadamente 12% do total de arranjos familiares com filhos (STATISTICS CANADA, 2002a e 2002b).

Para o Brasil, os dados sobre casamentos, provenientes do Registro Civil, mostram que desde o início dos anos de 1980 há um aumento constante nas proporções relativas de casamentos formais de divorciados no país. Estas uniões correspondiam a 5% do total de registros de casamentos realizados no ano de 1984, representando cerca de 15% do total registrado em 2006. Os maiores percentuais se referem a casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras, seguidos, em menor proporção, pelas uniões entre mulheres divorciadas e homens solteiros.

De maneira geral, os dados em vários países apontam que as segundas uniões tendem a ser do tipo consensual e os homens tendem a recasar mais do que as mulheres (TOULEMON, 2001; FREIRE, ARAÚJO, AGUIRRE, 2006; WU, 1998; BUMPASS, SWEET, MARTIN, 1995; BRY e BERGER, 1993; MIRANDA-RIBEIRO, 1993; BERQUÓ e OLIVEIRA, 1992). Três aspectos contribuem negativamente para a ocorrência do recasamento feminino: a idade e a escolaridade das mulheres, o fato de elas ficarem com os filhos depois da separação e a maior exigência feminina por relações mais igualitárias (OLIVEIRA, 1998).

A idade constitui um fator importante para o recasamento feminino e pouco significativo para o masculino. Mulheres tendem a ter melhores chances de uma nova união até os 35 anos de idade (FREIRE, ARAÚJO e AGUIRRE, 2006; MIRANDA-RIBEIRO, 1993; OLIVEIRA e BERQUÓ, 1990; GLICK e LIN, 1987). Para o Brasil, Miranda-Ribeiro encontra, a partir dos dados do suplemento da PNAD de 1984, que as mulheres que se separaram na faixa dos 23 aos 29 anos possuíam 27% a mais de chances de recasar do que as mulheres separadas de 30 aos 39 anos. Com aplicação de Tábuas de Vida Multi-Estado, Freire, Araújo e Aguirre (2006) observam que, no ano de 2000, a probabilidade de um homem na faixa dos 30 aos 34 anos recasar era de 39%, enquanto para as mulheres era de apenas 22%. Para a região Nordeste do país o diferencial foi ainda maior, 37% e 16%, respectivamente para homens e mulheres. A combinação menos favorável para o recasamento feminino tende a ser: mulher com alta escolaridade, carreira profissional consolidada e com expectativas de divisão mais igualitária das responsabilidades familiares. O inverso aconteceria no caso dos homens (COLEMAN, GANONG E FINE, 2000; MIRANDA-RIBEIRO, 1993; GLICK e LIN, 1987).

Sobre o impacto dos filhos de uniões anteriores na possibilidade de recasamento, os estudos apontam que ele tende a ser negativo de forma mais acentuada para as mulheres, embora o efeito varie conforme a quantidade (STEWART, 2002; THOMPSON e LI, 2002; MIRANDA-RIBEIRO, 1993) e a idade dos filhos (STEWART, 2002; THOMPSON e LI, 2002, TOULEMON, 1995; BRY e BERGER, 1993).

Em 2000, os dados censitários do Canadá mostravam que a metade dos arranjos familiares reconstituídos continha filhos do casamento anterior da mulher e cerca de 32% tinham filhos de uniões anteriores e da nova união (STATISTICS CANADA, 2002A E 2002B). Projeções para o início deste século indicavam que 1/3 das crianças norte-americanas iriam atingir a vida adulta tendo passado pela experiência de viver em uma família reconstituída. Mesmo assim, somente 5% seriam do tipo “os meus, os seus e os nossos” (SELTZER, MCNALAHAN, HASON, 1998; BUMPASS, SWEET, MARTIN, 1995).

No que se refere à fecundidade dos recasados, a maioria dos casais revela o desejo de ter ao menos um filho em uma nova união e essa gravidez tende a acontecer

logo após o início do relacionamento conjugal (LEONE e HINDE, 2007; STEWART, 2002, TOLEMON, 2001; BRY E BERGER, 1993).

Leone e Hinde (2007) apontam, a partir dos dados da PNDS de 1996, para a maior chance de as mulheres brasileiras com mais de uma união terem uma parturição mais elevada do que mulheres que tiveram apenas uma união conjugal. Em um estudo do final dos anos de 1970, Levin e O'Hara (1978) já chamavam atenção para a diferença entre a fecundidade de casadas em primeira união e as recasadas nos Estados Unidos. Contudo, as conclusões desses autores apontam para outro sentido. Nesse estudo, a fecundidade das recasadas foi menor do que a das casadas em primeira união, mas não em um valor estatisticamente significativo. Quando os autores consideraram as fecundidades segundo o status conjugal do marido, observaram que as mulheres em primeira união casadas com homens recasados apresentavam uma fecundidade menor do que a dos casais em que ambos são recasados. Contudo, esta diferença também não foi estatisticamente significativa.

Para Levin e O'Hara (1978), a avaliação sobre o impacto do recasamento nos níveis de fecundidade deve levar em conta dois fatores. O primeiro diz respeito ao tipo de dados de fecundidade que são coletados. Os resultados obtidos para as recasadas podem ocasionar conclusões precipitadas na medida em que não há informações sobre a história de união dos parceiros. Geralmente, as comparações são feitas entre mulheres casadas e recasadas, desconhecendo o estado conjugal de seu parceiro. A distorção que isso pode provocar é demonstrada quando se considera o estado conjugal do marido e vemos que o fato do homem já ter sido anteriormente unido acarreta diferenças significativas na fecundidade das mulheres. O resultado obtido é significativamente mais baixo do que o dos casais onde o homem não teve experiência de união anterior. O mesmo padrão se repete ao se considerar apenas as recasadas. Entre as recasadas que possuíam parturição elevada no primeiro casamento, a tendência é de que a parturição no segundo casamento seja baixa. E seja ainda mais baixa caso tenha se unido a um homem também recasado. A maior parturição no segundo casamento ocorre quando as mulheres não tiveram filhos durante o primeiro casamento, e maior será se o marido não tiver experiência de união anterior.

Na visão dos autores, é razoável supor que a experiência de paternidade em uma união anterior constitua um elemento inibidor da fecundidade na união posterior. Homens e mulheres que já tiveram filhos tenderiam a considerar os pesos adicionais em termos de responsabilidades financeiras e emocionais na hora de decidir sobre novos filhos. Os autores acreditam que os recasados seriam mais pragmáticos a respeito das conseqüências de ter mais filhos. Desta forma, a fecundidade é reduzida não apenas pelo constrangimento imposto pela ruptura da união anterior - que reduz o tempo de exposição à gravidez - mas também por outros tipos de constrangimentos sociais. Fatores como o suporte financeiro dos filhos de uniões anteriores, a concepção de que ter filhos reforça o comprometimento do casal ou ainda outros elementos que possam ser identificados devem ser considerados.

No caso da fecundidade mais elevada das brasileiras recasadas, Leone e Hinde (2007) consideram que a diferença seria causada por uma forte concepção, entre as mulheres, de que filho é um elemento importante para estreitar os laços entre parceiros.

Por outro lado, alguns estudos mostram que isto não seria totalmente verdadeiro. Segundo constataam alguns pesquisadores (BRY e BERGER, 1993; TOULEMON, 1995) a taxa de divórcio para os segundos casamentos é tão elevada quanto a dos primeiros casamentos. Em média, as segundas uniões durariam cerca de 5 anos (BRY e BERGER, 1993). Isto significa que há grandes chances de os filhos de recasados enfrentarem uma segunda separação e a formação de uma segunda família reconstituída (BRY e BERGER, 1993).

Coleman, Ganong e Fine (2000) consideram que, ao longo da década de 1990, os estudos desenvolvidos por demógrafos se tornaram mais complexos, empreendendo esforços para o melhor detalhamento e entendimento das estruturas das famílias reconstituídas. Contudo, a captação das histórias de uniões, como um recurso de extrema importância para a compreensão das dinâmicas familiares, continuou sendo negligenciada pelos pesquisadores. Dados e informações mais elaboradas dos demógrafos sobre as trajetórias familiares poderia, na visão destes

autores, influenciar e melhorar a percepção de outros cientistas a respeito dos eventos conjugais e reprodutivos.

As relações do recasamento:

Homens e mulheres separados tendem a coabitar com novos parceiros em um curto período de tempo após o início da relação. Não há longos namoros. A coabitação se estabelece por etapas: no início do relacionamento os homens passam algumas noites da semana na casa onde residem e, em outros períodos ficam constantemente na casa da nova parceira, assumindo definitivamente depois de alguns meses a convivência sob o mesmo teto (RIBEIRO, 2005; PORRECA, 2004; MONTGOMERY et al., 1992).

Alguns estudos apontam para a percepção de que o casal compartilha de maior igualdade nas decisões tomadas no recasamento, em grande parte porque as mulheres sentem que desfrutam de mais poder do que tinham quando estavam no primeiro casamento (TRAVIS, 2003; COLEMAN, GANONG e FINE, 2000; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 1999). Coleman, Ganong e Fine (2000) ponderam que é difícil avaliar se esta sensação de igualdade reflete-se de fato nas responsabilidades para com a nova família, principalmente em relação às despesas financeiras, muitas vezes distribuídas com base em dinâmicas bastante complexas (MARCONDES, 2002; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 1999). Além disso, muito embora, os recasados relatem que assumem mais tarefas domésticas do que os homens em primeiro casamento, a grande parte das atividades da casa continua sendo desempenhada muito mais pelas mulheres. (COLEMAN, GANONG E FINE, 2000; MARCONDES, 2002; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 1999)

No que diz respeito à qualidade das relações dos recasados, os estudos não são conclusivos na comparação com aqueles em primeiro casamento. O ponto em comum é que a presença de enteados provoca um maior desgaste no relacionamento, pela complexidade e maior possibilidade de gerar situações de tensão (RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003; PORRECA, 2003; MARCONDES, 2002; WAGNER e FALCKE, 2000; FURSTEMBERG e CHERLIN, 1991). Algumas pesquisas apontam que casais recasados

tendem a exprimir mais acentuadamente sentimentos de angústia e descontentamento. Desta forma, os conflitos seriam mais visíveis, aumentando a sensação de instabilidade do vínculo conjugal (RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003).

Para Booth e Edwards (1992) os recasamentos seriam mais instáveis pela ausência de suporte social e normas claras a seguir. Os autores identificam uma parcela maior de recasados do que pessoas em primeiro casamento que consideram o divórcio como solução para os problemas conjugais.

Quando se forma uma família reconstituída o pai não residente e a mãe que detém a custódia dos filhos devem desenvolver expectativas mais realistas sobre a condição do novo arranjo familiar. Na maioria dos casos, a tendência é que o novo casal se estruture tendo como modelo a relação conjugal e parental de uma família formada a partir da primeira união de ambos os cônjuges e que, consciente ou inconscientemente, elimine a vinculação com o pai não residente e sua rede de parentesco, substituindo-a pela rede do novo parceiro. Esta situação gera conflitos entre os adultos, que passam a competir por seu espaço junto aos filhos, podendo também despertar crises de lealdade nas crianças com relação ao pai não convivente (LEVIN e O'HARA, 1978).

Levin e O'Hara (1978) consideram que divórcios mediados se mostram mais positivos do que litígios constantes, especialmente tendo em vista o suporte financeiro continuado dos filhos. Apesar desses autores discorrem sobre os aspectos emocionais dos arranjos familiares, apontando para os benefícios e prejuízos do contato do pai não convivente e a relevância de se manter bons relacionamentos em função das responsabilidades parentais, eles acabam reforçando a importância de fazer com que os pais não conviventes mantenham seu papel de provedor, independentemente de com quem os filhos estejam vivendo.

A convivência com padrastos ou madrastas:

Estudos que procuram avaliar os impactos da convivência de uma criança com seu padrasto ou madrasta no que diz respeito ao seu comportamento escolar, social e familiar não são conclusivos e, em alguns casos, apresentam resultados

contraditórios. Não há consenso se, comparativamente aos filhos de famílias intactas, as situações de recasamento produzem efeitos negativos no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Mas uma parcela significativa destes estudos parece apontar mais para prejuízos ou situações de risco do que benefícios (RIBEIRO, 2005; COLEMAN, GANONG E FINE, 2000; WAGNER e FALCKE, 2000).

Coleman, Ganong e Fine (2000) avaliam que os trabalhos sobre esta temática giram em torno de dois modelos explicativos: o primeiro deles são os modelos de estresse, que tratam a relação entre parceiros e enteados como uma tarefa conflituosa e estressante para crianças e adultos. Basicamente, as variações explicativas deste modelo versam sobre as dificuldades e os problemas emocionais e sociais que as famílias reconstituídas enfrentam para acomodar e integrar vários atores com suas responsabilidades e expectativas. Outra fonte de conflito - e que acarreta baixo envolvimento com os enteados - diz respeito às perdas econômicas e de estilo de vida que geralmente acontecem para as famílias após a ruptura da primeira união. Cherlin (1999) é de opinião que a falta de normas sociais para as famílias de recasados a respeito de seus papéis contribui para aumentar o nível de estresse nas relações. Os adultos se sentem inseguros sobre as expectativas e o tipo de comportamento que devem adotar para resolver problemas da nova convivência familiar (RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003; FURSTEMBERG e CHERLIN, 1991).

O segundo conjunto de trabalhos identificado por Coleman, Ganong e Fine (2000) tratam do tipo de envolvimento dos padrastos com os enteados e filhos. Nestes casos os estudos apontam que, na maioria dos domicílios onde há a presença de enteados, a criação destes é negligenciada ou está mais voltada para manutenção de uma relação cordial e mais superficial, com a finalidade de agradar à parceira (RIBEIRO, 2005; PORRECA, 2003). Um dos pontos principais para justificar esta falta de envolvimento reside no fato de não serem filhos biológicos, já que os pais tenderiam a cuidar e a se sentir mais responsáveis pelos seus próprios filhos. Esta linha argumentativa serve de base para uma grande quantidade de trabalhos que versam sobre violência física ou sexual de crianças que vivem com pais substitutos, namorados da mãe ou algum homem que não é parente biológico (RIBEIRO, 2005; WAGNER e FALCKE, 2000; BRUN, 1999). Estudos que procuram avaliar estilos parentais

não encontram significativas diferenças ao comparar pais em primeiro casamento, pais em famílias reconstituídas ou, ainda, em famílias monoparentais.

Os estudos existentes não são conclusivos a respeito do que faz com que certas relações sejam de maior proximidade e outras não. Há indícios de que homens que desde o início investem em manter uma relação de maior proximidade com seus enteados podem adotar estratégias que, ao longo da convivência da família reconstituída, a reafirmação de laços os torne mais duradouros. Contudo, em alguns casos o investimento só é feito no início da vida familiar em comum e vai se deteriorando com o passar do tempo (RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003; WAGNER e FALCKE, 2000; BRUN, 1999; FURSTEMBERG e CHERLIN, 1991). A forma como os filhos encaram seus padrastos e madrastas também influencia na construção desta relação, de afinidade ou distanciamento (RIBEIRO, 2005). Estudos mostram, ainda, que as mulheres tenderiam a investir menos no relacionamento com os enteados (WAGNER e FALCKE, 2000).

Coleman, Ganong e Fine (2000) argumentam ser preciso explorar ainda mais os aspectos que levam a formação e em que bases são mantidas as relações no interior das famílias reconstituídas. Diferenciais de classe, gênero e etnia também devem ser mais bem explorados. Alegam que os estudos permanecem genéricos, comparando apenas famílias intactas com famílias reconstituídas e dando ênfase, na maioria das vezes, aos benefícios ou prejuízos para as crianças que vivem nestes tipos familiares. Para os autores, faz-se necessário ampliar a quantidade de pesquisas e a variabilidade de temáticas para que seja possível avaliar o impacto deste tipo de família. Pesquisas qualitativas são importantes para explorar com maior profundidade as dimensões das tendências e padrões apontados pelos estudos longitudinais.

Conjugalidade e reprodução na perspectiva masculina

Em conhecida revisão dos artigos publicados ao longo de 30 anos pela revista *Demography*, tendo por foco as mulheres, Susan Watkins (1993) destaca que grande parte dos artigos que tratam de fecundidade, nupcialidade e família se ancoram em concepções bem marcadas sobre a hierarquia e as diferenças entre os comportamentos masculinos e femininos. Nos eventos descritos as mulheres são figuras centrais, em função de sua condição de reprodutoras e cuidadoras dos filhos, enquanto que as redes sociais e os homens – companheiros, pais e irmãos – são praticamente ignorados, passando uma imagem de fragilidade e isolamento social das mulheres no cumprimento de suas atividades de cuidado e criação da prole.

Isto reflete o fato de a abordagem demográfica sobre a reprodução fundamentar-se na produção de dados e medidas estatísticas a partir de um conceito limitado de fecundidade, calcado muito mais nos aspectos biológicos do que nas construções sociais que dão significado aos eventos reprodutivos. Conseqüentemente, o quadro teórico-analítico disponível é incapaz de lidar com a riqueza de nuances do processo reprodutivo (TOWNSEND, 1997; OLIVEIRA, 1985). Nesta perspectiva, grande parte da produção enfatiza aspectos da vida das mulheres, excluindo ou negligenciando a compreensão da atuação dos homens e de outros atores sociais neste processo.

O entendimento de que as decisões reprodutivas envolvem um contexto mais amplo de fatores permeados pela dinâmica de gênero presente nos relacionamentos, tem propiciado o questionamento deste tratamento unilateral dos estudos sobre reprodução. A adoção de uma perspectiva analítica de gênero tem sido apontada como fundamental, mas é ainda relativamente pouco explorada na compreensão dos fenômenos sociais relacionados à vida sexual, afetiva e reprodutiva de homens e mulheres.

A percepção da esfera reprodutiva como uma esfera de atuação primordialmente feminina está fundamentada na condição da mulher de gerar e nutrir crianças. Este fato biológico elaborado culturalmente, dá forma a uma construção de gênero que define o cotidiano doméstico, as relações afetivas e as decisões

reprodutivas como um domínio feminino (OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 2000) e os aspectos econômicos e de representação social da família como responsabilidade primordialmente masculina.

Esta construção contribui para a concepção e o estabelecimento de uma dinâmica entre os casais em que as mulheres acabam sendo mais responsabilizadas do que os homens pelo controle da fecundidade, pois são elas que engravidam, limitando a interferência masculina no processo reprodutivo. Um limite imposto pelo desejo da mulher de querer ou não a gravidez que se desenvolve em seu corpo. Desta maneira, as mulheres teriam autonomia para decidir prosseguir com uma gravidez independentemente dos desejos de seu parceiro (OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 2000; UNBEHAUM, 2000).

Os efeitos desta construção de gênero não são percebidos apenas na vida dos sujeitos, mas também nos estudos de fecundidade. Os erros e as dificuldades que se atribui à mensuração da fecundidade masculina, por exemplo, decorrem da consideração de que os homens não possuem absoluto controle sobre as conseqüências de sua vida sexual. Seja pela percepção de que os homens não se preocupam com as questões reprodutivas ou pela possibilidade de desconhecem ou não terem certeza sobre o número exato de filhos que tiveram ao longo da vida. Algumas pesquisas apontam para estas questões.

Leal e Lewgoy (1998) mostram, com base em evidências de pesquisa, que alguns eventos reprodutivos, como abortos, podem ser subestimados quando avaliados a partir de declarações masculinas. Na perspectiva dos autores, o desconhecimento masculino a respeito dos eventos reprodutivos está vinculado ao fato de que socialmente se considera legítimo que as decisões reprodutivas possam ser tomadas unilateralmente pelas mulheres, sem que o parceiro tenha qualquer tipo de conhecimento ou participação.

Experiências de pesquisa com história retrospectiva de fecundidade dos homens, realizadas em países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Austrália⁴, reforçam as suspeitas em relação à fidedignidade dos relatos masculinos. Pesquisadores constataram que todos os *surveys* analisados apresentaram

⁴ Os trabalhos analisam as pesquisas: *Negotiating the Lifecourse* (NLC), da Austrália, *US Panel Study of Income Dynamics* (PSID) e *British Household Panel Survey* (BHPS).

subdeclaração de eventos reprodutivos e que a proporção de entrevistas masculinas com informações incompletas variava de cerca de 1/3 à metade (GRAY, 2002; RENDALL, et. al., 1999).

A constatação de inconsistências nas informações, principalmente no que se refere aos filhos de uniões anteriores e aqueles nascidos fora do casamento, reiteram observações de que os homens tenderiam a informar apenas os filhos com quem mantém algum tipo de vínculo de convivência (GRAY, 2002; RENDALL et al., 1999). Rendall et al. (1999) acreditam que reformulações nas estruturas convencionais de captação de informações familiares e de domicílios possibilitariam melhor exploração das situações de pais não-conviventes⁵.

Von der Lippe e Fuher (2003) apontam que as melhores alternativas para captação de informações sobre as intenções reprodutivas masculinas têm sido aquelas que mesclam ferramentas quantitativas e qualitativas, e que permitam análises diacrônicas do desejo masculino por filhos.

No Brasil, impera a escassez de pesquisas nacionais sobre o contexto reprodutivo masculino. Exceção feita aos Censos Demográficos de 1950 e 1960⁶ e à Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde de 1996⁷, informações a respeito da vida reprodutiva e familiar dos homens são encontradas em pesquisas que focalizam grupos específicos de grandes centros urbanos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Durante as décadas de 1950 e 1960, algumas pesquisas se voltaram para a influência de transformações socioeconômicas e culturais nos projetos masculinos, interessadas, principalmente, nos efeitos do intenso processo de urbanização e industrialização na estrutura familiar (CAMPOS, 1971; KUBAT e MOURÃO, 1969; BAPTISTA FILHO, MOURÃO e BOSCO, 1967, CARVALHO, 1955). O modelo explicativo da

⁵ Os autores avaliam que quesitos sobre contribuições financeiras para pessoas não residentes no domicílio ou de usos do tempo com descrição de atividades realizadas com crianças presentes ou não no domicílio poderiam auxiliar na observação dos casos de pais que não moram com seus filhos.

⁶ Diferente dos censos de 1950 e 1960, em que foram coletadas informações sobre filhos de homens e mulheres, a partir de 1970 somente as mulheres passaram a ser indagadas sobre sua fecundidade. Análises dos dados censitários sobre fecundidade masculina encontram-se em Mortara (1950 e 1965) e Carvalho (1955).

⁷ Em 1991, a Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste incorporou uma amostra de maridos, coletando informações sobre conhecimento, atitudes e práticas de planejamento familiar. Contudo, não foram realizadas perguntas sobre filhos tidos fora da união declarada no momento do levantamento.

modernização urbano-industrial fundamenta o desenvolvimento destes estudos, que procuram ressaltar as diferenças, mudanças e permanências de valores e comportamentos associados ao estilo de vida rural e urbano.

A redução no tamanho da família, com vistas à melhoria das condições de vida, constitui uma questão fundamental nesta abordagem da modernização urbano-industrial, no qual a colaboração masculina adquire um papel decisivo. Entende-se, sob esta perspectiva, que “...a cooperação do marido, no tocante ao planejamento do tamanho da família, cresça com o grau de industrialização e urbanização ao qual o casal está exposto. Em outras palavras, quanto maior a sofisticação urbano-industrial, mais efetivo será o planejamento da família, e menores serão as famílias” (KUBAT e MOURÃO, 1969:15).

Os trabalhos realizados por Mortara (1950 e 1955) são pioneiros no tratamento da fecundidade masculina no Brasil. Esta foi a forma que o pesquisador encontrou para avaliar diferenciais socioeconômicos da fecundidade, pois, na época, isso não era possível com dados femininos, na medida em que poucas mulheres tinham renda própria ou ocupação profissional.

Ao explorar as informações censitárias de 1950 sobre filhos e ocupação da população masculina do Estado de São Paulo, Carvalho (1955) compara características relacionadas à fecundidade de homens residentes na capital e no interior do Estado, com intuito de avaliar as diferenças existentes entre um contexto urbanizado e outro de características mais rurais. A menor fecundidade acumulada encontrada entre os homens da capital decorre, para o autor, de características próprias do espaço urbano mais desenvolvido, onde as exigências e contingências profissionais e econômicas refletem-se em maiores proporções de celibato, casamento tardio e controle voluntário da procriação na população masculina.

Com pesquisas realizadas no final da década de 1960, os estudos desenvolvidos por Campos (1971)⁸, Kubat e Mourão (1969) e Baptista Filho, Mourão

⁸ Campos (1971) realizou sua pesquisa de campo em um bairro da periferia da Cidade de Campinas entre julho e agosto de 1968. O trabalho constituiu da aplicação de um questionário e o levantamento da história de gestações em uma amostra representativa de 76 casais residentes no bairro.

e Bosco (1967)⁹ confirmam suas hipóteses de que a origem social - rural ou urbana - assim como o grau de instrução influenciam as percepções e comportamentos masculinos com relação à formação familiar. As expectativas por um tamanho reduzido de família, em torno de 2 a 3 filhos, igualmente se mostraram significativas, com maior destaque entre os informantes mais jovens. Entretanto, a expectativa dos autores de encontrar uma forte relação entre o desejo masculino por um tamanho reduzido de família e a sua condição de provedor familiar não se mostrou tão evidente em nenhuma das pesquisas. Neste sentido, Kubat e Mourão (1969) ressaltam que, muito embora o estilo de vida urbano-industrial propicie a redução da fecundidade, os significados simbólicos atribuídos à família representam um fator extremamente importante para compreender as atitudes e preferências reprodutivas de um casal.

A partir dos anos de 1970, nos países desenvolvidos, o aumento das separações conjugais e de nascimentos fora do casamento colocou em evidência arranjos familiares compostos unicamente por mulheres e seus filhos. Associadas a condições sociais e econômicas desfavoráveis – pobreza, violência, baixo rendimento escolar dos filhos, delinquência juvenil, sexualidade precoce – as famílias chefiadas por mulheres sem parceiro, sobretudo negras, são apresentadas em parte da literatura como o reflexo mais perverso das transformações na família, em decorrência, basicamente, da ausência ou da insuficiente participação do provedor masculino (GARFINKEL et al. 1998; MOYNIHAN et al, 2004).

Avaliações e questionamentos sobre as conseqüências e custos sociais desta ausência moral, afetiva e financeira dos homens para a vida de mulheres e crianças impulsionaram um amplo debate, envolvendo academia e elaboradores de políticas públicas, a respeito do envolvimento masculino na vida familiar¹⁰. A perspectiva central deste debate esteve voltada para encontrar meios de conscientizar e (re) forçar os vínculos dos homens com a sua prole (GARFINKEL et al. 1998).

⁹ Estes dois últimos trabalhos integram a pesquisa “Atitudes masculinas em relação à fecundidade e tamanho da família” realizada entre junho e agosto de 1966, com 609 homens, de idades entre 20 a 29 anos e 35 a 44 anos, que atuavam como operários e funcionários administrativos de empresas industriais e comerciais na Grande São Paulo.

¹⁰ Um balanço deste debate, ver: Marcondes (2002)

A condição masculina diante das transformações mais recentes na família, no mercado de trabalho e nas relações entre homens e mulheres tem sido abordada por uma vasta produção de estudos sobre homens e masculinidades. O distanciamento afetivo, o autoritarismo, a violência, a ausência do cotidiano familiar, as responsabilidades familiares são aspectos tratados e problematizados por uma parte destes estudos, questionando o modelo dominante de masculinidade, considerado inadequado frente às novas exigências que se colocavam na vida dos sujeitos.

Destes questionamentos emergem a percepção de uma suposta crise da masculinidade, em que um dos fatores propiciadores, segundo esta produção, diz respeito aos conflitos gerados em torno da necessidade de mudanças nos comportamentos masculinos, pressionados principalmente pelas exigências femininas, e as dificuldades que os homens enfrentam para se desvencilhar do único modelo de masculinidade-paternidade que possuem. No âmbito da contestação e superação desta “masculinidade opressora” surgem idéias em torno do nascimento de um “novo homem” e de um “novo pai”. Estes homens seriam aqueles que estariam se desvencilhando do modelo dominante do provedor, autoritário e afetivamente distante, adotando uma postura mais flexiva, participativa e afetiva em suas relações.

Contudo, críticas a este tipo discurso apontam que não há um questionamento mais contundente sobre as dinâmicas de poder que pautam as relações dos homens com as mulheres e com outros homens nas diferentes esferas da sociedade (OLIVEIRA, 1998). A reflexão sobre as relações de poder se evidencia nos estudos de masculinidades desenvolvidos nos anos de 1990¹¹, focalizando principalmente a sexualidade e a reprodução. Neste tipo de abordagem, os estudos procuram enfatizar a diversidade das práticas masculinas e as elaborações culturais e dinâmicas de poder que as envolvem.

Ao longo da década de 1990, o interesse pelo comportamento masculino foi marcado pelas discussões travadas na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada em 1994 no Cairo, e na Conferência Internacional da

¹¹ A formulação teórica que trabalha o conceito de masculinidade hegemônica proposta por Robert Connell (1995) tornou-se uma das principais referências dos estudos de masculinidades nos anos de 1990.

Mulher, que se deu no ano seguinte em Beijing. Nos textos de ambas as Conferências se enfatiza a necessidade da incorporação dos homens, jovens e adultos, em programas educacionais de sexualidade e prevenção da Aids e na criação de meios capazes de incentivar maior participação masculina no cotidiano familiar (NECHI, 2001; ARILHA, RIDENTI e MEDRADO, 1998)

As reflexões sobre os homens, sua participação na reprodução e a forma como estudos de fecundidade tem abordado esta temática foi o tema central do Seminário Internacional “Fertility and the male life cycle in the era of fertility decline”, promovido pela International Union for the Scientific Study of Population - IUSSP, no México, em 1995. Vários dos trabalhos apresentados neste seminário divulgavam resultados de pesquisas realizadas com homens a respeito, principalmente, de conhecimentos e práticas de prevenção à gravidez e a AIDS, comportamentos e concepções sobre planejamento familiar (BLANC e GAGE; 1995 ANARFI e FAYORSEY; 1995), atividade sexual (LEAL e FACHEL, 1995) e paternidade (GUYER, 1995; GOLDSCHIEDER, WEBSTER e KAUFMAN; 1995, TOWNSEND, 1995).

Um ponto comum nestes trabalhos é a ênfase na necessidade de ampliar e aprimorar as pesquisas com homens, visando obter elementos que possam melhorar o conhecimento sobre as formas pelas quais homens e mulheres interagem e negociam suas responsabilidades e posições no casamento, na parentalidade, no grupo familiar mais extenso e nas demais esferas sociais em que atuam.

No Brasil, os debates do Cairo e de Beijing se refletem na agenda de pesquisadores e instituições, estimulando trabalhos voltados para a saúde reprodutiva masculina. Vários destes trabalhos procuraram investigar a participação, a responsabilidade e o desejo masculino no processo reprodutivo, conhecendo a perspectiva dos homens sobre seu desejo de ter filhos, o número desejado, suas práticas e percepções a respeito da sua sexualidade, assim como seus comportamentos preventivos, tanto em relação à gravidez quanto às doenças sexualmente transmissíveis. A epidemia de HIV/Aids e o crescimento da contaminação entre as mulheres também se destaca na literatura como um motivador

para os investimentos em pesquisas voltadas para o conhecimento dos comportamentos e representações masculinas sobre sexualidade¹².

De fato, o interesse despertado pela condição masculina desde os anos de 1970, vincula-se fortemente à percepção de que os indicadores sociais das mulheres – violência, pobreza, mortalidade materna, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, entre tantos outros – somente seriam modificados se houvessem transformações nos padrões de comportamento masculino (OLIVEIRA, 2002; ARILHA, RIDENTI e MEDRADO, 1998; OLIVEIRA, 1997).

Desta maneira, a questão do envolvimento masculino na reprodução se desenvolve a partir de dois tipos de abordagens: uma, predominante nas últimas três décadas, destaca a participação masculina como suporte para o desenvolvimento saudável das mulheres e da prole. Enfatiza-se neste tipo de abordagem a necessidade de conscientizar os homens a assumirem suas responsabilidades enquanto companheiros e pais, mas não se faz um questionamento sobre os valores sociais envolvidos nestas posições. Estas análises ressaltam a contraposição entre a “irresponsabilidade masculina” e a “natural dedicação feminina” em relação aos filhos e demais membros familiares.

A segunda abordagem procura focalizar o caráter relacional do processo reprodutivo, entendendo a reprodução enquanto evento que envolve significados, conflitos, ambigüidades e negociações entre homens e mulheres sobre como evitar, em que situação e qual o melhor momento de ter filhos. O envolvimento masculino é problematizado a partir da consideração de que os homens são atores sociais, com desejos, comportamentos e concepções originados e modificados na sua interação com as mulheres, outros homens e instituições sociais ao longo da vida.¹³

Townsend (1992) considera que, neste sentido, para os homens, ter filhos faria parte do que o autor chama de *package deal* de posições e relacionamentos no qual o casamento, a prole e o trabalho encontram-se interligados.

No Brasil, estudos com homens de camadas médias de grandes centros urbanos reiteram esta idéia mostrando que na, visão masculina, ter filho significa

¹² Sobre as discussões em torno desta questão, ver: Garcia (2003); Badiani e Camarano (1998)

¹³ Para uma análise crítica mais detalhada sobre estes estudos ver Arilha (1999) e Siqueira (2000)

acima de tudo assumir responsabilidades. Não apenas para com uma criança, mas sim na formação de um núcleo familiar (GARCIA, 2003; MARCONDES, 2002; UNBEHAUM, 2000; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 1999; ARILHA, 1999; QUADROS, 1996). Em pesquisa com informantes de camadas médias paulistanas, Bilac, Oliveira e Muszkat (2000) argumentam que a percepção masculina sobre o seu lugar no processo reprodutivo não prioriza aspectos biológicos, mas sociais. Ter filhos representa um marco significativo na vida masculina, ao promover uma mudança no *status* social dos homens, no sentido de se tornarem “homens de família”.

No caso de homens pertencentes às camadas populares, existe uma vasta produção sobre o significado dos filhos para a construção das identidades sociais dos pais (SARTI, 1996; FONSECA, 1995). Contudo, a esmagadora maioria dos trabalhos trata a questão a partir da perspectiva feminina, sendo poucos os que abordam a percepção e os comportamentos dos homens de camadas populares em relação à reprodução (SCOTT, ATHIAS e LONGHI, 2005; COSTA, 1997; ALMEIDA, 2004; QUADROS, 2004; MUSZKAT e MUSZKAT, 2000; AGIER, 1990)

Os trabalhos salientam a importância e, principalmente, as dificuldades e os fracassos enfrentados pelos homens pobres acerca do cumprimento do seu papel de provedor (SARTI, 1996; NASCIMENTO, 2000 e 2005). A impossibilidade ou dificuldade de sustentar financeiramente a família pode fazer com que o marido-pai tenha sua posição de provedor substituída por outros homens da família ou pela própria esposa, acarretando a perda da sua autoridade moral. Esta situação comumente gera pressões e conflitos dentro do grupo familiar, aumentando a possibilidade de ruptura conjugal (SARTI, 1996; NASCIMENTO, 2000; MUSZKAT e MUSZKAT, 2003).

A despeito das dificuldades de realizar as prescrições do modelo do provedor familiar, semelhante aos homens de camadas médias, ser responsável por uma família se destaca nos discursos de homens de camadas populares como marco para uma identidade masculina responsável, comprometida e valorizada socialmente¹⁴ (ALMEIDA, 2004; FONSECA, 2004; SARTI, 1996).

¹⁴ Enquanto nos estudos com camadas médias o nascimento de um filho é o que promove esta mudança de *status*, Almeida (2004) e Fonseca (2004) destacam que, entre os homens das camadas populares, em muitos casos este *status* é alcançado por assumir uma família com crianças que não são seus filhos biológicos.

Estas reflexões dizem respeito basicamente às primeiras experiências dos homens com um casamento, nascimento de filho, cotidiano familiar. Mas o que dizer das experiências familiares de homens que estão vivenciando uma nova relação conjugal? Pouco se sabe no Brasil sobre como situações de divórcio e recasamentos tem influenciado o comportamento reprodutivo e familiar dos homens.

Há uma desconfiança de que o aumento dos divórcios e das possibilidades de recasamento tenha aumentado as resistências quanto à adoção da vasectomia. Optar por um método que encerra a vida reprodutiva em um contexto social onde há grandes chances das pessoas terem mais de um parceiro conjugal ao longo da vida, parece ser um risco que os homens não querem correr (POPULATION REPORTS, 1987; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 2000). Isto porque a reconstituição de um novo núcleo familiar recoloca para homens e mulheres a discussão sobre ter filhos em uma nova união.

Esta questão tem sido abordada por trabalhos (STEWART, 2002; THOMPSON e LI, 2002; TOULEMON, 1997) que procuram avaliar as intenções e chances de homens e mulheres recasados terem filhos em suas novas uniões. Nestes trabalhos, vários tipos de arranjos de famílias de recasados são analisadas. Entre eles, quatro configurações são mais comumente destacadas: recasados sem filhos, recasados em que os filhos são apenas da mulher, recasados em que somente o homem tem filhos e recasados em que ambos tiveram filhos.

Stewart (2002) avalia que as pesquisas existentes nos Estados Unidos a respeito dos efeitos que os enteados exercem nas intenções reprodutivas dos recasados não são conclusivas. Há uma vertente que considera que a existência de enteados exerceria um efeito negativo sobre a fecundidade do novo casal. Neste tipo de argumentação, a resistência a ter novos filhos decorreria da experiência anterior de separação conjugal e dos conflitos e dificuldades vivenciadas nas dinâmicas estabelecidas com os próprios filhos após o divórcio. Algumas destas experiências podem levar as pessoas a pensarem sobre os riscos de experimentarem com os novos filhos situações similares àquelas vividas com os filhos da união anterior. Este tipo de efeito negativo atingiria mais comumente os arranjos familiares com homens

recasados que possuem filhos de uniões anteriores e mulheres recasadas que já tinham mais de dois filhos.

Outra linha, segundo esta autora, sugere que a existência de enteados não afetaria as intenções reprodutivas nas novas uniões, devido ao valor simbólico que representa os filhos para os casais. Um filho pode significar a confirmação do compromisso dos parceiros na nova união, independentemente da existência de prole de uma união anterior (THOMPSON e LI, 2002, TOULEMON, 1997). Os recasados em que ambos têm filhos se enquadram com mais frequência neste tipo de situação. Entretanto, as intenções por um novo filho se reduziram conforme o número de filhos tidos por cada parceiro em uniões anteriores (THOMPSON e LI, 2002).

A decisão de ter um filho como forma de reafirmar o comprometimento dos parceiros com a união também abriga, de maneira menos intensa, os casais recasados sem filhos. Thompson e Li (2002) destacam que este tipo de casal tende a apresentar os níveis mais baixos de intenção e risco de ter filhos, indicando que muitos destes casais seriam formados por pessoas que não desejariam ter filhos em nenhum momento da vida.

Stewart (2002) menciona ainda, uma terceira linha de pesquisas que avalia que a existência de enteados pode incentivar o parceiro que não tenha filhos biológicos a querer ter seus próprios filhos na nova união. Esta tendência seria maior entre os recasados em que apenas o homem tem filhos (THOMPSON e LI, 2002).

No Brasil, o conhecimento das dinâmicas reprodutivas e a parentalidade em situação de recasamento é escasso. Em estudo com casais católicos em segunda união, Porreca (2004) afirma que o desejo de ter filhos foi expresso com mais frequência pelas mulheres do que pelos homens. O autor relata que o desejo feminino por filhos advém da percepção de consolidação da união, de valorização de uma nova oportunidade de construir uma família, dando continuidade a um projeto que fora interrompido pela ruptura da primeira união.

Para o autor, os homens resistiriam mais à idéia de ter filhos na nova união, em função dos filhos tidos no primeiro casamento e dos enteados que convivem com o casal. Vários dos homens revelaram um relacionamento conflituoso com os filhos

motivado, em alguns casos, pela rejeição ao novo casamento do pai. Com os enteados, os homens avaliam que as relações são cordiais, mas distantes. Trata-se de relações intermediadas pela atual esposa, onde relatam que não participam da educação dos filhos de suas companheiras e nem dispõem de qualquer tipo de autoridade sobre a vida deles.

As situações observadas por Almeida (2004) e Marcondes (2002) diferem das descritas por Porreca (2004). Os homens entrevistados por estas autoras relatam uma identificação e participação maior com a criação dos filhos da companheira. A idéia de que “pai também é aquele quem cria” está muito presente nestes relatos masculinos.

Almeida (2004), pesquisando homens de camadas populares no Rio de Janeiro, destaca que, em alguns destes casos, os homens estavam vivendo sua primeira experiência de união conjugal e não tinham filhos com outras mulheres. Unir-se a uma mulher com filhos e assumir responsabilidades pela criação deles representou para estes homens a aquisição de estabilidade e uma nova identidade social. Entre os homens que estavam em um novo relacionamento conjugal e que tiveram filhos, tanto na união anterior quanto na atual, esta autora destaca a avaliação positiva feita pelos entrevistados a respeito do relacionamento com os filhos. A experiência da paternidade e da conjugalidade na nova união são consideradas melhores do que as anteriores, pelo fato de se sentirem mais amadurecidos e comprometidos com o cotidiano familiar.

Os conflitos em torno dos relacionamentos com os filhos biológicos e enteados aparecem mais claramente na descrição da história de um dos casais entrevistados por Almeida (2004). Neste caso em particular, o homem uniu-se a uma mulher que tinha três filhos. A informante revela que o companheiro sempre assumiu uma postura de pai frente aos seus filhos, até nascer o primeiro filho do casal. A partir deste momento, a entrevistada começou a perceber mudança no comportamento do companheiro em relação aos outros filhos dela. Almeida (2004) avalia que esta situação expôs a fragilidade dos laços estabelecidos com os enteados frente à existência de um filho biológico. Mesmo que a condição de convivência e criação

cotidiana acarrete direitos e obrigações paternais em relação aos enteados, esta é sempre uma situação instável, marcada pelas circunstâncias da conjugalidade. Difere, portanto, do parentesco estabelecido pela consangüinidade, que imprime para a relação paterno-filial uma condição de perpetuidade.

Em pesquisa com homens e mulheres de camadas médias sobre o vínculo paterno na separação conjugal e no recasamento (MARCONDES, 2002), deparei-me com este tipo de questão, coincidentemente, a partir dos relatos femininos. Os relatos femininos dão conta de que os homens tenderiam a dar uma grande importância ao laço biológico. Contudo, os relatos masculinos não chegam a refletir que tipo de interferência isso traria para o relacionamento com os filhos que não são biológicos.

As reflexões femininas sobre esta questão partem principalmente de uma perspectiva voltada para entender quais os sentimentos dos filhos com relação ao novo parceiro delas e como os homens podem se sentir na relação com um filho que não é deles. Neste sentido, algumas das entrevistadas expressaram seus receios de que os filhos do primeiro casamento pudessem ser rejeitados pelo atual companheiro no caso de decidirem por ter um filho do novo relacionamento.

Estes relatos revelam a compreensão da importância do laço de sangue para a determinação das relações de parentesco. Para elas, a consangüinidade não define apenas responsabilidades, mas sela lealdades. Tanto do pai para com o filho, quanto do filho para com o pai. Isto poderia explicar as aflições, relatadas pelas mulheres, que seriam sentidas pelos filhos ao perceberem que, em função da convivência, nutrem um afeto maior pelo marido da mãe do que pelo próprio pai. O laço de afinidade estabelecido pelo recasamento define um tipo de comprometimento dos homens com os filhos que não são dele que está atrelado ao contexto da nova aliança conjugal. É um vínculo circunstancial, que pode não ser duradouro¹⁵ e totalmente espontâneo, em que as lealdades são estabelecidas e mantidas, principalmente, pelo tipo de relação de afeto que os homens conseguem desenvolver com os seus enteados (FURSTENBERG e CHERLIN, 1991).

¹⁵ Fonseca (2004) faz uma interessantíssima discussão sobre esta questão através dos processos judiciais de contestação da paternidade movidos por homens que, em função da união, fizeram uma adoção à brasileira e depois, com a separação conjugal, procuraram a justiça para anular o vínculo paterno.

Tanto no estudo desenvolvido durante o Mestrado (MARCONDES, 2002) quanto no trabalho realizado junto à pesquisa “Os homens, esses desconhecidos...Masculinidade e Reprodução” (OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 1999), observamos em vários relatos a tensão que se estabelece na medida em que uma nova união coloca para os sujeitos a redefinição de intenções reprodutivas. Esta tensão parece decorrer do choque entre circunstâncias e relações que cercam a vida de ambos os parceiros - a etapa do ciclo de vida em que se encontram, a existência de filhos de uniões anteriores e o tipo de relação estabelecida com eles - e uma concepção de gênero, fortemente arraigada nas camadas médias, que preconiza que toda mulher deseja ser mãe. Oliveira, Bilac, Muszkat (2000) sustenta que esta percepção opera com a lógica de que o desejo de ser mãe é decorrente da própria natureza feminina e que, de forma complementar e relacional, os homens se colocariam na condição de “fecundadores de plantão”, sempre atentos ao momento em que serão acionados para concretizar este desejo feminino.

No campo da Demografia, os nascimentos, uniões, separações, migrações e mortes comumente são analisados enquanto eventos individuais, muitas vezes descolados do contexto de relações sociais nos quais são vivenciados e onde primeiramente ganham um sentido (GOLDSCHIEDER, 1995; BERQUÓ, 1991, GOLDANI, 1990; OLIVEIRA, 1979). Desta forma, as respostas para a questão “Por que as pessoas se casam?” ou ainda, “Por que elas têm filhos?”, assim como para tantos outros comportamentos demográficos, não serão satisfatoriamente esclarecidas enquanto não for dada a devida atenção para as famílias e grupos sociais que compartilham, influenciam e dão suporte às decisões individuais (GOLDSCHIEDER, 1995; OLIVEIRA, 1985). Esta tarefa requer a investigação dos valores, significados e relações de poder que informam as concepções e comportamentos masculinos e femininos a respeito da constituição e manutenção de suas famílias (GARCIA, 2003; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 2000, TOWNSEND, 1997; GOLDSCHIEDER, 1995).

No levantamento apresentado neste capítulo, parte dessa produção considera que as mudanças na organização familiar em decorrência do aumento dos divórcios, coabitações, recasamentos e proles de uniões distintas está associado a alterações nos valores sociais e culturais, legitimando tipos diferenciados de arranjos familiares. Os

estudos de família e gênero, nos quais este trabalho se insere, enveredam por essa linha de pensamento, enfatizando que, para uma compreensão mais apurada dessas transformações, torna-se imprescindível a investigação e a reflexão sobre as dinâmicas de gênero implicadas nas situações de formação, rupturas e reconstituições familiares. Trata-se de apreender como e porque determinados eventos que compõem a trajetória de homens e mulheres expressam mudanças e permanências de práticas e concepções de gênero na condução da vida familiar. O desenvolvimento desta tese adota esta perspectiva no tratamento dos dados quantitativos e qualitativos que serão explorados no decorrer dos capítulos.

Capítulo 2

Recasamento no Brasil e em São Paulo: revelações dos Censos e do Registro Civil.

Este capítulo tem por objetivo explorar as informações sobre divórcios e recasamentos contidas no Registro Civil e nos Censos Demográficos. As tendências da nupcialidade são analisadas para o conjunto do país e também para o Estado de São Paulo. Duas razões motivam o destaque dado ao contexto paulista. A primeira está relacionada ao peso que a dinâmica da população deste estado tem sobre os cálculos dos níveis e das tendências da nupcialidade e de outros eventos demográficos no país (Anexo 3 – quadro 23). Além disso, o interesse em destacar as possíveis particularidades desta região refere-se ao fato de abrigar o município no qual a pesquisa de campo, que compõe a segunda parte desta tese, foi desenvolvida.

Neste capítulo, se discute também as possibilidades e limitações que os dados disponíveis oferecem para refletir as transformações mais recentes nas famílias brasileiras. As informações utilizadas são provenientes do Sistema Integrado de Dados Agregados (SIDRA) disponibilizados pelo IBGE. Muito embora, as discussões propostas têm como ponto de partida a instituição do divórcio no país, ou seja, o ano de 1977, o SIDRA disponibiliza apenas os dados do Registro Civil a partir do ano de 1984. Dessa forma, a análise se refere ao período de 1984 a 2006.

Famílias reconstituídas não são novidade, mas, em tempos mais recentes, em decorrência do aumento dos divórcios e das separações, estima-se que um número crescente de pessoas estará, em algum momento da vida, vinculado a uma família reconstituída (COLEMAN, GANONG, FINE, 2000; TOULEMON, 1995; BRAY, BERGER, 1993; FURSTEMBERG, CHERLIN, 1991; BERQUÓ, OLIVEIRA, CAVENAGHI, 1990). Casamentos de homens separados, divorciados e viúvos dão origem, mais do que mulheres, a uma parcela dos arranjos familiares em que um casal está presente.

Para grande parte das pessoas, a constituição de uma família se realiza através do estabelecimento de uma união conjugal. Embora os casamentos formais continuem a predominar como forma de união e, conseqüentemente, de constituição familiar,

observa-se que, gradualmente, sua importância tem sido reduzida, principalmente aqueles oficializados apenas por cerimônias religiosas (LAZO, 2001; BERQUÓ, 1998; BERQUÓ e OLIVEIRA, 1992; GREENE e RAO, 1992). Nas últimas quatro décadas, nota-se um comportamento contínuo de redução na proporção de pessoas casadas e o incremento da parcela de pessoas unidas consensualmente na população brasileira de 15 anos de idade ou mais (Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal. Brasil, 1960- 2000.					
Estado Conjugal	1960	1970	1980	1991	2000
Solteiro	34,0	36,6	34,6	31,8	34,0
Em união	57,7	55,5	57,9	59,0	56,6
Formal	93,5	93,1	88,2	81,6	71,4
Consensual	6,5	6,9	11,8	18,4	28,6
Separado ou Divorciado	2,4	2,5	2,5	4,4	4,7
Viúvo	5,7	5,4	5,0	4,9	4,7

Fontes: BERQUÓ, 1998 para dados de 1960-1991; IBGE, 2003.

No que diz respeito aos separados e divorciados, a porcentagem da população nessa condição dobra entre os censos de 1980 e 1991. Em grande parte, refletindo um ajuste da demanda reprimida de pessoas que já estavam separadas de fato, mas que somente puderam oficializar sua condição com a legalização do divórcio sancionada em 1977¹⁶ (IBGE, 2003; LAZO, 2001; BERQUÓ, 1998; BERQUÓ e OLIVEIRA, 1992; BERQUÓ, OLIVEIRA e CAVENAGHI, 1990) (Quadro 1).

¹⁶ Muitas vezes mudanças abruptas nos dados de um período para outro refletem na verdade um ajuste promovido pelo reconhecimento legal de situações que já eram vividas de fato. Isso torna as séries históricas e os dados longitudinais ferramentas importantes para a compreensão dos múltiplos processos de transformação social.

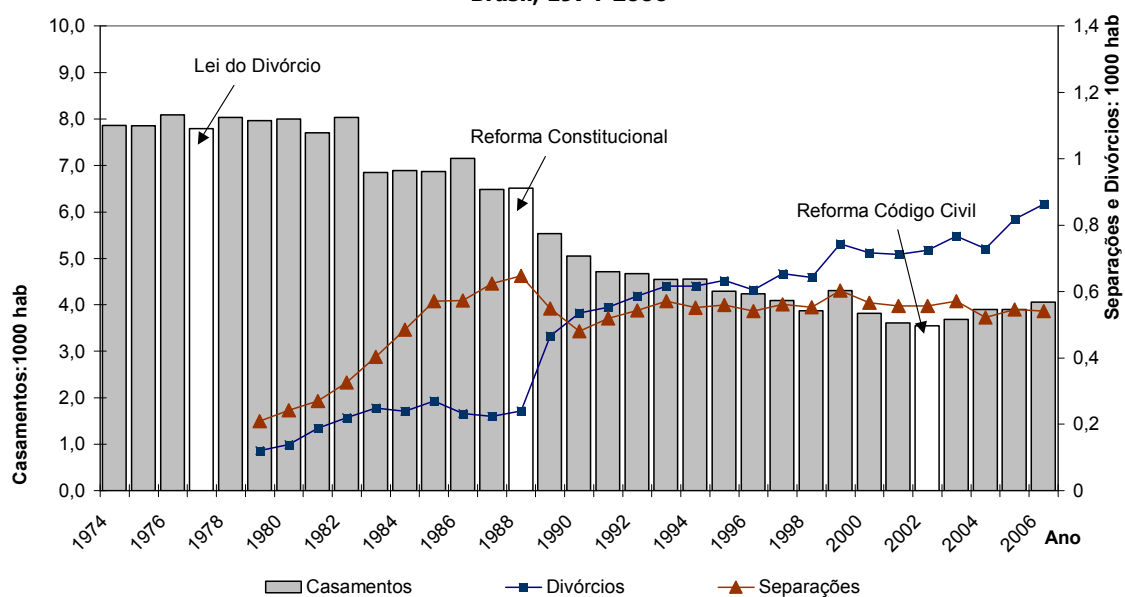
A população paulista distribuída por condição conjugal acompanha a tendência observada para o país, com pequenas diferenças. Entre 1970 a 2000, enquanto houve uma queda de quase 22 pontos percentuais na proporção de brasileiros unidos formalmente, no Estado de São de Paulo essa redução foi um pouco menor, 18 pontos. Pode-se notar que as porcentagens de separados e divorciados praticamente não diferem, sendo ligeiramente maior entre os paulistas (Quadro 2).

Quadro 2: Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, segundo estado conjugal. Estado de São Paulo, 1970 e 2000.		
Estado Conjugal	1970	2000
Solteiro	35,0	35,3
Em união	57,0	54,8
Formal	95,9	77,9
Consensual	4,1	22,1
Separado ou Divorciado	2,4	5,0
Viúvo	5,4	4,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970 e 2000.

A observação da evolução das taxas brutas de nupcialidade, separação judicial e divórcios permite uma visão mais ampla dessas transformações no estado conjugal da população. Desde meados dos anos de 1980, a taxa bruta de nupcialidade decresce (BERQUÓ, OLIVEIRA, 1992) e as de divórcio e separação judicial se elevam (Gráfico 1).

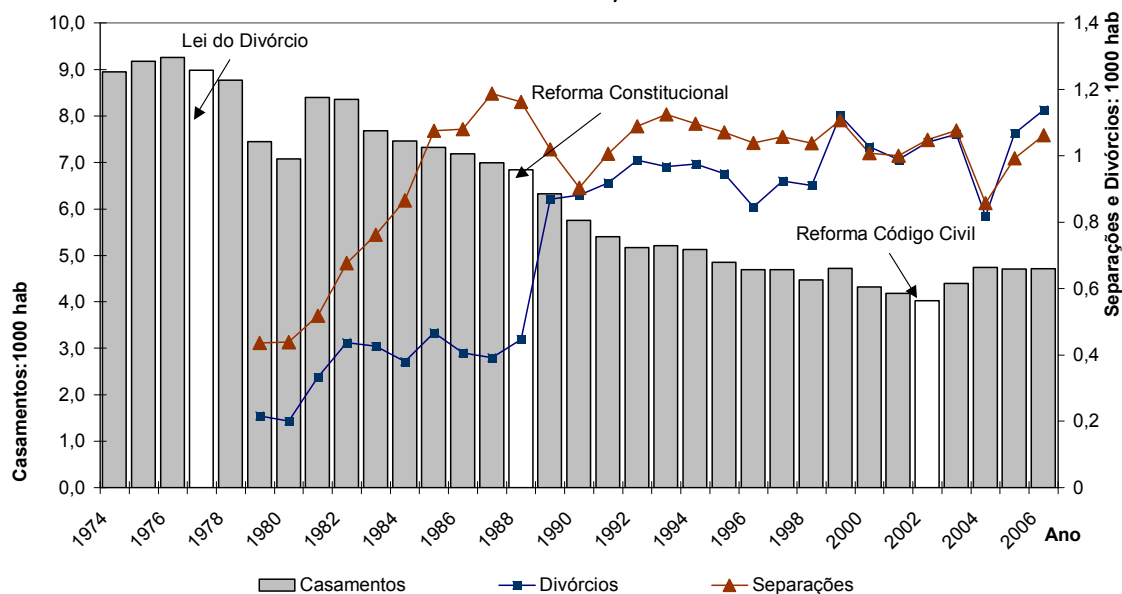
Gráfico 1 - Taxa Bruta de Nupcialidade, Separação Judicial e Divórcio Brasil, 1974-2006



Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX, Estatísticas do Registro Civil, Censos Demográficos, estimativas e projeções populacionais. Tabulações da autora.

O comportamento da Taxa Bruta de Nupcialidade para o Estado de São Paulo acompanha a tendência de queda observada para o país, mas em um patamar mais elevado. (Gráfico 2) Importante destacar que a Região Sudeste responde por metade do total de registros de casamentos e divórcios do país, tendo o Estado de São Paulo uma participação significativa tanto na Grande Região – nos últimos seis anos, cerca de 55% dos casamentos e 60% dos divórcios - quanto no território nacional - em torno de 26% e 30%, respectivamente. (ver Anexo 3, Quadros 23 e 24) Dessa maneira, dado o peso da população paulista, o comportamento da TBN em São Paulo define o padrão observado para o país.

**Gráfico 2 - Taxa Bruta de Nupcialidade, Separação Judicial e Divórcio
Estado de São Paulo, 1974-2006**



Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX, Estatísticas do Registro Civil, Censos Demográficos, estimativas e projeções populacionais. Tabulações da autora.

Este conjunto de taxas mostra que o momento de maior “crise” dos casamentos formais aconteceu ao longo dos anos de 1990. A recessão econômica, as altas taxas de desemprego (BERQUÓ, OLIVEIRA, 1992) e os sucessivos planos de combate à inflação constituem elementos importantes nesse contexto de queda dos casamentos, mas não explicam totalmente a persistência desse comportamento. Conforme mostram os gráficos acima, somente após dezesseis anos as taxas de casamento voltaram a apresentar algum crescimento. (Gráfico 1 e 2)

Segundo informações do IBGE (2004), a elevação do número de casamentos entre 2002 e 2003, por exemplo, seria um reflexo do aumento da realização de cerimônias coletivas. A Igreja Católica em parceria com algumas prefeituras, cartórios de registro civil e órgãos do poder judiciário têm promovido casamentos coletivos, com o objetivo de legalizar a situação dos casais que vivem em uniões de fato. Isso estaria contribuindo para o refreamento da queda das taxas de nupcialidade nos últimos seis anos. Mas, infelizmente, não há dados disponíveis que permitam

avaliar precisamente o impacto dessas iniciativas no total de registros matrimoniais realizados por ano¹⁷.

No que diz respeito às Taxas Brutas de Divórcio e Separação Judicial, a tendência foi de aumento constante nas três últimas décadas. Em 1990, treze anos após a promulgação da Lei do Divórcio, as taxas de divórcio no Brasil ultrapassaram as de separações judiciais. No Estado de São Paulo isso somente aconteceu em 2005. Aqui, apesar da diferença entre as taxas terem se reduzido após 1990, as de separação judicial permaneceram mais elevadas do que as de divórcio até o ano de 1999 e a partir de 2000, as duas taxas praticamente se igualaram. A permanência de separações judiciais não convertidas em divórcio significa que ainda há um número considerável de descasados no mercado matrimonial que, por não formalizarem sua ruptura conjugal, permanecem impedidos de recasar legalmente. O que torna a coabitação a única opção de recasamento.

De 1942 a 1977, o desquite era o recurso legal pelo qual se desfazia a sociedade conjugal. Esse dispositivo jurídico cessava as obrigações entre o casal, mas preservava o vínculo matrimonial através da manutenção do princípio da fidelidade ao parceiro. Isso impedia os desquitados de contraírem legalmente um novo casamento. A promulgação do divórcio, em 1977, não aboliu o desquite. Por influência da Igreja Católica, a Lei do Divórcio incorporou as regras do desquite, que passou a ser chamado de separação judicial, impondo aos casais um período de dois anos de espera para legalizar a dissolução conjugal. O divórcio direto somente era concedido aos casais que comprovassem cinco anos de separação de fato. Esse processo além de demorado é dispendioso e, em alguns casos, prolonga os conflitos entre ex-parceiros. Atualmente uma proposta de emenda constitucional (PEC 033/2007) foi aprovada pela Comissão Especial da Câmara de Deputados extinguindo a obrigatoriedade da separação conjugal (ÚLTIMA INSTÂNCIA, 20/11/2007). Essa emenda e outras resoluções mais recentes, como por exemplo, a Lei 11.441/07 que

¹⁷ Uma reportagem publicada pela Revista Veja apresenta alguns dados a respeito das cerimônias coletivas. Segundo consta na matéria, no período de 2003 a 2005, somente no Estado de São Paulo 3.600 casais teriam participado de cerimônias comunitárias. No Maranhão foram 4.000 casamentos; no Mato Grosso 3.000 e no Rio Grande do Sul cerca de 1 000 (Revista VEJA, *Multidão rumo ao altar*. Edição 1916. 3 de agosto de 2005).

possibilita a obtenção da separação e do divórcio diretamente no Cartório de Notas, visam não somente adequar os dispositivos legais à nova realidade dos relacionamentos mas, igualmente, assegurar um acesso rápido e menos dispendioso para que as pessoas regularizem sua condição civil. (ÚLTIMA INSTÂNCIA, 20/11/2007; AGÊNCIA CÂMARA, 10/10/).

De qualquer maneira, quer para evitar a burocracia e/ou o desgaste financeiro e emocional do divórcio, transformou-se em fato corriqueiro, os casais deixarem para regularizar sua condição conjugal apenas quando se torna imprescindível para a vida dos envolvidos. Esse contexto propiciou a informalidade das segundas e subseqüentes uniões.

Entre opções e constrangimentos: a particularidade das uniões consensuais na (re)constituição das famílias

O aumento das uniões consensuais é uma questão de destaque nas discussões mais recentes sobre as relações entre as mudanças na conjugalidade e na família. A literatura que aborda o crescimento das coabitações nos países europeus, nos Estados Unidos e no Canadá, aponta esse tipo de arranjo conjugal como um símbolo da emancipação feminina e do questionamento das relações de gênero implicadas no casamento formal. A percepção do casamento como fonte de segurança financeira e social perde seu significado, tornando-se menos atraente para mulheres que detêm maiores recursos (PINELLI, 2004; QUILODRÁN, 2003; GARCIA e ROJAS, 2002).

No caso dos países latino-americanos e do Caribe, a união consensual não é um fenômeno recente. Sua existência remete ao passado colonial da região e, por uma série de condicionamentos socioeconômicos e culturais, tornou-se uma forma de constituição familiar comum nos segmentos sociais menos favorecidos, de baixa escolaridade e entre a população residente em regiões rurais e periferias urbanas (GARCIA e ROJAS, 2002; LAZO, 1996; QUINTEIRO, 1990; BERQUÓ, LOYOLA, 1984; OLIVEIRA, 1982). No entanto, o crescimento mais recente das uniões consensuais em alguns países latino-americanos envolve uma parcela de coabitantes com

características semelhantes aos dos países desenvolvidos, indicando a coexistência de dois tipos de união consensual. Parece ser assim no caso brasileiro.

No Brasil, a proporção de pessoas vivendo em união consensual está relacionada, de um lado, a uma “tradição de ilegitimidade”¹⁸, envolvendo a população mais pobre e as pessoas separadas que, antes da aprovação da Lei do Divórcio, não tinham outra alternativa para se unirem novamente (LAZO, 2001; BERQUÓ, 1998; OLIVEIRA, 1996; GREENE e RAO, 1992; QUINTEIRO, 1990; OLIVEIRA, 1979). Parece plausível supor que a permanência da figura jurídica da separação conjugal, de alguma maneira, contribua para a reprodução dessa situação. Por outro lado, desde dos anos de 1980, a união de fato parece ser uma opção de conjugalidade de crescente apelo entre os mais jovens e pessoas pertencentes a segmentos médios, intelectualizados, de grandes centros urbanos, representando um casamento experimental que pode vir a ser oficializado ou ainda, mantido como afirmação de um estilo de vida de ruptura com normas sociais convencionais (LAZO, 2001; BERQUÓ, 1998; GREENE, 1994; QUINTEIRO, 1990; BERQUÓ, OLIVEIRA e CAVENAGHI, 1990).

Se, em grande medida, constrangimentos sociais de várias ordens tornaram a união consensual a única opção de conjugalidade e constituição familiar para alguns segmentos da sociedade, ela igualmente se difunde como uma escolha possível, e talvez, considerada a mais viável, principalmente para aqueles que querem assumir uma nova união. Segundo estimativas realizadas para o Estado de São Paulo, nos anos de 1990, a cada recasamento legal de viúvos haveria 2,5 recasados por via de uma união consensual. Para as viúvas, essa relação seria de um recasamento legal para 3,4 constituídos consensualmente. Essa discrepância seria ainda maior entre as pessoas divorciadas (LAZO e SANTANA, 1998¹⁹ apud LAZO, 2001).

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira concedeu à união consensual a mesma condição de direitos do casamento civil. Desde então, não há distinção, ao menos no tratamento jurídico, entre os dois tipos de união. Ao reconhecer as relações

¹⁸ Expressão cunhada por Maria Coleta de Oliveira com base nos trabalhos de Marcílio (1984 e 1986) sobre a formação demográfica brasileira.

¹⁹ LAZO, Aida C.G.V.; SANTANA, E. O. C. Projeções semi-dinâmicas de famílias e/ou domicílios para o Estado de São Paulo. Relatório Parcial de Pesquisa. Departamento de Estatística, IMECC-UNICAMP. 1998.

decorrentes das uniões consensuais, o sistema legal possibilitou um tratamento mais flexível de questões que afetam a família, a conjugalidade e a filiação. Mesmo assim, socialmente persiste uma certa concepção de que a união consensual não envolveria o mesmo comprometimento e o comportamento de um casamento formal, sendo as responsabilidades assumidas e as expectativas nutridas em relação ao companheiro menos rígidas, o que, por sua vez, aumentaria a instabilidade e os riscos de dissolução conjugal (GREENE e RAO, 1992; GREENE, 1994; SOUZA, 1998; QUINTEIRO, 1999; LAZO, 2001).

Estudos apontam que a maior flexibilidade desse tipo de união se mostra mais vantajoso para os homens do que para as mulheres. Haveria uma pressão menor sobre a atuação masculina enquanto provedor familiar e o acirramento das responsabilidades femininas com a família. Em caso de ruptura conjugal, os homens tenderiam a se sentir desobrigados de fazer acordos de partilha ou ajuda financeira com a ex-parceira, mesmo em situações em que o casal possui filhos (PINELLI, 2004; LAZO, 1996)²⁰. Alguns autores, por outro lado, destacam que a coabitação seria uma escolha mais atraente para as mulheres, porque possibilitaria a construção de uma relação mais igualitária, onde as responsabilidades com o espaço doméstico e com a criação dos filhos são negociadas pelo casal (WU e HART, 2001). No entanto, várias das pesquisas apontam que os arranjos entre coabitantes tendem a ser instáveis, com menor investimento de recursos na vida doméstica e, em muitos países, não contam com a proteção do Estado. Isso colocaria um número muito maior de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social do que homens (PINELLI, 2004; BEAUJOT, 2003; WU e HART, 2001).

A maior instabilidade das uniões conjugais aumenta a possibilidade das pessoas vivenciarem uma monogamia seriada (PINELLI, 2004; GREENE, 1994). Ou seja, estabelecer e desfazer várias parcerias conjugais ao longo da vida. Mas isso tem sido uma característica mais presente na trajetória familiar masculina do que feminina. Isso é o que sugerem os dados censitários brasileiros.

²⁰ Em estudo com usuários de um serviço de mediação familiar na, extinta, Procuradoria de Assistência Judiciária na cidade de São Paulo (OLIVEIRA e BRITO, 2007), as pesquisadoras observaram que muitos homens eram surpreendidos com a informação de que a ex-parceira, com quem viviam em união estável, teria o direito à metade dos bens do casal.

Ao observar a distribuição da população por grupo etário e estado conjugal encontramos uma proporção maior de mulheres na condição de solteiras, separadas, divorciadas e viúvas. Isso se reflete na composição das famílias. Em 1970, 7% dos arranjos familiares brasileiros eram formados por mulheres sem cônjuge com filhos e menos de 1% por homens sem cônjuge com filhos (BERQUÓ,1998). No ano de 2000, esses arranjos contabilizavam 13,7% e 1,7%, respectivamente (IBGE, 2003). Para o Estado de São Paulo, o censo 2000 registrou 16% de famílias monoparentais femininas e 1,4% de masculinas (IBGE, 2003). Dois fatores contribuem para a manutenção dessas diferenças entre os sexos: a maior mortalidade masculina e o maior recasamento dos homens.

Infelizmente, as informações coletadas pelos censos demográficos são insuficientes para explorar minimamente os contextos que cercam a reconstituição familiar decorrente de um recasamento. Isso porque os dados disponíveis referem-se unicamente à condição conjugal atual dos entrevistados. No Censo de 1991, houve um esforço de aprimorar as informações sobre nupcialidade, ampliando o número de quesitos. Foram incorporadas às perguntas as datas de início da primeira união e da atual, possibilitando identificar as pessoas que teriam se unido mais de uma vez. No entanto, não há informações sobre a ordem da união atual e nem da natureza da(s) união(ões) anterior(es). Além disso, segundo consta na descrição da variável que indica a ocorrência de mais de uma união, a informação discrimina apenas as pessoas formalmente casadas²¹.

Conforme mostra a Tabela 1, 2,9% das pessoas que viviam com cônjuge estavam em um recasamento formal, no qual a proporção de homens e mulheres é praticamente igual. Infelizmente, pelas razões destacadas acima, não temos como saber se esta diferença é maior entre aqueles que estavam unidos consensualmente.

²¹ O manual das variáveis do censo de 1991 descreve da seguinte maneira: V3342 - Tipo de estado conjugal atual da pessoa recenseada. Classificação da informação: 1 - Casado (1ª união) : pessoa que vive em companhia de cônjuge com quem é casada pela primeira vez no civil e no religioso, somente no civil, ou somente no religioso (em qualquer religião ou seita); 2 - Casado (2ª união ou +) : pessoa que vive em companhia de cônjuge com quem é casada pela segunda ou mais vezes no civil e no religioso, somente no civil, ou somente no religioso (em qualquer religião ou seita); 3 - União consensual: pessoa que vive em companhia de cônjuge, sem ter realizado com ele casamento civil ou religioso. (IBGE, s/d) Não há uma segunda categoria para a união consensual indicando mais de uma união, como existe para os casados.

Tabela 1 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que vivem com cônjuge por tipo da união e sexo. Brasil, 1991

Tipo da união atual	Vive com cônjuge		Total	n
	Homens	Mulheres		
Casados (1a. União)*	40,4	41,1	81,5	45.493.238
Casados (2a. União)**	1,5	1,4	2,9	1.621.284
Unidos consensualmente	8,1	7,5	15,6	8.680.578
Total	50,0	50,0	100,0	55.795.100

Fonte: Censo Demográfico, 1991. Tabulações da autora.

*Casados no civil e no religioso, somente no civil ou somente no religioso

**Casados no civil e no religioso, somente no civil ou somente no religioso mais de uma vez

As iniciativas de ampliação das informações de nupcialidade não tiveram continuidade, assim como outras medidas que permitiriam identificar famílias reconstituídas. Um dos exemplos foi a retirada da categoria que, em 1991, permitia discriminar os filhos do chefe e os enteados do chefe. O que ocorreu no recenseamento subsequente foi, de fato, um retrocesso.

Em 2000, identificamos a condição de convivência conjugal, a natureza da última união e o estado civil da pessoa. No cruzamento dessas variáveis é possível captar uma parte de pessoas que, possivelmente, estão em uma segunda ou maior ordem de união. No último censo, na população brasileira encontramos 31% dos separados judicialmente, 38,2% dos divorciados e 10,6% dos viúvos vivendo com um(a) companheiro(a). Ou seja, estão provavelmente unidos com um(a) novo parceiro(a). No Estado de São Paulo estes percentuais foram de 29,4%, 37% e 9,1%, respectivamente. (Tabela 2) Entre os casados e os solteiros que viviam ou viveram com cônjuge ou companheiro(a), continuamos não sabendo qual a parcela que estaria casada ou unida consensualmente mais de uma vez.

**Tabela 2 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade por estado civil, sexo e condição de convivência conjugal.
Brasil e Estado de São Paulo, 2000**

	Estado civil	Viviam com cônjuge		Não viviam com cônjuge		Total
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Brasil	Solteiros	11,1	11,6	40,2	37,1	74.994.159
	Casados	47,8	47,4	1,7	3,0	50.703.609
	Separado judicialmente	18,8	12,2	24,1	44,9	2.661.741
	Divorciados	22,0	16,2	18,9	42,8	2.319.575
	Viúvos	4,2	6,4	14,3	75,2	6.231.273
São Paulo	Solteiros	9,0	9,3	42,6	39,0	14.997.905
	Casados	48,4	48,2	1,3	2,1	12.636.515
	Separado judicialmente	17,1	12,3	24,9	45,7	820.251
	Divorciados	20,3	16,7	19,3	43,8	685.855
	Viúvos	3,1	6,0	13,9	77,0	1.533.398

Fonte: Censo Demográfico, 2000. Tabulações da autora.

Outra fonte de dados disponível para avaliar a ocorrência de divórcios e recasamentos é o Registro Civil. Contudo, por tratar apenas de eventos formalizados, igualmente são informações que permitem traçar apenas um panorama parcial da formação e dissolução das uniões conjugais. Mesmo assim, constituem peças importantes para avançarmos nas discussões sobre as transformações mais recentes na família.

Os Divórcios e Recasamentos formais

Uma das maneiras para avaliar o peso dos divórcios na dinâmica de nupcialidade é observar a relação entre o número de ocorrências do evento e a população casada em dado momento. Na ausência de estimativas anuais da distribuição da população por estado conjugal, a avaliação, aqui empreendida, se restringe aos anos censitários de 1980, 1991 e 2000.

No quadro 3, observa-se que, no Brasil, em decorrência do aumento progressivo no número de divórcios, a taxa para cada 1.000 pessoas casadas no ano de 2000 foi cinco vezes mais do que em 1980. Não havendo diferenças entre as taxas de divórcio de homens e mulheres. No que diz respeito às separações judiciais, em

1980 a taxa foi o dobro da observada para os divórcios. O resultado não surpreende pelo fato da Lei do Divórcio ter começado a vigorar apenas dois anos antes. Em 1991 e 2000 as taxas de separação se tornam menores que as de divórcio. Novamente não se observam diferenças entre as taxas masculinas e femininas.

Quadro 3										
Divórcios e Separações Judiciais por 1000 habitantes casados										
Brasil 1980, 1991 e 2000										
Ano	População Casada				Registros			Taxas		
	Homem	Mulher	Total		Total	Homem	Mulher	Total		
1980	18.549.095	18.486.242	37.035.337	Divórcios	16.500	0,9	0,9	0,4		
					82.621	3,6	3,6	1,8		
					125.814	5,0	4,9	2,5		
1991	22.666.207	22.666.207	45.332.414	Separações	28.821	1,6	1,6	0,8		
					77.473	3,4	3,4	1,7		
					98.302	3,9	3,8	1,9		
2000	25.180.969	25.904.990	51.085.959	Divórcios	16.500	0,9	0,9	0,4		
					82.621	3,6	3,6	1,8		
					125.814	5,0	4,9	2,5		
1991	22.666.207	22.666.207	45.332.414	Separações	28.821	1,6	1,6	0,8		
					77.473	3,4	3,4	1,7		
					98.302	3,9	3,8	1,9		
2000	25.180.969	25.904.990	51.085.959	Divórcios	16.500	0,9	0,9	0,4		
					82.621	3,6	3,6	1,8		
					125.814	5,0	4,9	2,5		

Fonte: IBGE - Registro Civil e Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000. Tabulações da autora.

Para o Estado de São Paulo, o incremento nas taxas de divórcio foi maior do que para o país, se destacando também algumas diferenças nas taxas por sexo. Conforme apresentado no quadro 4, em 1991, havia um número ligeiramente maior de mulheres divorciadas do que homens para cada 1000 pessoas casadas. No ano de 2000 a diferença entre as taxas volta a ser mínima.

<p style="text-align: center;">Quadro 4 Divórcios e Separações judiciais por 1000 habitantes casados Estado de São Paulo 1980, 1991 e 2000</p>								
Ano	População Casada				Registros		Taxas	
	Homem	Mulher	Total		Total	Homem	Mulher	Total
1980	4.461.593	4.442.607	8.904.200	Divórcios	4.991	1,1	1,1	0,6
					29.383	5,2	5,4	2,7
					38.639	6,1	6,0	3,0
1991	5.615.149	5.463.038	11.078.187					
2000	6.292.777	6.422.919	12.715.696	Separações	10.924	2,4	2,5	1,2
					32.198	5,7	5,9	2,9
					37.439	5,9	5,8	2,9

Fonte: IBGE - Registro Civil e Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000. Tabulações da autora.

No caso de São Paulo, as taxas de separação judicial e de divórcio foram muito semelhantes nos anos de 1991 e 2000. E os dados reforçam que em 1991 havia um número ligeiramente maior de mulheres separadas do que homens para cada 1.000 pessoas casadas. Contudo, as diferenças entre as taxas masculinas e femininas foram mínimas.

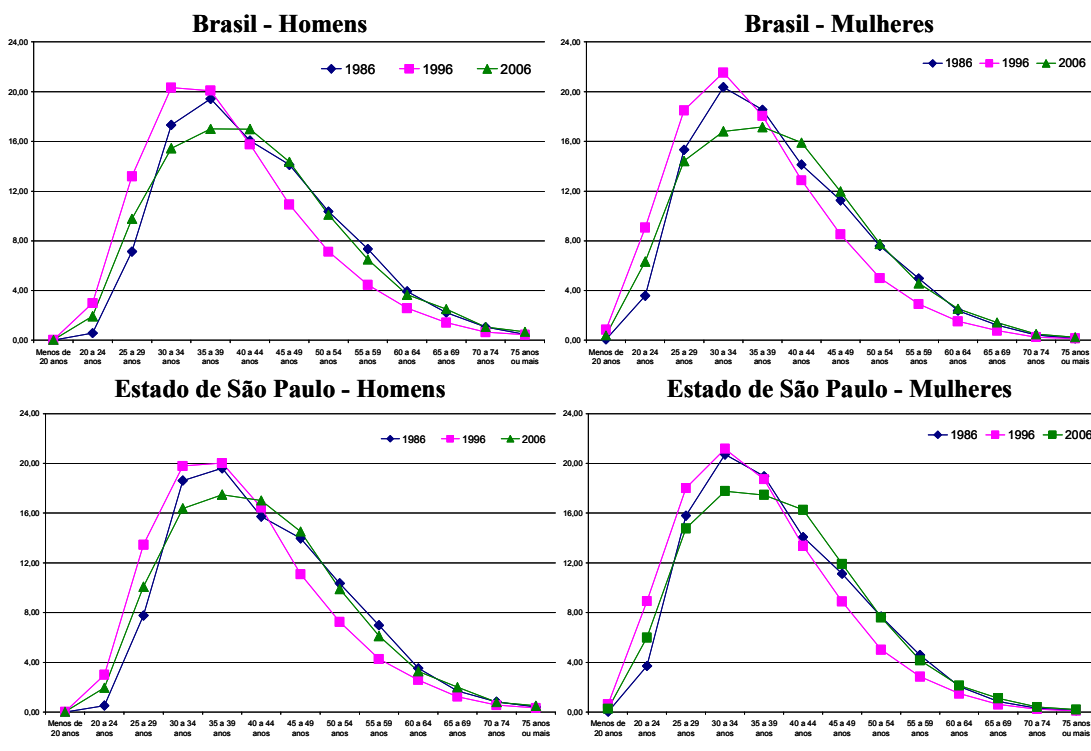
As tendências de ruptura conjugal também podem ser avaliadas a partir da relação dos casamentos entre solteiros e os divórcios realizados no mesmo ano. A razão entre primeiros casamentos e divórcios realizados em um ano mostra que, em 1984, a cada 1.000 casamentos entre solteiros registrados no país havia 35,6 divórcios concedidos em primeira instância. No ano de 2000 foram 212,6 por 1.000 casamentos. Em São Paulo essa razão foi de 51,9 em 1984 e 241,4 por 1.000 no ano de 2006.

No que se refere a idade dos cônjuges à época do divórcio, tanto homens quanto mulheres se divorciam em maiores proporções na faixa etária dos 30 aos 40 anos de idade. Conforme os dados do Registro Civil, no período de 1984 a 1999, os divórcios se concentravam nessa faixa etária (Anexo 3, figura 13 e 14). Nos últimos seis anos, a distribuição proporcional dos divórcios segundo a idade do cônjuge foi menos concentrada, ampliando a faixa etária em que ocorre grande parte das dissoluções conjugais.

Para demonstrar essa ampliação etária, na figura 1 destaco três pontos no tempo: 1986, 1996 e 2006. A escolha de apenas três anos tem por objetivo dar melhor visibilidade para o comportamento da curva dos divórcios por idade. Desta forma, parti do conjunto de dados mais recente – 2006 – e fui retrocedendo 10 anos no tempo, para destacar um ponto em cada década do intervalo analisado nesse trabalho (1984-2006).

Tanto no país quanto no estado paulista, o pico dos divórcios na população feminina acontece na faixa dos 30-34 anos e na masculina entre 35-39 anos. Em 1996, a queda mais acentuada observada após os 39 anos indica, por exemplo, que os divórcios registrados nesse ano envolveram uma população mais jovem que nos outros períodos destacados. O comportamento da curva em 2006 mostra que a formalização das rupturas se distribuiu de maneira mais uniforme na faixa dos 30 aos 45 anos.

Figura 1 – Proporção de divórcios por grupo etário do homem e da mulher em anos selecionados. Brasil e Estado de São Paulo, 1986, 1996, 2006



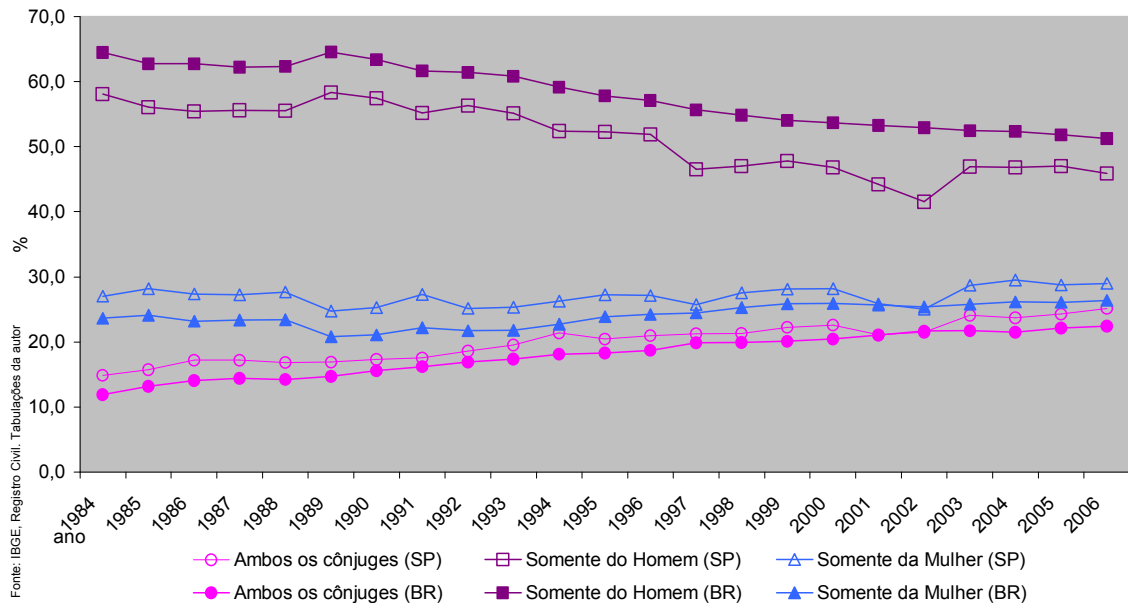
Os dados referentes aos últimos seis anos (Anexo 3, Figura 15 e 16) parecem apontar para o envelhecimento da população que se divorcia. Vários fatores podem estar contribuindo para esse cenário, a entrada mais tardia em um casamento formalizado, pessoas que se divorciam mais de uma vez ou ainda pela demora na regularização do estado civil.

Esse contingente de divorciados retorna ao mercado matrimonial, podendo se casar novamente. Dados do Registro Civil mostram aumento nas proporções relativas de casamentos formais de pessoas viúvas e divorciadas no país. Em 1984, no Brasil essas uniões corresponderam a 5% do total de registros de casamento, no ano de 2006 somaram 14,7%. No estado de São Paulo estas proporções foram de 6,7% e 17,6% respectivamente. (Anexo 3, tabela 16). Isso reflete algumas das modificações ocorridas no mercado matrimonial, decorrentes, entre outros fatores, da Lei do Divórcio de 1977, da Constituição Federal de 1988 e de outros dispositivos legais

que, direta ou indiretamente, regulamentaram e facilitaram condições para a dissolução e formação de novas uniões conjugais. Dessa forma, a elevação dos percentuais de casamentos de pessoas divorciadas, em realidade, expõe o aumento do número de pessoas com esse estado civil em nossa sociedade.

Como demonstra o gráfico 3, no período entre 1984 e 2006, a proporção relativa de recasamentos somente do homem esteve em queda constante no conjunto de registros para o país. No Estado de São observa-se o mesmo comportamento.

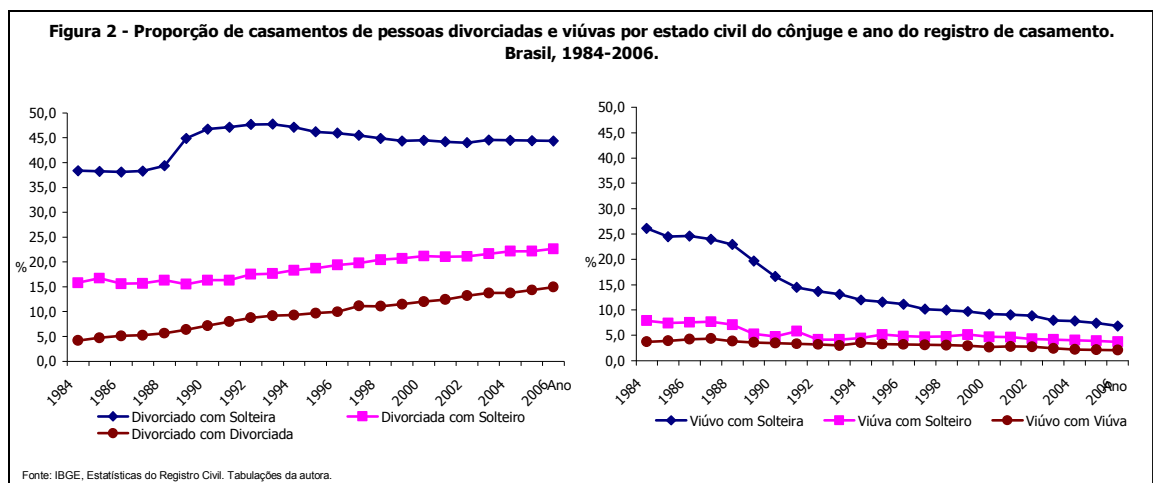
**Gráfico 3 - Distribuição percentual dos tipos de recasamento.
Brasil e Estado de São Paulo, 1984-2006.**



No que se refere as proporções de recasamentos somente da mulher estas se mostraram estáveis com pequenas oscilações ao longo do período destacado tanto para o Brasil quanto para o Estado de São Paulo. Os casos em que o recasamento era de ambos os cônjuges, as proporções desse tipo de união tiveram um crescimento constante no período de 1984 a 2006, se aproximando das proporções relativas de recasamentos somente da mulher.

Destaca-se que a proporção de recasamentos de ambos os cônjuges e somente da mulher se mostra um pouco maior no Estado de São Paulo do que no total do país, diferente do que se observa para os recasamentos somente dos homens. (Gráfico 3) O que sugere que as mulheres divorciadas e viúvas paulistas teriam melhores chances de recasar formalmente.

Entre os recasamentos formais realizados no país, as maiores proporções encontram-se na combinação de pessoas divorciadas com pessoas solteiras. Este tipo de parceria representa mais de 70% dos recasamentos. No Brasil, a figura 2 mostra que a união de um homem divorciado com mulher solteira representou 44,4% dos registros de casamentos de divorciados e viúvos realizados em 2006. (Figura 2)

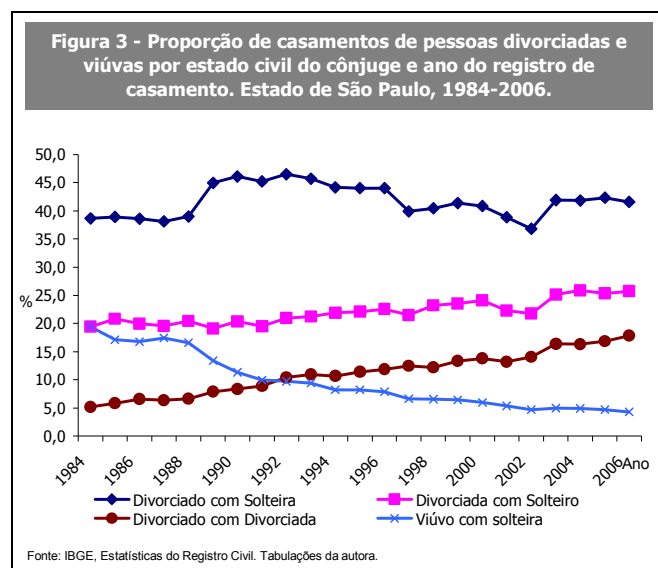


Outro crescimento que desperta atenção refere-se aos recasamentos entre divorciados. Até meados da década de 1990, esse tipo de parceria permanece com importância menor do que os casamentos entre homem viúvo e mulher solteira, até ultrapassá-los em 1997. Esse crescimento acompanha o ritmo contínuo de incremento exibido pelos recasamentos de divorciados – homens e mulheres - com solteiros (Figura 2).

A redução do percentual relativo das uniões formais de viúvos com mulheres solteiras, - que em 1984 representava 26% dos registros de recasamentos e em 2006 significava apenas 6,9% - reflete, como mencionado anteriormente, o aumento da

população de divorciados no mercado matrimonial. Os demais casamentos envolvendo pessoas viúvas permaneceram com percentuais relativos praticamente inalterados durante o período destacado. (Figura 2)

Em São Paulo, a proporção de homens divorciados casados com mulheres solteiras foi de 41,5% e de mulher divorciada com homem solteiro foi de 25,7%, no ano de 2006. Observa-se pela figura 3 que enquanto os percentuais relativos do arranjo homem divorciado com mulher solteira oscilaram bastante no período destacado, a parceria entre mulher divorciada e homem solteiro se manteve em um ritmo de crescimento lento. O que chama atenção é o incremento constante dos casamentos entre homem e mulher divorciados que ultrapassa a proporção de uniões legais entre homens viúvos e mulheres solteiras alguns anos antes do que no conjunto do país, em 1992.



Apesar da manutenção de elevadas proporções de casamentos de homens divorciados, acredito que o comportamento dos demais tipos de recasamento não podem ser ignorados, pois, embora em número mais reduzido eles demonstram que transformações estão se operando na formação das parcerias. Mudanças nas representações de gênero e a maior aceitação social do divórcio são fatores que podem estar relacionados ao aumento dos casamentos de mulheres divorciadas. Não

faz muito tempo, os estigmas do divórcio recaiam principalmente sobre as mulheres (VAITSMAN, 1994) e aos poucos alguns preconceitos tem sido combatidos, auxiliando na superação da discriminação social e de gênero que eram gerados na condução de muitos processos de divórcio (TRAVIS, 2003).

Se observarmos esses recasamentos no conjunto da população viúva e divorciada, nota-se que as uniões das mulheres divorciadas e viúvas no Brasil, em 2000, foi o principal contribuinte para o aumento do índice de recasamentos em relação ao ano de 1991. Enquanto o índice feminino mais do que duplicou, o masculino reduziu em cerca de 4 pontos.(Quadro 5)

Quadro 5				
Recasamentos por 1000 habitantes divorciados e viúvos				
Brasil e Estado de São Paulo, 1991 e 2000.				
	Sexo	População Divorciada e Viúva	Registros de Recasamentos **	Índice de Recasamentos *
Brasil				
1991	Homens	1.108.450	39.939	36,0
	Mulheres	4.793.428	19.682	4,1
	Total	5.901.878	51.313	8,7
2000	Homens	1.957.299	62.764	32,1
	Mulheres	3.706.754	39.267	10,6
	Total	5.664.053	85.382	15,1
Estado de São Paulo				
1991	Homens	520.528	13.446	25,8
	Mulheres	692.359	8.290	12,0
	Total	1.212.887	16.733	13,8
2000	Homens	532.604	18.658	35,0
	Mulheres	1.687.088	13.843	8,2
	Total	2.219.692	27.271	12,3

Fonte: IBGE - Registro Civil e Censos Demográficos 1991 e 2000

*Índice de recasamentos = razão entre os Casamentos de divorciado(a)s e viúvo(a)s no tempo t pela População de divorciado(a)s e viúvo(a)s no tempo t, multiplicado por 1.000

** Casamentos em que ambos ou um dos cônjuges possuíam o estado civil de divorciado ou viúvo

O mesmo não acontece para o Estado de São Paulo. Conforme exposto no quadro 5, o índice de recasamento no ano de 2000 foi um ponto a menos do que em 1991. Quando discriminado por sexo, nota-se uma inversão da situação vista no

conjunto do país, ou seja, houve um aumento do índice masculino e queda do feminino.

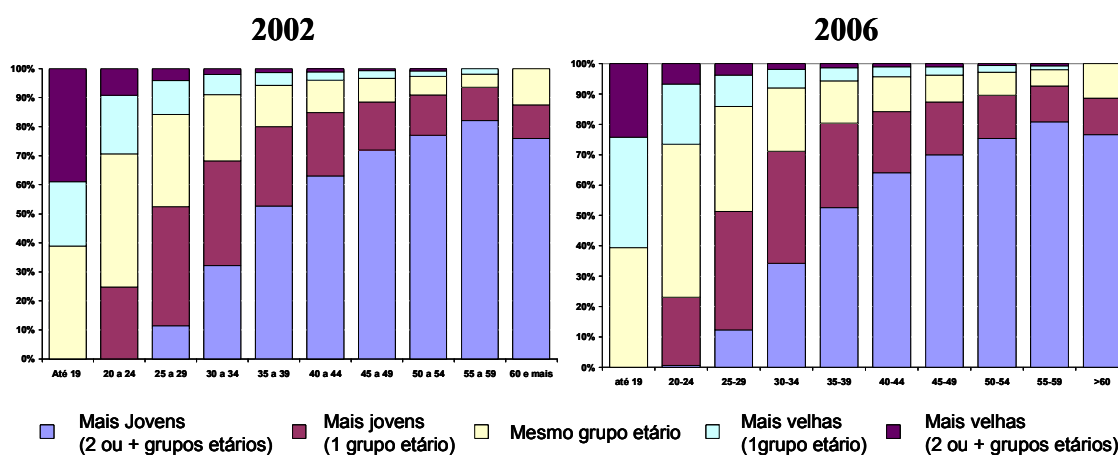
Os dados mostram que o comportamento do recasamento feminino tem um peso significativo no resultado do índice geral. Isso está relacionado a maior quantidade de mulheres na condição de viúvas e divorciadas na população. Enquanto de um censo para outro a população feminina divorciada e viúva no Estado de São Paulo e no país teve um acréscimo de quase 1 milhão de mulheres, a masculina foi incrementada com cerca de 12.000 homens viúvos e divorciados no estado paulista e pouco mais de 800.000 no país.

Quem utiliza o banco de dados do Registro Civil através do Sistema Integrado de Dados Agregados (SIDRA) se depara com algumas limitações. Uma delas diz respeito a possibilidade de trabalhar com a idade do homem e da mulher no momento da separação judicial, do divórcio ou do casamento. A informação por idade somente é obtida por grupos etários quinquenais. Além disso, há cruzamentos de variáveis que não são possíveis de ser feitos para todos os anos contidos na base. Esse é o caso do cruzamento, que constitui o principal interesse dessa tese, entre casamento de homem divorciado com mulheres em cada estado civil possível (solteira, divorciada ou viúva) segundo a idade dos cônjuges.

Dentre os anos que permitem fazer esse tipo de cruzamento, selecionei para a análise da idade dos cônjuges em casos de recasamento de homens divorciados, o conjunto de dados mais antigo – 2002 - e o mais recente – 2006.

No que se refere à idade, permanece a tendência de homens casarem com mulheres mais jovens. No caso dos homens divorciados, esse tipo de arranjo é característico principalmente quando se trata de uma parceira solteira. A figura 4 mostra que conforme o homem avança na idade, maiores são as proporções de casamento com mulheres onde a diferença de idade entre o casal é de dois ou mais grupos etários quinquenais.

Figura 4 - Distribuição percentual dos casamentos de homens divorciados com mulheres solteiras, por grupo etário do homem e grupos de diferença de idade da cônjuge. Brasil, 2002 e 2006



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil. Tabulações da autora.

Os dados expostos na tabela 3 mostram que em 2006, no Brasil, cerca de 52% dos casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras, envolveu um homem com idade entre 30 e 44 anos, sendo que $\frac{3}{4}$ deles se casaram com uma mulher que estava na faixa etária de 20 a 34 anos de idade. Em São Paulo, no mesmo ano, o padrão se assemelha, mas se destaca o peso relativo dos enlaces de homem divorciado de 30 a 39 anos com mulher solteira de 25 a 29 anos de idade. (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras por grupo etário do homem. Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras por grupo etário do homem e alguns grupos etários femininos. Brasil e Estado de São Paulo, 2006.

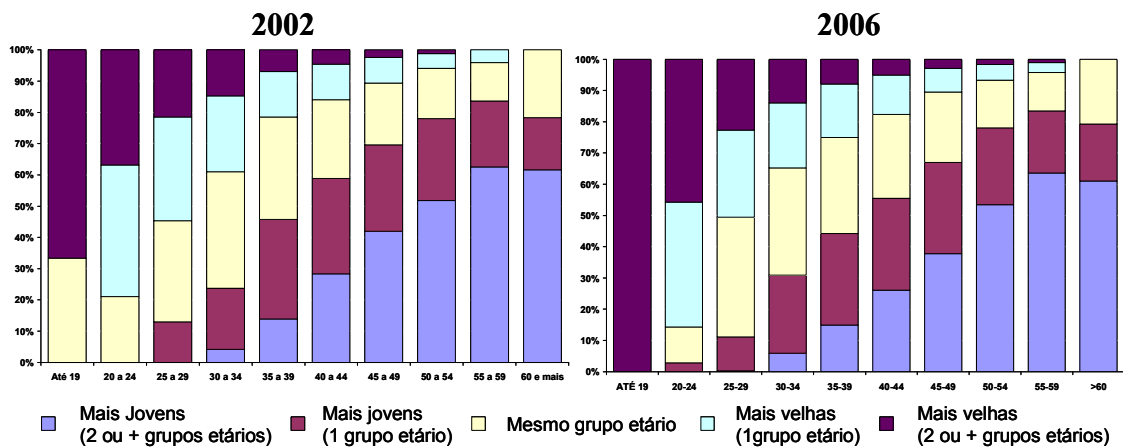
Grupo etário do Homem	Brasil				São Paulo			
	Divorciados	Mulheres Solteiras			Divorciados	Mulheres Solteiras		
		20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos		20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos
Até 19 anos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
20 a 24 anos	0,9	0,5	0,2	0,0	1,0	0,6	0,2	
25 a 29 anos	7,8	3,1	2,7	0,8	8,7	3,4	3,2	
30 a 34 anos	16,0	4,5	5,9	3,3	18,0	4,8	7,1	
35 a 39 anos	18,6	3,2	5,9	5,2	19,5	2,9	6,4	
40 a 44 anos	17,3	1,9	4,0	4,9	17,6	1,5	5,3	
45 a 49 anos	13,7	0,9	2,3	3,2	13,2	0,7	2,3	
50 a 54 anos	9,7	0,4	1,1	1,7	8,7	0,4	1,0	
55 a 59 anos	6,7	0,2	0,5	1,0	5,8	0,2	0,3	
60 anos e mais	9,1	0,2	0,4	0,8	7,5	0,1	0,3	

Fonte: IBGE, Registro Civil. Tabulações da autora.

No caso das uniões entre divorciados, as idades são mais elevadas. No Brasil, 62,4% das uniões desse tipo o homem tem idade entre 35 e 54 anos. Observa-se uma proporção significativa de arranjos conjugais com diferenças etárias menores do que no caso dos homens divorciados que se unem com mulheres solteiras. (Figura 5)

Conforme o avanço da idade, continua o padrão dos homens se casarem com mulheres mais jovens, mas a Figura 5 mostra que há uma parcela significativa de parceiras divorciadas que são da mesma faixa etária do homem ou com apenas um grupo etário quinquenal de diferença.

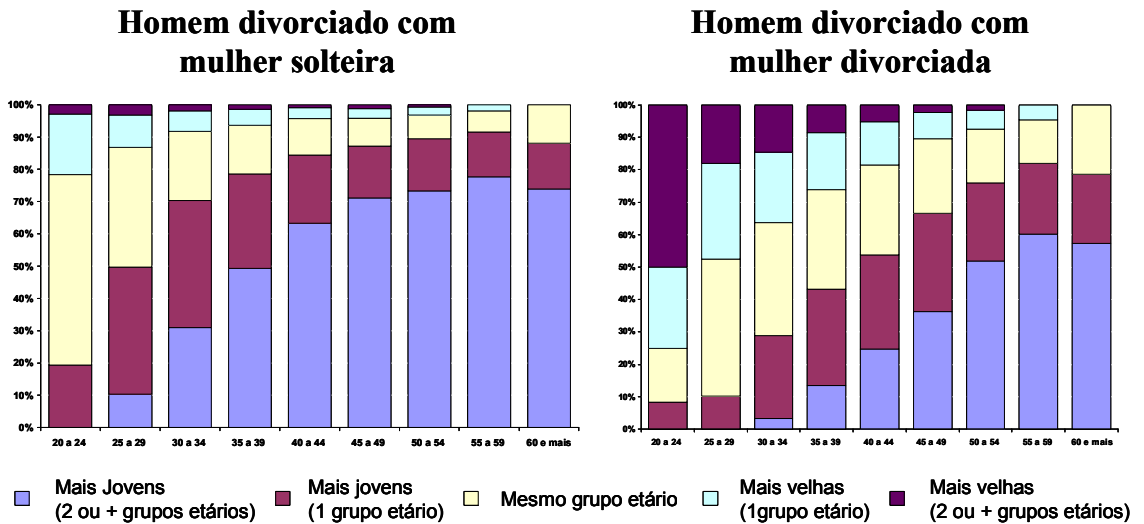
Figura 5 - Distribuição percentual dos casamentos de homens divorciados com mulheres divorciadas, por grupo etário do homem e grupos de diferença de idade da cônjuge. Brasil, 2002 e 2006



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil. Tabulações da autora.

De modo geral, os recasamentos paulistas apresentam tendência semelhante ao contexto do país (Figura 6).

Figura 6 - Distribuição percentual dos casamentos de homens divorciados com mulheres solteiras e divorciadas, por grupo etário do homem e grupos de diferença de idade da cônjuge. Estado de São Paulo, 2006



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil. Tabulações da autora.

Como se destaca na Tabela 4, esse tipo de arranjo se concentra na faixa etária de 40 a 54 anos para os homens e a maioria deles se casou com uma mulher divorciada com idade entre 35 e 49 anos.

Tabela 4 - Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres divorciadas por grupo etário do homem. Distribuição percentual dos casamentos entre homens divorciados e mulheres divorciadas por grupo etário do homem e alguns grupos etários femininos. Brasil e Estado de São Paulo, 2006.

Grupo etário do Homem	Brasil				São Paulo			
	Divorciados	Mulheres Divorciadas			Divorciados	Mulheres Divorciadas		
		35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos		35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos
Até 19 anos	–	–	–	–	–	–	–	–
20 a 24 anos	0,2	–	–	–	0,2	–	–	–
25 a 29 anos	2,4	0,4	0,1	0,0	2,4	0,3	0,1	0,0
30 a 34 anos	7,6	1,6	0,7	0,2	7,8	1,7	0,8	0,3
35 a 39 anos	13,0	4,0	2,2	0,8	13,2	4,0	2,3	0,8
40 a 44 anos	17,3	5,1	4,6	2,2	17,7	5,1	4,9	2,4
45 a 49 anos	17,6	3,7	5,1	4,0	18,5	4,0	5,6	4,2
50 a 54 anos	14,6	2,4	4,0	3,6	14,6	2,3	3,9	3,5
55 a 59 anos	11,5	1,4	2,5	2,7	11,1	1,2	2,4	2,6
60 anos e mais	15,9	0,9	0,9	2,9	14,6	0,7	1,5	2,4

Fonte: IBGE, Registro Civil. Tabulações da autora.

Os dados do Registro civil permitem avaliar as chances relativas de homens e mulheres voltarem a contrair núpcias após a viuvez ou divórcios. Freire, Araújo e Aguirre (2006) constataram que no Brasil, a probabilidade de homens viúvos e divorciados recasarem legalmente é maior do que para as mulheres com o mesmo estado civil. Os autores calcularam que a chance de um homem divorciado estar novamente casado aos 40 anos é de cerca de 35%, enquanto para uma mulher nessa mesma condição é de aproximadamente 10%. No caso de pessoas viúvas, a chance de estarem recasadas aos 40 anos de idade é em torno de 15% para homens e menos de 5% para as mulheres. Para os autores, essas diferenças, em certa medida, são explicadas pelos tipos de obstáculos encontrados por homens e mulheres na busca por novos parceiros. O fato da guarda dos filhos ficar com as mulheres após a ruptura conjugal seria um dos fatores que dificultaria o estabelecimento de uma nova parceria.

De fato, essa situação pode ser pensada para um contingente bem significativo de mulheres que se divorciam a cada ano no país. Grande parte dos divórcios envolve casais que possuem filhos, dos quais mais da metade são menores de idade e, em aproximadamente 90% dos casos, a mulher é definida como a responsável pela guarda (Quadro 6)

Quadro 6 - Percentual de divórcios segundo a existência de filhos, número de filhos do casal e o responsável pela guarda dos filhos menores em anos selecionados. Brasil, 1986, 1996 e 2006.

		1986	1996	2006
Existência de filhos	Sem filhos	30,5	25,0	30,4
	Com filhos menores	50,9	62,4	48,9
Número de filhos do casal	1-2 filhos	46,2	52,6	50,6
	3-4 filhos	17,1	17,9	15,0
	5 filhos ou mais	6,2	4,4	4,0
Responsável pela guarda dos filhos menores	Mulher	83,0	88,8	88,2
	Homem	10,8	6,6	6,4
	Outro	6,2	4,6	5,4

Fonte: Estatísticas do Registro Civil

Em 2006, 42,5% dos divórcios e 65,2% das separações conjugais realizadas no Estado de São Paulo envolviam casais com pelo menos um filho menor de idade. (Tabela 5)

Tabela 5 - Proporção de divórcios e separações judiciais por tipo de família e condição de maioridade dos filhos. Estado de São Paulo, 2006.

Tipo de Família	Divórcios	Separações conjugais
Sem filhos	38,9	24,6
Com filhos	61,1	75,4
Todos maiores	30,4	13,5
Todos menores	58,0	75,1
Maiores e menores	11,5	11,4
Total	47.024	40.268

Fonte: IBGE, Registro Civil. Tabulação da autora.

Contudo, alguns estudos realizados em outros países (STEWART, 2002; THOMPSON e LI, 2002, TOULEMON, 1997) relativizam o peso de ter filhos nas chances de recasamento das mulheres. Consideram que outras variáveis como a quantidade, a

idade e o sexo dos filhos, além da escolaridade e da condição de atividade da mulher, podem influenciar nas chances de ter um novo parceiro conjugal. O trabalho de Miranda-Ribeiro (1993) para o Brasil aponta nessa direção. Com base nos dados do suplemento de nupcialidade da PNAD de 1984, a autora indica que o peso da existência de filhos nas chances de recasamento se mostrou negativa apenas para as descasadas com três filhos ou mais e, de uma maneira geral, as que teriam a menor chance de recasar seriam as mulheres com maior escolaridade.

No caso dos divorciados, o fato de não coabitarem com os filhos da união desfeita concederia aos homens maior liberdade para investirem em novos relacionamentos. Além disso, a tendência de viúvos e divorciados recasarem com mulheres mais jovens, muitas vezes sem filhos, faria com que os homens postergassem o encerramento da carreira reprodutiva, talvez, com uma prole maior do que inicialmente desejavam. Conforme alguns estudos indicam, na ocorrência de uma segunda união, os homens tenderiam a ser mais receptivos a ter novos filhos, independente da prole que já tenham (OLIVEIRA, 2003; STEWART, 2002; THOMPSON e LI, 2002; OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 2000).

A maioria dos dados até aqui apresentados refere-se ao contexto da nupcialidade legal. Pouco se sabe sobre a dinâmica de separações e recasamentos que acontecem informalmente. Desconhecemos, por exemplo, quantos dos solteiros que se casam já haviam vivido em união com outro ou o mesmo parceiro. Não sabemos com que intensidade acontece e quais seriam as características das pessoas que migram de um tipo de união para outro após uma ruptura conjugal. Desconhecemos, igualmente, a parcela de crianças e adolescentes envolvidos em cada uma dessas dinâmicas.

Os dados que dispomos sobre a conjugalidade são bem restritos e impõem muitos limites para quem deseja estudar a conjugalidade articulada com outras esferas da vida social. Os Censos Demográficos contam com um número mínimo de quesitos que permitem unicamente conhecer o estado conjugal atual e o civil da população. As PNADs apresentam descontinuidade nesse tipo de informação, sendo a situação conjugal da população captada apenas para os anos de 1977, 1978, 1992 a 1995. Em 1984, a PNAD contou com um suplemento de nupcialidade que recuperou a história

de união dos entrevistados, gerando uma série de trabalhos sobre a temática (MEDEIROS, OZÓRIO E VARELLA, 2002; LAZO, 2001, MIRANDA-RIBEIRO, 1993; GREENE, 1992; GOLDANI, 1990). Mais recentemente, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) realizada em 1986 e 1996 contemplam de forma mais ampla os temas de conjugalidade e fecundidade. Em 1996, a PNDS também contou com uma amostra independente de homens relativizando a ênfase na população feminina em idade reprodutiva. Estes dados permitem explorar características da vida familiar e da fecundidade de homens que haviam se unido mais de uma vez. A exploração das informações da amostra masculina está no capítulo que se segue.

Capítulo 3

Aspectos da conjugalidade, da família e da reprodução de homens recasados: explorando os dados da amostra masculina da PNDS 1996

Este capítulo explora dados da amostra masculina da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) de 1996. Foram analisadas as informações sobre o contexto de vida familiar— composição do domicílio, conjugalidade e fecundidade - dos homens que viviam à época da pesquisa em união conjugal.

O interesse na amostra masculina da PNDS de 1996 se deve a duas razões. A primeira está relacionada ao fato de ser a única pesquisa domiciliar com informações sobre a vida sexual e reprodutiva masculina a partir de uma amostra independente de homens. Do total de domicílios selecionados para a pesquisa, 25% foram sorteados (4.016 domicílios) para compor a amostra masculina, obtendo-se informações completas para 3.356 domicílios. Neste conjunto, encontraram-se 3.986 homens na faixa etária de 15 a 59 anos, dos quais 2.949 foram entrevistados (74%) (BEMFAM, 1999). Além disso, a PNDS também possibilita trabalhar com informações de homens com mais de uma experiência de união conjugal. Busca-se através da exploração destes dados, elementos que permitam refletir sobre a questão central desta tese: que tipo de impacto a experiência de união conjugal e de fecundidade anterior de um dos cônjuges, ou de ambos, teria sobre a história reprodutiva de homens que vivem em famílias reconstituídas?

A estrutura do questionário dos homens se assemelha ao das mulheres, excluindo as questões de história de nascimentos, saúde da criança e medidas antropométricas. Composto por seis seções, abarca características sociais gerais do entrevistado, número de filhos vivos e nascidos vivos por sexo e local de residência, conhecimentos e práticas contraceptivas e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, com destaque para a Aids. Os quesitos de maior interesse para o desenvolvimento deste trabalho fazem parte principalmente das seções 1 (características dos entrevistados), 2 (reprodução), 4 (casamento e atividade sexual) e 5 (planejamento da fecundidade). A ficha de domicílio também foi utilizada para

complementar as informações sobre a composição domiciliar e familiar dos homens entrevistados.

A análise a ser aqui empreendida é de tipo descritiva. O intento é explorar o que os dados da amostra masculina da PNDS de 1996 nos podem revelar acerca do comportamento masculino no que diz respeito à família, à conjugalidade e à reprodução. Diferente de outros trabalhos que analisam informações da amostra masculina (BEMFAM, 1999; BADIANI, CAMARANO, 1998), aqui o foco da análise é o grupo de homens em união, especialmente aqueles que declararam ter vivido mais de uma união conjugal.

Importante destacar que, dado o desenho amostral da PNDS²², e a especificidade do grupo que se deseja estudar, apenas pudemos contar com um número reduzido de casos na amostra. Desta forma, os dados analisados neste capítulo referem-se, apenas, ao conjunto do país.

A composição dos domicílios

Com o intuito de explorar detalhes sobre a composição do domicílio e as características das pessoas que residem com os homens entrevistados, os dados da Ficha de domicílio foram trabalhados conjuntamente com as informações do Questionário individual masculino. Isto permitiu distinguir os arranjos domiciliares dos homens em primeira união e com duas ou mais uniões.

No que se refere à posição no domicílio, a amostra masculina é composta em maioria por homens chefes (55,8%), seguido por entrevistados classificados como filho do chefe do domicílio (34,4%) (Tabela 6).

²² A amostra da PNDS 96 corresponde a uma sub-amostra da PNAD de 1995, elaborada para obtenção de resultados representativos e de estimativas independentes para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e para as Grandes Regiões (Sul, Centro-Leste, Nordeste, Norte urbano e Centro Oeste). A pesquisa envolveu amostra composta por todas as mulheres de 15 a 49 anos de idade residentes nos domicílios selecionados e uma amostra masculina composta por todos os homens de 15 a 59 anos de idade residentes em 25% destes domicílios. Em 4.106 domicílios contendo 3.986 homens na faixa etária de 15-59 anos, 74% foram entrevistados, alcançando uma taxa de resposta total de 69,1. Esta reduzida taxa de resposta, segundo os responsáveis pelo levantamento, era esperada face à dificuldade de encontrar os homens nos domicílios nos horários disponíveis para a pesquisa. Desta maneira, o estado do Rio de Janeiro apresentou a maior porcentagem de entrevistas masculinas perdidas (ausentes+incompletas+outras) (44%) seguida por São Paulo (37,1%), enquanto a Região Norte registrou a maior proporção de entrevistados (86,8%) (BEMFAM, 1997).

Tabela 6
Distribuição dos entrevistados segundo posição no domicílio. Brasil, 1996

Posição no domicílio	n	%
Chefe	1.645	55,8
Filho	1.015	34,4
Outro parente	179	6,1
Adotivo/enteado	51	1,7
Não parente	32	1,1
Companheiro da chefe	27	0,9
Total	2.949	100,0

Fonte: PNDS, 1996. Tabulação da autora

Os 2.949 homens entrevistados estão distribuídos em 2.230 domicílios contendo em média 4,6 pessoas. Uma grande parcela dos domicílios possui entrevistados que declararam viver em união conjugal e, em pouco mais de 10%, residem aqueles que declararam ter se unido mais de uma vez. (Quadro 7).

A partir da variável “Relação com o chefe”, se observa que em mais da metade dos domicílios o chefe reside com ao menos um filho menor de 15 anos de idade, sendo 6,4% filhos adotivos ou enteados nessas idades (Quadro 7).

**Quadro 7 - Informações gerais sobre a composição dos domicílios dos homens entrevistados.
Brasil, 1996**

	n = 2.230 domicílios
Número médio de pessoas por domicílio	4,6
Número médio de homens entrevistados por domicílio	1,3
Porcentagem de domicílios em que o chefe foi entrevistado	73,8
Porcentagem de domicílios com homens entrevistados que estavam unidos	71,8
Porcentagem de domicílios com homens entrevistados em segunda ou mais união	12,3
Porcentagem de domicílios com presença de filhos do chefe	85,6
Porcentagem de domicílios com filhos do chefe menores de 15 anos	60,9
Porcentagem de domicílios com presença de adotivos ou enteados do chefe	8,7
Porcentagem de domicílios com adotivos ou enteados do chefe menores de 15 anos	6,4

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora

Entre os arranjos domiciliares observados na amostra masculina, predomina a composição formada por casal e filhos (55,5%), tendo nenhum outro tipo de arranjo ultrapassado 8% do total dos domicílios. Nos arranjos formados por homem sem cônjuge, os sozinhos representam 3,9%, aqueles residindo com outros parentes 1,9% e os homens sem cônjuge e com filhos 1,2%²³. (Tabela 7)

²³ Em 1991, o censo registrou 5,4% de homens sozinhos e 1,4% de arranjos do tipo homem sem cônjuge e com filhos (IBGE, 2003). Na PNAD de 1996, estas composições representavam, respectivamente, 5,2% e 1,8% dos arranjos domiciliares (GOLDANI, 1998). Medeiros e Osório(2002) utilizando as séries da PNAD de 1978 a 1998, analisam as mudanças ocorridas na composição dos arranjos domiciliares e demonstram que a proporção do tipo casal com filhos vem decrescendo (68% em 1978, 65% em 1988 e 59% em 1998) em função do aumento do peso dos monoparentais femininos (9%, 11% e 14% nos anos citados), tendo os do tipo monoparental masculino pouco se alterado ao longo deste período (passou de 1% para 2%).

Tabela 7
Distribuição dos domicílios dos homens entrevistados segundo sua
composição. Brasil, 1996

Arranjos	n	%
Casal + filhos	1.237	55,5
Casal + filhos + outros parentes	174	7,8
Casal	124	5,6
Casal + filhos + netos	95	4,3
Mãe + filhos	86	3,9
Homem sozinho	79	3,5
Casal + filhos + não parentes	77	3,5
Casal + filhos + netos + outros parentes	57	2,6
Homem + outros parentes	43	1,9
Mãe + filhos + netos	35	1,6
Mãe + filhos + outros parentes	32	1,4
Mãe + filhos + netos + outros parentes	28	1,3
Pai + filhos	26	1,2
Casal + outros parentes	19	0,9
Outros arranjos	137	6,1
Total	2.230	100,0

Fonte: PNDS, 1996 Tabulação da autora

O aumento dos divórcios, das separações e de novas uniões conjugais tem propiciado mudanças na composição das famílias. Além do crescimento no número de arranjos contendo mulheres sem cônjuge e com filhos, imagina-se que também haja um número crescente de famílias compostas por proles de uniões distintas. Contudo, a presença de enteados nos domicílios não tem sido uma informação discriminada pelas pesquisas domiciliares existentes no Brasil. Exceção feita ao Censo de 1991, comumente filhos biológicos, adotivos e enteados são classificados em uma única categoria: a de filhos²⁴. Esta limitação dos dados impossibilita fazermos um melhor acompanhamento e detalhamento da diversificação das composições familiares ao longo das últimas décadas, decorrentes de dissoluções conjugais e recasamentos²⁵.

²⁴ Os questionários das PNADs ao longo da década de 1970 discriminavam os filhos naturais, enteados e adotivos/de criação. Contudo, na divulgação impressa dos resultados as categorias são apresentadas agrupadas.

²⁵ Importante destacar que a melhor discriminação dos vínculos existentes entre pessoas conviventes no domicílio é uma questão, há muito tempo, discutida e reivindicada por pesquisadores de família que trabalham com fontes de dados secundários. Famílias constituídas pelo recasamento de um ou de ambos os cônjuges ou com união e parentalidade homossexual são situações, por exemplo, que ganham espaço na mídia e em agendas de pesquisa mas que são difíceis ou impossíveis de serem avaliadas através dos grandes números. Os debates em torno destas e de outras limitações existentes nas fontes de dados para a compreensão das transformações nas famílias se intensificaram nos últimos anos diante de demandas específicas de políticas públicas que necessitam de informações cada vez mais precisas sobre como vivem e se organizam as famílias, promovendo, desta forma,

Na amostra da PNDS 1996, 2,3% das pessoas residentes nos domicílios entrevistados são classificados como adotivos ou enteados do chefe. Em 1991, a amostra do Censo Demográfico aponta uma proporção de 1,3% de enteados (Quadro 8). Como a base de dados da PNDS agrupa em uma única categoria os enteados e os adotivos, uma avaliação entre as proporções apresentadas pelas duas pesquisas fica parcialmente limitada.

Uma alternativa para melhorar a apreciação desta informação na PNDS é explorar as variáveis sobre a condição de existência e presença no domicílio, dos pais biológicos dos residentes menores de 15 anos. Através da combinação dessas variáveis²⁶ conseguimos identificar o número de crianças com pais vivos, mortos ou em situação desconhecida, assim como, aquelas que residem com ambos os pais, com apenas um ou com nenhum deles.

Essas informações sobre os menores e seus pais contidas na Ficha de domicílio possibilitam alguns avanços na análise da organização dos grupos familiares. Um exemplo interessante, e inovador no campo das pesquisas demográficas desenvolvidas no país, é a tese desenvolvida por Serra(2003) que utiliza este conjunto de dados para avaliar a circulação de crianças.

No escopo do trabalho aqui desenvolvido, estas informações combinadas com a variável “Relação com o chefe” permitem separar as crianças que são enteadas –que são filhos somente da(o) cônjuge do(a) chefe - e os que, provavelmente, são adotivos – que são as crianças classificadas como enteados/adotivos do chefe mas que nenhum dos pais biológicos reside no domicílio. Assim discriminados, se observa pelo quadro 8 que a proporção de enteados do chefe menores de 15 anos na amostra da PNDS 1996 é um pouco mais elevada do que a encontrada na amostra do Censo de 1991.

canais de discussão entre técnicos e pesquisadores com vistas a criação de novas fontes de informações ou no aprimoramento dos instrumentos já existentes. (SABÓIA, COBO, 2005; ALVES, CAVENAGHI, 2004; OLIVEIRA, 2005 e 2006)

²⁶ As variáveis são: Mãe viva (HV111); Número da mãe (HV112); Pai vivo (HV113); Número do pai (HV113)

Quadro 8 - Percentual de enteados do chefe na população da amostra e distribuição percentual dos enteados do chefe na população menor de 15 anos de idade da amostra, segundo grupo etário quinquenal. Brasil, 1991 e 1996.

	População da Amostra	% de enteados do chefe	Grupo etário	População da Amostra	% de enteados do chefe
Censo 1991	8.522.740	1,2	0-4 anos	986.800	1,0
			5-9 anos	1.042.508	2,4
			10-14 anos	1.011.798	3,0
PNDS 1996	56.727	2,3*	0-4 anos	5.534	1,5
			5-9 anos	6.295	3,5
			10-14 anos	6.836	4,3

Fonte: IPUMS, Censo Demográfico 1991; PNDS, 1996. Tabulações da autora

*Na PNDS esta categoria agrupa enteados e adotivos.

Outra possibilidade do cruzamento destas variáveis é a identificação dos menores de 15 anos que são filhos do(a) chefe mas não da(o) cônjuge do(a) chefe. Ou seja, são enteados da(o) cônjuge, caracterizando também um núcleo familiar reconstituído. De fato, as informações sobre os pais biológicos permitem fazer um melhor detalhamento da composição familiar nos domicílios com menores de 15 anos de idade, tornando possível visualizar várias situações de recomposição familiar.

A tabela 8, a seguir, apresenta a distribuição dos arranjos domiciliares dos homens entrevistados a partir das informações dos menores de 15 anos que são classificados como filhos, enteados/adotivos e netos do chefe.

Em $\frac{3}{4}$ dos domicílios com menores de 15 anos, as crianças residentes são todos filhos do casal formado pelo chefe e em 12% são todos netos do chefe. Em pequena proporção encontramos filhos e netos residindo juntos. Enteados – seja do chefe ou do cônjuge - estão presentes em 12% dos domicílios, enquanto 5,5% abrigam netos do chefe sem a presença de qualquer um dos pais biológicos. (Tabela 8)

Tabela 8
Distribuição dos domicílios com filhos e netos do chefe menores de 15 anos de idade segundo a condição de residência dos pais biológicos. Brasil, 1996

Arranjos	n	%
Filho do casal (chefe)	1.085	70,5
Filho somente do chefe de domicílio	74	4,8
Neto do chefe*	59	3,8
Filho de mulher residente**	52	3,4
Filho somente da(o) cônjuge(o)	50	3,2
Filho de casal residente***	40	2,6
Filho somente da(o) cônjuge(o) + filho do casal (chefe)	35	2,3
Adotivo*	32	2,1
Filho do casal (chefe) + Filho de mulher residente**	15	1,0
Adotivo*+ filho do casal (chefe)	12	0,8
Filho de homem residente**	11	0,7
Filho do casal (chefe) + neto do chefe*	11	0,7
Filho de mulher residente** + neto do chefe*	10	0,6
Filho do casal (chefe) + Filho de casal residente***	10	0,6
Filho somente da(o) cônjuge(o) + filho do(a) chefe	9	0,6
Filho do(a) chefe + filho do casal (chefe)	9	0,6
Filho de casal residente*** + Filho de mulher residente**	7	0,5
Filho do casal (chefe) + Filho de homem residente**	3	0,2
Filho somente do chefe + filho de casal residente***	3	0,2
Adotivo* + filho somente do(a) chefe	2	0,1
Filho casal residente + Filho companheira (casal residente)	2	0,1
Filho de homem residente** + neto do chefe*	2	0,1
Filho somente do chefe + Filho de mulher residente**	2	0,1
Filho somente do chefe + neto do chefe*	2	0,1
Adotivo* + Filho do chefe + Filho de casal residente***	1	0,1
Filho de casal residente*** + neto do chefe*	1	0,1
Filho de homem residente** + filho de casal residente***	1	0,1
Total	1.540	100,0

Fonte: PNDS, 1996 Tabulações da autora

*Nenhum dos pais reside no domicílio

**Mulher ou homem residente = filha/filho ou nora/genro do chefe

***Casal residente = filha/genro ou filho/nora do chefe

Importante ressaltar que nem todas as situações de netos, outros parentes e não parentes do chefe que moram somente com um dos pais biológicos representam núcleos monoparentais dentro do domicílio. Isto porque, apenas com as informações disponíveis na ficha de domicílio, não conseguimos identificar outras parcerias conjugais além da formada pelo chefe. A possibilidade de recuperar estas outras parcerias apenas se apresenta quando o menor de 15 anos é filho biológico de duas pessoas que estão no domicílio. Caso contrário, a criança aparece vinculada apenas a

seu pai ou mãe biológicos, podendo induzir ao erro de tratá-lo como parte de um núcleo familiar monoparental, quando pode ser, na verdade, um núcleo familiar recomposto que integra uma unidade familiar ampliada.

Diante dessa limitação, todas as referências a enteados feitas ao longo deste capítulo dizem respeito apenas aos enteados menores de 15 anos do(a) chefe ou da(o) cônjuge do chefe de domicílio.

Nos arranjos onde há enteados observa-se que, na grande maioria dos casos, os homens coabitam mais com filhos que são somente da companheira do que as mulheres em relação ao companheiro. Ao considerar apenas a posição de chefe e cônjuge do chefe do domicílio, os dados da amostra masculina apontam que raras são as mulheres que residem com seus enteados. Como pode ser visto no quadro 10, a seguir, dentre os 101 domicílios em que há enteados, um chefe do sexo masculino convive com enteados em cerca de 76% dos casos. Os domicílios compostos por filhos de outros relacionamentos de ambos os cônjuges e aqueles formados pelo filho somente do homem são menos freqüentes do que os envolvendo filhos somente das mulheres.

Quadro 9 - Número de domicílios* com presença de enteados menores de 15 anos de idade, segundo condição do enteado e o sexo do chefe de domicílio. Brasil, 1996			
Condição dos enteados	Sexo do chefe		Total
	Homem	Mulher	
Filho somente do chefe	4	3	7
Filho somente do chefe e somente da(o) cônjuge	7	2	9
Filho somente do chefe e do casal	8	1	9
Filho somente da(o) cônjuge	44	0	44
Filho somente da(o) cônjuge e do casal	32	0	32
Total de domicílios	95	6	101

* Devido ao número reduzido de casos, optou-se pela exposição dos valores absolutos
 Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

Observa-se ainda que dos 101 domicílios, 40,6% possuem filhos de um outro relacionamento convivendo com filhos em comum. Por outro lado, o arranjo do tipo “os meus, os seus e os nossos” não apresentou nenhuma ocorrência.

Oportuno ressaltar que devido ao número reduzido de casos de algumas categorias, como visto no quadro acima, o uso das porcentagens como evidência deve ser relativizada. Por esta razão, em várias situações ao longo deste capítulo, optou-se pela exposição conjunta das proporções e dos totais absolutos das categorias analisadas.

Conjugalidade

Dos 2.949 homens entrevistados, 62,1% declararam algum tipo de experiência conjugal. Conforme mostra a tabela 9, a seguir, à época da entrevista 55,8% viviam com esposa ou companheira, 5,9% estavam divorciados ou não viviam mais com a companheira e menos de 0,5% se encontravam na condição de viúvos. Como esperado, a proporção de solteiros diminui acentuadamente nas faixas etárias a partir dos 25 anos. Entre os entrevistados observamos uma proporção maior de divorciados na faixa dos 40-44 anos e concentração dos separados nas faixas de 25-29 anos e 50-54 anos.

Tabela 9 - Distribuição percentual dos homens entrevistados por grupo etário e situação conjugal. Brasil, 1996.

Idade	Solteiro	Casado	Unido	Divorciado	Separado*	Viúvo	Número de Homens
15-19	95,3	1,1	2,3	0,0	0,0	1,3	614
20-24	67,6	11,3	13,4	0,0	0,2	7,5	479
25-29	30,8	38,1	21,2	0,0	0,0	9,9	373
30-34	14,4	59,5	19,5	0,0	0,6	5,9	353
35-39	7,8	68,0	18,0	0,0	1,0	5,2	306
40-44	1,5	76,5	14,4	0,4	2,3	4,9	264
45-49	2,2	78,9	12,8	0,9	1,8	3,5	227
50-54	4,6	72,6	12,6	2,3	0,0	8,0	175
55-59	1,3	80,4	12,0	3,2	0,0	3,2	158
Total	37,9	42,6	13,2	0,4	0,5	5,4	2.949

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

* Já viveu com alguma companheira

Entre os homens que vivem ou viveram em algum tipo de união conjugal, 18,3% declarou ter se unido mais de uma vez. Nota-se pela tabela 10, que o peso daqueles com mais de uma experiência conjugal encontra-se na categoria de unidos consensualmente.

Tabela 10
Distribuição dos homens entrevistados que declararam
experiência de união, por situação conjugal atual e número
de uniões - Brasil, 1996

Situação Conjugal	Número de uniões		Total de homens
	Uma	Mais de uma	
Casados	91,0	9,0	1.251
Unidos	56,3	43,7	387
Viúvos	66,7	33,3	12
Divorciados	75,0	25,0	16
Separados*	72,2	27,8	158
Total	81,7	18,3	1.824

Fonte: PNDS, 1996. Tabulação da autora.

* Já viveu com alguma companheira

No que se refere à distribuição etária dos homens em união, segundo o tipo da união conjugal atual, a tabela 11 mostra que a partir da faixa etária dos 25 anos a maior proporção de homens em primeira união encontra-se casada formalmente, diferente daqueles com mais de uma união, onde 60,1% estavam em uma união consensual. No grupo de recasados, a proporção de homens casados somente supera aqueles em união consensual nas faixas de 45-49 anos e 55-59 anos.

Tabela 11
Distribuição dos homens em união, segundo grupo etário, ordem e tipo de união
conjugal. Brasil, 1996

Idade	Uma união			Mais de uma união		
	Casado	Unido	Total de homens	Casado	Unido	Total de homens
15-19	33,3	66,7	18	33,3	66,7	3
20-24	49,0	51,0	102	20,0	80,0	15
25-29	68,8	31,2	189	37,5	62,5	32
30-34	84,1	15,9	227	34,7	65,3	49
35-39	88,0	12,0	217	35,6	64,4	45
40-44	93,9	6,1	197	39,0	61,0	41
45-49	93,5	6,5	169	53,8	46,2	39
50-54	96,7	3,3	123	30,8	69,2	26
55-59	94,8	5,2	115	58,1	41,9	31
Total	83,9	16,1	1.357	39,9	60,1	281

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

Quanto à idade dos homens ao primeiro casamento ou união conjugal, o grupo de recasados se uniu pela primeira vez em idades mais jovens do que o grupo em primeira união. A diferença entre as idades médias e medianas ao casar foi de cerca de 1 ano entre os grupos. Como indica a tabela 12, a primeira união dos recasados aconteceu, na média, aos 21,6 anos de idade. Ao discriminar por tipo de união conjugal atual, o grupo de homens recasados formalmente, em média, a primeira união conjugal foi aos 22 anos, enquanto no grupo de homens recasados consensualmente foi aos 21,4 anos de idade. Para o grupo de recasados, independente do tipo de união atual, a idade mediana ao casar foi de 22 anos.

Entre os homens em primeira união, a idade média ao casar foi de 23,6 anos. Aqueles que estavam em união consensual, em média, iniciaram a vida conjugal mais cedo – aos 22,8 anos de idade - do que aqueles que casaram formalmente - 23,7 anos de idade²⁷. Conclusão que é reiterada pela observação da idade mediana que foi de 23 anos para os casados e 22 para os unidos (Tabela12).

²⁷ Essa idade média dos homens casados formalmente em primeira união surpreende, diante de outros dados disponíveis sobre o tema. Com base nas informações do Registro Civil, Berquó (1998) demonstra que, no período de 1974 a 1994, a idade média ao casar dos homens oscilou entre os 26 e 28 anos de idade. Segundo a autora, em 1994, a idade média masculina ao casar foi de 27,6 anos.

Tabela 12 - Média e Mediana da idade ao casar (primeira união), por ordem e tipo de união conjugal atual. Brasil, 1996

União Conjugal	Idade	
	Média	Mediana
Homens em 1a. união	23,6	23
Casados	23,7	23
União consensual	22,8	22
Homens Recasados	21,6	22
Casados	22,0	22
União consensual	21,4	22

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

No quadro 10 vemos que os mais velhos são aqueles atualmente casados com experiência de mais de uma união e, os mais jovens, os atualmente unidos consensualmente e em primeira união.

Do ponto de vista da idade média masculina, observar-se um gradiente que vai dos atualmente unidos consensualmente em primeira união (30,4 anos em média), passa pelos atualmente em união consensual após pelo menos uma união anterior (38,7 anos em média) pelos atualmente casados em primeira união (39,9 anos em média), finalizando com os mais velhos, que estão casados e tiveram uniões anteriores (41,5 anos em média). Embora seja impossível deduzir trajetórias, os dados mostram que a união consensual está associada a médias de idade menores relativamente aos casados.

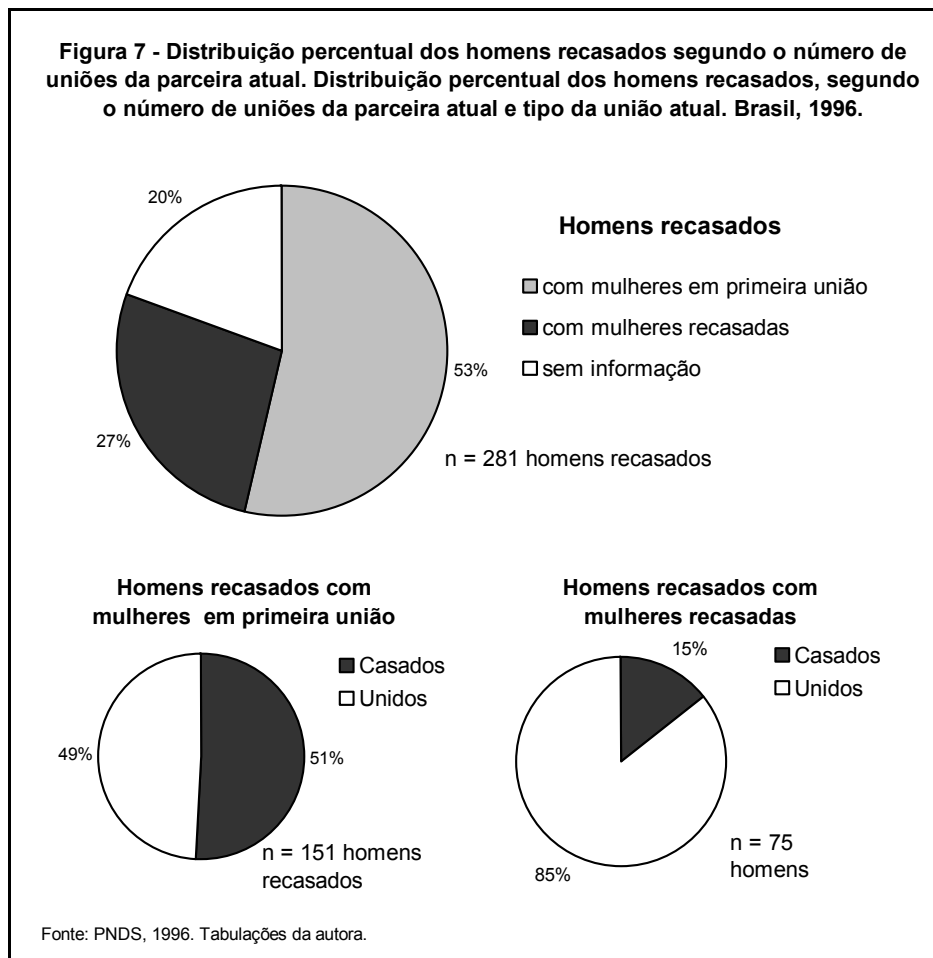
Quadro 10 - Idade média e mediana dos homens unidos e das cônjuges, segundo número de uniões e tipo de união conjugal. Brasil, 1996

	Uma união		Mais de uma união	
	Casados	União Consensual	Casados	União Consensual
	n = 1139	n = 218	n = 112	n = 169
Média da Idade dos homens	39,9	30,4	41,5	38,7
Média da Idade da esposa ou companheira	37,3	28,8	36,3	33,9
Diferença entre as médias	2,6	1,6	5,2	4,8
Mediana da Idade dos homens	40	28	41	38
Mediana da Idade da esposa ou companheira	36	27	36	33
Diferença entre as medianas	4	1	5	5

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

A média de idade das esposas ou companheiras é menor do que a dos homens em todos os grupos analisados. A menor diferença na idade média dos cônjuges – aproximadamente 1 ano - foi encontrada no grupo de unidos consensualmente em primeira união. A maior diferença – 5 anos - foi no grupo de homens recasados formalmente.

Entre os 281 homens recasados, nota-se pela figura 7, que mais da metade estava vivendo com uma mulher que declarou apenas uma união conjugal. Nesses casos – homem recasado com mulher em primeira união - a proporção de casados e unidos consensualmente praticamente foi igual.



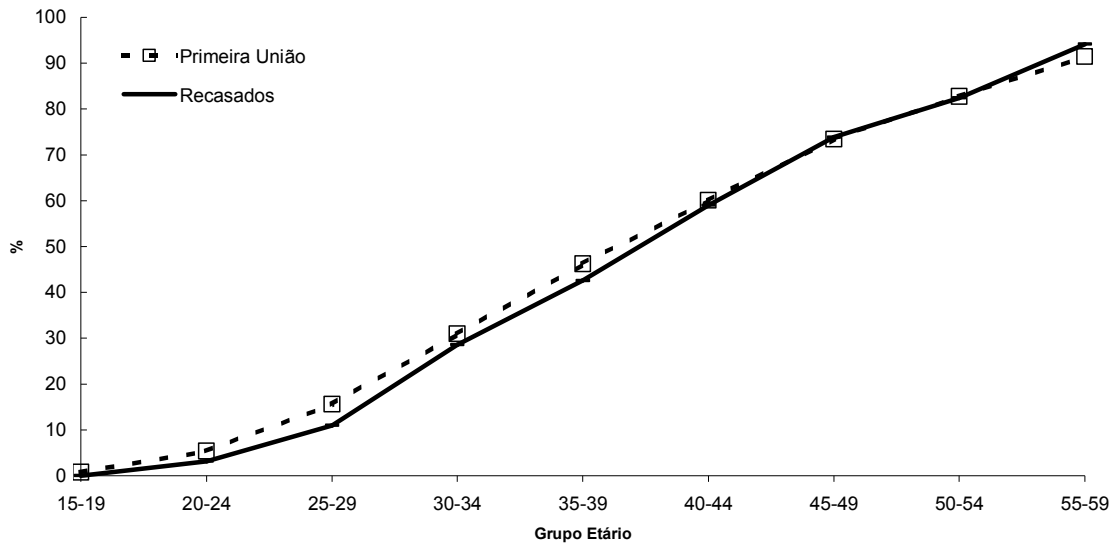
Entre os homens que estavam recasados com uma parceira que também declarou mais de uma união, a proporção dos unidos consensualmente foi de 84% contra 16% de casados.

Reprodução

A maioria dos homens em união declarou ter filhos (90,9 % daqueles em primeira união e 94,3% dos recasados)²⁸. Como esperado, com o avançar da idade eleva-se a proporção de homens com filhos, de forma mais acentuada a partir da faixa de 30-34 anos de idade (Gráfico 4). Os dados mostram que poucos homens que passaram pela experiência de uma união conjugal permanecem sem filhos.

²⁸ No total da amostra masculina apenas 1,3% dos homens solteiros declararam ter filhos.

Gráfico 4 - Proporção acumulada de homens unidos com filhos, segundo grupo etário e ordem de união conjugal. Brasil, 1996



Fonte: PNDS, 1996.

Ao analisar a idade média ao casar daqueles que tiveram filhos (23,8 anos), observamos que ela pouco difere da apresentada por aqueles que não tiveram (23,3 anos). Segundo o número de uniões, nota-se que entre os homens em primeira união, os que tiveram filhos se uniram, em média, um pouco mais jovens (23,6 anos) do que os sem filhos (24,1). Entre os recasados, praticamente não há diferenças entre as idades médias ao casar (quadro11).

Quadro 11 - Idade média ao casar dos homens unidos segundo a existência de filhos e ordem de união conjugal e média de anos de estudo dos homens unidos segundo a existência de filhos e ordem de união conjugal. Brasil, 1996

Ordem de união	Existência de Filhos			
	Sem filhos		Com filhos	
	Idade média ao casar	Média de anos de estudo	Idade média ao casar	Média de anos de estudo
Primeira União	24,1	7,0	23,6	5,6
Recasados	21,8	4,1	21,7	4,8
Total	23,8	6,7	23,3	5,5

Fonte: PNDS, 1996. Tabulação da autora.

No que diz respeito a escolaridade, os sem filhos apresentaram uma média de anos de estudo superior ao dos homens unidos com filhos. A diferença é mais acentuada entre aqueles em primeira união. Dentre os recasados, os homens com filhos exibem média de anos de estudos ligeiramente superior aqueles sem filhos.

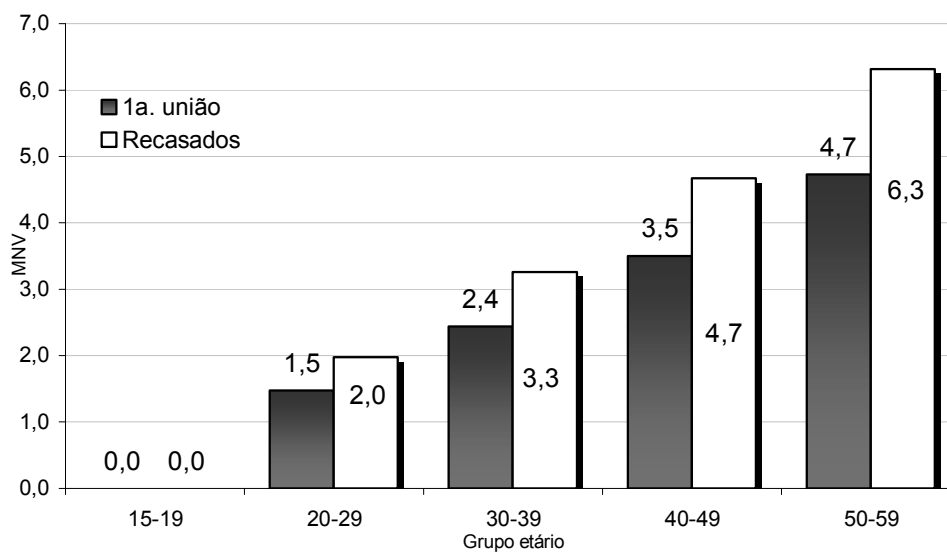
A figura 8 remete as informações acerca do total de filhos tidos pelos homens unidos até à época da entrevista. Pouco menos da metade (47,1%) declarou ter tido de 2 a 3 filhos, atingindo 64,6% a proporção de homens em primeira união com 1 a 3 filhos. Os recasados são mais prolíficos, 34,8% declarou ter tido 5 ou mais filhos, atingindo 52,2% se considerados aqueles que declararam ter tido ao menos 4 filhos.

No cálculo do número médio de filhos nascidos vivos (MNV), que na figura 8 está padronizada pela estrutura etária dos homens recasados, os dados mostram que a média da prole masculina entre os recasados é cerca de um filho a mais do que a média dos homens em primeira união. Nota-se que isso ocorre em todas as faixas etárias, sugerindo que sucessivas uniões aumentariam as chances dos homens terem um número mais elevado de filhos.

Figura 8
Distribuição percentual dos Filhos Nascidos Vivos e Número Médio de Filhos Nascidos Vivos (MNV) dos homens em união de 15-59 anos, segundo ordem de união e grupo etário. Brasil, 1996.

	Grupo Etário	0	1	2	3	4	5 e +	Número de Homens
Homens em primeira união	15-19	41,2	52,9	5,9	0,0	0,0	0,0	17
	20-29	23,7	38,0	25,5	8,8	2,6	1,5	274
	30-39	6,5	19,3	35,9	22,1	10,6	5,6	462
	40-49	2,0	8,7	25,1	25,8	9,5	28,9	391
	50-59	4,2	6,0	16,6	18,9	13,6	40,8	265
	Total	8,2	17,5	27,2	19,9	9,3	18,0	1.409
Homens recasados	15-19	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1
	20-29	17,6	20,6	20,6	23,5	11,8	5,9	34
	30-39	8,1	17,4	26,7	9,3	16,3	22,1	86
	40-49	1,3	5,0	12,5	15,0	22,5	43,8	80
	50-59	0,0	9,4	3,8	11,3	15,1	60,4	53
	Total	5,5	12,3	16,6	13,4	17,4	34,8	254

Média de Nascidos Vivos* dos homens em união de 15-59 anos, segundo ordem de união e grupo etário. Brasil, 1996



*Padronizada pela estrutura etária dos homens recasados

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

A escolaridade é apontada como fator fundamental do comportamento da fecundidade feminina. Os dados sugerem ser este um fator igualmente importante na constituição da descendência masculina. Observa-se que, independente do número de uniões, quanto menor a escolaridade masculina maior o peso relativo da ordem mais

elevada de filhos (5 e +) (Tabela 13). Entre os homens em primeira união, a partir da faixa de 5-8 anos de estudo, nota-se uma acentuada diminuição no peso relativo do número de filhos acima de 3 nascidos vivos. No caso dos homens recasados, isto somente acontece na faixa de 9 anos e mais de estudo. (Tabela 13)

Tabela 13
Distribuição percentual dos Filhos Nascidos Vivos dos homens em união de 15-59 anos, segundo ordem de união e grupo de anos de estudo. Brasil, 1996.

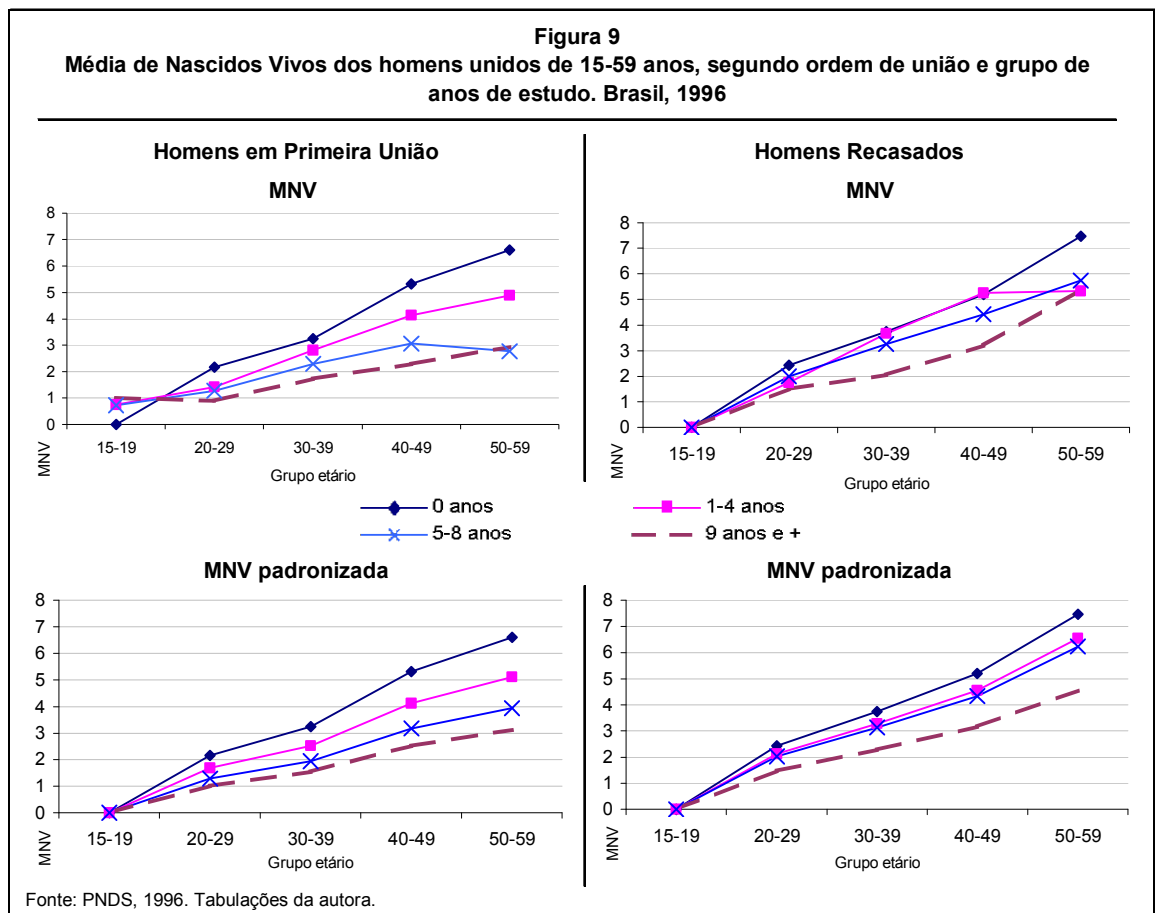
Anos de Estudo		0	1	2	3	4	5 e +	Número de Homens
Homens em primeira união	Não frequentou escola	6,2	2,7	11,6	15,8	13,7	50,0	146
	1-4 anos	5,3	14,6	22,3	21,4	11,8	24,5	583
	5-8 anos	12,1	23,1	32,9	17,0	6,9	8,1	347
	9 anos e +	11,7	25,6	35,5	20,8	4,5	1,8	332
	Total	8,6	18,0	26,9	19,6	9,1	17,8	1.408
Homens recasados	Não frequentou escola	3,8	15,4	11,5	7,7	15,4	46,2	52
	1-4 anos	8,2	7,2	11,3	10,3	21,6	41,2	97
	5-8 anos	3,4	13,8	22,4	20,7	6,9	32,8	58
	9 anos e +	6,5	17,4	23,9	17,4	21,7	13,0	46
	Total	5,9	12,3	16,2	13,4	17,0	35,2	253

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

O comportamento da MNV por grupo de anos de estudo mostra que o tamanho da descendência decresce conforme o aumento da escolaridade (Figura 9). Como a escolaridade é influenciada pela estrutura etária, para melhor avaliar o comportamento da fecundidade segundo as faixas de anos de estudo, a informação será apresentada sem padronização e padronizada pela distribuição etária dos homens que nunca freqüentaram a escola.

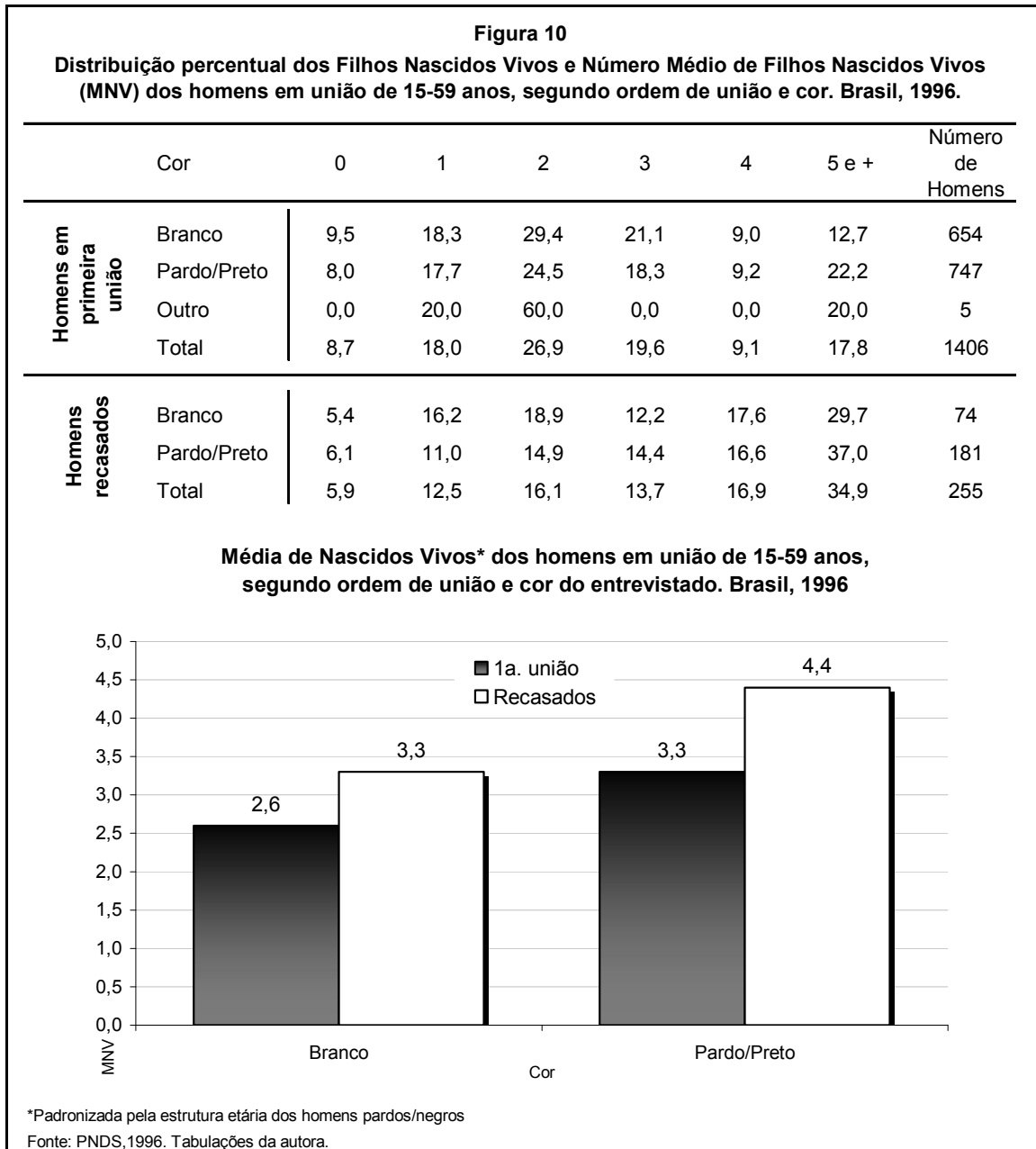
Entre os homens em primeira união, observamos que o tamanho da prole masculina de uma faixa de escolaridade para outra apresenta uma proporção de redução muito semelhante. Ao compararmos as médias dos homens de 50-59 anos temos uma diminuição na MNV de cerca de um filho de um grupo de anos de estudo para outro. A diferença entre a média total do grupo que nunca freqüentou a escola (MNV= 5,2) e do grupo que possui 9 anos ou mais de estudo (MNV= 1,9) é de 2,7 nascidos vivos sem padronizar e 2 nascidos vivos com valores padronizados. Interessante observar que, entre os homens recasados, a redução do tamanho da

descendência de uma faixa para outra é menor. Os homens recasados com escolaridade de 1-4 anos e de 5-8 anos apresentam médias praticamente iguais. O efeito da escolaridade se vê mais claramente nas extremidades. Enquanto para os homens de 50-59 anos que nunca freqüentaram a escola a MNV é de 7,5, para os homens da mesma faixa etária mas com 9 anos ou mais de estudo a média é de 4,6. A diferença da média total entre os que nunca freqüentaram a escola (MNV= 5,0) e os de maior escolaridade (MNV= 2,9) é de cerca de 1,6 com ou sem padronização. (Figura 9)



A MNV segundo a cor do entrevistado, padronizada pela estrutura etária dos homens pardos/negros, foi menor para os brancos, independente da ordem de união. A diferença entre as MNV dos brancos e dos pardos somados aos negros foi

ligeiramente maior entre os homens recasados (em média, 1,1 filho) do que entre aqueles em primeira união (0,7 filho). (Figura 10)



A parturição média do grupo de mulheres de 40-49 anos é uma indicação relevante na avaliação dos níveis de reprodução. Isto porque as pessoas deste grupo estariam próximas de encerrar a carreira reprodutiva. No caso dos homens, esta

questão se mostra mais complexa por não haver um limite biológico para a vida reprodutiva masculina. Além disto, com o aumento da possibilidade de múltiplas uniões, muitos homens podem chegar aos 50 ou 60 anos com chances de ter novos filhos com uma nova parceira. Assim, a formação da descendência masculina pode se estender por um período de tempo maior do que a das mulheres. Este aspecto foi considerado na elaboração da PNDS (BEMFAM, 1999), optando pela captação das informações sobre a vida sexual e reprodutiva dos homens até os 59 anos. Desta forma, o que se pode dizer sobre a parturição dos homens unidos ao final deste intervalo?

Como já demonstrado, os homens que declararam mais de uma união têm em média mais filhos do que os unidos uma única vez. O quadro 12, abaixo, mostra que nos dois últimos grupos etários decenais a diferença entre a MNV de unidos em primeira união e dos recasados é um pouco maior no grupo de homens de 50-59 anos (1,6 filhos) do que para aqueles com 40-49 anos (1,2 filhos).

	40-49 anos		50-59 anos	
	1a. União	Recasado	1a. União	Recasado
	n = 392	n = 81	n = 261	n = 52
Média de Nascidos Vivos (MNV)	3,5	4,7	4,7	6,3
MNV por anos de estudo*				
Sem escolaridade	5,3	5,2	6,6	7,5
1-4 anos	4,1	4,6	5,1	6,5
5-8 anos	3,2	4,3	3,9	6,2
9 anos ou mais	2,5	3,2	3,1	4,6
Situação de domicílio				
Urbano	3,8	3,9	4,8	4,3
Rural	5,4	5,3	6,9	6,3
Cor				
Branco	3,3	3,8	4,5	5,3
Pardo/Preto	4,3	5,1	5,8	7,1

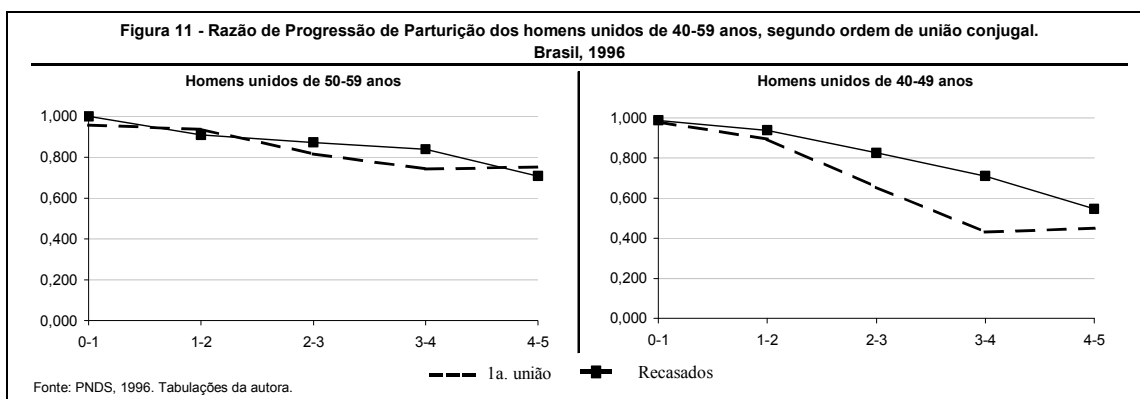
Fonte: PNDS, 1996. Tabulação da autora
*Dados padronizados

A redução da média de filhos conforme o aumento da escolaridade parece mais evidente entre os homens em primeira união. No grupo dos homens recasados, a maior diferença entre as MNV por escolaridade é registrada entre as extremidades. Os homens recasados sem escolaridade, na faixa dos 40-49 anos, apresentam média de 2 filhos nascidos vivos a mais do que aqueles com 9 anos ou mais de estudo. Para os homens recasados de 50 a 59 anos este número foi de 2,9 filhos a mais para os homens sem escolaridade (Quadro 12).

A MNV dos homens que moram em regiões rurais é maior do que a dos homens das regiões urbanas. A maior diferença entre as MNV foi no grupo de homens em primeira união de 50-59 anos (2,1 filhos), seguido bem de perto pelos recasados dessa mesma faixa etária (2,0 filhos). A MNV dos homens pardos e negros foi mais elevada do que a dos brancos. Mas com diferenças menos acentuadas do que as registradas para situação de domicílio. O grupo de recasados de 50-59 anos apresentou a maior diferença entre as MNV segundo a cor do entrevistado (1,8 filhos a mais para os pardos/negros). (Quadro 12)

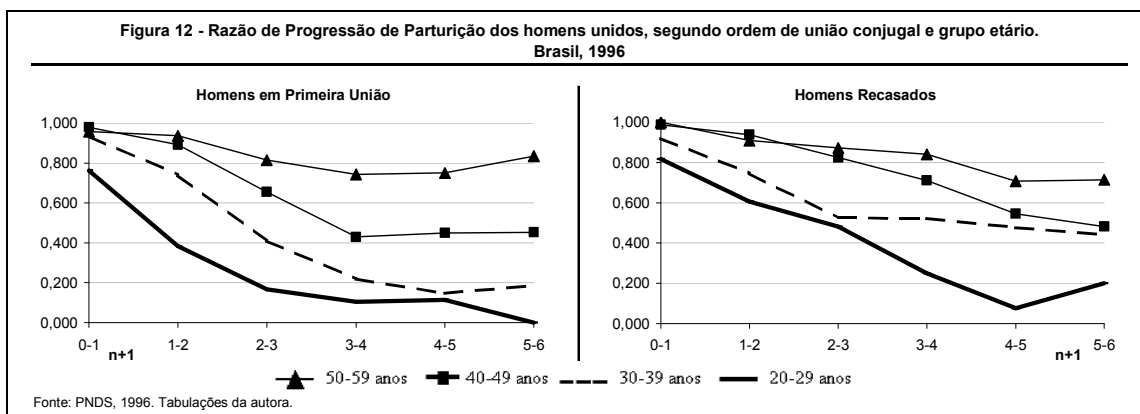
Outra possibilidade de análise do tamanho da descendência masculina para os homens dessas faixas etárias, é através do cálculo da razão de progressão da parturição – que é a probabilidade de passar de uma ordem n de filho para $n+1$.

Ao examinar a razão de progressão da parturição do grupo de 40-49 anos, observamos que a passagem do segundo para o terceiro filho e deste para o quarto apresenta uma curva de queda bem menos acentuada para os homens recasados do que para os homens em primeira união (Figura 11). Novamente os dados sugerem que os homens recasados tenderiam a ter uma prole mais numerosa do que os homens em primeira união. Para o grupo etário de 50-59 anos, o comportamento da curva dos homens recasados e dos unidos uma única vez pouco difere. Contudo, nota-se que uma proporção maior de homens de 50-59 anos teria a chance de ter uma prole de 5 ou mais filhos do que os homens do grupo de 40-49 anos. (Figura 11)



A proporção de homens que teriam o segundo ou terceiro filho diminui nos grupos etários mais jovens, de forma mais intensa entre aqueles que estão em primeira união. (Figura 12)

Na figura 12, observamos que entre os recasados, a curva de progressão dos homens de 30-39 anos até o terceiro filho apresenta tendência semelhante ao do grupo de 20-29 anos. Contudo, a curva se estabiliza a partir do terceiro filho nos mesmos níveis apresentados pelos homens de 40-49 anos. Isto indica que uma proporção menor de homens recasados de 30-39 anos tenderia a ter três filhos, mas que aqueles que possuem teriam grandes chances de ter um quarto ou quinto filho.



De fato, a proporção de homens que declara o desejo de aumentar a família diminui conforme o número de filhos tidos e o avançar da idade. Isso pode ser visto pela tabela 14, a seguir. Ao analisarmos as proporções de homens que expressaram o desejo por mais um filho, considerando o número dos filhos tidos, tanto entre os

unidos em primeira união quanto entre os recasados, aqueles que tinham um filho foram os que mais expressaram o desejo por outro. Se olharmos estas proporções segundo o número de uniões do entrevistado, vemos que em todos os grupos etários, uma parcela maior de homens recasados declarou o desejo por mais um filho. Semelhante aos homens com um filho, uma parte dos recasados com três filhos também gostaria de ampliar sua prole.

Tabela 14 - Distribuição percentual dos homens unidos de 20-59 anos que declararam desejo por mais um filho, segundo número de filhos tidos e grupo etário decenal. Brasil, 1996

Ordem de união	Grupo etário	Filhos Tidos						Total (%)	Total de Homens
		Nenhum filho	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos ou mais		
Primeira União	20-29	18,9	26,9	7,3	1,1	0,4	0,0	54,5	275
	30-39	4,6	12,0	4,1	1,3	0,0	0,4	22,4	459
	40-49	0,5	1,6	1,3	0,8	0,0	0,5	4,7	384
	50-59	0,0	0,8	0,4	0,0	0,0	0,0	1,1	262
Recasados	20-29	16,1	16,1	6,5	16,1	3,2	0,0	58,1	31
	30-39	4,5	11,4	8,0	3,4	1,1	2,3	30,7	88
	40-49	1,2	0,0	2,5	7,4	1,2	3,7	16,0	81
	50-59	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	5,9	7,8	51

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

Entre os homens que moram com enteados, a grande maioria não desejava ou não podia ter filhos. Os poucos que gostariam de ter, ou não tinham vivenciado a paternidade ou possuíam apenas um filho (16 em 22 casos). (Quadro 13)

Quadro 13 - Número de homens unidos* chefe ou cônjuge do chefe de domicílio que moram com enteados, segundo o desejo por mais um filho e o número de filhos tidos. Brasil, 1996

Ordem de união	Filhos tidos	Desejo por mais um filho			Total
		Sim	Não	Não pode ter filhos**	
Primeira União	Nenhum filho	6	1	8	15
	1 filho	4	4	5	13
	2 filhos	0	3	7	10
	3 filhos	0	0	2	2
	4 filhos	0	2	1	3
	5 filhos ou mais	1	0	2	3
	Total		11	10	25
Recasados	Nenhum filho	2	0	0	2
	1 filho	4	3	2	9
	2 filhos	1	3	5	9
	3 filhos	0	2	2	4
	4 filhos	2	4	6	12
	5 filhos ou mais	2	4	13	19
	Total		11	16	28

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

* Valores absolutos

**Homens que declararam ser estéril ou vasectomizados

Um dos motivos para a rejeição a ter mais um filho pode estar relacionada ao número de filhos e enteados com o qual o homem convive no domicílio. No quadro 14, a seguir, vemos que entre os homens chefes que possuem filhos e/ou enteados no domicílio, e que poderiam ter filhos, a maioria que expressou o desejo de aumentar a família foi de homens que viviam apenas com os filhos da atual companheira (16 em 22 casos).

Quadro 14 - Número de homens unidos* chefe ou cônjuge do chefe de domicílio que moram com enteados, segundo o desejo por mais um filho e a condição dos filhos e enteados. Brasil, 1996

Ordem de união	Condição dos filhos e enteados	Desejo por mais um filho			Total
		Sim	Não	Não pode ter filhos**	
Primeira União	Filho somente da(o) companheira(o)	8	3	8	19
	Filho somente do chefe de domicílio	0	1	2	3
	Filho somente da(o) companheira(o) + filho somente do(a) chefe	0	1	0	1
	Filho somente da(o) companheira(o) + filho do casal	3	5	13	21
	Filho somente do(a) chefe + filho do casal	0	0	2	2
	Total	11	10	25	46
Recasados	Filho somente da(o) companheira(o)	8	4	13	25
	Filho somente do chefe de domicílio	1	3	0	4
	Filho somente da(o) companheira(o) + filho somente do(a) chefe	0	2	6	8
	Filho somente da(o) companheira(o) + filho do casal	2	4	5	11
	Filho somente do(a) chefe + filho do casal	0	3	4	7
	Total	11	16	28	55

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.
*Valores absolutos pelo número reduzido de casos
**Homens que declararam ser estéril ou vasectomizados

Segundo a literatura sobre o tema, a situação de residência dos filhos tidos pelos homens influenciaria a intenção e a decisão masculina sobre ter filhos em novas uniões. Homens que não convivem com seus filhos tenderiam a ser mais flexíveis

quanto a possibilidade de ter filhos em uma nova união, mesmo que já tenham atingido o tamanho de prole que consideram ideal (Thompson e Li,2002).

Entre os homens unidos da amostra, a maioria tem filhos com até 18 anos de idade. Em torno de 5% destes casos, os homens não moravam com nenhum de seus filhos (Quadro 15). Um terço desses homens declarou o desejo de ampliar a família.

Quadro 15 - Homens unidos com filhos até 18 anos de idade, segundo ordem de união conjugal, número de filhos nascidos vivos e a situação de residência dos filhos. PNDS, 1996							
						n	%
Homens unidos com filhos de até 18 anos de idade						1328	
Homens unidos em que nenhum dos filhos de até 18 anos mora com ele						74	5,6
Homens unidos em que nenhum dos filhos de até 18 anos mora com ele e que deseja mais filhos						24	32,4
Proporção de homens unidos com filhos até 18 anos de idade, segundo ordem de união conjugal, número de filhos nascidos vivos e a situação de residência dos filhos.							
Ordem de união	Situação de residência dos filhos	Filhos Nascidos Vivos					Total
		1	2	3	4	5 ou +	
Primeira União	Todos moram com ele	26,3	37,5	22,1	8,0	6,1	752
	Alguns moram com ele	0,0	8,8	19,1	16,6	55,5	319
	Nenhum mora com ele	53,8	23,1	0,0	7,7	15,4	26
Recasado	Todos moram com ele	26,2	45,2	4,8	11,9	11,9	42
	Alguns moram com ele	0,0	14,2	17,0	22,7	46,1	141
	Nenhum mora com ele	25,0	16,7	14,6	18,8	25,0	48

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

A proporção de homens em primeira união e de homens recasados com filhos menores de 19 anos que gostaria de ter mais um filho é semelhante. Aproximadamente 20% em cada grupo. Entre os homens recasados, metade dos que gostariam de ampliar a prole é de homens que possuem de 2 a 3 filhos e que parte destes não estavam residindo com o entrevistado á época da entrevista. Em seguida, estão os homens que não moravam com nenhum dos seus filhos. (Tabela 15)

Tabela 15 - Proporção de homens unidos com filhos até 18 anos de idade que desejam ter mais um filho, segundo ordem de união conjugal, número de filhos nascidos vivos e situação de residência dos filhos. PNDS, 1996

Ordem de união	Situação de residência dos filhos	Filhos Nascidos Vivos					Total
		1	2	3	4	5 ou +	
Primeira União	Todos moram com ele	71,7	22,0	3,5	0,6	2,3	173
	Alguns moram com ele	0,0	38,1	33,3	9,5	19,0	21
	Nenhum mora com ele	62,5	37,5	0,0	0,0	0,0	8
Recasado	Todos moram com ele	80,0	20,0	0,0	0,0	0,0	10
	Alguns moram com ele	0,0	29,6	44,4	7,4	18,5	27
	Nenhum mora com ele	37,5	18,8	12,5	18,8	12,5	16

Fonte: PNDS, 1996 Tabulações da autora.

Alguns homens estavam em vias de concretizar este desejo por mais um filho. Outros, que não desejavam, ao menos para aquele momento, igualmente estavam vendo sua família crescer. A esposa ou companheira de 83 homens em primeira união e de 9 dos recasados estava grávida no momento da pesquisa.

Quadro 16 - Número de homens unidos em que a esposa ou companheira estava grávida, número de homens que não desejavam a gravidez da esposa ou companheira, por ordem de união conjugal e a existência de filhos. Brasil, 1996**

Ordem de União	Existência de Filhos	Esposa ou companheira grávida	Não desejava a gravidez*	Não desejava a gravidez e tinha...		
				Até 2 filhos	3 filhos ou mais	filhos e enteados
1a. União	Sem filhos	21	4			
	Com filhos	62	31	20	10	1
Recasados	Com filhos	9	6	3	3	

*Resultado da soma das categorias "Não queria no momento", "Não queria em nenhum momento", "Não sabe"

** Valores absolutos pelo número reduzido de casos

Fonte: PNDS, 1996. Tabulações da autora.

Cerca de $\frac{3}{4}$ dos homens em primeira união, cuja parceira estava grávida, tinha filhos. A metade deles declarou que a gravidez não fazia parte de seus planos mais imediatos. A maioria dos que não queriam a gravidez tinha de 1 a 2 filhos e um deles tinha um filho e três enteados. No grupo dos recasados, todos já tinham filhos e a maioria declarou que não desejava a gravidez.

Os resultados sugerem que, embora a expectativa dos homens seja a de uma prole mais reduzida - em torno de 2 a 3 filhos - a entrada em uma nova união e a constituição de uma nova família tende a fazer com que tenham uma prole maior do que inicialmente esperavam ter. Suspeito que, em alguns casos, os homens acabam reproduzindo na segunda união o ideal de uma família com 2 a 3 filhos, resultando assim em uma descendência maior. Note-se que, muito embora o número de casos seja reduzido, a presença ou a quantidade de enteados não parece exercer um efeito negativo sobre o desejo por filhos. O fato de já possuir ao menos um filho da nova união e também coabitar com enteados, influenciaria de forma mais significativa o quanto os homens estariam dispostos a ampliar sua família. Esse conjunto de questões foi explorado mais detalhadamente junto aos homens entrevistados na pesquisa de campo.

Deste exercício de vasculhar os dados da amostra masculina da PNDS de 1996 emergem vários pontos importantes para a reflexão sobre o tema do recasamento masculino e das famílias reconstituídas. A observação da maior frequência de uniões consensuais entre os recasados e do maior número de homens convivendo com enteados, reitera achados de outros estudos, nacionais e internacionais, sobre essa questão. Como destacado no capítulo que analisa as informações do Registro Civil, os dados igualmente evidenciam que grande parte dos casos de recasamentos envolve a união de um homem separado com mulher mais jovem, sem experiência anterior de vida conjugal e maternidade. E talvez seja este o cerne da aparente dissonância entre as expectativas por uma prole reduzida e a “parturição” efetivada. Para apreciação desse assunto, a PNDS deixa algumas lacunas, que não permitem avançar. Uma delas é a impossibilidade de identificar a que parceiras correspondem cada um dos filhos declarados pelos homens. Essa informação permitiria aprofundar nossa compreensão sobre em que medida novas uniões, de fato, prolongam a carreira reprodutiva masculina. Esse foi outro aspecto abordado na pesquisa de campo e que será retomado mais adiante.

Capítulo 4

Um diálogo com o campo: pesquisa qualitativa e seus informantes

Os Censos Demográficos e as pesquisas domiciliares nacionais – as séries da PNAD, por exemplo - que disponibilizam informações sobre a composição familiar, a condição de conjugalidade e a fecundidade da população adotam uma metodologia que não permite remontar trajetórias. Podemos identificar a distribuição de um conjunto de eventos, em um tempo determinado, mas não conseguimos estabelecer quais as relações e as transições que existem entre eles. Ter conhecimento do momento em que um evento ocorre - uma ruptura conjugal, um nascimento ou a saída do mercado de trabalho -, assim como o tempo que perdura na vida dos indivíduos permite melhor apreender os processos de mudanças na composição e organização das famílias.

Uma exceção seria a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, que inclui um calendário que contém informações sobre a história de união, gravidez, fecundidade e contracepção para cada mês durante os cinco anos anteriores a pesquisa. Contudo, no Brasil, a coleta desse tipo de dado se restringiu à população feminina em idade fértil. Ou seja, não é possível empreender este tipo de análise para os dados masculinos. Segundo, Leone e Hinde (2007), nos diversos países onde a DHS foi realizada, essas informações têm sido amplamente utilizadas para analisar dinâmicas contraceptivas, mas raramente voltadas para análises que buscam examinar as relações entre as dinâmicas de uniões e a fecundidade.

Outro elemento igualmente importante no entendimento desses processos diz respeito aos seus significados. As representações e os contextos relacionados a um determinado evento podem ser distintos para indivíduos de diferentes segmentos sociais. A interação entre fontes de dados quantitativos e qualitativos tem sido apontada como uma estratégia de pesquisa importante para lidar com a multiplicidade e complexidade dos fatos e dos significados da vida social contemporânea. Segundo Nancy Scheper-Hughes²⁹, uma pesquisa de tipo qualitativa, interpretativa e centrada

²⁹ SCHEPER-HUGHES, Nancy. Demography without numbers. In: KERTZER, David I.; FRICKE, Tom. (eds). **Anthropological Demography**. Toward a New Synthesis. Chicago: The University of Chicago Press. 1997. p. 201-222.

nos significados pode revelar aspectos da dinâmica demográfica que as abordagens estritamente positivistas e quantitativas não nos permitiriam. Trata-se de empreender, na denominação da autora, “ a demography without numbers”! Uma demografia sem ou para além dos números³⁰.

Influenciada por essa perspectiva, realizei pesquisa de campo com o objetivo de dialogar com as fontes de dados secundários explorados nos capítulos anteriores. As informações e as análises extraídas do Registro Civil e da PNDS de 1996 inspiraram na definição de alguns dos critérios de seleção dos informantes e na elaboração de um roteiro de entrevistas (Anexo 2). Da mesma forma, questões surgidas no desenvolvimento da etapa qualitativa do trabalho suscitaram novas explorações dos dados quantitativos. Essa dinâmica de “mão dupla”, particularmente, foi uma experiência enriquecedora, pois permitiu o reconhecimento das possibilidades e limitações que cada tipo de fonte de dados poderia oferecer para o estudo da conjugalidade e da reprodução. Importante ressaltar que a articulação dos dados qualitativos e quantitativos empreendida neste trabalho está permeada por uma série de limitações, por se tratar de fontes com características, finalidades e alcances bem distintos. O objetivo não é estabelecer uma associação direta que seria impossível. O diálogo que se pretende aqui diz respeito aos questionamentos que cada uma dessas fontes permite fazer, responder e complementar a respeito de um tema específico: a reconstituição familiar a partir do recasamento.

O trabalho de campo envolveu a realização de entrevistas em profundidade, com aplicação de um roteiro semi-estruturado, versando sobre os eventos e as circunstâncias que marcaram as trajetórias reprodutivas e as dinâmicas familiares do par conjugal de famílias reconstituídas a partir do recasamento masculino.

Estudos demográficos que adotam uma perspectiva antropológica (PAREDES, 2003; LERNER; QUESNEL; YANES, 1994) abordam as trajetórias individuais considerando o acúmulo de capital social, familiar, econômico, cultural e religioso adquirido pelos indivíduos através de múltiplos processos de socialização. Essas características orientam as avaliações e as escolhas realizadas pelos sujeitos na

³⁰ Agradeço a referência à proximidade da pesquisa desenvolvida nesta tese com a Demografia sem números, assim denominada por Nancy Scheper-Hughes, feita pela Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac na arguição por ocasião da defesa da tese.

construção de sua biografia (ACOSTA, 2003; PAREDES, 2003; LERNER; QUESNEL; YANES, 1994; GOLDANI, 1990). Dessa forma, ao falar sobre as trajetórias reprodutivas refiro-me aos condicionantes biológicos, sociais e culturais que configuram as práticas reprodutivas dos sujeitos, envolvendo, especialmente, as relações afetivo-sexuais estabelecidas ao longo do tempo, as formas de controle da concepção e o número de filhos tidos. As dinâmicas familiares abarcam os vínculos constituídos pela interação de trajetórias reprodutivas distintas, evidenciando acordos, conflitos, possibilidades e constrangimentos sociais e as percepções sobre os benefícios e os custos que acarretam esses laços para o indivíduo e o grupo familiar (PAREDES, 2003).

Nesse trabalho, as narrativas dos entrevistados sobre suas trajetórias reprodutivas e dinâmicas familiares são tratadas a partir de uma perspectiva analítica de gênero, considerando o caráter relacional da construção social das feminilidades e masculinidades. Nos estudos de família e de reprodução, a análise das relações de gênero tem destacada importância. O desenvolvimento do conceito de gênero contribuiu para o questionamento dos enfoques funcionalistas e das noções naturalizadas na abordagem dos relacionamentos familiares e das questões reprodutivas, dando visibilidade para a dimensão do poder na estruturação das relações entre homens e mulheres (RAMIREZ, 2003; GARCIA, 2003; SZASZ e LERNER, 2003; ARIZA e OLIVEIRA, 2001).

Com base nas informações quantitativas sobre a composição por idade da população recasada e no objeto de estudo dessa pesquisa – as famílias reconstituídas a partir do recasamento masculino - os entrevistados foram selecionados obedecendo aos seguintes critérios: a) homens com idade acima dos 30 anos, recasados (formal ou consensualmente) com mulheres em idade reprodutiva, com filhos e/ou enteados; b) mulheres em idade reprodutiva (até 45 anos), em união (formal ou consensual) com um parceiro que tenha experiência de união anterior, com filhos e/ou enteados.

Selecionar indivíduos com filhos e/ou enteados teve por objetivo refletir sobre o impacto da existência de prole de uniões anteriores nos projetos familiares e reprodutivos de homens e mulheres. Por essa razão, optou-se por mulheres que estão em idade reprodutiva. O campo se restringiu a residentes na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com intuito de facilitar o contato com os informantes. A técnica

de *network* ou “bola de neve” foi utilizada para a localização de informantes com essas características.

Contatos, estratégias e alguns relatos do front

A pesquisa de campo foi realizada entre maio e setembro de 2007. Durante a divulgação do estudo junto à minha rede de contatos, tomei conhecimento da existência de um grupo de casais, constituído em sua maioria por recasados, moradores de bairros populares de Campinas (Santa Mônica/São Marcos), que se reuniam periodicamente para discutir questões relacionadas à vida familiar.

Esse grupo foi formado em setembro de 2006, por iniciativa de três moradores, contando com a atuação de uma psicóloga e uma assistente social. A idéia do grupo surgiu após a realização de três dinâmicas mediadas por uma psicóloga, como parte de atividades educativas promovidas por uma escola pública do bairro e destinadas às famílias dos alunos do ensino fundamental. O objetivo central das dinâmicas era o de discutir as percepções que os participantes tinham a respeito do papel da família no mundo atual. Segundo a psicóloga, três temas tornaram-se recorrentes nas discussões: a importância da colaboração e da cumplicidade no casal para lidar com os problemas do cotidiano da família, os conflitos no relacionamento com os filhos de uniões anteriores e a preocupação dos pais em evitar o envolvimento dos filhos adolescentes com grupos ligados à criminalidade, principalmente ao tráfico de drogas.

O interesse de alguns participantes em dar continuidade a essas discussões impulsionou a elaboração de um projeto de intervenção com casais, coordenado pela psicóloga. Ao todo, o projeto conta com dezesseis casais inscritos, dos quais doze formam famílias reconstituídas pelo recasamento de um ou de ambos os cônjuges. Mas raramente todos participam. Na maioria das vezes, os encontros reúnem cerca de oito a dez casais, a cada quinze dias.

Após ser apresentada à coordenadora do grupo e ter esclarecido meu interesse de pesquisa, a própria psicóloga e sua auxiliar gentilmente intermediaram meus contatos com cinco dos participantes: dois homens e três mulheres. Embora o grupo

como um todo não tenha feito parte da minha pesquisa, a sua história, as idéias e as atividades desenvolvidas no projeto de intervenção estão presentes nos discursos de vários dos informantes entrevistados.

Das cinco pessoas do grupo ao qual fui apresentada, um dos homens e os maridos de duas das mulheres concordaram em me conceder entrevistas. Esses três homens recasados são as “pontas” iniciais da rede acionada pela pesquisa. Cada um deles indicou um ou dois outros possíveis entrevistados e assim por diante até o décimo informante.

Durante esse processo, ocorreram alterações na estratégia de campo. Inicialmente, o projeto de pesquisa não previa a realização de entrevistas com casais. Homens e mulheres seriam selecionados de modo independente. Em meio às entrevistas com os homens, foi cogitada a possibilidade de entrevistar as atuais companheiras dos informantes masculinos. Todos foram novamente contatados e suas parceiras consultadas sobre seu interesse em participar da pesquisa. Diante da unânime aceitação, as mulheres foram entrevistadas logo após o término da coleta dos relatos masculinos.

Ajustes tiveram que ser feitos com relação às recomendações usuais acerca da necessidade de garantir independência dos relatos, em situações em que casais são entrevistados. Para evitar constrangimentos, coerção ou troca de informações entre os parceiros – podendo acarretar a re-laboração do discurso, recomenda-se que as entrevistas individuais sejam realizadas no mesmo dia. Dois pesquisadores em entrevistas concomitantes em diferentes locais ou um mesmo pesquisador entrevistando um cônjuge após o outro em intervalo que impeça a comunicação entre eles são as alternativas comumente utilizadas. No presente trabalho, os homens e suas atuais companheiras foram entrevistados em momentos diferentes, com um espaço de tempo que variou entre dois a quarenta dias. É fato que a curiosidade sobre os conteúdos do relato do companheiro foi algo comum entre as mulheres entrevistadas. Contudo, os depoimentos masculinos e femininos não são coincidentes, sugerindo que a impossibilidade de adoção das medidas preventivas mencionadas não comprometeram a riqueza e a validade das informações obtidas no campo.

Sobre os procedimentos adotados, todos os informantes receberam uma breve explicação dos objetivos e das condições de pesquisa ao primeiro contato. Na maioria das vezes, aqueles que foram contatados já tinham algum tipo de informação sobre o estudo, principalmente as mulheres. No dia da entrevista, características da pesquisa foram novamente apresentadas aos participantes, bem como esclarecidas todas as dúvidas que surgiram. Antes de iniciar a gravação, uma ficha de identificação (Anexo 2) foi preenchida com as principais informações sobre as uniões conjugais e os filhos tidos com cada parceira(o). Essa ficha auxiliou na dinâmica da entrevista, facilitando o acompanhamento e as intervenções nas falas.

O roteiro masculino contém três blocos temáticos: a constituição familiar através da primeira união, reorganização familiar e pessoal a partir da separação conjugal e aspectos da reconstituição da família pelo recasamento. Para as mulheres o roteiro é adaptado conforme a história conjugal da informante. Se houver uniões anteriores os blocos temáticos são os mesmos aplicados aos homens. No caso de ser a primeira união somente o primeiro bloco é desenvolvido, mas com adição de perguntas sobre a relação com os enteados e a ex-parceira do atual companheiro. O primeiro bloco discute os eventos e as circunstâncias que antecederam a primeira união, o início da vida conjugal, as decisões e expectativas reprodutivas e aspectos acerca das responsabilidades e atividades no cotidiano familiar. Sobre a separação conjugal, os informantes falam a respeito das motivações e percepções sobre a ruptura, a reorganização do cotidiano e as relações afetivo-sexuais nesse período. Na abordagem da reconstituição familiar, os entrevistados relatam os eventos e as circunstâncias que antecederam a nova união, a convivência entre os membros da família da primeira união e do recasamento, as decisões e expectativas reprodutivas.

Algumas particularidades do campo devem ser destacadas.

Os informantes indicados pelos homens entrevistados, invariavelmente, pertenciam à sua própria rede familiar – irmãos, cunhado e ex-cunhado, sobrinho, primos – e moravam no mesmo bairro ou no bairro vizinho. Apenas três casais não tinham qualquer tipo de vínculo de parentesco com outro casal do grupo de entrevistados. Indicar um homem para ser entrevistado, não foi uma tarefa muito fácil para os informantes. Alguns argumentavam que são poucos os amigos que eles teriam

certeza se já foram casados e se têm filhos de outras mulheres. Muitos completaram esse raciocínio dizendo que não são assuntos muito comuns nas conversas masculinas. Saber quem é recasado e tem filhos com outras mulheres não parece ser o principal problema, mas sim, qual dos homens que eles conhecem se disporia a falar sobre assuntos que comumente não falam nem com os próprios amigos. Essa dificuldade de escolher alguém fez a maioria dos entrevistados recorrer às companheiras e indicar as sugestões feitas por elas. Algumas dessas mulheres chegaram a intermediar meu contato com esses informantes. Na verdade, grande parte do sucesso da minha interação com os homens entrevistados se deve à forma como as pessoas que as indicaram se dispuseram a me apresentar aos informantes. Isso ajudou a amenizar a timidez e um certo desconforto que alguns homens demonstravam quando eu era apresentada a eles.

Tanto a minha experiência anterior (MARCONDES, 2002) quanto a atual foram marcadas pela dificuldade de arregimentar homens para serem entrevistados. Não porque haja falta de interesse pelo tema. Mas a condição de intimidade atribuída aos assuntos da vida conjugal e familiar impõe restrições ou posturas mais cautelosas sobre aquilo que se pode falar com uma pessoa estranha e que, ainda por cima, é mulher.

De maneira geral, a dinâmica de entrevista com os homens intercalava momentos de hesitação, tranquilidade, exaltação e, quando se sentiam mais à vontade, por comentários bem humorados. Em apenas um caso, a entrevista foi realizada na casa do informante, as demais aconteceram em lugares públicos, próximos ao local de trabalho. A relação com os filhos, as responsabilidades familiares, a forma como conheceram as esposas e o trabalho foram os temas sobre os quais os homens se mostraram muito confortáveis para falar. Nesses momentos faziam descrições mais detalhadas sobre as situações, seus sentimentos e suas avaliações das experiências que viveram. Para alguns entrevistados a conversa mudava de tom quando o assunto se voltava para os conflitos conjugais e a relação com os enteados. Várias das respostas chegavam a ser quase monossilábicas, exigindo repetidas intervenções para desenvolver o tema proposto. Mas a maior dificuldade e constrangimento aconteceram na abordagem do tema da contracepção e, principalmente, do aborto

com os dois entrevistados mais velhos. O assunto provocou rubores, olhares desviados, silêncios e muitas “meias palavras”.

Diferente do que aconteceu com os homens, a maioria das mulheres foram entrevistadas em sua própria casa. Apenas duas escolheram um local público. Estar no ambiente familiar proporcionou alguns momentos performáticos por parte das informantes mais agitadas, que encenavam as discussões tidas com os companheiros. Da mesma maneira, foi muito comum mostrarem fotografias e objetos que remetiam aos momentos que marcaram a vida familiar. Três situações foram particularmente problemáticas, exigindo atenção redobrada e cautela nas abordagens. Em duas delas fui obrigada a interromper a entrevista. Um clima de tensão se formava quando, ao longo dos relatos, essas mulheres me faziam perguntas sobre o depoimento de seus parceiros. Por alguns momentos a entrevista era tomada por súplicas ou expressões de aborrecimento. Às vezes, meu simples silêncio era suficiente para retomar o foco da entrevista; em outros, tive que explicar novamente sobre o compromisso ético assumido com todos os informantes. Essas atitudes visavam neutralizar os insistentes questionamentos e as tentativas de confirmação de suspeitas a respeito de acontecimentos e sentimentos vividos pelos parceiros, e que, na percepção delas, poderiam ter sido revelados por eles quando foram entrevistados. Algumas situações demonstravam, claramente, uma intenção de troca: elas se dispõem a falar sobre o que eu quiser e, em contrapartida, eu ofereço as respostas, que elas imaginam que eu tenho, sobre a vida do companheiro.

Para alguém que procura refletir sobre as mudanças nas relações de gênero, a experiência de campo inevitavelmente me fez pensar nas permanências. Ou terá sido apenas coincidência os homens escolherem lugares públicos, perto do trabalho, e as mulheres me receberem no aconchego de seus lares? Ou, ainda, os homens assumirem posturas defensivas diante das minhas perguntas íntimas e, as mulheres, em tom de confiança, me mostrarem seus segredos e também quererem saber sobre os meus? A expectativa por certa cumplicidade feminina na abordagem de alguns assuntos, como a ocorrência de abortos, ficava evidente nas expressões comumente utilizadas pelas informantes – “a gente que é mulher sabe o problema que isso é”,

“como mulher você entende, né?”, “você sabe como é”, “a gente sempre passa por isso, não é verdade?”.

Outro ponto que se mostrou importante na dinâmica da entrevista foi o envolvimento ou a proximidade dos informantes com pessoas que participam do projeto de intervenção psicológica. Alguns relatos masculinos e femininos destacaram que ter participado das reuniões ou ter conversado com parentes que participaram, ajudou “a botar a casa em ordem” e “mudar a cabeça” para melhorar o casamento, conversar com os filhos e “viver mais em paz”. Percebe-se que os homens e mulheres que possuíam uma experiência, direta ou indireta, com o grupo de intervenção apresentavam discursos mais elaborados sobre suas experiências e percepções. O fato de já terem se expressado publicamente sobre vários dos temas de interesse da pesquisa, provavelmente, influenciou a decisão de aceitar fazer a entrevista e a forma pela qual construíram os relatos.

Os homens, as mulheres e suas histórias

O material de campo compreende as fichas de identificação e os relatos, gravados e transcritos, de dez homens e da companheira atual de cada um, totalizando vinte entrevistas com duração média de 90 minutos. A análise deste material envolveu leituras sistemáticas das transcrições, identificando as principais temáticas que emergiam no conjunto das narrativas masculinas e femininas em cada um dos três estados conjugais: unido(a) pela primeira vez, separado(a) e recasado(a). A indexação das entrevistas foi realizada a partir dessas temáticas, das quais destaco como as principais:

- Acontecimentos anteriores à união conjugal;
- Família de origem e arranjos domiciliares;
- Contracepção antes da união;
- Características da(o) parceira(o);
- Contracepção durante a união;
- Desejo por filhos;
- Nascimentos;
- Trabalho remunerado e vida profissional;

- Responsabilidades com os filhos;
- Responsabilidades com o espaço doméstico;
- Auxílio de familiares e vizinhos;
- Outras relações afetivas-sexuais;
- Filhos com outros parceiros;
- Enteados;
- Violência;
- Concepções sobre casamento;
- Concepções sobre maternidade;
- Concepções sobre paternidade;
- Concepções sobre família.

Os informantes masculinos encontram-se na faixa etária dos 32 aos 47 anos. Dos dez entrevistados, oito estão unidos pela segunda vez e dois pela terceira vez. Os filhos primogênitos têm idade entre 9 e 22 anos, e os mais novos entre 2 e 12 anos. Em três casos os filhos do primeiro casamento moram com o informante e sua atual esposa e, nos demais, moram com a ex-esposa. Todos tiveram filhos na nova união e cinco entrevistados convivem com os filhos da união anterior da parceira atual.

Entre as mulheres entrevistadas a faixa etária concentra-se entre 24 e 45 anos. Seis informantes estão unidas pela segunda vez e quatro em primeira união. Os filhos primogênitos têm idade entre 8 e 27 anos. Com exceção de um filho que está casado e outro que mora com o ex-marido, os filhos do primeiro casamento moram com elas. Todas as recasadas tiveram filhos na segunda união e três entrevistadas convivem com o filho da união anterior do parceiro.

Como mencionado, todos são moradores de bairros pobres da cidade de Campinas, mas possuem características socioeconômicas que revelam tratar-se de um grupo diferenciado de outros comumente abordados na literatura acerca de segmentos populares ou de baixa renda. O primeiro ponto que se destaca diz respeito à escolaridade do grupo. A maioria das mulheres estudou mais tempo do que o atual parceiro. Todas elas iniciaram o ensino médio, mas apenas a metade completou o ciclo. No caso dos homens, seis informantes possuem o fundamental incompleto (até

a antiga 6^a ou 7^a série) e dois deles o fundamental completo, apenas um tem o ensino médio incompleto e outro que completou o ensino médio.

Quadro 17 - Características dos casais entrevistados											
Casal	Ego	Idade	Escolaridade	Número de Uniões	Tipo da união anterior	Intervalo entre final da 1ª e início da atual união	Filhos uniões anteriores	Tipo da união atual	Tempo da união atual	Filhos união atual	Filhos que moram com casal
1	André	37	Médio incompleto	2	consensual	2 anos	1	consensual	3	1	3
	Ana	30	Médio incompleto	2	consensual	3 anos	1				
2	Bruno	45	Fundamental incompleto	2	civil e religioso	1 ano	1	consensual (1993) e civil (1995)	14	2	3
	Bianca	45	Médio completo	2	civil e religioso	2 anos	1				
3	Carlos	47	Fundamental completo	2	consensual	1 ano	2	consensual	5	1	3
	Carolina	40	Médio completo	2	consensual	3 anos	2				
4	Daniel	47	Fundamental completo	3	consensual	7 anos	2	consensual	4	1	2
	Diná	36	Médio incompleto	2	consensual	3 anos	2				
5	Eduardo	40	Médio completo	2	civil	2 anos	2	consensual (1997) e civil (2003)	10	3	3
	Edna	29	Médio incompleto	1	não tem	não tem	0				
6	Fábio	32	Fundamental incompleto	2	consensual	1 ano	0	consensual (1997) e civil (2003)	10	2	3
	Fernanda	31	Médio incompleto	2	consensual	3 anos	1				
7	Gilmar	38	Fundamental incompleto	3	consensual	9 anos	1	consensual	7	1	2
	Glória	24	Médio completo	1	não tem	não tem	0				
8	Hélio	38	Fundamental incompleto	2	consensual	2 anos	1	consensual	11	1	1
	Helena	33	Médio completo	1	não tem	não tem	0				
9	Isidoro	41	Fundamental incompleto	2	civil e religioso	3 anos	2	civil	7	2	3
	Íris	33	Médio completo	2	consensual	5 anos	1				
10	Júlio	39	Fundamental incompleto	2	consensual	2 anos	3	consensual	3	1	1
	Joana	33	Médio incompleto	1	não tem	não tem	0				

Como será mostrado no capítulo 7, no momento da entrevista todos os homens estavam inseridos no mercado de trabalho. Metade dos informantes do sexo masculino possui um emprego com carteira assinada e três trabalham como autônomos no setor de prestação de serviços. No que se refere às parceiras, apenas três não estavam trabalhando fora de casa. Todas as demais têm empregos no setor de serviços, sendo que apenas duas com carteira assinada.

Segue abaixo uma breve reconstituição da trajetória conjugal e reprodutiva dos casais. Para preservar a identidade dos informantes os nomes utilizados são fictícios.

Casal 1

André, 37 anos, e Ana, 30 anos, estão juntos desde 2004, quando ela engravidou e ele foi morar na casa dela. Os dois são funcionários de um grande supermercado da cidade. Ele trabalha como padeiro e ela como caixa. Ambos são recasados. A primeira união de André aconteceu em 1989, quando sua namorada engravidou e foi morar na casa da família dele. Ela tinha 16 anos e ele 19 anos de idade. Ela teve um aborto espontâneo, mas engravidou novamente seis meses depois. O filho nasceu em 1990. Nessa época ele trabalhava como entregador. Durante todo o tempo de união, eles compartilharam a casa com a mãe dele, uma irmã separada, dois sobrinhos e um irmão solteiro. Ela queria morar em uma casa separada. Eles queriam ter outro filho, mas ela teve dois abortos espontâneos e descobriu que tinha um problema que dificultava a gestação. Quando o menino completou 12 anos de idade, ela rompeu o relacionamento e foi morar com o filho na casa de outros parentes no mesmo bairro. André manteve um contato muito próximo com o filho. E teve alguns momentos de reconciliação com a ex-parceira. Ele queria manter o relacionamento, mas ela terminou definitivamente e arrumou um namorado. Ele nunca pagou pensão, mas ajudava da maneira que podia. Sempre contaram com a ajuda da família dele. A ex-companheira se casou e, segundo o informante, o atual marido dela não tem um bom relacionamento com o filho dele. Há quase dois anos sua ex-companheira mudou de cidade e o filho, na época com 15 anos, pediu para morar com ele. Nessa ocasião, ele já estava com sua parceira atual. Ana morava em outro Estado. Em 1998, quando estava com 19 anos, ela foi morar com seu namorado. No ano seguinte teve sua primeira filha. A vida conjugal foi muito conturbada pela ligação que o ex-companheiro tinha com grupos criminosos. Ela vivia com medo. Três anos depois ela decidiu fugir de casa com sua filha, então com dois anos de idade. Mudou de Estado com intuito de nunca ser encontrada pelo ex-companheiro que era extremamente violento. A última notícia que soube dele é que estava preso. Apenas um irmão dela

sabe onde ela mora. André e Ana se conheceram no trabalho e ela engravidou quatro meses após terem começado a namorar. André adora a enteada e tem um ótimo relacionamento com ela. No aniversário de dois anos do filho do casal, o filho de André foi morar com eles e com a filha de Ana. Planejam ter mais um filho em 2008.

Casal 2

Bruno e Bianca, ambos com 45 anos. Trabalham juntos como feirantes. Os dois são recasados. Após um ano de namoro e dois anos de noivado, Bruno casou pela primeira vez, em 1985, no civil e no religioso. O primeiro filho foi planejado e nasceu no segundo ano de casamento. Em 1991, quando seu filho estava com 4 anos, ele resolveu sair de casa para se relacionar com uma outra mulher, mas não chegou a morar com ela. Quando se separou ficou na casa de um tio que era solteiro. A ex-mulher não se casou novamente. O divórcio foi assinado em 1993. Nessa época ele já estava morando com sua atual esposa. Bruno sempre pagou pensão para sua ex-mulher. Ela faleceu há três anos, e o filho, que estava com 16 anos, foi morar com ele e sua atual esposa. O primeiro casamento de Bianca também foi no civil e no religioso, em 1980, após ela completar 18 anos. A gravidez de sua primeira filha motivou o casamento. No período em que esteve casada fez três abortos. O ex-marido terminou a relação e saiu de casa em 1990, quando a filha estava com 10 anos de idade. Ele nunca pagou pensão. No final de 1991 conheceu Bruno e um ano depois, ele mudou para a casa dela. No início, a enteada, que estava com 13 anos de idade, não aceitou a união e por cinco meses ficou morando com o pai. Bianca assinou seu divórcio em 1994. Bruno e Bianca casaram no civil em 1995, ano em que nasceu o primeiro filho do casal. A relação de Bruno com a enteada melhorou com o nascimento dessa criança. O segundo filho nasceu dois anos depois. Em 2000, a ex-esposa de Bruno descobriu que estava com câncer e ele começou a ajudar no tratamento dela. Bianca se aproximou do filho de Bruno nesse período. Em 2002 a ex-esposa faleceu, mesmo ano em que a filha mais velha de Bianca saiu de casa para morar com uma colega de trabalho. Bruno e Bianca moram com o filho dele que está com 20 anos e os filhos do casal que têm 10 e 12 anos de idade. Bruno pensa em

fazer vasectomia, mas sua atual esposa não quer porque acha que ele vai se arrepender.

Casal 3

Carlos, 47 anos, e Carolina, 40 anos, estão juntos desde 2002. Ele trabalha como taxista e ela é dona de casa. Ambos são recasados. A primeira união de Carlos foi motivada pela gravidez de sua ex-parceira. Ela teria engravidado para que ele assumisse o relacionamento. No início da união moraram na casa de parentes dela. Quando o filho completou um ano, eles mudaram para Campinas, porque Carlos conseguiu um emprego. Nessa época sua ex-companheira estava grávida novamente. O segundo filho nasceu cinco meses depois, e ela aproveitou para fazer a laqueadura. Estava então com 22 anos. Em 2000, o filho caçula morreu ao ser atropelado por um automóvel, aos 9 anos de idade. O relacionamento foi abalado pela morte do filho e um ano depois a ex-companheira rompeu com Carlos. O filho mais velho do casal estava com 12 anos. Eles permaneceram morando na mesma casa até que Carlos conheceu Carolina e três meses depois foi morar com ela. Esporadicamente, Carlos oferece ajuda financeira para a ex-companheira. A primeira união de Carolina aconteceu aos 22 anos. Nessa época seus pais mudaram para outro Estado e ela ficou na cidade. Trabalhava como vendedora e morava sozinha em um quarto e sala. O namorado passou a dormir na casa dela e, quando percebeu, já estavam morando juntos. Fez dois abortos antes de decidir ter um filho. Aos 25 anos teve sua primeira filha. Dois anos depois nasceu sua segunda menina. Em 1999, Carolina expulsou seu ex-companheiro de casa após descobrir que ele havia engravidado uma colega de trabalho. Suas filhas estavam com 7 e 4 anos de idade. Ele ajudou financeiramente durante um ano. Em 2001, ela engravidou de uma relação casual. Fez um aborto e teve complicações que quase a levaram à morte. Alguns meses depois, conheceu Carlos. Depois de um ano morando juntos, o casal decidiu ter filhos. Carolina tentou engravidar, mas demorou um ano para conseguir. O filho do casal nasceu em 2004. Carlos e as enteadas têm um relacionamento mais distante. Ele acha que melhorou depois do nascimento do filho do casal. Há um ano Carolina está na lista de espera do SUS para fazer a laqueadura.

Casal 04

Daniel, 47 anos, Diná, 36 anos, estão juntos desde 2003. Ele trabalha como motorista de ônibus e ela como manicure. Ambos são recasados. Daniel conheceu sua primeira companheira em 1990. Ela era separada e tinha dois filhos. Ela engravidou e foram morar juntos. O filho nasceu em 1991. Daniel não conseguiu estabelecer uma boa relação com seus enteados, o que prejudicou o relacionamento e levou à separação quatro anos depois. Ele nunca pagou pensão, mas, durante cinco anos, todos os meses ele levava para ela uma cesta básica. Ao se separar foi morar com uma irmã que era casada. No período que esteve com a irmã, conheceu sua segunda companheira. Após alguns meses de relacionamento foram morar juntos, porque ela engravidou. A união durou três anos. Ele rompeu para ficar com outra mulher. Voltou para a casa da irmã, que também estava separada. No ano seguinte conheceu sua atual parceira. Diná conheceu seu primeiro companheiro ainda na adolescência. Começaram a namorar quando ela tinha 19 anos. Ele começou a morar na casa da família dela, e um ano depois, ela engravidou. O primeiro filho nasceu em 1991. Três anos mais tarde tiveram uma filha. Ela decidiu terminar o relacionamento porque ele não arrumava emprego e bebia muito. A separação aconteceu em 2000, quando os filhos estavam com 8 e 5 anos de idade. Diná não teve nenhum outro relacionamento até conhecer Daniel em 2002. No ano seguinte Diná saiu da casa de sua mãe e foi morar com Daniel. Cinco meses depois ela engravidou. O filho mais velho de Diná não aceitava a união dela com Daniel e a relação deles piorou durante a gravidez. Nessa época, o filho de Diná resolveu morar com o ex-marido e a atual companheira dele. Diná e Daniel moram com a filha dela de 13 anos e o filho do casal de 4 anos. Diná não quer ter mais filhos, mas acha que Daniel gostaria de ter mais um. Por sua vez, Daniel não gostaria de ter mais filhos, mas acha que Diná ainda pode querer mais um.

Casal 05

Eduardo, 40 anos, e Edna, 29 anos moram juntos desde 1997, mas oficializaram a união no civil em 2003. Ele trabalha como gerente de loja e ela é dona de casa. Somente Eduardo teve uma união anterior. A ex-esposa de Eduardo

engravidou durante o noivado. Eles casaram no civil e no religioso quando ela estava no sexto mês de gravidez. O primeiro filho nasceu em 1985. Dois anos depois ela engravidou, mas resolveu abortar. A decisão foi dela, porque ele queria ter o filho. Nessa época, Edna estava cursando o técnico em enfermagem e não queria interromper os estudos e nem o trabalho. Passados dois anos ela engravidou novamente e tiveram outro menino. O relacionamento terminou em 1995. Ele sempre pagou pensão e ficava com os filhos quando ela fazia plantão. Quando se separou, Eduardo foi morar na casa de parentes, onde conheceu sua atual esposa. O divórcio foi assinado em 2001. Edna trabalhava como babá e costureira quando conheceu Eduardo. Começaram a namorar e, um ano depois, foram morar juntos. A família dela foi contra a união pela diferença de idade entre eles. Ela tinha 18 anos e ele 29 anos. Os filhos de Eduardo gostavam de Edna. Em pouco tempo Edna engravidou. O primeiro filho nasceu em 1997. Nessa ocasião, os enteados ficavam com frequência na casa do casal porque não gostavam do novo marido da mãe. Dois anos depois, Edna engravidou novamente, mas teve um aborto espontâneo. Alguns meses se passaram e acabou engravidando de novo. Teve complicações na gravidez, mas a filha nasceu saudável em 2000. Mais dois anos e nasceu a terceira filha. Nessa ocasião, Edna resolveu fazer a laqueadura. Ela tinha 24 anos. Em 2003 quando sua filha caçula completou um ano, eles casaram no civil.

Casal 06

Fábio, 32 anos, e Fernanda, 31 anos, estão juntos desde 1997. Oficializaram a união no civil em 2003. Ele trabalha como mecânico e ela é dona de casa. Ambos são recasados. Aos 17 anos de idade Fábio conheceu sua primeira companheira. Ela era separada, tinha 25 anos e três filhos que moravam com o pai. No segundo mês de relacionamento ele mudou para a casa dela. Eles ficaram juntos por três anos. Ele resolveu terminar a relação porque ela era muito ciumenta, o que provocava constantes brigas entre o casal. Não tiveram filhos. Fábio voltou para a casa de sua mãe e conheceu Fernanda, que estava morando na casa ao lado. Quando tinha 15 anos Fernanda engravidou e foi morar com o parceiro, que tinha 27 anos, era separado e tinha um filho pequeno. O relacionamento durou quatro anos. Nesse período ela fez um aborto. A relação não estava boa e ela não queria ter outro filho com ele. Ela

terminou a relação porque ele a traía e passava dias longe de casa. Em 1995 ela saiu de casa e foi morar com uma tia. O ex-companheiro nunca pagou pensão. Ele dava uma ajuda financeira esporádica e raramente visitava o filho. Ela arranhou um emprego como atendente de uma locadora de vídeos e, poucos meses depois, mudou para uma casa de fundos que ficava mais próxima do local de trabalho. Conheceu Fábio e logo começaram a namorar. Fábio gostava muito de brincar com o filho de Fernanda. Em 1997 ela engravidou e eles começaram a morar juntos. Logo após o nascimento do bebê, o primeiro filho de Fernanda, que estava com 6 anos, adoeceu várias vezes. Fábio passava várias noites sem dormir cuidando do menino. Três anos depois eles tiveram uma filha. No início Fábio achou ruim ter mais um filho, mas mudou de idéia quando soube que ia ser uma menina. Em 2002 Fernanda teve um grave problema de saúde e não poderia correr o risco de engravidar. Então o casal decidiu que Fábio faria a vasectomia. Ele tinha 30 anos. Logo depois, no mesmo ano, eles casaram no civil. O casal mora com o filho dela de 15 anos e os filhos em comum de 10 e 7 anos de idade.

Casal 07

Gilmar, 38 anos, e Glória, 24 anos, estão juntos desde 2000. Ele trabalha como mecânico e ela como diarista. Somente ele teve união anterior. Quando tinha 18 anos, a namorada de Gilmar engravidou. Ela tinha 16 anos de idade. Ela foi morar na casa da família dele. O primeiro filho nasceu em 1988. Três anos depois o relacionamento terminou. Ele e a família ajudaram a manter ela e a criança. Quando ela casou novamente ele parou de dar auxílio financeiro. Ele teve vários relacionamentos, mas nenhum fixo. Em 1998 passou um ano morando com uma namorada em outro Estado. A relação terminou e ele voltou a morar na casa de parentes em Campinas. No batizado de uma sobrinha conheceu Glória, na época com 16 anos de idade. Os dois começaram a namorar e meses depois já estavam morando juntos. Em 2001 nasceu o filho do casal. Em 2006 o primeiro filho de Gilmar foi morar com o casal. Ele quer fazer vasectomia, mas tem medo de se arrepender. Eles estão em conflito porque Glória quer ter mais filhos, mas ele não. Nesse período de união, ela já fez 3 abortos.

Casal 08

Hélio, 38 anos, e Helena, 33 anos, estão juntos desde 1996. Ele trabalha como soldador de uma indústria e ela é recepcionista de uma clínica médica. Somente ele teve união anterior. Em 1991, Hélio e sua primeira companheira decidiram morar juntos, depois que a mãe dela faleceu. Ela tinha 19 anos e ele 22 anos de idade. No ano seguinte ela engravidou e tiveram um filho. Em 1995 ele saiu de casa e foi morar com um amigo. Seu filho estava com três anos. A cada dois ou três meses, quando podia, mandava dinheiro para a ex-mulher e o filho. Nessa mesma época ele teve um relacionamento casual com uma antiga namorada e ela engravidou. Não coabitaram. O filho deles nasceu em 1996. Ajudou financeiramente no primeiro ano. Ainda em 1996 conheceu Helena. Ela trabalhava como auxiliar de escritório e morava com os padrinhos. Depois de um ano de relacionamento foram morar juntos. Em 1999 ela engravidou e a filha nasceu no ano seguinte. Planejam ter um outro filho em 2008. Nesse período o relacionamento passou por rompimentos e reconciliações.

Casal 09

Isidoro, 41, e Íris, 33, estão casados no civil desde 2001. Ele é vendedor ambulante e ela é telefonista de uma empresa. Ambos são recasados. Isidoro conheceu sua primeira mulher em festas familiares. Ela era amiga de uma de suas sobrinhas. Eles namoraram por dois anos, antes de casar no civil e no religioso, em 1989. Moravam em uma casa de fundos próximo da família dela. No ano seguinte ao casamento, ela engravidou e tiveram a primeira filha. Passados dois anos, nasceu a segunda filha do casal. Logo depois do nascimento da criança, ele ficou desempregado. Quase dois anos depois ele arranhou emprego como motorista de caminhão e passou a ficar mais tempo longe da família. As brigas se intensificaram porque ele suspeitava que ela tinha um relacionamento com outro homem. Em 1998, ele foi morar na casa de parentes. Isidoro continua pagando pensão para sua ex-mulher e vê suas filhas pelo menos uma vez por mês. Eles assinaram o divórcio em 2000. Íris conheceu Isidoro em 1998 na empresa em que ela trabalhava como telefonista. Nessa ocasião ela estava separada. Íris conheceu seu primeiro

companheiro na época em que trabalhava como caixa de uma lanchonete. Pouco depois de completar um ano de namoro ela ficou grávida. Ela tinha decidido abortar, mas foi persuadida pelo parceiro, que a levou para morar com ele. O primeiro filho nasceu em 1994. Ela tinha 20 anos e ele 21 anos de idade. Eles moravam na casa da mãe dele e ela não tinha um bom relacionamento com a sogra. Quando o filho completou dois anos, ela resolveu voltar para a casa de seus pais. Eles continuaram a se relacionar mas, logo depois, ele arranhou uma outra companheira. Periodicamente ele dava uma ajuda financeira. Visita o filho uma vez por mês. Íris teve dois namorados antes de começar a se relacionar com Isidoro. Um ano após o divórcio, Isidoro e Íris casaram no civil. O filho de Íris estava com 7 anos de idade. Quando completaram dois anos de casamento decidiram ter um filho. Em 2003 nasceu um menino e dois anos mais tarde tiveram uma menina. Aproveitou a última gravidez para fazer a laqueadura. Ela tinha 31 anos.

Casal 10

Júlio, 39 anos, e Joana, 33 anos, estão juntos desde 2004. Ele trabalha como serralheiro e ela é dona de casa. Somente ele teve uma união anterior. Ele tem três filhos da primeira união: um menino de 13 anos e duas meninas, uma com 11 anos e outra com 10 anos de idade. Tem um filho de 4 anos de um relacionamento casual. E uma filha de 2 anos de idade da união atual. Júlio conheceu sua primeira companheira no bairro em que moravam seus pais. O namoro, que durou dois anos, teve vários rompimentos. Depois da última reconciliação em 1991, resolveram morar juntos. Eles moravam em uma pequena casa cedida pela avó dela. Ela logo descobriu que estava grávida, mas decidiu não ter a criança. Com a ajuda financeira de uma prima, abortou. Um ano depois ela ficou desempregada. Nesse período ~~ela~~ engravidou e tiveram o primeiro filho. A segunda filha nasceu em pouco mais de dois anos e engravidou novamente poucos meses após esse nascimento. Júlio não queria um terceiro filho e para não correr o risco de ter uma quarta criança, sugeriu que sua ex-companheira fizesse uma laqueadura após o nascimento do terceiro filho. No início ela resistiu à idéia, tinha medo que desse alguma coisa errada na cirurgia e também de

se arrependeu. Além de Júlio, outros familiares também concordavam que ela deveria “fechar a fábrica”. Ela aceitou e fez a laqueadura após o parto. Ela tinha 27 anos. A vida conjugal começou a piorar porque a ex-parceira reclamava muito que ele não ajudava a cuidar das crianças e que passava muito tempo fora de casa. Qualquer coisa se transformava em motivo para uma briga. Uma sobrinha dela foi morar com o casal para ajudar a cuidar das crianças. Quando a filha caçula estava com 5 anos de idade, ele saiu de casa. Voltou a morar com sua mãe. Desde a separação, pelo menos duas vezes por mês ele dá uma ajuda financeira para a ex-mulher. Quando ela casou novamente, as contribuições passaram a ser esporádicas, mas ele vê os filhos com frequência. Um ano depois da separação Júlio teve um filho de uma relação casual. O contato com essa criança é esporádico. Júlio conheceu Joana quando foi contratado para fazer um serviço na casa onde Joana trabalhava como empregada doméstica. Depois de três meses de relacionamento, ela foi morar na casa da família dele. Ele construiu uma pequena casa nos fundos do terreno e a filha do casal nasceu um pouco antes da casa ficar pronta, em 2005. Ele não quer ter outro filho, mas Joana gostaria de ter mais um.

Capítulo 5

Formação de Famílias: a primeira união e o nascimento do primeiro filho³¹

Este capítulo foi desenvolvido em torno de duas questões: o que significa casar e ter filhos? Que concepções e categorias emergem das reflexões dos homens e das mulheres entrevistadas sobre a experiência da primeira união conjugal e do nascimento do primeiro filho?

O desenvolvimento dessas questões serviu de ponto de partida para apreender como a conjugalidade e a reprodução se articulam ao longo da trajetória de vida dos informantes. A perspectiva assumida ao longo desse e dos capítulos que se seguem é a de que as relações conjugais e o nascimento dos filhos se situam em momentos específicos da biografia dos sujeitos, onde a concretização e os significados desses eventos adquirem modos diferenciados conforme a classe, a raça e o gênero dos sujeitos (TORRES, 2004). Nesse trabalho, dois desses aspectos estarão sendo especificamente considerados na análise dos conteúdos das entrevistas – classe e gênero.

Todos os homens e mulheres entrevistados compartilham a idéia de que casar e ter filhos são situações naturalmente desejadas e importantes para o amadurecimento de uma pessoa. A presença ou ausência desses dois eventos e a forma como homens e mulheres assumem as responsabilidades advindas da conjugalidade e da reprodução definem, aos olhos dos informantes, identidades sociais e de gênero, expressas nos discursos como o “homem solto”, o “garanhão”; o “pai desgarrado”, o “homem por completo”, o “marido meia boca”, a “mulher qualquer”, a “mãe de família”, a “patroa”, a “menina avoadada”, entre outros. Essas categorias são construídas tendo por referência um padrão duplo de moral sexual - que distingue as mulheres entre aquelas que são para formar família e as mulheres para curtição - e o modelo de família conjugal burguesa – pautado pela relação complementar e assimétrica do homem provedor e da mulher cuidadora dos filhos. A partir desse referencial, os entrevistados discorrem sobre as circunstâncias, os

³¹ Todos os nomes mencionados nos trechos das entrevistas são fictícios.

relacionamentos, as exigências e as dificuldades que enfrentaram desde que saíram da condição de solteiros(as) sem responsabilidades para se tornarem chefes ou mulheres de família.

O conjunto dos relatos reafirma os achados da vasta literatura existente sobre os significados do início da vida conjugal e parental para homens e mulheres (ALMEIDA, 2004; MARCONDES, 2002; BILAC, OLIVEIRA, MUSZKAT, 2000; ARILHA, 1999; ARILHA, 1998; FULLER, 1997, TOWNSEND 1992). O primeiro casamento e a vinda do primeiro filho são responsáveis por mudanças de *status* social e de gênero. Os elementos que integram esses processos, fundamentais para a compreensão das trajetórias masculinas e femininas, são também acionados pelos informantes ao refletirem sobre os significados da reconstituição familiar a partir do recasamento.

O aprumo deles e a segurança delas: significados da primeira união e do primeiro filho

Constituir a própria família é um marcador importante e de implicações distintas para a vida masculina e feminina. Os informantes apontam que a perspectiva de se casarem e terem filhos pela primeira vez foi adquirindo maior relevância com o avançar da idade, um processo particularmente reforçado pela pressão familiar para que tomassem “um rumo na vida” e pelo aumento da ocorrência desses eventos no grupo de pares. Segundo os homens entrevistados, formar uma família distingue aqueles que estão “livres”, “na farrá” ou “descomprometidos” - características marcantes dos jovens solteiros - daqueles que são “responsáveis”, “maduros” ou “homens por completo”. Dessa forma, entendem que a primeira união e o primeiro filho surgiram em suas trajetórias como situações que deram sentido e objetivos concretos para suas vidas:

Quando eu era mais jovem, sem preocupação era bom, porque tinha liberdade pra fazer o que quiser, não tem hora pra voltar, não tão te controlando, era bom (...) mas uma hora ou outra tem que acontecer isso, ter filho, casar, como a minha mãe me falava né, pra podê se orientar na vida (...) pra todo mundo é assim...comigo que...que tem hora que precisa criar seus objetivo, busca algo pra não ficar sem rumo, se eu não tivesse a minha ainda ia tá por aí vadiando sem nada, sem preocupação e quando você fica mais velho, se não toma jeito, fica pra trás.. então tem que tomar jeito, ser alguém... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, quatro filhos)

Até aparecer a Denise demorou pra deixar da farra (...) num queria me prender não, gostava de ficar com os amigo, nada de patroa querendo saber onde foi, onde tava, com quem, o que tava fazendo, sabe? Eu até que gostava de num deve satisfação pra ninguém (...) o problema é que quando a gente vai ficando velho e seus amigo casando e com os bacuri de lambuja e ai não se arruma, as pessoas vão tendo idéia... já acha que você não presta, que se convida um amigo pra tomar uma, a mulher já acha que tá desencaminhando o cara, que tá levando ele pra farra, tirando ele da família... (...) uma coisa que eu não fazia era pensar no lá na frente, o que vai acontecer no futuro, eu não pensava nisso não e mudou depois (...) depois ela [primeira companheira] ficou grávida (...) Era uma chance de mudar de vida, se aprumar né? (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos e dois enteados)

As narrativas indicam que no processo de socialização dos homens, o sexo, o trabalho e a família são inculcados como norteadores importantes na construção da identidade masculina. Alguns homens entrevistados recordam-se que, ao atingirem uma certa idade, geralmente entre 15 e 17 anos, as cobranças da família para que começassem a trabalhar tornaram-se mais constantes. Esses informantes partilham a avaliação de que essas cobranças eram motivadas tanto pela necessidade financeira da família quanto pelo medo de que “caíssem na vadiagem” ou se “desviassem do caminho”. Essa última preocupação estava relacionada ao fato de que, nessas idades, quase todos já haviam parado de estudar e se ocupavam apenas com “bicos”:

Eu tava com 16 pra 17 anos, quando minha mãe me mandou pra cá pra trabalhar com meu tio na oficina...eu larguei a escola pra desgosto da minha mãe que eu achava perda de tempo, queria arranja...eu fazia umas coisas aqui, outras ali, só uns trocado...meu pai arranjava uns bicos com os vizinhos, foi daí que meu tio ficou doente e precisava de ajuda na oficina e assim que eu vim...meu pai achava que era melhor porque eu ia crescer, ter mais responsabilidade, ver como é de verdade...que do jeito que tava ele tinha medo que eu perdesse rumo...então ele achava que tinha que trabalha mais sério, pensa no futuro, fazer família, ajuíza né? Tava na hora de começar pensar nessas coisas...(Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

(...) comecei como entregador, menino de entrega, depois arrumava estoque de loja, me dispensaram e fiquei amargando sem nada, comecei a namora a Alice mais ou menos nessa época, tinha acho que uns 17 mais ou menos...meu tio pegava no meu pé que tinha que para de vadiar e toma cuidado que eu já num era moleque, que a Alice era uma boa menina e que se eu fizesse certo era uma boa moça pra pensa no futuro, mas tinha que dá um jeito na vida... então tinha que te respeito, que não era que nem as outras (...) foi ele mesmo que me levou pro supermercado..o que foi bom que tempos depois ela [a primeira companheira] engravidou... (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Preparar-se para o futuro teve um outro sentido para as mulheres. O cotidiano doméstico-familiar se apresenta como o eixo norteador da vida feminina (ANGIER, 1990). As informantes relembram tentativas paternas de exercer controle sobre as amizades e, principalmente, os namoros, em um esforço claro de evitar que engravidassem de “qualquer um que aparecesse”. Na percepção da maioria delas, o

receio não era por uma gravidez precoce, mas por se tornarem mães solteiras. Os relatos evidenciam um processo de socialização de gênero pautado em uma divisão sexual do trabalho bem demarcada. Aprender a gerenciar a casa – na realização de tarefas domésticas e na administração correta do dinheiro - e cuidar de crianças eram as exigências mais comuns feitas pelas mães. Na maioria dos casos revelam que não se sentiram cobradas para se inserirem no mercado de trabalho, mesmo quando haviam abandonados os estudos. Aquelas que trabalharam na adolescência disseram ter sido por necessidade, geralmente, motivada pela ausência de um provedor no domicílio:

(...) quando eu falei que tavam precisando de vendedora na loja (...) o tempo fecho em casa, meu pai achava que tinha muita necessidade em casa pra ajuda minha mãe, que era bobagem eu fica muito nova...muito tempo fora de casa, se fosse pra estuda tudo bem...(...) e também tinha a coisa que eu tinha um paquerinha que trabalhava do lado, que meu pai num queria nem vê ele pintado de ouro! (risos) Daí é que encerro assunto mesmo... 'pra que dar colher de chá pra desgraceira', ele dizia. (...) eu lembro que meu pai tinha medo que a gente [as filhas e sobrinhas que moravam no domicílio] tivesse filho de um safado qualquer e daí ficasse nas costas nossa e na dele, né? (...) que pra ele mãe solteira era pior que mãe separada...pra mulher e pro filho...que pelo menos a separada não foi rejeitada, o sujeito pelo menos se pronunciou, reconheceu (Diná, 35 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

(...) minha mãe queria que eu completasse os estudos, como eu num queria, cuidava de metade das coisa da casa pra ela (...) que meu pai até preferia que eu ficasse mais em casa, assim minha sombra era vigiada...(risos) muito por causa também do meu namoro com o Anderson [primeiro companheiro]...meu pai falava que ele não prestava, que era bem do tipo de largar mulher com filho na barriga e era todo dia isso...o que não adianta muito né? (...) eu num tinha nem completado 19 anos ainda...quando ele pediu, eu num pensei duas vezes, peguei minhas coisas e fui embora com ele (...) meu pai não falava comigo, ficou desgostoso... (Ana, 30 anos, duas uniões, casal 1, dois filhos, um enteado)

Em grande medida os informantes consideram que se tornar homem ou mulher está intrinsecamente relacionado a se tornar pai ou mãe. Com a reprodução há um re-ordenamento de posições e relações sociais nos diversos espaços e grupos por onde os entrevistados circulam. Dessa maneira, há uma certa compreensão de que a união conjugal por si só não transformaria tão profundamente as idéias, os comportamentos e a auto-imagem dos sujeitos quanto a existência de um filho:

Os filhos são importantes na vida do casal...é isso que faz a gente lutar junto pra ter uma vida melhor.... que completa, que faz crescer...eu vejo que ganhei muito mais com meu filho, que casar já te dá responsabilidades, mas com filho a preocupação...as exigências é muito maior (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

Eu acho que é muito triste a vida sem filho...não dá aquele sentimento, aquela necessidade de ser alguém melhor...de você orientar, passar o que te ensinaram, juntar

a família em dia de festa, só de você dizer que tem filhos as pessoas já te tratam diferente, eu que já tive meu filho já mais velho...senti isso...(...) Que também casar para ficar sem filho não tem razão de ser, você não cria..não dá pra chamar de família. (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

Essa idéia se reforça com a história de Fábio. Trata-se do único informante que não teve filhos na primeira união. O reconhecimento social que adquiriu com a primeira união veio do fato de estar com uma mulher mais velha e bem sucedida. Mas, ele percebe que há diferenças na imagem que tinha quando se uniu pela primeira vez e atualmente, quando se tornou pai na segunda união:

Eu não tive filhos com a Fabiana, que a gente tinha uma história muito louca pra começar eu...a gente começou a namorar eu tinha uns 17, 18 anos, era um moleque ainda...fazia uns três meses que a gente tava junto eu já ficava direto na casa dela e fui ficando...virei o homem dela...(...) todo mundo me conhecia, que eu tinha conquistado uma das mulheres mais difíceis do bairro, que ela era separada, bonitona, era dona de um comércio que ficava no centro, tinha filhos, mas eu só via eles nas férias porque os meninos moravam com o pai no interior de Minas...(...) eu me sentia um homem de verdade com ela, eu também trabalhava, já tinha a sociedade aqui... eu me sentia muito bem, era respeitado por tudo que eu conquistei (...) quando nasceu o Júnior, eu senti que as pessoas me olhavam com mais admiração, eu senti que eu era um homem diferente, que realmente tava mais maduro, não foi que nem lá atrás com a Fabiana, que eu me sentia orgulhoso, macho...é diferente com filho, mulher e filho te completa...é outro lado. (Fábio, 32 anos, casal 6, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Particularmente para os homens, a experiência se torna mais significativa quando conjugalidade e reprodução se encontram associadas. Como os informantes destacam, um filho nascido em uma situação no qual o homem não se sinta vinculado ou não estabeleça uma relação de comprometimento com a mãe da criança, não adquire um sentido transformador. A partir dessa idéia os homens distinguem aqueles que fazem filhos e os que assumem uma família:

(...) ter uma família sua, isso é coisa importante que acontece na vida de todo mundo, todo mundo um dia quer ter uma...mas pra cuidar mesmo, não deixar nada faltar pra eles, isso faz a gente homem. Tem muitos por aí que bota filho no mundo mas não assume, porque fazer filho é fácil mas o que vale é cuidar, dar um teto, botar comida na mesa, dar carinho, isso que é ser homem.(Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Olha tem muito homem por aí que acha que só porque fez filho é macho, é homem. Que nada! Isso não quer dizer nada. Não muda nada se você não assume as responsabilidades disso, de dar um lar pra mãe do seu filho, de proteger. Se você não faz isso continua solto, não sabe o que é preocupação, continua descompromissado com as coisas...(Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos e dois enteados)

(...) eu acho que tem gente que tem filho mas não assume de verdade. Então esses aí não sabe o valor... não...é como se não quisesse crescer, quer ficar na farra, entende? (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos e um enteado)

O sentido do casamento e da paternidade como eixos centrais da masculinidade adulta é destacado em várias pesquisas sobre camadas médias urbanas (FULLER, 1997; BILAC, OLIVEIRA, MUSZKAT, 2000; UNBEHAUM, 2000). Aqui, um grupo de informantes de camadas populares sugere que a construção das identidades masculinas centradas na idéia de responsabilidade, apoiada em valores afetivos e morais, tem vigência socialmente mais ampla. Os trechos destacados mostram que os homens percebem o processo de transição para a vida adulta através da conjugalidade e, principalmente, da reprodução como uma troca: por um lado, perdem a liberdade e os prazeres individuais, mas, por outro, adquirem autoridade moral e reconhecimento social.

(...) eu sempre soube que o dia que eu tivesse minha mulher e meus filhos a vida ia mudar, ia ter que criar juízo, não ficar na bebedeira, na sinuca, tudo isso acaba, que passa a ter mais responsabilidade, que é pesado sustentar uma família, isso muda a cabeça da gente, sabe? Muda bastante a vida da gente. (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos e um enteado)

Nesse sentido, esta pesquisa corrobora outros estudos com camadas populares, ao destacar a importância para os homens de passarem a se ver como responsáveis pelo provimento de “teto, alimento e respeito” para sua família (NOGUEIRA, 2007; ARILHA, 1999; SARTI, 1996; AGIER, 1990; ZALUAR, 1985). Ter a responsabilidade de sustentar uma casa, criar um filho e cuidar de uma esposa implicou na adoção de uma série de comportamentos com o objetivo de serem reconhecidos como adultos responsáveis (ALMEIDA, 2004; BILAC, OLIVEIRA, MUSZKAT, 2000; ARILHA, 1998; FULLER, 1997, TOWNSEND, 1992).

As ações e representações dos entrevistados remetem a um modelo de *homem de família* (BILAC, OLIVEIRA e MUSZKAT, 2000), construído em torno da condição masculina de provedor familiar. Ser provedor não se restringe à capacidade de dar suporte financeiro à esposa e aos filhos. Implica, igualmente, em adotar um conjunto de condutas consideradas mais apropriadas – uma masculinidade domesticada (BILAC, OLIVEIRA e MUSZKAT, 2000) - para estabelecer uma vida familiar respeitada socialmente (BILAC, OLIVEIRA e MUSZKAT; 2000; COLLIER, 1995³²; TOWNSEND, 1992).

³² Em sua análise sobre a transformação das representações jurídicas da figura paterna na Inglaterra, Collier (1995) trata o *homem de família* como um tipo de subjetividade masculina que se caracteriza como uma forma de masculinidade “segura” e desejável para o convívio familiar. Por ser um conceito

Como poderá ser visto ao longo desse trabalho, o comprometimento masculino com a família parte de uma avaliação a respeito de sua dedicação ao trabalho remunerado, na manutenção de uma relação conjugal e de uma vida sem vícios, com jogos ou bebidas, por exemplo.

Algumas narrativas femininas reiteram os elementos que compõem esse modelo do provedor ao discorrem sobre as expectativas que tinham sobre o comportamento do primeiro companheiro. Na percepção das entrevistadas, quando um homem propõe uma vida em comum significa que está disposto a assumir a companheira, oferecendo proteção e cuidado para ela e os filhos:

*Eu era muito bobinha e ele muito bonitão (risos) Todo mundo achava ele um príncipe! (...) eu me sentia protegida...quando a gente juntou, eu sentia que ele queria cuidar de mim...(...) já tinha carro, morava sozinho, eu realmente achei que tinha ganhado na loteria...(...) que toda mulher sonha em encontrar um cara legal, que trabalhe, que pense no futuro, que cuide de você, isso é bom, toda mulher quer isso no começo, mas como foi no meu caso, eu fiquei na aparência, no sonho, porque eu aprendi na carne que o caráter de um homem não está na estampa, demonstra ali no respeito, na importância que dá pra mulher e pros filhos, **não fica o tempo todo na farra**, é uma pessoa de bem, que luta honestamente pra fazer a vida ser melhor...(...) eu tinha esperança que ele era assim (...) eu esperava que depois que a nossa filha nascesse ele fosse mudar e passar a ser esse homem que eu imaginava antes que ele era, mas não foi... (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)*

*Pra mim casar sempre tive a idéia de que era você ter um homem que te assume, que te dá proteção, que respeita a família, você cuida dele e ele cuida de você, olha por você e pelos filhos. Se você tem cabeça e sorte de achar um homem bom, que trabalhe, **que não seja tão galinha, nem se entregue todo dia ao vício**, já é um bom caminho andado, que no dia a dia a coisa é bem diferente, a cada momento que você passa com seu marido é que você vê se se importa, se respeita, se age de verdade como um homem que tem família..(Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)*

As falas de Ana e Carolina sugerem que a condição dos homens na família precisa ser construída e reafirmada por demonstrações constantes de respeito, esforço e autocontrole de comportamentos masculinos, tidos como impróprios, especialmente evidentes nos trechos grifados nos depoimentos acima. A utilização de palavras como “não ficar o tempo todo”, “não ser tão” ou “não se entregar todos os dias” sugerem que, embora impróprios, esses comportamentos, sob certas condições, podem ser tolerados. A idéia de uma masculinidade domesticada se mescla a uma percepção

socialmente construído, que associa concepções de gênero, raça e classe, engendra outros tipos de masculinidades consideradas “perigosas” e repreensíveis. Segundo o autor, a concepção de paternidade contemplada pelo sistema jurídico inglês incorpora esta subjetividade masculina segura e desejável, assegurando o poder e a autoridade do homem dentro da família, reproduzindo um sistema de gênero hierárquico no âmbito econômico e familiar e de heterossexualidade compulsória.

naturalizada do comportamento sexual masculino. Algumas condutas – traições e farras com os amigos do bar e do futebol – são reconhecidos pelas mulheres como características inerentemente masculinas. Dessa forma, a infidelidade, o alcoolismo e a violência física podem ser justificados, não afetando a autoridade moral dos homens (NOGUEIRA, 2007; NASCIMENTO, 2005). Ao analisar arranjos familiares de homens não-provedores e alcoólatras de uma comunidade de baixa renda na Grande Recife, Nascimento (2005) discorre sobre as situações de mulheres que permanecem unidas mesmo insatisfeitas com o comportamento inadequado do companheiro. Na avaliação do autor, a não concretização das expectativas de gênero na condução da vida familiar não levaria, necessariamente, ao fim do relacionamento conjugal, em função das negociações e adaptações que os sujeitos empreendem ao longo da vida em comum. Essa maleabilidade ou plasticidade é o que garantiria a permanência da união.

Entre os entrevistados, esses comportamentos somente são tratados como desabonadores quando associados ao descumprimento com as obrigações de provedor. Essa centralidade que a capacidade de prover assume na construção e manutenção da posição masculina na família é claramente percebida por Carlos:

Mulher nenhuma aceita homem encostado, eu já vi de tudo nesta vida, mulher respeita homem bandido, já vi mulher aceitar homem mulherengo, bêbado, até aquelas tranqueira que bate nela e nos filhos, mas se é encostado, que vive nas custas dela, ah isso não aceita de jeito nenhum, homem assim não apita nada. (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Essas observações vão de encontro aos achados de estudos em segmentos populares que apontam para a construção de relações conjugais e parentais baseadas em um modelo de assimetria, reciprocidade e complementaridade de gênero (OLIVEIRA e BRITO, 2007; NOGUEIRA, 2007; NASCIMENTO, 2005; OLIVEIRA, 2005; BRAZ, DESSEN e SILVA, 2005; ALMEIDA, 2004; HEILBORN e GOUVEIA, 1999; SARTI, 1996) Enquanto houver “amor” e o homem “não deixar faltar nada em casa”, as mulheres se mostram resignadas ou esperançosas de que o parceiro um dia mudará seu comportamento impróprio (OLIVEIRA e BRITO, 2007; HEILBORN e GOUVEIA, 1999)³³.

³³ Cynthia Sarti (1996) não compartilha dessa percepção. Em seu estudo ela aponta que “para constituir a ‘boa’ autoridade, digna da obediência que lhe corresponde” (p.42) não basta o provimento do teto e do alimento, precisa manter o respeito, ter caráter. Ao beber, o homem perde sua moral e sua autoridade dentro de casa.

Mulheres pertencentes às camadas médias, que compartilham de uma visão mais igualitária de gênero, tenderiam a ser menos tolerantes em relação à infidelidade, por exemplo (HEILBORN e GOUVEIA, 1999). Essas reflexões serão retomadas no próximo capítulo quando se discutirá as motivações da separação conjugal.

Se para os homens o casamento e o nascimento do primeiro filho implicaram no reconhecimento social enquanto trabalhadores e provedores, para as mulheres significou aquisição de autonomia e respeito perante e dentro do grupo familiar, principalmente quando assumiram o controle de uma casa. Ao ter a própria casa, as mulheres saem de uma condição delegada e não valorizada para outra, socialmente mais respeitada e valorizada (ALMEIDA, 2004; HEILBORN e GOUVEIA, 1999; KNAUTH, 1997; SALEM, 1981):

[quando morava na casa da tia]...eu não sentia nada como meu, tudo eu fazia e nada tava bom, eu achava que quando tivesse minha casa aí sim eu ia ter sossego, mais liberdade sem ninguém pegando no meu pé o tempo todo, me tratando como criança. (Diná, 35 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

A casa se transforma no símbolo do novo *status* adquirido pelo casal e onde se instauram novas hierarquias de poder (ALMEIDA, 2004; SARTI, 1996). Na primeira união dos informantes, em muitos casos, a casa, quando não foi cedida ou emprestada por algum parente, foi construída no mesmo terreno da moradia dos pais de um dos cônjuges. Houve situações em que não se formou um arranjo domiciliar do tipo casal com filhos, já que outros parentes se encontravam incorporados à moradia. O importante nessas (re)estruturações familiares era que o casal fosse considerado a referência central do domicílio. Isso se mostrou relevante principalmente para a conformação da identidade feminina (ALMEIDA, 2005, SCOTT 1990). A queixa de que o companheiro não teria se preocupado com a constituição de um espaço físico que garantisse uma certa autonomia para o casal e seus filhos foi explicitada por algumas mulheres e relatada por um dos homens. Nesses casos, a coabitação com a sogra era descrita como altamente conflituosa, pois as mulheres se sentiam desprovidas de poder para opinar sobre o espaço e o cotidiano doméstico. A não superação desses conflitos acabou por desestabilizar a união de alguns casais:

Quem casa quer casa, já dizia a minha avó...(...) eu queria um espaço nosso, acho que isso é fundamental pra um casamento, você quer ter o seu canto, suas coisas, criar tudo

do seu jeito...e uma família só fica sua quando você tem seu próprio espaço..(Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

...quando você cria a sua família tem que ter um lugar sem interferência de ninguém, se tiver problemas pra resolver, é lá que se resolve, ninguém pra dar palpite ou atrapalhar na educação dos filhos, eu acho muito importante ter a própria casa, quando a minha ficou pronta, foi a melhor coisa que aconteceu pra gente...(Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Quando a gente começou a gente morava na casa dos meus pais, mas eu trabalhava com meu pai e meu sogro todo final de semana pra que a nossa casa ficasse pronta logo, porque tem que ter seu próprio canto, faz parte de ter uma família, ter a casa pra colocar ela...nem que seja bem pequena, mas é sua...(Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

Juntamente com a casa, o relacionamento conjugal se revela nos relatos femininos como fonte de segurança e apoio no desenvolvimento do que elas consideram o evento mais significativo de suas trajetórias: a maternidade. Para essas entrevistadas, a maternidade lhes concedeu um reconhecimento social maior do que a união conjugal:

(...) casar muda a vida da gente, fica dona mais do próprio nariz, cria consciência, mesmo eu que tinha pouca idade, já era diferente, não era mais vista como menina (...) mas é filho que mexe com a alma da gente, assim, de ser mulher mesmo (...) eu acho que mais quando eu tive a minha filha, meu mundo tava completo...eu tinha a minha família, eu me sentia forte, achava que podia tudo, acho que nada nessa vida me dá uma sensação tão boa quanto dizer que sou mãe...(...) e depois com a minha filha eu sentia que era mais valorizada, me sentia mais apegada à família, acolhida...porque meus pais não concordaram com...meu pai não aprovou a gente junto...que como te falei antes ele ficou desgostoso comigo...mas quando ele viu a neta daí se esqueceu tudo e todo mundo me perguntava como tá a casa, ia me fazer visita, perguntava e sua menina? Tá precisando de alguma coisa?... (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

(...) gostava da idéia de ter um marido, cuidar dele, da minha própria casa, do nosso filho. Mas isso muda tudo, você vira outra pessoa (...) na minha cabeça não é tá com um homem que te faz mulher, viu? No começo pode até ser..homem dá segurança, ajuda sendo companhia, mas só filho mesmo... só com o filho que a gente vira, cresce, daí ganha respeito, como mulher mesmo (...) (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

Minha relação com ele não mudou muito com o casamento. A rotina sim, mas não a gente. Talvez porque a gente se conhecia muito bem e convivia desde criança. No começo nossa vida foi muito normal. Não me sentia diferente do que era. O que me foi mais forte assim foi ter a minha filha. Cuidar de uma criança, principalmente se é o primeiro, isso sim muda muito a sua vida. É uma experiência forte pro casal. E exige muita união, tá junto pra aprender a lidar com o choro, com doença. Você tem medo de errar, você chora se achar que não consegue entender o que seu filho quer ou tá sentindo. Olha, não tem como te explicar. Muda seu jeito de encarar a vida, as pessoas, e se você tem um marido, o pai do seu filho do lado, você sente mais confiança. (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

A valorização social da maternidade, reconhecida como o elemento de consolidação da feminilidade, fundamenta também a autoridade da mulher na família (SARTI, 1996; SCOTT, 1990). E essa autoridade é exercida no espaço da casa. Dessa

maneira, morar com a sogra impossibilitou o exercício pleno da maternidade, pois a autoridade da matriarca invariavelmente prevalecia.

O conjunto das narrativas reforça a constatação feita por Arilha (1998) de que “mulheres desejam o filho, homens desejam a família”. Para elas, o filho atesta a feminilidade, enquanto para eles, representa o resultado de um processo de amadurecimento e estabelecimento de uma vida a dois.

Mas de que forma esses significados do casamento e do primeiro filho se concretizaram na vida desses informantes? Quais os constrangimentos e as motivações que surgiram no processo de formação e desenvolvimento da família de procriação?

Eu sabia que era a pessoa certa: parcerias e dinâmicas da reprodução

As histórias começam a partir dos acontecimentos que cercam o namoro que se converteu em união. A maioria dos homens entrevistados conheceu a primeira companheira ou esposa ainda quando eram adolescentes. Elas residiam no mesmo bairro ou freqüentavam a casa de algum membro da família do entrevistado. Em grande parte dos casos, o namoro se transformou em união devido a uma gravidez não planejada³⁴, que ocorreu após um período que variou de um a três anos de relacionamento. O quadro 19 traz algumas características dessas parcerias.

³⁴ Vale ressaltar que esta trajetória marcada por uma gravidez não planejada que precipita uma união, não é prerrogativa das camadas populares, sendo comum em outros segmentos sociais. Cf Oliveira, Bilac e Muszkat, 2000; Marcondes, 2002.

Quadro 18 - Características do(a) informante e do parceira(o) de primeira união													
Ego					Parceira de Primeira União								
Ego	Idade atual	Idade ao casar	Idade no 1o. Filho	Idade ao separar	Idade atual	Idade ao casar	Idade no 1o. Filho	Idade ao separar	Tipo de união com ego	Número de filhos com ego	Sexo do filhos	Idade dos filhos	Com quem moram
André	37	19	20	32	35	17	18	30	consensual	1	M	17	com ego
Bruno	45	23	25	29	Falecida	21	23	27	civil e religioso	1	M	20	com ego
Carlos	47	29	30	41	40	22	23	34	consensual	2	M	17	com a mãe
											M	faleceu aos 9 anos de idade	
Daniel	47	30	32	36	43	26	17	32	consensual	1	M	15	com a mãe
Eduardo	40	18	18	28	38	16	16	26	civil	2	M	22	com a mãe
											M	17	com a mãe
Fábio	32	18	não teve filhos	21	40	26	não teve filhos	29	consensual	0
Gilmar	38	18	19	22	36	16	17	20	consensual	1	M	19	com a mãe
Hélio	38	22	23	25	35	19	20	22	consensual	1	M	15	com a mãe
Isidoro	41	23	24	32	36	18	19	27	civil e religioso	2	F	17	com a mãe
											F	15	com a mãe
Júlio	39	23	26	34	36	20	23	31	consensual	3	M	13	com a mãe
											F	11	com a mãe
											F	10	com a mãe
Mulheres													
Ego					Parceiro de Primeira União								
Ego	Idade atual	Idade ao casar	Idade no 1o. Filho	Idade ao separar	Idade atual	Idade ao casar	Idade no 1o. Filho	Idade ao separar	Tipo de união com ego	Número de filhos com ego	Sexo do filhos	Idade dos filhos	Com quem moram
Ana	30	19	22	24	34	23	26	28	consensual	1	F	8	com ego
Bianca	45	18	18	28	50	23	23	33	civil e religioso	1	F	27	...
Carolina	40	23	25	32	46	29	31	38	consensual	2	F	15	com ego
											F	13	com ego
Diná	36	19	20	29	40	23	24	33	consensual	2	M	16	com o pai
											F	13	com ego
Fernanda	31	15	16	19	43	27	23	31	consensual	1	M	15	com ego
Íris	33	20	20	22	34	21	21	23	consensual	1	M	13	com ego

Exceção feita a três entrevistados, os demais praticamente iniciaram sua vida conjugal e parental concomitantemente. Aqueles que não se uniram quando a parceira engravidou, o nascimento do filho aconteceu no segundo ano de vida a dois. Destaca-se nos discursos masculinos uma certa avaliação de que esta situação, embora não planejada, não era totalmente inesperada em função do tipo de relacionamento que tinham com a namorada:

Ah isso mais dia ou menos dia acontece quando você está já um tempo, né? Se é um namoro sério, que nem o que eu tinha com a Hilda isso pode acontecer, a gente tem consciência que pode acontecer. Então não dá pra dizer que ah não sabia, foi de surpresa, susto a gente leva mas (...) É só questão de tempo, quando você percebe já tá dividindo a cama e levantando de madrugada pra acudi bebê chorando. (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Eu só sei que tinha chegado a hora, mesmo a gente sendo novinho, o namoro da gente era pra valer, então o filho veio só pra dar aquele empurrãozinho para gente assumi de vez a vida da gente. (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

(...) pra mim era pra casar mesmo, eu pensava que um dia eu ia casar com ela mesmo, então aconteceu porque era natural de acontecer, um dia ia acontecer. (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

No caso das mulheres recasadas, somente duas relataram que a primeira união teria sido precipitada por uma gravidez não planejada. Semelhante aos homens, o primeiro filho nasceu antes de completarem dois anos de vida conjugal. Com exceção de Carolina, todas as outras entrevistadas recasadas revelaram que a união era tão desejada naquele momento quanto a vinda do primeiro filho. O que não impede que algumas avaliem que eram muito novas e despreparadas para casar e ser mãe:

Vixe, quando ele pediu pra morar com ele, eu era muito nova, num tinha preparo pra vida, eu só tinha 15 anos, hoje eu acho que foi loucura, mas naquela época não achava isso, eu gostava da idéia de ter um marido, cuidar dele, da minha própria casa, do nosso filho. Mas isso muda tudo, você vira outra pessoa. Tem que crescer na marra. Mas você só toma consciência pra isso depois (...) Morar com ele e ter um filho dele foi uma mudança muito dura na minha vida. Eu num tinha cabeça, tive filho muito cedo, novinha demais. Ele já era experiente, separado, tinha outro filho, e eu só tava começando... (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

Eu era muito bobinha e ele muito bonitão (risos) (...) a gente começou a namorar...mas eu tinha pressa (risos) eu queria me casar, ter minha casa, meus filhos... (...) quando a gente tava com uns seis meses de namoro eu sai de casa e fui pra casa dele (...) mas hoje eu vejo que eu não tinha muita idéia de quanto a vida ia muda e quanto que podia ser ruim pela minha inocência, hoje eu vejo que se eu não tivesse tanta pressa, tanto sonho na cabeça, algumas coisas podia ter sido diferente (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)

Algumas informantes descrevem a gravidez do primeiro filho como fruto de um desejo consciente e com o conhecimento do parceiro. Ana e Diná, depois de alguns meses de união, começaram a dar sinais, diretos e indiretos, de que queriam muito ter um filho. Como não sentiram dos respectivos companheiros nenhum tipo de rejeição à idéia, deixaram acontecer.

No caso de Carolina, a vinda do primeiro filho se deu após a realização de dois abortos. A primeira gravidez aconteceu no início da união. O casal considerou que não havia condições para dar continuidade à gestação. Ele não tinha emprego fixo, ela trabalhava em dois lugares e não havia nenhum familiar por perto para auxilia-los. Dessa maneira, o casal dependia dos rendimentos de Carolina. Cerca de um ano depois, a informante engravidou pela segunda vez e novamente optou pelo aborto. Dessa vez, a interrupção foi realizada sem o conhecimento do companheiro,

por acreditar que ele se oporia. Ela queria postergar um pouco mais, pois estava incerta sobre o futuro do relacionamento. A primeira filha do casal nasceu um ano após o segundo aborto. Nessa época, ela achava que o parceiro estava mais responsável e que desfrutavam de uma condição financeira mais segura para ter uma criança. A imagem que ela tinha do companheiro e do relacionamento servem de base para os argumentos que constrói para explicar suas decisões reprodutivas: seja quando assume a total responsabilidade por não ter se prevenido quando parou de tomar a pílula hormonal ou quando, finalmente, se sentiu preparada para ter o filho:

Eu achava bom ter ele do meu lado. E não foi nada assim planejado...arrumado...eu morava sozinha desde que meus pais mudaram pra outra cidade e eu fiquei (...) ele passava uma noite, depois outra e quando a gente se deu conta, ele já tinha tudo lá em casa... ele foi chegando e se instalando e eu deixando, mas tudo isso sem falar nada. No começo não sentia que era casamento, só mudou mesmo quando a nossa filha nasceu, a minha mais velha, porque daí ele sentiu a obrigação de assumir todas as conta da casa (...) Não, ele já ajudava, mas ele fazia assim, pagava uma conta ou outra, fazia supermercado, coisas assim sabe, mas depois ele assumiu essa responsabilidade maior com as coisas da casa, não era mais a minha casa só, era nossa, da nossa filha, daí acho que foi isso que mudou e eu via ele mesmo como marido, não mais como namorado.(...) bem no começo eu fiquei grávida, eu não tinha nem como, nessa época eu tava em duas lojas, saía cedo, chegava tarde, não tinha como pensa em ter uma criança, e ele ia assumi como sem trabalho? Então foi que os dois tinha consciência que não era pra ser, eu tinha uma amiga, vizinha lá de casa que trabalhava numa farmácia e a gente converso, ela me levo numa outra colega dela que já tinha feito com Cytotec e que me explico o que acontecia o que eu tinha que fazer (...) depois o segundo que aconteceu que o problema foi meu, sabe? Eu não queria porque o Cleiton era muito cabeça fresca, sei lá, ele gostava de mim, eu sei, era uma boa pessoa pra mim, mas parecia... que precisava dar um chacoalhões nele, dize: acorda pra vida homem! (risos) eu tive que parar uns tempo com o remédio [pílula] e num dei outro jeito como deveria e nessa fiquei grávida.. cuidei de tudo sem nem ele sabe (...) não falei porque eu tinha sentido que ele não ia deixar... da outra vez acho que ele se arrependeu um pouco, sentiu remorso, mas eu...sei lá não sentia talvez um futuro pra gente, naquela época ainda não...ele tinha que mudar um pouco o jeito dele de moleque ainda (...) foi diferente depois, ele conseguiu um emprego na fábrica, tinha carteira assinada, parecia um homem diferente sabe, sei lá acho que ele tava mais com objetivo, até de ser pai, e tanto, que ele falava que tinha sonhado com uma menina e ele sabia que era a filha dele, que ele queria, nossa arrepio só de lembra! Que num é que a gente teve uma menina mesmo? (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)

O nascimento do primeiro filho de Júlio também foi postergado com a realização de um aborto provocado. De forma bem enfática, o entrevistado diz que esta decisão foi tomada exclusivamente por sua ex-companheira. Apenas tomou conhecimento de que ela estava grávida e que interrompeu a gravidez, quando teve que levá-la ao hospital para conter uma hemorragia. O informante diz nunca ter compreendido as razões que a levaram a tomar essa atitude, na medida em que os dois já estavam morando juntos e não havia outros motivos que justificassem o

aborto. Essa situação teria abalado por alguns meses o relacionamento, em função de uma suspeita de que a gravidez teria sido fruto de uma traição. Contudo, disse o informante, “releveu” o acontecimento por amor e pelo companheirismo sempre demonstrado por ela:

(...) só num terminamos que ela já tava sendo punida por demais pela atitude que fez...eu até hoje não consegui entender que motivos que ela tinha pra não ter aquele filho, teve épocas que me passava umas idéias, uma pulga atrás da orelha de que talvez não fosse meu, mas não tenho como ter precisão disso, só Deus e ela sabe...(...) não tinha porque, a gente já tava na nossa casa, eu tinha como sustenta, uma criança só ia somar, não tinha nada contra, não tinha outros filhos, que se dissesse que tinha já um bando de filho, que tinha doença que não pode, que corre risco, que eu era um sem vergonha que ia largar dela, não, não tinha nada disso...tanto que mesmo desarvorado com ela, discordando, eu assumi nosso compromisso (...) mandona, briguenta, isso sempre foi, de gênio forte mas ela sempre foi boa companheira, nunca me deu trabalho por isso que a gente ficava junto...brigava mas se respeitava, se gostava...mesmo ela me negando aquele filho, lá no começo, eu relevei e fiz bem...(Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

Assim como no relato de Carolina e Júlio, as percepções sobre a parceira e o relacionamento se destacam nas narrativas masculinas sobre a vinda do primeiro filho. Os informantes entendem que a gravidez era algo aceitável dado o tipo de relacionamento que tinham com a namorada. Expressões utilizadas por alguns entrevistados como “aconteceu naturalmente”, “aconteceu”, “mais cedo ou mais tarde ia acontecer” parecem indicar que não se vêem como agentes do processo que os tornaram chefes de família. De fato, muitos admitiram que, durante o namoro, não se preocupavam com a prevenção da gravidez. O controle da concepção não era sistemático ou era exercido unicamente pela parceira. Antes do nascimento do primeiro filho, algumas companheiras tomavam a pílula hormonal ou o entrevistado utilizava o coito interrompido nas ocasiões em que era alertado sobre o risco de engravidar.

As dinâmicas contraceptivas descritas pelas informantes femininas são semelhantes. Somente duas entrevistadas recasadas mencionaram um controle sistemático da concepção antes do nascimento do primeiro filho. Em geral, o uso de métodos contraceptivos era descontínuo. Às vezes tomavam a pílula hormonal, às vezes faziam tabelinha. Na maioria das relações sexuais com o namorado/companheiro, não usaram nenhum tipo de método. A imaturidade, a falta

de acesso a informações e o amor aparecem como as principais justificativas para o estabelecimento dessa dinâmica:

(...) que eu vejo que hoje você vai num postinho e consegue pílula, entra em qualquer farmácia e toma a injeção que pra mim foi até melhor do que a pílula, hoje é mais fácil, a gente, as meninas tem menos vergonha, se defende mais...tem mais conhecimento...quando converso com minhas sobrinhas, minha afilhada, fico boba de ver que eu não era assim na idade delas (...) que nem a coisa da camisinha, acho que na minha vida inteira usei umas quatro, cinco vezes com o Fábio por causa dos problemas que eu tive, antes disso, nunca, nem com o meu ex (...) eu não tinha essa cabeça, é claro que eu tinha medo...a gente sempre fica com medo do cara usar, se lambuzar e dizer que é problema seu depois, isso a gente sempre tem medo, que a gente que carrega mas quando eu tava namorando com ele [primeiro companheiro]...tem o amor, a gente confia, fica na confiança que achou o cara certo, eu tinha isso com ele...ele era bem mais velho, já bem experiente, com filho, ele me perguntava se podia naquele dia, eu via que ele se importava e com o passar do tempo a gente aumenta na confiança com isso (...) o problema é que quando eu arranjava [a pílula] pra usa eu vivia esquecendo, mas eu achava que num tinha problema se tomava depois (...) eu era muito nova, confiava muito nele..e isso cega a gente, imagina, mesmo a vida ensinando a gente, as dificuldades que a gente passa, mesmo assim cega, imagina quando é só uma menina (risos) (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

A confiança na parceira também é enfatizada nos relatos masculinos. Vários informantes justificaram esse comportamento despreocupado com a concepção por confiança na parceira – pois “só elas sabem o que acontece no corpo delas” e porque já imaginavam a possibilidade de ter um filho com elas:

(...) tirava fora pra não engravidar. Eu fazia isso de vez em quando. (...) Quando a gente namorava num lembro da gente ter essa preocupação, num tinha essa preocupação, eu acho que na época meio que eu tava querendo mesmo arrumar a minha vida e queria com a Alice... eu tinha certeza disso, eu gostava do jeito dela, é uma pessoa muito boa, cuida de todo mundo, eu via que era uma mulher pra querer ter uma família..Então não tinha problema se acontecesse e não teve. Foi sem dor na consciência. (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Não lembro bem, acho que ela tomava pílula ou daquelas injeção na farmácia...todo mês..não sei (...) não achei ruim não [quando a primeira companheira engravidou]...eu via como ela era boa mãe com os filhos dela, não ia ser diferente com o meu...tinha confiança por isso não achei ruim não (...) eu ia assumi meu filho de qualquer jeito. Ela sabia disso. E além do mais eu gostava muito dela, por que não tentar? (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

Os parceiros estavam ausentes dos relatos quando as mulheres me falavam sobre os métodos que utilizaram, as suspeitas de uma possível gravidez, os problemas que tiveram com um ou outro tipo de método, as dificuldades de estabelecer um controle sistemático da concepção. Não foi incomum a expressão de estranhamento quando eu fazia perguntas diretas sobre o envolvimento, o conhecimento ou a opinião do parceiro sobre essas situações. Dois relatos traduzem resumidamente o teor das respostas obtidas com a maioria dos informantes:

Cuidar de não ter filho é uma coisa nossa...que no final das conta fui eu que tive que tomar remédio, depois operar, então eles pouco quer saber...no máximo quando precisa faz nas coxas ou te olha com aquela cara pra saber se tem algum problema..ih menina...homem não atina pra essas coisa não...eu nunca...nenhum nunca chegou pra mim e me perguntou que remédio você toma, o que o médico disse, camisinha nunca usou... num tem muito que dizer, pra mim pelo menos...(Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Eu pergunto se tá tudo em ordem, ela que manda nisso, se ela diz que tem problema eu tiro fora ou tomo banho frio (risos) (...) que tem certas coisas que palpite de homem mulher só ouve se quer...mas eu fico atento que também não dá pra ficar tendo filho sem controle...(Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

A percepção da esfera reprodutiva como uma esfera de atuação primordialmente feminina está ligada ao fato de a gravidez ocorrer no corpo da mulher. Nas camadas médias, o estudo desenvolvido por Oliveira, Bilac e Muszkat (2000), com homens paulistanos, revela que essa concepção naturalizada da reprodução não condiz totalmente com as experiências masculinas. Segundo as autoras, algumas circunstâncias vivenciadas pelos casais acabam exigindo uma maior participação masculina com a contracepção. Relacionamentos prolongados, por exemplo, inevitavelmente impõe aos sujeitos a necessidade de constantes negociações sobre o melhor método a ser utilizado. Problemas com a pílula hormonal e experiências com aborto também impulsionam o envolvimento masculino na busca por métodos alternativos.

Em pesquisa com homens pertencentes a duas comunidades populares da periferia de Recife, Quadros (2005) identifica três conjuntos de práticas contraceptivas, dos quais, em dois deles, o comportamento dos homens e dos ex-parceiros das mulheres entrevistadas se enquadram. Os relatos masculinos e femininos revelam dinâmicas ao longo de suas trajetórias reprodutivas que intercalam práticas onde a contracepção é responsabilidade unicamente da mulher com práticas que implicam um maior envolvimento do homem, decorrente da impossibilidade da parceira utilizar métodos hormonais. Quadros (2005) aponta que, embora um se apresente pela ausência masculina e o outro por uma atuação coadjuvante do homem, os dois conjuntos de práticas contraceptivas estão calcados em profundas desigualdades de gênero. A classificação das mulheres e o compromisso assumido com a parceira são os elementos, segundo observa a autora, que determinam a lógica e o tipo de atitude contraceptiva adotada pelos homens. Ou seja, definir as mulheres

em *para casar e para curtir* justifica e garante a escolha dos homens por quem ou por o quê se responsabilizar.

Nos discursos dos informantes masculinos, a despreocupação com a contracepção no namoro ou no início da vida conjugal está relacionada ao fato de que a namorada/parceira era percebida como uma potencial esposa/mãe, revelando um valor moral fortemente arraigado entre os homens de “respeito e amor à mulher escolhida” (HEILBORN, GOUVEIA, 1999). Nesse sentido, conforme discorre um dos entrevistados, uma gravidez não planejada se torna um “mau passo” na vida quando acontece com uma mulher que não considerem como a “certa” para desempenhar esses papéis:

(...) eu tomei cuidado de escolher a pessoa certa...eu vi desde o começo que Juliana era uma garota com a cabeça no lugar, não é dessas que tá sempre avoada... Desde o começo eu sabia que era séria. A gente sempre sabe...então tem que ficar de olho, não pode bobear e acontecer de ter filho de uma mulher qualquer, que não se tem confiança, entende? Daí é um mau passo pro resto da vida, não se conserta, vai ser torto sempre, isso torna um peso na vida da gente. (...) Mau passo por que engravidou? Não. Isso não. Eu digo mau passo que... é muito ruim quando tem um filho com uma mulher que você desconfia que não é boa pessoa, entende? E nada pior do que achar que a mãe do seu filho não presta, isso é coisa muito pesada. Porque a gente sabe, infelizmente que assim como tem homem que não respeita a família, tem mulher que não nasceu, não sabe ser mãe de jeito nenhum, então por isso que tem que olhar e pensar bem pra não dá esse mau passo, entende? Mau pra você, pro seu filho...(Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

Como poderá ser visto mais adiante, a fala de Júlio sobre a preocupação com uma gravidez indesejada é inspirada em sua própria experiência. Algo que fez com que mudasse sua prática contraceptiva, principalmente, nas relações sexuais casuais. Oliveira, Bilac e Muszkat (2000) também identificaram casos deste tipo. Segundo as autoras, a despreocupação masculina com a contracepção é reavaliada quando esses homens são obrigados a lidar com as possíveis ou reais conseqüências de sua sexualidade – através de um aborto ou da paternidade de um filho não esperado ou inoportuno – e acabam percebendo que as mulheres não são as únicas “irresponsáveis” nessas histórias.

Observa-se que a ética e a moral que informam os comportamentos masculinos e femininos na esfera reprodutiva refletem concepções do campo do amor e da sexualidade (ARILHA, 1998). No discurso das mulheres, a noção de amor aparece com frequência como um sentimento que orienta a vida afetivo-sexual. Foi esse

sentimento que gerou a confiança e a certeza de que o namorado era o “cara certo” com quem queriam firmar compromisso. Dessa forma, a relação sexual, e a possibilidade de engravidar, estavam inseridas no contexto das expectativas de estabelecer uma aliança com o namorado (LEONE e HINDE, 2007; HEILBORN e GOUVEIA, 1999; GREENE, 1992).

No caso dos homens entrevistados, o que se destaca é a noção de virilidade. Os relatos apresentam uma idéia de que ser homem não significa fazer filhos, mas sim assumi-los. Isso não quer dizer que as relações sexuais sem compromisso são condenadas ou desprovidas de significado na construção da masculinidade. Exibir uma vida sexual ativa, inclusive com situações em que não conseguiram “resistir à tentação” também surge como um elemento próprio do comportamento masculino. Segundo Quadros (2004), a literatura sobre sexualidade masculina relaciona esse tipo de comportamento a uma certa dimensão da virilidade, que implica que os homens se coloquem sempre à disposição para “ter relações sexuais com qualquer mulher, a qualquer momento, basta(ndo) que ela se insinue”, negligenciando as práticas contraceptivas (QUADROS, 2004: 22). Com base nos achados da pesquisa com camadas médias, Oliveira, Bilac e Muszkat (2000) argumentam que esta prontidão masculina vai além dos próprios prazeres sexuais, ela se estenderia à satisfação de um desejo, considerado por eles, inerentemente feminino que é o de se tornar mãe. Seriam como “fecundadores de plantão”, sempre aptos a atenderem os desejos femininos da maternidade”. (2000:11)

Essa prontidão sexual masculina é reiterada nos discursos dos informantes, mas alguns avaliam que, atualmente, os homens teriam mais motivos para adotar práticas preventivas. Assim como já observado em outras pesquisas (QUADROS, 2004; OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 2000), nas relações casuais a preocupação masculina com a prevenção aparece sempre relacionada as DSTs, principalmente a Aids. Nesses casos, o ato de se prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis também

representa proteção para a companheira, pois o homem não corre o risco de “levar a doença pra dentro de casa”, demonstrando consideração com a família³⁵.

(...) não pode dá bobeira, que não é só filho o problema, isso até se dá um jeito, se vira... que quando tá com uma mulher pra curtidão, você não sabe com quem ela já andou, se tá pega com essas doenças por aí, que a gente sabe de gente que levou isso pra dentro de casa, adoeceu mulher, acabou com a família, tudo por bobeadas, com essas mulher eu sempre fiquei esperto, que a tentação é forte, então tem pensa na sua mulher, né? Que eu respeitava a Fabiana [primeira companheira] e ela já era mãe...tinha meus enteados na época...(...) eu não ia ferra a vida minha e dela por bobeadas...tem que ter um pouco de consciência... (Fábio, 32 anos, casal 6, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Mas o que chama atenção são as falas que expressam o receio de serem confrontados com um teste de DNA. Alguns informantes destacam que qualquer mulher pode, hoje em dia, solicitar o teste e comprovar a paternidade, exigindo que o homem se responsabilize pela criança:

(...) tem uns aí que apronta mas se esquece que hoje em dia até a mais sonsinha sabe que tem o tal teste de DNA, que pode fazer de graça, pago pelo governo, daí tá lá provado vai dizer o quê? (Fábio, 32 anos, casal 6, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Se quando eu comecei tivesse o teste [de DNA], meu primeiro moleque não ia ser o Júnior... (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

(...) não é como era antes...que se não queria, o cara sumia, falava que não era dele não...e...eu conheço muitas histórias...por aqui é o que não falta...ficava o dito pelo não dito. Mas agora não, as mulheres têm uma arma a favor delas, que nem o caso do meu sobrinho, aprontou, disse que não era dele, que ela já tinha rodado na mão de todo mundo...tava certíssimo que ia se safar dessa...saiu o resultado, bateu lá na casa dele: toma que o filho é teu! (...) É o primeiro filho dele e já começo mal...(...) que a minha história com a Alice...ela engravidou a gente namorava, então era diferente, tinha carinho, compromisso, não foi um juiz que disse que eu tinha que assumir...(André, 37 anos, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Os transtornos do reconhecimento obrigatório da paternidade fazem parte da vida de um dos entrevistados. Júlio reflete sobre o seu “mau passo” com um certo constrangimento. No período em que esteve separado de sua primeira companheira, o entrevistado teve um “namorico” que durou algumas semanas. Meses depois, essa “namorada” o procurou para comunicar que estava grávida. Diante da relutância do entrevistado, a mulher entrou com um pedido de reconhecimento de paternidade na justiça. O teste de DNA confirmou que a criança era filho de Júlio. Na época, o menino estava com dois anos de idade. Na avaliação do informante, esse filho não

³⁵ A prática de prevenção contra DSTs, principalmente a Aids, nas relações sexuais casuais ou com prostitutas é descrita por uma infinidade de estudos. Entre eles estão Quadros (2004), Oliveira, Bilac e Muszkat (2000); Gogna e Ramos (1999); Arilha (1998); Kalckmann (1998)...

possui o mesmo *status* que os outros, pois, embora reconhecido, não foi incorporado ao seu grupo familiar. Segundo ele, trata-se de “uma peça que não se encaixa em nenhum lugar”:

(...) é uma coisa a parte...é como se fosse uma peça que não se encaixa em nenhum lugar da minha vida, da minha família, tá lá separado...que você vê...meus filhos que mesmo eu não tando mais com a mãe deles, a gente não mora mais junto, e agora eles tem o padrasto...mas mesmo assim, eles tem referência, abrigo, carinho da família...que precisa, é a família que te segura nas necessidade e se eu falta pra eles, sempre tem os tios, os primos pra dá apoio... os irmão que não são da mesma mãe mas que convive aqui, se conhece, né? (...) ninguém aqui vai nega alguma ajuda, as porta tão sempre aberta pra Juliana ou pra Joana...se qualquer uma delas precisar, meus filhos sempre tem alguém pra dá uma força...isso tem muito valor pra mim...que filho é coisa séria...e a gente zela pelos nossos, pelos sobrinhos, as sobrinhas...eu não vejo...não é assim com esse, a começa pela mãe que não presta, ela não se dá o respeito, só procura pra atazanar e pedir dinheiro, dá vergonha, é motivo de vergonha para família, e ninguém quer ela por perto, que a gente sabe que ela deixa a criança fica largada...eu sei que é meu filho, tá lá o papel que mostro isso, mas não sinto aqui [coloca a mão no peito], não escolhi, não queria nada com ela...não era pra ser (...) uma criança precisa de uma boa mãe, de ser parte de uma família...e eu vejo que ele não recebe, nunca vai receber a mesma consideração que os outros... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

O nascimento de um filho aciona uma série de obrigações e responsabilidades próprias dos vínculos familiares (ALMEIDA, 2004). Para estes informantes, não diz respeito unicamente a um homem e uma mulher. A fala de Júlio nos remete à filiação e às relações de parentesco que reconhecem o pertencimento de uma criança a um determinado grupo familiar e que lhe insere em uma linha de descendência, representando um *continuum* biológico e social (HÉRITIER, 2000). No sistema de parentesco ocidental, sexo e procriação encontram-se associados, estabelecendo vínculos de direitos e deveres entre os genitores, seus respectivos grupos familiares e a prole gerada (HÉRITIER, 2000; STRATHERN, 1995). Segundo Strathern (1995), em uma certa perspectiva do pensamento ocidental, se concebe a relação sexual como expressão da união e do amor entre os parceiros. O desejo por filhos seria uma consequência desse amor. Dessa maneira, se promove a idéia de que o contexto ideal para se ter e criar uma criança é aquele em que há um comprometimento mútuo entre parceiros, no qual a parceria sexual coincide com a parceria parental. Todos os entrevistados compartilham dessa concepção. Seja no contexto da primeira união, seja no recasamento.

No caso particular de Júlio, e do sobrinho de André, a força desse tipo de concepção fica mais evidente diante da avaliação de que a comprovação da

paternidade via teste de DNA produz “uma situação fora do lugar” (FONSECA, 2004). A ponto de Júlio não conseguir situar o filho reconhecido legalmente na mesma rede de relações e de afetos em que estão inseridos seus outros filhos.

Ao discutir sobre as conseqüências dos testes de DNA para as relações familiares e de gênero, Fonseca (2004) acredita que homens e mulheres estariam perdendo a possibilidade de “negociar sua própria verdade” (p.14). Para a autora, em contextos sociais onde os recursos masculinos são instáveis e escassos, o reconhecimento da paternidade, de fato, oferece poucas garantias de apoio financeiro para mulheres e crianças.

Só um empurrãozinho: projetos e estratégias na formação da família de procriação

Além de estar com a “mulher certa”, ter um emprego fixo assume destacada importância nas reflexões que esses homens fazem a respeito do contexto em que constituíram a família de procriação. Na avaliação de alguns entrevistados, o ideal seria que a união conjugal e, principalmente, os filhos, tivessem entrado em suas vidas após terem acumulado experiências e melhores recursos para assumirem uma família. Porém, acreditam que apenas alguns poucos “sortudos” conseguem atingir esse ideal:

Você sempre pensa que quando você tiver a sua família você já vai ter passado por várias coisas, conseguido coisas, vivem falando isso pra garotada hoje em dia, né? Eu também falo isso pro meu filho, que tem que estudar, pra conseguir um bom emprego, arrumar uma mulher que também tenha consciência das coisas, namorar bastante, aproveitar a vida, pra depois de tudo pensar em assumir uma família, assim você estaria preparado, que isso exige muito, é muita responsabilidade, mas só que a vida não é exatamente do jeito que a gente pensa ou quer, não é verdade? Lá no bairro mesmo eu conheço muitas histórias, mas conto nos dedos os que tiveram a sorte de fazer uma vida certinha assim e não se atropelar no meio do caminho. Não é tão fácil fazer isso, as necessidades da vida às vezes fazem a gente fazer de outro jeito e a gente vai se arrumando como pode... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, quatro filhos)

Olha todo mundo pensa: antes de casar vou curtir a vida, ter algum estudo, trabalhar, escolher uma mulher que pense como a gente, ter a própria casinha, ter um filho com todas as condições pra ele viver bem, né? Mas isso assim quase ninguém consegue fazer, a vida é dura, trabalho as vezes tem e filho nem sempre chega na hora que você quer... (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, três filhos e dois enteados)

Entre os entrevistados podemos apontar dois “sortudos” que formaram sua própria família após terem concretizado várias outras transições. Nesses casos, a

primeira união conjugal e o nascimento do primeiro filho foram planejados. Esses relatos revelam em comum a forte influência exercida pela família de origem na passagem para a vida adulta.

Bruno e Isidoro relatam que o casamento de “papel passado” e “abençoado por Deus” significou a concretização das expectativas de suas famílias. Os dois compartilham a experiência de ser o filho primogênito. Na percepção deles, essa condição lhes impunha moralmente a necessidade de serem exemplos para os irmãos mais novos, assumindo, no momento certo e da maneira correta, todas as responsabilidades de uma vida adulta. Assim, falam orgulhosamente sobre como conseguiram cumprir seu papel na família de origem construindo, passo a passo, as condições para se tornarem homens adultos:

Eu fiz tudo certinho...do jeito que meus pais me ensinaram e esperavam que eu me comportasse, que eu me comportasse como um homem, com a vida de um homem que vai formando a vida aos pouco. Estudei até poder arranjar um trabalho... ai eu conheci a Isa, namorei um tempo, até noivos a gente ficou! Porque eu também casei no cartório e na igreja..como tem que fazer o mais velho, eu sou o mais velho lá de casa, naquela época, eu tinha que dar exemplo na familia e fazer tudo do jeito certo. E assim foi. (Isidoro, casal 9, 41 anos, duas uniões e quatro filhos e um enteado)

A familia dela, na verdade, assim, o pai dela era bem rígido, então não era qualquer um que ele ia deixar namorar. E ele deixou a gente namorar porque ele sabia que eu já tinha responsabilidades, que eu já tava começando a ter uma vida, eu já tava trabalhando, ajudava em casa, por ser o filho mais velho eu tinha, como posso dizer, eu tinha obrigação de não fazer besteiras, meu pai me falava que eu não podia ser um moleque, que tinha que construir uma vida decente pra mim. Então a vida foi seguindo passo por passo, no seu tempo certo, estudo, trabalho, namoro, construí a casa, casei de papel passado e com as bênçãos de Deus. E depois quando chegou meu filho, daí eu virei um homem por completo. (Bruno, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos e um enteado)

Entretanto, alguns entrevistados parecem entender que conseguiram intervir muito pouco no processo que culminou na formação de sua própria família. Esse é o caso de Hélio. Ele tinha 17 anos quando chegou à Campinas para trabalhar na oficina mecânica do irmão mais velho de sua mãe. Morava em um pequeno cômodo que ficava nos fundos da oficina. Três anos mais tarde conheceu Hilda, com quem começou a namorar. Em sua narrativa, o informante fala da tristeza que era morar sozinho, que gostava muito da namorada, mas que ao mesmo tempo sabia que somente poderia ter a sua própria família quando conseguisse um emprego melhor e tivesse um lugar “decente” para viver com ela.

Eu não gostava daquela vida largada...longe da família...eu via meus tios, meu primo que tava formando a família dele e eu queria isso pra mim também, de ter alguém comigo, ser alguém, mas a gente tem, as vezes tem que ter a cabeça no lugar. Eu guardava um pouco, mas o dinheiro que eu tinha não dava pra grandes coisas, eu ainda não tinha nada de bom pra oferecer pra ela, queria condição pra dá uma casa decente, então eu trabalhava e guardava o que dava, e eu fui fazendo isso, que só assim eu via jeito de dar certo, mas aconteceu que não foi...acabou não sendo do jeito que eu tinha pensado (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Não foi exatamente como ele pensava porque a morte da mãe de Hilda acabou precipitando a união do casal. Com a ajuda do tio, Hélio reformou o cômodo onde morava para poder acomodar melhor a sua namorada. A vida do casal ia bem até ela engravidar. Apesar de dizer que se sentiu feliz com a notícia de que seria pai, o informante igualmente revela que não queria ter um filho naquele momento.

A vinda do meu filho me trouxe felicidade e preocupações (...) Acho até pecado falar isso, mas eu não queria...eu fiquei muito preocupado, por um lado eu fiquei feliz com o meu menino chegando...mas Deus que me perdoe, mas foi muito ruim pra mim. A gente não tinha espaço nem pra gente, pra uma criança então...foi muito ruim isso, e não era assim que eu pensava, que eu queria fazer, eu acho que isso atrapalhou bastante. Que eu não consegui dar aquilo que um pai, que eu acho que um pai tem que dar pra sua família, como eu faço hoje (...) Passei a trabalhar mais, ficava muito mais cansado, que fechava a oficina e nem tinha coragem nem pra brincar com meu menino... sem contar que ele chorava de noite porque tinha cólica e aí que a gente não dormia, era muito sufoco que tinha vez que qualquer reclamação que eu escutasse eu já estourava, não agüentava, senti que carregava um peso mais do que eu podia... (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Em outros relatos, os familiares e, principalmente, as parceiras tiveram um papel decisivo nos acontecimentos que deram início à vida familiar dos homens. Os conflitos e negociações gerados em torno do desejo e da possibilidade de estabelecer uma união conjugal ou de ter o primeiro filho tem sempre a mulher como figura central. Elas definem o rumo dos acontecimentos.

Um contexto não muito diferente do que encontramos nos segmentos médios. O fato de a gravidez ocorrer no corpo da mulher tem certas implicações para a vida reprodutiva de homens e mulheres. Para Unbehaum (2000) mesmo entre casais onde a opção de ter filhos tenha sido amplamente discutida, na ocorrência de uma gravidez inesperada a decisão final acaba sendo definida pela vontade da parceira. Haveria assim um certo limite para a interferência das decisões masculinas no processo reprodutivo. Um limite imposto pelo desejo da mulher de querer ou não a gravidez que se desenvolve em seu corpo. Os homens se veriam como de fora de um processo do qual não têm controle (MARCONDES, 2002; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 2000).

Desta maneira, as mulheres teriam autonomia para decidir independente dos desejos do parceiro. E assim sendo, os homens se veriam na contingência de a qualquer momento se tornarem pais (MARCONDES, 2000; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 2000; UNBEHAUM, 2000)

O momento no qual aconteceu o primeiro casamento de Eduardo envolveu uma série de pequenas articulações familiares. Embora fossem muito jovens, ele tinha 17 anos e ela 15 anos, o assunto casamento já estava na pauta do casal em função das constantes cobranças e comentários feitos por familiares da namorada. O namoro que completara mais de um ano começava a preocupar a família da moça na medida em que os dois “viviam grudados”, gerando receios de que acontecesse uma gravidez precoce e que ele, por ser jovem e sem um emprego fixo, acabasse abandonando a namorada. O medo da família não era algo infundado. Segundo o entrevistado, a namorada sempre falava que queria muito ter um filho e que sonhava com o dia em que se tornaria mãe. Para possibilitar a união do casal, houve uma movimentação da rede de familiares da garota para arranjar um emprego fixo para Eduardo. No desenrolar dessa história, ele não somente conseguiu o emprego como também a promessa de ter uma casa para morar, que seria cedida ao casal por uma tia que iria mudar de cidade. A partir do momento em que os problemas – ter emprego e uma casa - que impossibilitavam uma união já não existiam mais, as pressões para um casamento aumentaram, inclusive por parte da namorada:

Quando me arranjaram pra trabalhar como vendedor, eu ganhava bem mais e a gente já tinha até uma casinha pra gente morar. Uma tia dela que ia se mudar pra Ribeirão prometeu deixar a casa para gente cuida, então tava tudo armado era só... porque assim, a família toda já começava a pegar no pé, porque a gente tava muito junto sempre, então..as pessoas, os pais dela ficavam preocupados porque todo mundo sabia que ela era louca pra ser mãe, tinha...falava que sonhava com isso, mas ela não queria ser mãe solteira, largada, então quando ela viu que a gente teria possibilidade de ficar junto ela dizia que era melhor a gente casar... Antes a única coisa que me incomodava é que não dava pra assumir nada porque eu não tinha trabalho, não tinha como sustentar uma casa, então não tinha como arranjar uma família sem antes conseguir as outras coisas...eu pensava muito nisso... mas depois a coisa mudou de figura.. (...) a gente se gostava muito, se dava bem, não tinha nada mais que atrapalhasse. (...) Mas ela não queria só juntar os trapos, ela queria mesmo era casar, no papel, porque a família dela também achava que isso era mais seguro, então a gente foi conversando, ela querendo isso, e...eu pensando... só que ela nesse meio tempo acabou realizando o sonho dela e engravidou, e daí não pensei mais, já era hora de casar mesmo, tava completo, trabalho, casa, mulher e filho, pacote completo (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

Interessante observar que em nenhum momento desse trecho da entrevista Eduardo considera a possibilidade que a gravidez tenha sido uma estratégia de sua namorada para encerrar a discussão do casal sobre casar ou morar juntos. Mas em outro momento, ele retoma essa reflexão, levantando a suspeita sobre a intencionalidade da gravidez, para, logo depois, descartar essa possibilidade:

No começo eu achava que não era tão importante a gente casar no papel, que era muito complicado porque nossos pais tinham que autorizar porque a gente era de menor, então achava que pra gente se livrar disso a gente podia esperar um pouco mais. E ela achava que não, que a gente devia casar...(...) e quando ela disse que tava esperando o filho meu, eu já mudei de idéia e achei que o certo era mesmo a gente casar. Não sei se ela foi esperta nisso, né? Porque se não tivesse o filho eu teria enrolado um pouco mais (riso) e ela tava vendo isso. E daí ela foi mais esperta. Mas também não tinha porque disso, a gente ia casar do mesmo jeito, não era caso de desespero pra fazer de caso pensado, acho que não. (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

A percepção da gravidez como estratégia para o estabelecimento da união conjugal surge nas reflexões de outros dois entrevistados. Carlos vivia no interior do Paraná quando iniciou seu namoro com Cilene. Nessa época a família do entrevistado passava por grandes dificuldades financeiras em decorrência da morte do pai. Ele e seus dois irmãos, tinham um longo histórico de empregos informais e totalmente instáveis. A única fonte de renda segura vinha do emprego de cozinheira exercido pela irmã mais nova. Com o passar do tempo e as dificuldades em arranjar um emprego, o entrevistado resolveu “tentar a sorte” em outro lugar. A namorada ao saber da intenção de migrar, começou a pressioná-lo para que ele assumisse um compromisso mais sério e para que a família aceitasse que ela fosse embora com ele. A família de Carlos era contrária à união, pois achava que isso dificultaria ainda mais o estabelecimento dele em outra cidade, principalmente se ela engravidasse. Pode-se pensar que, na verdade, a contrariedade com uma possível união estaria relacionada a uma outra razão. Se Carlos tivesse que cuidar de mulher e filho teria menos condições de ajudar no sustento de sua família de origem, que constituía o principal motivo para migrar. Por meses esse foi o tema das brigas e reconciliações do casal. E, na percepção de Carlos, pouco tempo depois a namorada “arranjou um jeito” de conseguir o que tanto queria:

(...) eu acho que ela foi tihosa...sei lá. Eu falei pra ela que não dava pra gente ficar junto, que eu tinha que ter alguma segurança de patrão né? (...) a gente tava junto, mas minha família precisava de mim, e eu disse isso pra ela, mas ela não sossegou e ficou em cima (...) ela dizia que já tava na hora de eu assumir compromisso e eu até queria

mesmo, mas a situação tava apertada, eu ganhava um dinheirinho ou outro, mas nada que fosse certo, então eu pensava em mudar pra outro lugar, tentar arrumar coisa melhor em outro lugar, e ela tinha medo que eu fosse embora e largasse ela, disse eu sei, ela queria ir junto, mas pra ir a família dela queria ter uma garantia que eu tinha intenção de cuidar dela pra onde eu fosse (...) a gente brigava por causa disso e depois ficava tudo bem (risos) por isso que eu digo que ela sempre foi tihosa...(risos) daí ela parou de brigar, achei que ela tinha me dado razão, mas que nada, tihosa que só, acabou arrumando barriga. Pronto, não tinha mais jeito, quando vi já tava com família pra cuidar. (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, três filhos e dois enteados)

Para Daniel a situação da gravidez de sua primeira companheira ainda lhe desperta dúvidas. Quando conheceu Denise, o informante tinha 29 anos, era do tipo namorador, avesso a relacionamentos sérios. Ele morava com a mãe, dois irmãos mais novos e uma prima da mesma idade. Na época seu salário como mecânico era o principal rendimento da família. Segundo ele, apreciava tanto sua vida de solteiro que muitos achavam que nunca iria se casar, até conhecer a Denise. Ela era separada e tinha dois filhos do primeiro casamento. A relação dos dois não era bem vista pelos familiares e amigos de Daniel, que achavam que ela tinha “virado a cabeça dele” e que estava unicamente à procura de um homem que sustentasse os filhos dela. Como na situação descrita anteriormente, a contrariedade familiar parece se relacionar com a eminente perda do principal provedor da família. Apesar dos boatos e comentários, o relacionamento se manteve e antes de completar um ano, Denise engravidou. As críticas e os conselhos para que ele não se casasse com ela ganharam vulto e mesmo contrário a vontade de seus familiares, Daniel foi morar com a namorada e os filhos dela. Contudo, o informante acredita que havia um fundo de verdade nas suspeitas levantadas contra sua ex-companheira, mas ainda resiste em aceitar que tenha sido algo totalmente premeditado:

Na verdade todo mundo achava que eu ia ficar sozinho pro resto da vida, não queria muito compromisso não, mulher pegando no meu pé, achava muito chato, tinha gente que dizia que eu não ia tomar jeito nunca, mas daí eu encontrei a nenê..não sei se isso piorou ou melhorou minha condição (risos) (...) Quando eu conheci a Denise eu fiquei louco por ela. Mas ela já tinha tido marido, tinha dois filhos, as pessoas diziam que eu tava arrumando sarna pra me coçar, que tava na cara que ela queria um mané pra sustentar os filhos dela. Ora se isso fosse mesmo verdade eu até acho que ela tava mais do que certa em pensar nos filhos dela né? Mãe tem que pensar primeiro nos filhos. Mas na hora eu nem dei trela pra isso não, porque as vezes o povo fala demais, enxerga coisa que não tem (...) daí uns tempo depois ela ficou grávida e me disse que não ia tirar, se eu quisesse ficar com ela tudo bem, se não, nem adiantava que tirar ela não ia tirar...eu quase tive um troço porque eu não esperava isso assim, muita gente achou suspeito... não acho que foi traição (sic) dela, que ela não me forçou (...) eu podia aceitar se eu achasse que devia... mas pensando bem, também ela sabia que eu não sou do tipo de homem que foge das responsabilidades, né? Então eu ia assumir meu filho de

qualquer jeito. Ela sabia disso. E além do mais eu gostava muito dela, por que não tentar? Era uma chance de mudar de vida, se aprumar né? (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos e dois enteados)

A atual companheira desse entrevistado também esteve na mira dos boatos quando engravidou na primeira união. Essa informante acredita que engravidar para estabelecer uma união é um recurso legítimo e, muitas vezes, necessário diante de uma certa letargia masculina. Trata-se de um “empurrãozinho” para que projetos familiares sejam iniciados.

Eu sofri da mesma boataria que a ex do meu Dani, que quando eu tive o júnior [filho do primeiro casamento], na época, diziam que eu tinha tratado de agarrar o meu...mas eu não engravidei de propósito, que eu até que poderia ter feito isso, que o Dorival e não acontecesse, sei lá o que teria sido, eu taria esperando ele toma uma atitude até hoje! (...) ele sabia que eu queria filhos, tava ciente...a gente deixou acontecer...que eu acho que...a gente vê isso todo dia, que é a mulher que tem que tá ali, rumando as coisas, tomando atitude pra família andar pra frente, que homem fica lá só na dele, se for esperar para tomar atitude tem sempre alguma coisa que “ah vamo esperar mais um pouco que agora eu preciso ter isso, o salário num é tão bom” e assim vai...tem uma lista de desculpas...tem hora que você tem que toma decisão, por isso nem sempre é golpe, eu acho que a gente dá um empurrãozinho (risos) porque até parece que a gente quer o mau da pessoa, quer esfolar, mas nada disso, vai esfolar o que? Me diz? Eu queria uma vida, eu queria ser mãe, coisa que a gente sempre quer, mas que se não souber dar uma decisão, for assim, tem um monte de mulher aí que não casa, não tem filho...(..) o que ninguém fala é que isso é arriscado também, que o homem bem pode falar que não quer, pra tirar e joga na sua cara que o problema é seu, que tinha que ter se preocupado, se vira neguinha! (Diná, 35 anos, casal 4, três filhos, dois enteados)

O risco mencionado por Diná foi considerado por Íris quando teve a confirmação de que estava grávida. Mesmo namorando há um ano, a entrevistada tinha dúvidas sobre o futuro do relacionamento. A descrença vinha do fato de que a mãe do namorado não aprovava a relação, pois tinha esperança que o rapaz reatasse com uma ex-namorada. Esse tipo de pressão familiar fez com que, a princípio, Íris decidisse por um aborto, porque não queria ter uma criança sem pai. Principalmente, sendo o seu primeiro filho. A madrinha e uma amiga da vizinhança emprestaram o dinheiro para ela comprar o Cytotec, mas aconselhada por uma outra tia resolveu conversar com o namorado sobre sua decisão. Para sua surpresa, o parceiro rejeitou a idéia do aborto e disse que queria assumir tanto o filho quanto o relacionamento. Essa atitude trouxe contentamento e alívio para Íris. Segundo a entrevistada, seu namorado demonstrou que era “um homem de honra”, enfrentando a família para ficarem juntos:

Eu não botava fê que a gente ia ficar junto...a gente era namorado, mas ele nunca falou de compromisso, não demonstrava que pensava num futuro pra gente...eu achava que

por isso não ia pra frente, ia ficar naquele morno. (...) eu achava que ele dava uma certa razão pra família dele...que a mãe dele não gostava de mim, queria que ele voltasse pra aquela outra...a ex dele...foi nisso que eu pensei quando vi que tava grávida (...) Filho é coisa muito séria, pelo menos pra mim é...primeiro filho...que a gente diz que filho é tudo igual, eu amo todos os meus, mas o primeiro marca a gente, marca a vida...eu senti muito isso e como eu sempre pensei que ia ser assim eu não ia deixar começar de qualquer jeito né? Não queria começar já com uma criança sem pai. Eu não ia conseguir segurar sozinha, mulher com filho sem um pai por perto a gente vê que é uma vida sofrida, de muito mais luta, minha madrinha me deu muito apoio pra o que eu quisesse fazer, Graças a Deus, mas eu achava que tinha que começa pelo menos com um pai, eu achava (...) Tava tudo decidido, tinha o dinheiro pra comprar o remédio e tudo, só que minha tia insistiu que eu devia falar com o Iran, que ele era homem de bem e que ia me entender, minha tia achava que eu não podia jogar tudo fora sem antes pelo menos tentar, que homem de bem se apega (...) Pro meu espanto ele falou que não era pra eu pensar naquilo de jeito nenhum, que ele queria ficar comigo e com o nosso filho. Ele falou bem assim, com a boca cheia: nosso filho. (...) Ele me assumiu mesmo, me levou pra morar com ele, enfrentou a família dele por mim, por nosso filho, eu tenho pra mim que não foi só ter responsabilidade, mas ele era homem de honra, sabe? (...) honra que eu digo é aquele que protege, que respeita, que sabe o que é certo e faz o certo, e com a atitude dele foi isso...Coisa difícil de achar...eu me senti muito feliz, porque ele foi meu porto seguro num momento que eu tava na angústia... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos)

No conjunto dos relatos masculinos e femininos, as decisões e as situações envolvidas na formação da família de procriação não foram vivenciadas exclusivamente pelos casais. A influência direta ou indireta de pessoas da família de origem está presente em todas as histórias. Casar e ter filhos são eventos que promovem alterações profundas na organização de determinados grupos familiares. Este foi o caso, por exemplo, dos homens que exerciam o papel de provedores na família de origem, onde a união conjugal instaurou um estado constante de disputas entre nora e sogra. Contudo, na maioria dos casos, as relações com parentes e vizinhos forneceram diversificados tipos de suporte para o desempenho das atribuições familiares dos informantes. A possibilidade de contar com essa rede de parentesco e de vizinhança surge nas entrevistas como um dos fatores que influenciaram o nascimento dos demais filhos do casal.

Depois do primeiro vem o segundo?

A continuidade do projeto familiar não esteve unicamente atrelada às contingências da vida econômica dos informantes. Avaliações a respeito da adaptação do casal à nova realidade e ao tipo de pessoa que o(a) companheiro(a) havia se

mostrado na convivência cotidiana também influenciaram os rumos do projeto que os informantes haviam iniciado com a vinda do primeiro filho:

Ih, mas foi tão relâmpago que nem deu tempo de pensa em [ter] outro [filho] (...) que as idéia da gente muda depois que passa a viver com a pessoa né? Antes a gente vê uma coisa e mais tarde vê outra...que eu pensava que a Gisele ia ser companherona (...) pra ter outro filho a gente precisava entrar nos eixo, só que também terminou rápido com esses nossos desacertos (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Eu tive minha menina (segunda filha) com a idéia de que isso fosse chamar ele de vez pras responsabilidades que ele tinha que cumprir, que eram obrigações dele, que eu não podia ficar lá toda hora cobrando, lembrando isso para ele, não podia fazer por ele (...) minha tia era muito boa com a gente, tratava ele como filho, mas ele tinha que acordar pra vida e foi nisso que eu apostei quando nasceu a Daniela...(...) parecia que a coisa ia melhorar, mas só nos primeiros meses, que depois volto a ser do jeitinho que era...(Diná, 36 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Eu não queria outro filho para viver daquele jeito...(...) ele me queria, assumiu o filho, mas não era comigo que ele se relacionava, era com a mãe dele (...) tinha muita interferência, não tinha como a gente ser uma família desse jeito, que eu pensava que ia ser diferente quando ele enfrentou a família dele pra ficar comigo...que se a gente tivesse lá junto, se ele respeitasse, ela (a ex-sogra) me respeitasse que eu era a esposa, eu era a mãe do neto dela, que tem tanta gente que vive com sogra, com irmão, com cunhada, com um monte de gente mas todo mundo sabe das obrigações que tem com cada um, que cada macaco tem seu galho, mas não era assim e eu vi que num ia muda nada... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Assim como Íris, o principal empecilho de Bianca para ter o segundo filho era o fato de estar morando na casa da sogra, onde sua posição de esposa e mãe estava subordinada à autoridade da matriarca da família de seu companheiro. A constante interferência na vida conjugal e na criação de sua filha pequena fez com que ela desse um ultimato para seu parceiro: somente teria um filho quando a casa do casal estivesse pronta para morarem. Antes da mudança definitiva a entrevistada realizou dois abortos, dos quais seu companheiro somente tomou conhecimento do primeiro. Segundo conta a informante, o primeiro aborto serviu de alerta ao parceiro para a convicção de sua decisão. Quando já estavam morando na casa construída, Bianca engravidou e novamente interrompeu. Nessa época, Benício estava desempregado havia quase um ano e parecia ter desistido de procurar trabalho. A acomodação do parceiro forçou a entrevistada a arrumar um emprego que pagasse as despesas da casa. Na visão dela, as mulheres são mais perseverantes na condução da vida familiar e, por essa desistência masculina, acabam assumindo o lugar e as obrigações que deveriam ser dos homens. Isso impossibilita que as mulheres concretizem suas expectativas reprodutivas:

Quando a gente casa e tem filho...lá no começo, a gente ainda tá ingênua com o mundo, sabe? A gente sonha muita coisa, mas depois a gente vai aprendendo na carne que você tem que se virar sozinha muitas vezes, porque não tem essa coisa de compartilhar, dividir, você que se vire, você é mãe, dona de casa, se vira. E é duro isso... (...) eu tirei três...o primeiro ele ficou sabendo e aí percebeu que eu tava falando sério de que só teria outro quando a gente tivesse dentro da nossa casa (...) o último foi o que mais me cortou o coração, que eu queria, tava pronta pra ele, mas a vida não tava... foi o mais difícil...que misturou as esperanças e as mágoas que vai ficando...que desde o começo eu sempre dizia que queria ter três, com a graça de Deus eu consegui realizar meu sonho com o Bruno, só que com o Benício... que você confia que o homem vai te dar segurança, apoio, vai ser mais presente ali junto com você, mas basta um probleminha, uma dificuldade e eles arriam e você que segura as pontas depois. Poxa a gente sabia que conseguir emprego não era fácil e tá cada vez pior, mas se tá procurando, não tá achando então não fica em casa dando mais trabalho cobrando mais e mais de você. Descontando em você. (...) que o Benício que eu tinha tanta confiança foi afrouxando, foi uma decepção grande...mas eu vejo que na verdade a família as mulheres que levam pra frente, que faz o que é preciso.. que eu penso se cada um fizesse ou pelo menos tentasse mais fazer a sua parte as famílias tariam melhor...a gente que acaba fazendo por nós, por eles e pelos filhos...(Bianca, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

Na percepção desses homens e mulheres, a união conjugal supõe, implicitamente, um “contrato de gênero” que viabiliza, principalmente, o desempenho da maternidade e da paternidade (OLIVEIRA e BRITO, 2007). A quebra desse contrato pode manter em suspenso ou interromper o projeto familiar iniciado pelo casal. As histórias de Ana e Fernanda se assemelham pela violência no qual se pautaram suas decisões. A conduta infiel, desonesta e violenta do parceiro lhes causava vergonha e medo, tornando inconcebível a geração de mais um filho. Dessa forma, elas adotavam estratégias tanto para evitar uma gravidez quanto o contato sexual:

Eu tomava cuidado que eu queria esperar pra ter outro filho com ele (...) ele dizia que o júnior tinha que crescer mais pra ter um irmãzinho, então ele num me atazanava tanto quanto no começo e eu achava que era porque ele tava sendo cuidadoso (...) descobri que ele tinha outra, no começo um deslize até releva, por causa do filho (...) só que os apronte dele vinham bater na minha porta, cobrar, insultar (...) eu só tinha 17 anos, sabe o que é pra cabeça da gente sofre esse tipo de afronta com seu filho no colo? (...) e ele todo grosseirão, eu tinha medo, peguei nojo, eu ficava sem toma banho só pra ele não querer encostar um dedo (...) não via mais ele do mesmo jeito...ter mais um filho para se envergonhar do traste de pai que tem? Todo mandão, mas não tinha moral. (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

Meu mundo caiu quando eu descobri que o pai da minha filha era um bandido, que o homem que eu escolhi, que eu achava que era o sonho da minha vida, na verdade não prestava...(...) minha idéia era ter além da minha filha, mais um menino, que ele dizia que queria ter um garoto, era o nosso sonho...e depois que eu descobri que tipo de homem ele era eu tinha medo de engravidar, fazia de tudo, dor de cabeça, dormia com a neném, qualquer desconfiança eu já tomava as ervas da mãe Dinha pra menstruação descer (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Em geral, os relatos revelam as frustrações pela não concretização do modelo de reciprocidade e complementaridade das atribuições familiares. A vida conjugal e parental foi marcada, em vários casos, pela constância da instabilidade financeira e emocional dos casais. Em alguns casos, a dificuldade em cumprir com a atribuição de provedor familiar gera nos homens sentimentos de constrangimento e humilhação (NOGUEIRA, 2007; OLIVEIRA e BRITO, 2007; SARTI, 1996) O atual marido de Bianca, semelhante ao que aconteceu com seu primeiro marido, viveu uma experiência de desorientação e apatia no primeiro casamento. Bruno revela que o longo período de desemprego, não trouxe prejuízos maiores para sua mulher e filho pequeno em função dos fortes laços de solidariedade do grupo familiar. Contudo, abalou sua auto-estima, provocando desvios – traição, jogatina, alcoolismo - no caminho que havia traçado e que culminaram no abandono da família:

Na minha cabeça tava tudo traçado...ela cuidando dos nossos três filhos...eu trabalhando, só que não entra nesse pensamento de ficar tanto tempo sem serviço (...) e assim foi, depois que nasceu o Júnior... e com criança pequena, fica doentinha, tem que compra remédio, ter um leite mais reforçado, passar fome a gente não passou, porque família tá nas hora boa e ruim, não é verdade? E a Belinha sabia como ninguém administra o pouco que a gente tinha e vendo assim tudo isso e eu...era tormentoso pra mim isso, cada mês sem serviço me sentia mais inútil...(...) isso vira a cabeça da gente e começa a fazer besteiras, fazer “desvios” do caminho que era o certo, da família (...) ela (primeira esposa) não falava não, nunca falou nada, mas eu via no olhar dela...num tinha admiração, orgulho (...) quando eu arranjei serviço mesmo, pra valer, eu ficava mais fora de casa, quase não via a família (...) Belinha queria muito ter outra criança, mas daí já tava com a cabeça muito virada...nem ela agüentava, num se encostava, não queria e daí larguei tudo... (Bruno, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Hélio também se atormentava por não conseguir desempenhar seu papel de provedor, o que afetava inclusive seu desejo sexual. Como mencionado, a principal queixa desse informante era a impossibilidade de ter um “teto decente” para viver com a família. Porém, outro tipo de dificuldade começou a lhe incomodar. Na percepção do entrevistado, os comportamentos de sua parceira revelavam falta de comprometimento da parte dela para com o projeto de melhoria de vida pensado por ele. Sentia isso como um não reconhecimento de sua autoridade como chefe da família. Hélio percebia claramente essa insubordinação de sua parceira na esfera reprodutiva. Após o nascimento do primeiro filho, que lhe trouxe “alegria e muitas preocupações”, e diante das dificuldades no relacionamento conjugal, o entrevistado tinha interesse redobrado em evitar uma segunda gravidez. Procurou exercer um

maior controle cobrando da parceira a utilização correta da pílula hormonal. Mesmo adotando esse tipo de cuidado, sua companheira engravidou pela segunda vez. Como não queria de jeito nenhum ter outro filho, pressionou para que ela abortasse:

Depois que nasceu meu filho, eu acordei...a vida já era difícil antes e acabou ficando mais difícil ainda, mesmo com o meu tio, minha tia que sempre ajudavam a gente, a casa era apertada pra nós três, eu ficava cansado, então num, nem podia pensar em ter outro, daí que perguntava sempre se ela tinha... se tava se cuidando, que não podia dar bobeira e quando a coisa tava desandada aí que eu não queria mesmo (...) ela não foi companheira nesse sentido, num sentia nela o esforço de...reconhecer que eu tava lutando pra gente conseguir melhorar de vida, pela nossa família, dependia dos dois, mas ela não fazia o que eu dizia, fazia o contrário e eu tava dizendo sempre, mostrando que não dava e depois ainda pegou birra de mim (...) eu num queria ter outro filho na condição que a gente tava, isso martelava na minha cabeça e ela sabia, a coisa era tanta que tinha dia que nem vontade me dava, só que desconfiei que ela tava grávida e foi só desespero meu (...) tanto que falei, que disse e no meu desespero eu disse que ela tinha que pensa, ter consciência, falei que era melhor tira e que mais tarde quando as coisas melhorassem a gente podia ter outro.. ia ser demais pra gente, ela decidia, mas deixei bem claro que as coisas num ia ser fácil (...) ela conversou com uma prima que indicou um remédio pra ela toma...(Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Hélio enfatiza ao longo de sua narrativa a forma como acompanhava e tentava controlar algo que lhe era externo, que aconteceria no corpo de sua mulher: a concepção de um filho. Em nenhum momento ele menciona a utilização da camisinha como uma maneira de exercer esse controle. O ideal e eficaz, na visão dele, era que sua companheira tomasse corretamente a pílula hormonal. A não utilização de métodos masculinos e o maior desconhecimento por parte dos homens das alternativas contraceptivas existentes fundamentaram por muito tempo a idéia de que os homens não estariam envolvidos com as questões reprodutivas (MINELLA, 2005; QUADROS, 2004; GARCIA, 2003; LYRA e MEDRADO, 2000; SIQUEIRA, 2000; ARILHA, MEDRADO e RIDENTI, 1998; MUNDIGO, 1995). Se levasse em consideração estas duas dimensões, Hélio e praticamente todos os outros informantes masculinos, poderiam ser classificados como não participantes da contracepção. Contudo, estudos que analisam os significados das práticas contraceptivas adotadas por homens e mulheres em seus relacionamentos afetivo-sexuais problematizam essa idéia de ausência masculina, demonstrando que, o fato de não utilizarem métodos masculinos ou desconhecerem grande parte dos que existem, não significa que não exerçam nenhum tipo de influência sobre as decisões reprodutivas (QUADROS, 2005 e 2004; ALMEIDA, 2004; GARCIA, 2003; MARCONDES, 2002; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 2000).

A exemplo da situação descrita acima, um homem pode não ser protagonista da contracepção, mas pode influenciar a decisão final ao demonstrar sua disposição ou rejeição em assumir um filho (QUADROS, 2005). Júlio e Carlos compartilham da mesma lógica de Hélio de que o interesse na contracepção – de controlar o corpo de sua parceira - tem por finalidade o bem-estar de sua família. Esse foi o argumento “buzinado” por Júlio, com auxílio de outros familiares, para convencer sua companheira a fazer a laqueadura quando ela estava com apenas 22 anos de idade e grávida do terceiro filho. Os relatos sugerem que os homens não querem correr o risco de terem sob seu teto uma prole numerosa - leia-se mais de 3 filhos - principalmente quando sua condição de provedor vive sob constante ameaça:

(...) com o nascimento da [segunda filha] a Juliana voltou a ficar mais em casa com as crianças, eu achava isso bom, a nossa vida tava melhor...que eu também consegui que assinassem minha carteira e a minha sobrinha mudou pra cá pra ajudar ela (...) só que engravidou no resguardo, na animação a gente se esquece as vezes né, ela não se deu conta e quando a gente viu, já era tarde, ia chega mais um filho pra gente (...) eu achei que não era lá muito a hora, podia ter sido mais tarde, mas tava bom também (...) só que tinha que dá um freio nisso, porque eu achava que três filhos tava mais do que bom para gente...Que não dá pra ficar tendo filho de penca... até é uma falta de responsabilidade isso...e aí comecei a buzinar na orelha dela que devia operar...ela devia aproveitar esse terceiro e operar (...) no começo ela não queria não, falou que não sabia o que podia acontecer nessa vida, que eu podia morrer, ir embora...(...) a mãe dela, as irmãs, todo mundo da família também falava que ela tinha que pensa...se ela tava querendo montar um time de futebol (...) que eu tinha que pensar na minha família, no que eu podia oferecer, que por mais que a gente sempre dá um jeito, um ajuda o outro e com a graça divina nunca me faltou isso nessa vida, mas é difícil (...) só no final que ela se convenceu e ficou tudo acertado no hospital (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

Alguns entrevistados entendem que nos casos em que não há concordância entre os parceiros, a decisão final será sempre da mulher. Os homens esperam que as parceiras aceitem suas opiniões, o que nem sempre acontece. No caso de Carlos, a situação foi inversa à vivida por Júlio. O informante não queria que sua parceira fizesse a laqueadura, porque ele gostaria de ter um terceiro filho. Mas, como “palpite de homem, mulher só ouve quando quer”, ela decidiu pela esterilização aos 26 anos de idade:

Cidinha sempre teve gênio forte...que quando a gente chegou aqui, o Júnior tava com quase dois anos, acho que num tinha feito ainda, mas ela já tava com o segundo na barriga...(...) então sempre foi assim ela tinha esse poder...(...) que ela me pegou de surpresa com essa história, não queria que ela fechasse a fábrica já, que eu queria era ter uns quatro filho na época, igual ao meu pai, quatro era o que eu pensava, mas ela com aquele gênio dela, achava que não, que era muita coisa, ainda mais tão longe da família, que naquela época a gente só tinha a família do meu padrinho por aqui, depois

que veio meu irmão, o cunhado dela, mas naquela época era só a gente por conta...(...) mas é o corpo dela, que eu podia fazer, ir no hospital e tirar a faca da mão do médico? Eu fiquei arreliado com isso, ela sempre soube, não escondia isso de ninguém e mais tarde ela veio se arrepender com o golpe que a vida deu na gente (...) mesmo contrariado num podia fazer muita coisa que é sempre assim, nessas coisas palpite de homem, mulher só aceita quando quer (risos) (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)

A assertiva de Carlos de que as mulheres fazem o que querem em relação às questões reprodutivas também está relacionada à forma como os parceiros comunicam entre si seus desejos e opiniões. Um dos pontos que se apreende no conjunto das entrevistas é que a explicitação das intenções reprodutivas nem sempre é direta, objetiva. Essa comunicação geralmente se realiza através de insinuações e de conversas sobre a vida dos outros que podem servir como um exemplo ou um aviso para o outro. As narrativas masculinas descrevem situações em que os homens deixam bem claro o que querem, diferente das mulheres que tendem a “esconder o jogo”. Por outro lado, nas entrevistas femininas as mulheres comumente se queixam da falta de diálogo e que sempre buscam interpretar o que os parceiros querem dizer com determinadas atitudes e comentários. O relato abaixo serve como um bom exemplo:

Eu via que ele [primeiro companheiro] tinha vontade de ser pai, que ele ficou muito chateado de pensar que eu tirei da segunda vez, ele meio que não se conformava...(...) não, eu nunca contei disso...eu não sei, ele não conversava dessas coisas comigo, o Carlos fala mais, mas também não é lá muito diferente não...(...) uma prima dele [primeiro companheiro] teve problema quando abortou, parece que não saiu tudo e ele foi ajudar pra levar pro hospital (...) quando ele chegou, ele me contou que o marido dela tava todo sentido dela ter negado esse filho dele, que sempre tem um jeito melhor de lidar com isso, eu senti que era um aviso para mim, que ele tava querendo me acertar com aquilo, que mesmo eu não tendo contado, ele desconfiava que eu tinha tirado, eu me senti mal com aquilo, chorei muito depois, escondida...mas foi aquilo que eu te falei, que eu sabia que ele não ia deixar eu tirar, por isso eu não disse nada (...) quando eu tive a minha filha [o segundo do casal], eu tava torcendo realmente pra ser uma menina, porque ele queria muito uma garotinha, ele ficava babando quando ele via as meninas da vizinha aqui do lado, que chamava ele de tio, ele achava que as meninas são mais carinhosas, por isso que eu torci pra nasce menina (...) não, ele nunca disse que preferia menina ou menino, mas dava pra ver nos olhos dele, no jeito dele com as vizinhas (...) eu tinha minhas dúvidas se eu queria ter mesmo mais uma criança, mas uma vez numa brincadeira a gente acabou concordando que três era um tamanho bom (...) ele conseguiu o terceiro [filho] mas não comigo, que foi o que acabou com a gente...(Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)

Para a maioria dos informantes masculinos e femininos, o reconhecimento da falência do projeto familiar iniciado com a primeira união conjugal se deu no momento em que os homens, em alguns casos as mulheres, saíram de casa. Que tipo

de implicações a ruptura conjugal teve para a vida familiar desses homens e mulheres e seus filhos? Quais os benefícios e as desvantagens da condição de separado(a)? Como percebem os relacionamentos afetivo-sexuais tidos nesse período? Quais eram as expectativas de estabelecer uma nova união conjugal? Que tipo de influência os filhos exerceram no estabelecimento de novos vínculos afetivo-sexuais?

Capítulo 6

Desatando os nós: as mulheres chefes de família e os homens sem família³⁶

Este capítulo destaca aspectos da dinâmica familiar e das relações afetivo-sexuais no período em que os homens e mulheres viveram na condição de separados. No grupo pesquisado, esta fase se apresenta como um momento transitório entre duas uniões conjugais, mais curto do que o imaginado. As atenções estiveram voltadas para capturar os elementos que marcaram os processos de ruptura do casal, a reorganização do cotidiano familiar, da vida afetiva e o tipo de relação estabelecida com a prole nesse período.

Assim como no capítulo anterior, uma questão ampla orienta a construção da análise do material coletado: em que aspectos a existência de filhos amplia ou reduz as possibilidades – em termos de percepções e práticas - de homens e mulheres manterem, romperem ou reconstituírem parcerias conjugais?

Filhos seguram casamento?

Evidentemente que, para os informantes, a resposta a essa pergunta foi: não por muito tempo. Em seus relatos, homens e mulheres destacam a importância da manutenção dos laços de afinidade e de parentesco para a criação dos filhos. O desenlace definitivo acontece quando percebem que a manutenção do relacionamento a qualquer custo não foi capaz de assegurar a obtenção de rendimentos e outros valores sociais que promoveriam o bem-estar da família, tendo, em alguns casos, até mesmo prejudicado.

Nas narrativas, o casamento e a parentalidade implicam investimentos emocionais e materiais distintos de homens e mulheres. Em suas representações, a divisão sexual do trabalho é muito clara. Espera-se que as mulheres cuidem dos filhos e os homens se responsabilizem pelo sustento financeiro da família. Contudo, a concretização desse modelo, assim como acontece com todos os modelos, raramente se opera ou se sustenta da maneira idealizada. O desemprego ou subemprego

³⁶ Todos os nomes mencionados nos trechos das entrevistas são fictícios.

masculino e a necessidade do trabalho remunerado feminino justificam a inversão, o acúmulo ou o compartilhamento dessas duas atribuições entre os parceiros e, em alguns casos, até mesmo com outros parentes. Porém, essas situações são tratadas sempre como provisórias. Elas podem permanecer até que os problemas que impedem cada um de realizar aquele que é considerado o seu papel dentro da família sejam resolvidos.

Uma informante conta que, após o nascimento de seu primeiro filho, o projeto de vida familiar foi frustrado pelo fato do ex-companheiro não ter “assumido seu posto”, deixando de cumprir as principais obrigações masculinas para com a família. Isso a obrigou a assumir integralmente todas as tarefas de manutenção da vida familiar. Na visão da entrevistada, a conduta do parceiro prejudicou o relacionamento conjugal na medida em que ela não conseguia nutrir um sentimento de admiração ou reconhecimento que fosse capaz de sedimentar a união entre eles:

Eu vivia com o pai dos meus filhos, mas não sentia de jeito nenhum que tinha um marido...Ele gostava muito de mim, dos filhos, não sentia pouco caso dele, se via amor pelas criança...mas não tinha assumido mesmo que tinha uma família (...) ele não cresceu...ele não se movia pra construir uma casa pra gente, que a gente morava na casa da minha tia (...) além do mais tinha a coisa que não parava em serviço nenhum por muito tempo, pulava de um pra outro..e ainda perdia tempo em bar (...) ficou tudo nas minhas costas, eu tive que me virar, fazer de tudo um pouco...não sentia muito respeito por ele não, como mulher não tinha admiração, e eu achava que para ficar junto tinha que pelo menos admirar, que a vida no dia a dia exige muito, é problema que não acaba mais, cuida disso, daquilo, então não é uma beleza sempre, se você tem admiração pela pessoa que tá do seu lado, a gente recupera, levanta, luta com gosto, faz o que for preciso, mas dele...parecia mais um filho da minha tia e olha que ele era o único homem na casa, mas não se comportava como, não assumiu o posto. (Diná, 35 anos, casal 4, três filhos, dois enteados)

O prolongamento no tempo de qualquer uma das circunstâncias de deslocamento das atribuições familiares, principalmente da inversão dos papéis, pode ser entendido como falta de interesse de uma das partes em assumir as responsabilidades que lhe cabem, provocando conflitos – em alguns casos envolvendo agressões físicas, verbais e psicológicas - que culminam na ruptura do casal:

*O pior nessa vida é ter **homem encostado** em casa, sabe? Eu tive e é ruim, não cumpria com as obrigações, **nem tentava**, não se esforçava nem um pouco pra manter um trabalho...um encostado...dá até nervoso vê aquela coisa lá sem fazer nada... ah mas eu perdi a paciência e falei que não ia ficar sustentando marmanjo que parece que não sabe que tem família pra cuida...ah cansei mesmo, falei que se ele quisesse ficar tinha*

que arranjar algum trabalho, ele não gostou, falou um monte e aí acabou tudo (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

*Antes eu achava que tinha que fazer de tudo pra minha família ficar junto, que era falta de amor, falta de força de vontade quem deixava qualquer besteira acabar com a família, mas com o tempo e a vida que a gente leva você vê de outra forma, existem coisas que não tem controle, que acontecem que não tem volta (...) eu tinha pra mim que as vezes a gente não consegue dar o conforto que a família merece, mas luta, divide, quando dá faz o que pode, ajuda um e outro até que as coisas voltem ao normal, que o **pai possa ser pai e a mãe a mãe**, nem sempre dá pra ser desse jeito, a mãe vira um pouco de pai, o pai tem que virá um pouco de mãe, mas tudo pra família, daí que tem que ter compreensão, muito companheirismo (...) eu fui tentando assumir meu lugar, mas a...não via esse esforço, essa coisa nela [primeira companheira]...me incomodava isso...Que adianta você fazer tudo, se sujeitar a tudo pelo seu filho, pela sua mulher, se não recebe isso do mesmo jeito? Eu acho que ela não agiu da mesma forma...tanto que ela desistiu sem nem ter começado direito...(Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)*

A falta de companheirismo, do qual se queixa Gilmar, foi muito comum entre os homens entrevistados como um elemento de enfraquecimento do laço conjugal. Referem-se a uma postura não tão compreensiva e paciente da parceira com relação às dificuldades financeiras e pessoais enfrentadas por eles na vigência da união. Alguns informantes revelam que, nos momentos mais críticos de desemprego, por exemplo, esperavam contar com maior demonstração de solidariedade da parceira:

*Eu lembro que quando a neném [segunda filha] tinha acabado de nascer, ela era pequena, eu fui mandado embora, que eu trabalhava como ajudante geral, fazia concertos nos apartamentos de um prédio lá do centro, fui mandado embora e não achava outro lugar pra trabalhar, tudo que eu via tinha que ter ginásio ou 8ª. série, né? E eu não conseguia, era sai e voltar sem nada, era brabeira a coisa.. e naquela época a Isaura achava que era corpo mole meu, faltou apoio dela, ela não foi uma mulher que teve paciência, compreensão...ela não tinha mais respeito, perde o controle da família, falta respeito, falta tudo (...) e eu também já tava desconfiado dela, as atitudes dela...quando eu falava alguma coisa, perguntava, ela fazia pouco caso, aquilo me deixava quente de nervoso, meu compadre já vinha e saía comigo, me tirava de casa para esfriar a cabeça...e pra você vê, com a Íris já foi diferente, que quando tava no começo com ela eu também fiquei sem trabalho por um tempo e eu pensei que ia ser tudo aquilo de novo, mas não foi, a Íris tem outra cabeça é mais calma, uma **mulher de mais companheirismo**, ela me dava força, não me destrataava, sabia que eu tinha valor... foi muito diferente...(Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)*

Tem horas que a gente não tem muito o que fazer, quando é mandado embora para achar emprego é muito difícil, as vezes fica quase um ano procurando um que seja pra valer, que sustente mesmo, e isso mancha a reputação, te olham diferente em casa e as vezes você tem que falar mais grosso para tua moral não cair ainda mais, é algo que é duro de sentir na pele, porque tão toda hora te cobrando, te lembrando que você tem família pra cuidar, que a mulher não dá conta sozinha, que isso, que aquilo, como se a gente não soubesse né? Dá nos nervo, isso sim. Eu sei muito bem das minhas obrigações...e ela não me defendia, jogava na cara que eu não fazia isso, aquilo...ela me esculhambava mais ainda, não era companheira... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

Há casos que o motivo da incompreensão feminina não esteve relacionado à falta de dinheiro. Em seu relato, André entende que ser reconhecido como um bom chefe de família constitui uma tarefa árdua e inatingível diante das inúmeras dificuldades que os homens encontram para cumprir com todas as exigências sociais que essa posição implica:

*(...) mas mesmo quando você acha que tá no rumo, falta... que nem... quando eu tava com a Alice falavam que eu num me importava muito porque num construía uma casa pra ela e pro meu menino, sabe esse tipo de coisa? Todo mundo sabe que eu nunca deixei falta nada em casa...nem pra ela nem pra minha mãe, meus irmão e meus sobrinhos que também dependiam de mim..eu trabalhava, não era um encostado, nunca fui e apesar das pessoas reconhecer isso, de acha que eu tinha cabeça no lugar, mas sempre tinha a coisa da casa...(..) acho que ela tinha que ter entendido mais o meu lado, não que ela não tivesse razão em cobrar, tava no direito dela, mas podia ter me entendido mais e **se a mulher não te dá crédito, quem vai dar?** (...) Tem coisas que até um homem consegui fazer pra sua família, a que era antes ou de agora, não importa, você não vai ser olhado como um bom pai ou um bom homem, sabe? Não é fácil, que tá sempre faltando alguma coisa...e pra não piorar sua moral tem que ter apoio (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)*

Há uma clara percepção entre os homens de que as atitudes e opiniões verbalizadas publicamente pelas mulheres podem abalar ou manter sua legitimidade enquanto pai e marido. O sentido que esses informantes dão para a palavra companheirismo se distingue do que comumente se observa entre homens e mulheres pertencentes aos segmentos médios. Nesses segmentos, o companheirismo na conjugalidade remete a relações mais igualitárias, de maior diálogo e compartilhamento das tarefas de cuidados com os filhos (MARCONDES, 2002, ROMANELLI, 2000; OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 1999). No caso dos entrevistados – pertencentes todos a camadas populares - a mulher demonstrar companheirismo significa preservar a hierarquia conjugal, a condição de poder e de autoridade masculina na família. Aos olhos dos homens, quando isso não acontece, significa que perderam o respeito e a admiração da companheira e, conseqüentemente, o controle sobre a família.

Nessas circunstâncias os desentendimentos do casal podem assumir contornos mais violentos. Alguns dos trechos destacados acima, embora não descrevam agressões físicas, revelam situações onde cobranças e acusações pela falta de dinheiro, de melhores condições de vida para a família e de comportamentos inadequados – bebedeiras e traições, por exemplo - despertam reações intensas dos

homens e a violência verbal das mulheres. Semelhante ao que encontram Oliveira e Brito (2007), em pesquisa com grupos de homens e mulheres de camadas populares, a forma como as mulheres verbalizam seu descontentamento com o parceiro ou com o relacionamento faz com que os homens se sintam humilhados e inferiorizados, ao terem sua masculinidade e autoridade familiar questionadas. Segundo os relatos masculinos e femininos analisados pelas autoras, a violência intrafamiliar cresce em um ciclo evolutivo de agressões, em que a exacerbação das situações de violência verbal pode levar os homens a agredirem fisicamente a parceira.

Esse ciclo evolutivo de agressões pode ser percebido nas descrições das entrevistadas Ana e Fernanda. Desde o início do relacionamento o ex-companheiro de Fernanda exibiu um temperamento agressivo e controlador, embora ela não encarasse estas características como violentas. Na visão dela, o ex-companheiro agia como um homem que queria proteger sua mulher. A diferença de idade e de experiências – ela tinha 15 anos e ele 27 anos de idade, era separado e tinha dois filhos – contribuíram para a construção de uma relação pautada no medo e na submissão de Fernanda. A resignação da informante era mantida pela imagem irrepreensível do ex-companheiro como provedor e pai atencioso. No entanto, sua percepção sobre a união conjugal se modificou quando uma das amantes dele bateu à sua porta, grávida, exigindo que ele assumisse a responsabilidade pela criança que iria nascer. Esse fato desencadeou uma série de conflitos entre o casal, até Fernanda tomar a decisão de romper com a relação e sair de casa:

(...) eu tinha medo de errar, de não saber fazer as coisas, ele me ensinava como eu devia fazer, o que ele gostava, como tinha que ficar a casa, tudo ele me mostrava como era e eu fazia do jeito dele (...) eu tinha medo que se eu fizesse errado, se eu não me comportasse direito cuidando da casa e do nosso menino ele ia me mandar embora, dizer que eu não era boa mãe (...) é que pra mim ele era...eu via ele como um homem bom, que não faltava nada pra mim, pro nosso filho, ele tinha carinho pela criança no começo, então eu não via nada de errado nele, era bom pra mim e pro meu filho...o defeito que achava era de ser mandão, grosserão, tudo ele me controlava. No começo eu não achava de todo ruim, que pra mim mostrava que ele se importava comigo, que ele queria me proteger, queria meu bem, da nossa família (...) ele achava ruim de ir na casa dos meus irmãos, tudo ele ralhava comigo, mas até aí eu achava que ele tava cuidando do que era dele (...) a coisa mudou quando descobri que ele tinha outra, no começo um deslize você até releva, pelo meu filho, mas a mágoa fica lá, mas depois eu vi que não era só um deslize, era vários tropeços, até minha vizinha que olhava meu filho quando eu tinha que fazer alguma coisa na cidade, ele já tinha dormido, foi muito desrespeito, desconsideração (...) a partir daí nossa vida foi um inferno, uma briga atrás da outra, ele não admitia que eu falasse nada, que ficasse contra ele isso foi só aumentando (...)

não via mais ele do mesmo jeito. Segurei até onde deu, só por causa do meu filho, mas aquilo já não era vida, criei coragem e catei minhas coisas e uma tia minha me deu abrigo... (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

Da mesma forma que Fernanda, Ana diz que procurou manter o relacionamento em função da filha, que na época ainda era muito pequena. No caso dessa informante, o ex-companheiro era um criminoso procurado pela polícia. A permanência na relação não imprimia nela uma identidade de mulher vítima de um marido violento, como foi o caso de Fernanda, mas sim a de *mulher de bandido*, estigma que seria carregado igualmente por sua filha. Em seu relato, a informante revela que tinha esperanças de que a vida familiar e a existência da filha fizessem o ex-parceiro mudar de comportamento, o que não aconteceu. O aumento da violência do ex-companheiro - passando a atingir também a filha - e o medo constante de ser confrontada por batidas policiais, motivaram a decisão de Ana de fugir sem que ninguém soubesse seu paradeiro:

(...) só que depois que minha filha nasceu...o príncipe virou sapo isso sim (risos) eu vi que eu tava iludida, que ele não prestava, que era só fachada, ele tava metido com bandidagem, começou a ficar sempre estourado, quebrava coisas, vivia fugindo da polícia, foi um tormento (...) um filho muda muito a sua cabeça, a minha mudou e eu acreditava que com ele fosse acontecer a mesma coisa, ele fosse mudar de vida... (...) um dia eu vi que não dava mais...eu não queria ser a mulher de bandido...não queria isso pra minha filha...viver com medo e vergonha do pai que tem e foi daí que eu pensava pra que ficar com aquele traste? Só pra dizer que eu tinha um homem? Só pra minha filha ter um pai? Se ele desse tanta importância pra isso, pra família dele, ele teria mudado, se endireitado, mas não, eu achei que se eu ficasse do lado dele, com a nossa filha, ele ia criar consciência, mas só piorou, foi ficando cada dia pior o gênio dele (...) eu pensei que não ia agüentar quando vi que até a minha filha ia sofrer... (...) com medo eu resolvi fugir e por isso que me mudei pra cá, ninguém além do meu irmão sabe onde eu vim parar...(Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)

“Demonstrar afeto”, “ficar ao lado”, “lembrar que tem um filho” são dizeres que despontam nos discursos femininos e que demonstram as tentativas empreendidas pelas informantes, visando operar mudanças no comportamento do companheiro e, assim, evitar a ruptura do casal. Entendem as mulheres que, como companheiras e mães, podem e devem influenciar as condutas do parceiro, fazendo com que abandonem seus vícios e a marginalidade. Alguns casos de agressões verbais podem ser enquadrados nessa perspectiva. Desmoralizar verbalmente o companheiro surge em alguns relatos como uma estratégia feminina de alertar o parceiro, de chamar sua atenção sobre uma situação que precisa ser e somente pode ser revertida por ele.

Essas tentativas se mostram coerentes com a concepção de gênero na qual as mulheres são consideradas as principais mediadoras das relações e dos afetos familiares. Elas são as responsáveis pela integração familiar (ROMANELLI, 2000). Dessa forma, tensões, críticas, dissensões e descontentamentos podem ser, por muito tempo, resguardados ou expostos de uma forma velada pelas mulheres, com o intuito de contornar possíveis reações violentas do companheiro para manter a família unida (OLIVEIRA e BRITO, 2007; ROMANELLI, 2000).

O desejo de manutenção da unidade familiar, mesmo diante de um relacionamento conjugal insatisfatório e instável, está intimamente relacionado à idéia de que ter o pai e a mãe vivendo juntos seria o melhor contexto para se criar os filhos:

Por causa do seu filho, mesmo quando a relação não é 100% você fica com a mãe do seu filho, pra cuidar junto, que eu era louco pela Denise, e o filho uniu a gente, mas a nossa vida não era boa, tinha muita briga por causa dos outros filhos dela, mas a coisa foi indo pra frente por causa do júnior... que a gente tinha que criar a nosso filho...que filho segura um pouco a relação, mas só até não ter jeito mesmo, que antes eu achava que até segurava mais, hoje em dia acho que ninguém mais quer ficar vivendo no tormento (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados).

*Quando a gente fica junto, filho parece que gruda a gente, eu lembro dele mais carinhoso, nas duas, mas depois você percebe que não é tão unido assim...(...) Eu acho que hoje em dia mais do que antigamente homem é uma coisa que se não é bom, te atrasa a vida, te atrapalha muito, então se ele não faz diferença, não tem porque ficar com ele, não é verdade? Eu sempre trabalhei quando apertava, meu dinheiro pode ser pouco, mas sempre deu pra mim e depois quando precisou, deu pra sustentar as minhas duas filhas. (...) Antes ainda achava que tinha uma coisa de ficar segurando, fazendo de tudo pro homem não ir embora, que eu não nego que faz falta, que ajuda, que traz mais respeito, que por aqui quando tem marido em casa parece que respeitam mais, o certo seria a gente junto, dando apoio, **fazendo o que é certo pra criação dos filhos**, (...) pra mulherada...aquelas que sabe se virar mais, a precisão é menor, as vezes é até melhor ficar sem. Não que ter um homem não seja bom, é bom, muito bom (risos) mas se não for, pra que você vai ficar no sofrimento? Se ele não corresponde em casa, não cumpre com suas obrigações, não te respeita...Não acho que isso seja bom não. **Mas pelos filhos** as vezes a gente até deixa passar...mas não acho bom não..(Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)*

Ao contrastar a situação das mulheres de antigamente com as de hoje, Carolina aponta que a ausência masculina não se resume unicamente à privação de um suporte financeiro para família. Na visão da entrevistada, atualmente as mulheres possuiriam melhores condições de rejeitar uma união que não lhes traga uma condição material, moral e/ou afetiva que considerem como satisfatória. Contudo, avalia que a existência de um marido/pai continua a ser um elemento importante de

representação da família e de proteção no espaço social onde o grupo familiar se situa. Segundo a entrevistada, a presença de um marido na casa garante um certo respeito e, principalmente, o distanciamento dos bandidos e traficantes que controlam o bairro onde mora. Homens representam proteção moral (NOGUEIRA, 2007; NASCIMENTO, 2005; SARTI, 1996; FONSECA, 1987).

Outra entrevistada compartilha da visão de Carolina, argumentando que as mulheres pertencentes às novas gerações teriam maior autonomia para decidir sobre os rumos de seus relacionamentos, decorrente da inserção feminina no mercado de trabalho e de melhor escolaridade (ARAÚJO e SCALON, 2005; BRUSCHINI, 2000; OLIVEIRA, 1996; MIRANDA-RIBEIRO, 1993). No entanto, entende que as mulheres ainda são mais abandonadas do que os homens e as mais prejudicadas com a separação conjugal:

Ficar sem marido não é novidade pra ninguém...toda família tem histórias e histórias de marido que fugiu da raia...se mandou...e a mulher, como sempre, que segura o rojão de cuidar dos filhos sozinha, mas tá muito mudado eu acho, acho que a gente tolera menos os mandos e desmandos de marido...não que não tenha por ai muita mulher sendo abandonada, acho que isso sempre vai ter, mas também tem gente tocando homem pra fora de casa...se não presta, não toma jeito, então toma teu rumo, que mulher que trabalha que tem um pouco mais de conhecimento não quer ficar sustentando malandro...que pra gente primeiro vem os filhos...faz o melhor pra eles por isso que as vezes é difícil...a coisa tem que tá muito ruim e sem esperança pra toma uma atitude (...) pesa porque os filhos nem sempre entendem quando você desfaz do pai deles...(...) de todo jeito fica tudo pra gente cuidar (Diná, 36 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

A saída de casa, geralmente do homem, se transforma na referência principal da ruptura. Porém, nem sempre representa o desfecho do relacionamento. Algumas entrevistadas revelam que a manutenção do contato com o ex-parceiro após a separação representou um transtorno para elas, na medida em que se sentiram mais vigiadas e cobradas a manterem a integridade da família. Os filhos se tornam em um primeiro momento o pretexto para os homens controlarem a vida das mulheres. Na avaliação dessas informantes, os ex-companheiros não queriam perder a autoridade sobre elas e os filhos, mesmo quando já haviam assumido uma nova família:

Ele saiu de casa porque não gostou da chamada que eu dei nele, de cobrar dele uma atitude de homem, de deixar de ser encostado, que ele tava encostado, chega, eu trabalhando pra colocar comida no prato da nossa filha e ele lá, esperando emprego cair do céu, desde quando isso é possível...Chegou no limite, no meu limite, eu tinha que fazer aquilo...(...) eu não queria que ele fosse embora, queria que ele tomasse uma atitude pra gente, pra cuidar da gente (...) ele ia lá em casa pra me ver e era pior, que

ele ficava procurando galho, aqui ó [bota a mão na cabeça], ele procurava galho, só que eu tinha uma filha de 10 anos pra cuidar, trabalhava o dia inteiro, cuidando de coisas que ele deveria ter cuidado e não via isso, ajudar não ajudava, mas vigiar, se dizer ofendido, me acusar, ah isso ele fazia (...) de noite ele vinha de surpresa, a qualquer hora, perguntava pra Bia se nenhum "tio" vinha visitar muito a gente...isso foi se arrastando até ele arranjar outra, quando sumiu de vez, tinha certeza que já tava com outra...mas mesmo assim ele de vez dava às caras só pra se informar... (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Ele rodeava a casa...as vezes bebia e ficava rondando. Ele ia no meu serviço, chegou a ser grosso com um primo meu que veio me visitar e que ele desconhecia, nunca tinha visto, deu até polícia do absurdo que foi, isso me dava medo, que eu não sabia o que ele podia fazer de verdade...uma loucura, atingir minhas filhas, eu tinha medo (...) ele queria voltar mas tinha o filho que a outra tava esperando, era muita humilhação aquilo (...) isso me deixava mais irritada ainda com o comportamento dele...com o que ele tinha feito, que se a gente importava tanto assim pra ele, foi fazer filho com outra, na minha cara! E depois ameaça, quer ter razão, cobrar respeito, então que se desse o respeito...eu dei apoio quando precisou, segurei as pontas quando foi preciso e foi isso que eu ganhei em troca, não podia aceitar ele de volta, mesmo vendo a tristeza das minhas filhas sem o pai em casa (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Esse tipo de perseguição e inconformismo masculino com a separação não aparece tão claramente nos relatos dos homens, exceção feita ao caso de André. O entrevistado menciona sua atitude de “afastar os gaviões” como um meio de garantir a possibilidade de reconciliação com a primeira companheira. Na visão dele, isso demonstrava para as pessoas e para a ex-mulher que ele queria reassumir sua condição de pai e esposo. Em seu relato, André fala que somente teria dado conta da importância de sua ex-mulher e o filho quando eles saíram de casa. Esse sentimento de perda da família foi reforçado com a morte de um sobrinho, fazendo com que se reaproximasse da ex-mulher em busca de uma segunda chance. Contudo, a reconciliação durou pouco tempo e o relacionamento foi encerrado definitivamente pela companheira no momento em que ela se interessou por outro homem:

(...) sei lá, só me dei conta mesmo da coisa, da importância deles quando a Alice e o Júnior foram embora, e daí na mesma época eu perdi um sobrinho, vi a tristeza que ficou a casa, meu irmão, minha cunhada e fiquei pensando se fosse o Júnior, daí que caiu a ficha que eu tinha perdido a minha família, só que eu atinei pra isso muito tarde (...) eu queria eles de volta e a gente até tentou ficar junto de novo, mas ela não queria mais, dizia que eu nunca ia mudar, que queria outra vida pra ela e olha que eu até fui bem chato nisso, vixe, tava lá na porta dela todo dia espantando os gaviões que tentavam pousar por lá (risos) (...) ela achava graça nisso no começo e eu mostrava pra todo mundo que eu não tinha desistido deles, que eu queria minha família de volta, isso eu acho que era importante, eu fazia tudo pra ficar, pra voltar... mas depois como a gente não tinha mais jeito, ela achava que a gente não tinha mais como... (...) o fato é que também ela se interessou por outro cara, que é o cara que ela se casou depois...(...) quando ela terminou de vez, deu um fim em tudo, que viu que eu ia continua insistindo, ela me disse: ‘homem de Deus larga do meu pé porque isso num dá certo mais não’ (risos) no começo achei que era só conversa dela, mas depois ela começou a namorar

mesmo e eu vi que...(...) eu até fiquei em cima por um tempo, mas não teve jeito (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Mesmo acreditando que as relações conjugais não duram para sempre, todos os informantes percebem a separação como uma situação em que todos, de algum modo, saem perdendo. Para as entrevistadas, as conseqüências seriam sentidas mais pelas mulheres. O maior envolvimento feminino com os filhos e a vida familiar vai se tornando mais evidente ao longo do relacionamento e incontestável no período da separação. Algumas percebem que o projeto pensado anteriormente como coletivo, se transforma, ainda durante a união conjugal, em um projeto individual feminino. Associam esse deslocamento à fragilidade do vínculo com os homens e à perpetuidade do vínculo delas com os filhos:

Filho não segura casamento, mas no começo faz a gente sonhar junto...mas isso é por pouco tempo que é a gente, toda a vida só a mãe que na realidade vai até o fim com esse sonho... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

No começo acho que ter filho é importante sim pra firmar as base do casal, pra construir a família, mas com o tempo a mulher assume muito mais, leva mais a sério a responsabilidade de cuidar dos filhos. Que enquanto tá junto ainda dá uma certa atenção, mas quando separa é raro quando o pai liga pra saber como é que tá, se a filhinha que era tão queridinha tá precisando de alguma coisa (...) minha filha só pode contar comigo, com a minha luta, e a família, minha cumadre que me ajudaram muito nos momentos mais penosos...(...) que casar, você separa depois e as vezes vê, não vê mais, então não pode contar com isso, que acaba, diferente de um filho seu que pode ir embora quando cresce, formar sua própria família, mas não deixa de ser sua filha, seu filho...e que você vai se preocupar, querer ajudar por toda a vida (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Eu penso que casamento e filho são coisas que tão juntas, mas também separadas, entende? (...) que o filho vai ser seu pra sempre, homem já não... ele pode ir embora sem nem te dar satisfação ou fazer como eu fiz de mandar embora sem nem um tiquinho de dívida, daí você pode arranja outro pior ou melhor, mas você ainda pode escolher... Agora um filho seu, você não dispensa, não troca, ele vai ser sempre seu filho. Não importa o que faça... (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Nesse sentido, as entrevistadas não esperam que o pai de seus filhos fique por perto por muito tempo. E isso não está relacionado necessariamente a uma distância física, pois em vários casos o pai mora a poucas quadras ou em bairros muito próximos a casa onde elas e os filhos vivem.

A exclusão masculina após a separação do casal é claramente percebida por Eduardo. Para ele, um homem quando sai de casa perde sua autoridade. A separação torna mais difícil cumprir com suas responsabilidades por não participar do cotidiano familiar. Embora pareça queixoso sobre esse tipo de situação, percebe como algo

inevitável, reforçando a visão essencialista da maternidade, segundo a qual os filhos naturalmente estabelecem um vínculo mais forte e duradouro com a mãe do que com o pai:

Eu acho que só dá certo quando tá mulher e filho junto... te chama mais a responsabilidade, você tá vivendo ali junto, vendo as coisas acontecerem, acode e mete a colher quando precisa, fica muito difícil quando a relação não tá boa, não tem mais respeito, não te dá ouvidos, em quem o filho vai confiar? Vai respeita? (...) A mãe tem mais jeito, eles ficam mais com ela, com ela é mais forte, saiu delas né? Não tinha como ser diferente...então eu senti que fiquei de fora, daí que não tinha mais tanta autoridade depois que separou e fui botado de escanteio (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

André percebe de uma outra forma. Mesmo quando há rompimento do laço conjugal e o afastamento dos filhos, esse entrevistado considera que os homens continuam a ser cobrados em suas responsabilidades. Não ter esposa e não morar com os filhos concede aos homens maior liberdade e o direito de desfrutar novamente uma vida de solteiro. Entretanto, isso não significa que o *status* ou a percepção social sobre essa condição seja igual à de um homem que nunca foi unido e não tem filhos:

(...) é um caminho sem volta, não adianta, pode separar, pode sumir, pode nem olhar na cara mais, fazer de conta que não existe, mas homem que algum dia teve mulher e filho, tá marcado pro resto da vida. Ou vai ser decente que cuida dos seus ou vai ser irresponsável, malandro que não assume suas obrigações...(...) quando ela foi embora eu não deixei meu filho na mão como tem um monte aí que faz (...) que tenho responsabilidade... que fica naquela especulação de saber o que você vai fazer...se vai larga mão, cair na ferra, tudo bem que você até tem direito de fazer mais isso que não tem mais mulher, mas ficam te especulando se vai desanda... mas a coisa é que quando tava solto de novo num era a mesma coisa..de antes...vai fingir que num tem filho, que num tem a mãe dele? Eu num consigo. Não sou desse tipo não...(...) então tem que mostra que continua levando a vida a sério. (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)

As narrativas sobre o período em que viveram na condição de separados remetem a dois tipos de circunstâncias que marcam as diferenças das experiências familiares de homens e mulheres. De um lado, mulheres assumem duplas ou triplas jornadas de trabalho, mas contam com diversificados tipos de suporte emocional, estrutural e financeiro da rede de parentesco e de vizinhança. De outro lado, os homens falam sobre a solidão, o abandono e a vida em suspenso de quem fica separado e só.

O quadro 19 resume algumas informações relevantes sobre a separação dos informantes:

Quadro 19 - Características do(a) informante durante separação conjugal												
Ego	Idade atual	Idade ao separar	Intervalo entre 1a. e 2a. União	Tempo entre 1a. E união atual	Sexo do filhos	Idade dos filhos na separação	Com quem foram morar	Pensão	Filhos durante separação	Sexo do filhos	Com quem foram morar	Pensão
André	37	32	2	2	M	12	com mãe	auxílio diversos	não			
Bruno	45	29	1	1	M	4	com mãe	sim	não			
Carlos	47	41	1	1	M	12	com a mãe	auxílios diversos	não			
					M							
Daniel	47	36	1	7	M	5	com a mãe	cesta básica	sim (Morou junto por 3 anos)	M	com mãe	nenhum auxílio
Eduardo	40	28	2	2	M	10	com a mãe	sim	não			
					M	7	com a mãe					
Fábio	32	21	1	1	não			
Gilmar	38	22	1	9	M	4	com a mãe	auxílio diversos	não			
Hélio	38	25	2	2	M	3	com a mãe	sim (meses alternados)	sim (relação casual)	M	com mãe	sim (meses alternados)
Isidoro	41	32	3	3	F	8	com a mãe	sim	não			
					F	5	com a mãe		não			
Júlio	39	34	2	2	M	9	com a mãe	auxílio diversos	sim (relação casual - teste DNA)	M	com mãe	sim
					F	6	com a mãe					
					F	5	com a mãe					
Mulheres												
Ego	Idade atual	Idade ao separar	Intervalo entre 1a. e 2a. União	Tempo entre 1a. E união atual	Sexo do filhos	Idade dos filhos na separação	Com quem foram morar	Pensão	Filhos durante separação	Sexo do filhos	Com quem foram morar	Pensão
Ana	30	24	3	3	F	3	com ego	não				
Bianca	45	28	2	2	F	10	com ego	auxílios diversos				
Carolina	40	32	3	3	F	7	com ego	sim	engravidou, mas abortou			
					F	4						
Diná	36	29	3	3	M	8	com ego	não				
					F	5						
Fernanda	31	19	1	1	M	3	com ego	não				
Íris	33	22	2	2	M	2	com ego	auxílio diversos				

No grupo de entrevistados, observa-se que a maioria ainda era bem jovem quando ocorreu a separação conjugal. Entre os 16 informantes, dez não haviam completado 30 anos de idade. Grande parte das separações envolveu crianças com até 5 anos de idade (11 informantes). Um dado que surpreende foi a rapidez com que aconteceram as novas uniões tanto dos homens quanto das mulheres.

Vivências femininas: trabalho, criação dos filhos e laços familiares

Nas falas femininas a experiência do trabalho remunerado está sempre associada às necessidades da família, seja a de origem ou a de procriação. Trabalhar fora de casa já fazia parte da vida da maioria das mulheres entrevistadas. Apenas duas informantes não tiveram experiência de trabalho remunerado antes do início da primeira união. Apesar de não terem sido incentivadas a entrarem no mercado de trabalho da mesma forma que seus irmãos, essa possibilidade nunca, de fato, foi descartada. Alguns relatos revelam que as experiências partilhadas no grupo familiar, com a instabilidade dos empregos masculinos e dos relacionamentos conjugais, colocavam em evidência a importância da renda das mulheres na vida doméstico-familiar. Além disso, as trocas entre unidades domiciliares se mostravam essenciais para a compatibilização do trabalho remunerado feminino e a criação dos filhos menores (ALMEIDA, 2004; SCOTT, 1990). Partilham a concepção de que enquanto esposa/mãe devem estar prontas para fazer o que for necessário para o gerenciamento dos recursos e/ou para a produção de rendimentos para a família. Na visão de uma entrevistada, há muito tempo que o trabalho remunerado das mães deixou de ser apenas para “tapar pequenos buracos”:

(...) que homem parece que enjoa mais fácil dessa vida e se desgarra sem nem pensar duas vezes (...) que eu pensava nos meus filhos, que dependia de mim, e eu faço de tudo que for preciso... que na minha família, mulher sempre teve que ser assim... que nem o Bombril...mil e uma utilidades (risos) Tem que se virar como pode, com o que tem...que dinheiro sempre foi curto e as vezes quando tinha...que nem ele [ex-companheiro] tinha a maldita da birita que tava sempre comendo uma parte do que era pra ser da família, dos filhos, que é fogo quando você disputa com o bar que eu perdi a conta de quantas vezes eu rodei a baiana com ele por causa disso... (...) ele achava ruim de eu trabalhar, mas eu tinha que pensa nos meus filhos que eu não sabia até quando a situação ia ser daquele jeito e não demorou muito pra ele sumir... (Diná, 36 anos, casal 4, três filhos, dois enteados)

E eu aprendi... de que se eu não quiser ver meus filhos passando fome e frio ou agüentando todo dia um homem com cheiro de pinga, de perfume só porque é pai dos seus filhos, que isso não é vida é tortura, eu tinha raiva.. e parece que as coisas você vê se repetir, que é a mesma coisa, foi a mesma coisa com a minha mãe, com a tia, minha irmã, minha cunhada...eu acho que na minha família deve ser algum tipo de praga que rogaram pra nós...que nenhuma pode contar com homem por muito tempo...que teve o momento de cada uma ter seu socorro, sua urgência com filho ou com casa ou com doença, trabalho (...) eu acho que não tem essa história de que a mãe só trabalha só pra tapar buraco, eu não vejo assim não, que é sacrificante é, que sacrifica principalmente as crianças, mas se não tivesse o meu dinheirinho todo mês, quando ele não trabalhava mais ou quando foi embora, não era um buraco que ia ficar, é um nada por inteiro, é nada...(..) quando eu tava casada com o Benício, depois que ele ficou sem serviço, ele

mudou muito, não ligava pra mais nada e eu tinha que se virar (...) que é bem assim com marido ou sem marido, os filhos continuam lá pra gente cuidar. (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

No entanto, ser a principal ou a única provedora da família desperta sentimentos ambíguos. Em algumas circunstâncias isso foi considerado altamente benéfico, em outras, prejudicial. Por um lado, o trabalho garantiu maior autonomia, proteção financeira e poder para confrontar o companheiro “encostado” e que despendia parte do escasso rendimento familiar com bebidas e mulheres. Por outro, a capacidade feminina de prover pode ter colaborado para o total descomprometimento dos homens com os filhos após a separação do casal (FONSECA, 1987).

Alguns dos casos sugerem uma certa concordância com as discussões de estudos que apontam que, em termos econômicos, a separação tende a ser mais favorável para os homens (OLIVEIRA e BRITO, 2007; GARFINKEL, et al. 1998; SWEENEY, 1995; TEACHMAN, PAASCH, 1993). Com a separação, reduz-se o número de dependentes do rendimento mensal masculino, pois, mesmo com a existência de filhos, geralmente, **quando** disponibilizam recursos para a prole de uniões desfeitas, o montante destes gastos é reduzido, tendendo a representar apenas uma pequena parcela de seus rendimentos.

Com exceção de Ana - que não teve mais nenhum contato com o pai de sua filha - entre as demais entrevistadas, Carolina foi a única a receber uma ajuda financeira sistemática do ex-companheiro após a separação. Mesmo assim, isso ocorreu somente por um ano. Fernanda e Íris também chegaram a receber alguma colaboração do ex-companheiro, mas de forma muito irregular, tanto em relação à quantia recebida quanto à sua periodicidade. De um modo geral, as entrevistadas consideram que os homens tenderiam a se sentir mais obrigados a sustentar os filhos que moram com ele sendo, de fato, a falta de condições financeiras o principal motivo para não se responsabilizarem por aqueles que moram apenas com a mãe. Porém, outras razões podem estar associadas. Uma das informantes acredita que homens que são dispensados pelas mulheres, como foi o caso dela, seriam aqueles que menos se disporiam a oferecer qualquer tipo de ajuda para a mãe de seus filhos. Um ponto de vista que parece ser compartilhado por mais duas entrevistadas:

Pai tinha que ajudar sempre...e não só quando pede, quando acontece alguma coisa...eu acho que isso era o certo...(...) mas a gente tem que ser realista com as coisas, se já não ajudava quando tava junto, não se esforçava pra isso, porque vai achar que vai fazer quando não tá mais junto? Eu acho que quando um homem tem condições ele até dá de bom grado, sem reclamar, mas se ele não tem nem pra ele, como vai poder dá pra um filho que ele não vê, que ele não conversa...eu via isso...eu vivi isso com o Dorival...que ele adorava, adora as crianças, mas não podia...(...) mas também tem outra coisa, que ele não aceitou muito as desfeitas que eu fiz pra ele...e homem não engole desaforo de mulher...isso é lógico, desde que o mundo é mundo, homem não quer ficar por baixo, sofrer humilhação de mulher...e daí é que não ajuda mesmo, não move um dedo se quer mesmo que seja pelas crianças que ele fala que gosta...que é pai, eu acho que isso tava um pouco nas atitudes dele...(...) ele sumiu por um tempo, depois voltava, levava os filhos pra dar uma volta, queria matar saudade...mas nunca falava ou perguntava se eu tava precisando de alguma coisa, que os filhos tavam precisando de algo, nunca, nenhuma vez (...) nos aniversário, no natal, no dia das crianças ele aparecia trazendo alguma coisa pra eles ou levava pra tomar sorvete, ir no Taquaral...fora isso ele não dizia nada e eu também fazia de tudo pra não ter que pedi nada dele...(Diná, 36 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Estar em uma nova união também seria um motivo para os homens não contribuírem financeiramente para a criação de filhos tidos em relacionamentos anteriores (BLOOM, CONRAD e MILLER, 1998; BRAY e BERGER, 1993). Isso é o que Carolina imagina que tenha acontecido quando o pai de suas filhas cessou com os depósitos mensais que fazia desde a separação. Nesses casos, os homens procurariam evitar possíveis desavenças com a atual companheira, pelo fato de estarem “tirando da casa de uma pra dar pra casa da outra”:

Durante um ano, todo santo mês, o Cleiton depositava uns 200 reais, 250, todo mês...nisso ele foi assim...bem correto, não falhava...no começo ele até vinha ver as meninas com mais frequência, mas era mais pra me vigiar...(...) ele foi vindo menos e menos ainda depois que nasceu o outro filho dele...(...) um dia ele telefonou que precisava acertar umas coisas comigo e disse que ele não tinha mais condições de ajudar, que ficava apertado pra ele, mas que ele não podia todo mês e quando desse ele mandava um pouco pra mim...eu conhecia ele, sabia que tinha outra coisa por trás disso, né? Falei que ele era o pai, que sabia muito bem das obrigações dele..então ficou assim...ele parou de depositar...isso me fez falta no fim do mês, que eu contava com aquele dinheirinho, daí toca de novo, apertar daqui, aperta dali e toca em frente...mas eu fiquei sismada com aquela coisa dele, porque ele tava bem no trabalho, era um serviço, uma empresa boa...(...) daí que eu logo pensei que era por causa da outra mulher...com certeza ela tava criando problema com isso, que a gente sabe muito bem que se tem filho com outra acaba tirando de uma casa pra dar pra casa da outra...e isso também não deixa o homem se desligar totalmente da outra família, isso dá muito problema, que não consegue separar que é uma coisa só com os filhos, pensa que é com a mulher também...eu sempre procerei separar bem as coisas, por isso que nem deixava, como ele queria, trazer o dinheiro aqui, não, deposita que é mais fácil e não fica arranjando desculpa...se quer ver as meninas vem, não precisa nem falar comigo...(Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Para Íris e Fernanda nem sempre há clareza de que a ajuda financeira masculina refere-se unicamente à responsabilidade do homem enquanto pai. A partir de suas experiências, essas informantes partilham da percepção de que os homens não

conseguem fazer essa distinção, sentindo-se no direito de controlar a vida da ex-mulher que, por sua vez, pode se sentir obrigada a atender as exigências feitas pelo pai dos filhos:

Antes de eu morar com o Isidoro, o Iran me ajudou algumas vezes, mas era uma coisa assim muito...não tinha uma coisa certinha, que fosse todo mês, não, ele dava quando podia, quanto tinha, quando queria, era bem assim...só que toda vez que ele fazia isso parecia que ele tava me comprando, não era com objetivo de ajudar a cuidar do Júnior, era pra tirar satisfação da minha vida...e isso atrapalha a cabeça da gente, eu ficava puta da vida com isso, só que as vezes eu pensava que não era nada de mais, que ele era o pai do meu filho, tá ajudando, fazendo a obrigação dele.deixava passa os desaforo dele....então eu caia nessa burrada de...aí não tinha mais sossego, que ele vinha, se instalava de novo pra gente brigar e pra depois ele sumir de novo...daí passa um tempo voltava, “tô aí, trouxe isso pra dá uma ajuda”....e vinha com a ladainha tudo de novo...(...) por isso que as vezes é melhor, se precisar, contar com ajuda ou pedi ajuda de alguém da família, que depois é menos chateação que isso ... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

O tom amargo e descrente de Fernanda sobre esse assunto é marcante. Em sua narrativa demonstra claramente o conflito de interesses e poderes que surgem quando ex-parceiros negociam suas responsabilidades para com a prole em comum. O que à primeira vista pode ser entendido como uma vantagem, pode se transformar em um grande estorvo. Esse seria o caso da pensão alimentícia judicial. Para ela, as implicações desse tipo de acordo podem não ser apropriados para todos os casos de separação conjugal:

Por acaso você já viu homem dar dinheiro sem pedir nada em troca? Se conhece me apresenta (risos) que o Flávio não dava ponto sem nó...eu sempre me arrependi das vezes que eu tive que pedir dinheiro pra ele por causa do nosso filho, que depois vinha a cobrança e me chamava de tudo, de ingrata que eu não reconhecia o quanto ele me ajudava, mas só fiz isso mesmo porque não tinha da onde tirar socorro (...) o problema é que ele acha que se ele paga isso ou aquilo pro filho, por tabela eu também ganho e daí como ele fica nessa história? Sem nada? E como ele, tem um monte de cara por aí que só faz alguma coisa pelos filhos se a mulher também oferecer algo em troca...(...) tem gente que usa filho com a maior cara lavada do mundo...mulher também pode fazer isso, a gente sabe...que um filho mexe muito com a gente...apega...mas eu acho que uma mãe pensa mais no bem do filho, no conforto, na saúde da criança e por isso se sujeita a certas coisas... homem não vê do mesmo jeito...(...) filho é uma coisa e marido, namorado é outra, isso não mistura...eu não tenho obrigação e nem de cobrar nada dele como mulher, que ele não tá mais comigo, se tivesse é diferente, mas não tá, mas o nosso filho é diferente, que se eu quisesse eu até podia fazer ele pagar pensão, não é? Porque é lei, é filho tem que pagar, mas com isso, que daí tem a obrigação também de visitar o filho e com certeza eu ia ter que aguentar um homem que eu quero distância, que eu não quero mais nem a sombra dele na minha vida, entende? Se você obrigar, você também vai ser obrigada... por isso que não é todo caso que vale a pena se arriscar, e também mesmo que dizem que vai até preso se não pagar, não é garantia que ele vai pagar mesmo, que se nem bandido grande prendem, você acha que vão prender um que não paga pensão pro filho?...num ia ter cadeia pra colocar todos eles... (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

As razões apresentadas pelas informantes podem ser as mesmas que levam, segundo Furstemberg e Cherlin (1991), uma parcela das mulheres norte-americanas a não exigir que o pai de seus filhos os sustentem após a separação do casal. Assim como Fernanda, alguns pesquisadores também têm questionado os impactos de certas políticas sociais e mecanismos jurídicos utilizados com o objetivo de garantir o sustento financeiro das crianças (FONSECA, 2004 e 2002; BILAC, 1999; GARFINKEL et. al., 1998; FURSTEMBERG e CHERLIN, 1991). Estabelecer ou reforçar o comprometimento financeiro do pai com sua prole constitui o elemento central dos esforços empreendidos para reverter a condição de vulnerabilidade econômica que atinge grande parte das famílias monoparentais femininas. Contudo, essa literatura aponta que muitas dessas medidas ignoram a complexidade envolvida no estabelecimento de relações entre homens e mulheres e entre estes e seus filhos. Há situações em que isso pode acentuar os conflitos parentais (SELTZER, MCLANAHAN e HANSON, 1998) ou ainda gerar maiores frustrações, caso o acordo não atinja o resultado esperado, que nem sempre se restringe a uma questão financeira (FONSECA, 2004).

Em suas narrativas, os homens entrevistados se mostram menos ausentes e mais predispostos no oferecimento de auxílios para os filhos, contrariando, à primeira vista, as falas femininas. Contudo, vários relatos corroboram a visão das mulheres sobre as implicações da manutenção do contato após a separação, particularmente no que diz respeito à vigilância exercida sobre a vida delas e a condicionalidade da ajuda masculina na criação dos filhos.

As situações descritas pelos informantes masculinos revelam a adoção de esquemas alternativos de auxílio para a ex-companheira e os filhos em comum. Aqueles que foram casados formalmente fizeram acordos financeiros bem definidos. Bruno, Isidoro e Eduardo pagavam ou ainda pagam mensalmente a pensão alimentícia no valor que fora estipulado no momento da separação judicial. Todos esses acordos passaram por algum um tipo de renegociação informal, motivado pelo desemprego, por necessidade do homem de cuidados médicos ou pelo segundo casamento desses homens:

Quando a gente se separou a gente entrou num acordo, então eu pago a pensão das meninas, tem uma conta no banco que eu deposito todo mês 35% do que eu

ganho...quando dava, entrava mais dinheiro, eu pagava um pouco mais, mas não é sempre que dá não... (...) mas teve meses que eu não tinha serviço, então eu fazia algum serviço que precisava na casa, concertava alguma coisa ou pedia pra pendurar as conta no açougueiro que eu acertava com ele depois, sempre arranjava um jeitinho, que se eu não fizesse isso também eu ia ouvi, e ela ia brigar o mês inteiro e as meninas também ficavam de birra comigo...então eu preferia fazer alguma coisa do que despertar a onça, né? (risos) (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)

(...) cuidar dos filhos nunca foi um problema pra gente, não teve nenhuma briga por causa disso, inclusive quando eu precisei...que eu tive um problema de saúde que eu precisei pagar uns exames que saíram muito caro e a gente se acertou, ela compreendeu minha situação e depois foi só uns três, quatro meses que eu não dei dinheiro pra eles...mas a gente se acertou numa boa, não teve crise...(Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

Paguei pensão desde que a gente tinha se separado...eu não lembro direito quanto era... teve algumas vezes que ela me pediu por fora, que tinha algum imprevisto no mês...a gente se acertava dentro das condições do momento, que as vezes eu só podia pagar um tanto, daí eu procurava compensar de outras formas...e a gente foi levando a vida assim... (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

Para a maioria dos entrevistados, a prática mais comum era prestar algum tipo de auxílio doméstico: fazer consertos na casa, comprar remédios para as crianças, pagar contas de luz, água ou do supermercado. Importante ressaltar que, diferente do que parecem sugerir algumas falas, grande parte desses acordos não aconteceu imediatamente após a separação e também não se mantiveram por um longo período de tempo. Em geral, esses arranjos duraram cerca de um a um ano meio.

Os discursos revelam homens que se percebem como estando sempre à disposição para ajudar no que fosse preciso, “dentro das possibilidades”. Em alguns casos, há um certo desconforto e uma clara demonstração de rejeição de acordos que envolvam unicamente dinheiro. “Dar dinheiro na mão” parece ser algo que eles evitaram ao máximo. Esse tipo de comportamento parece ir de encontro aos achados de alguns estudos (MARCONDES, 2002; SELTZER, MCLANAHAN e HANSON, 1998; BRAVER et. al., 1993; SHERWOOD, 1992; FURSTENBERG e CHERLIN, 1991; WEISS e WILLIS, 1985) que apontam que a resistência dos pais separados em pagar pelo sustento dos filhos estaria relacionada ao fato de não terem controle sobre como esse recurso será gerenciado pela mãe da criança. Há pais separados que demonstram incertezas sobre se a maior parte do que pagam realmente se destina à prole. Em outras situações, a desconfiança dos pais é alimentada pela discordância em relação ao tipo de criação dada pela mãe.

Na síntese realizada por Seltzer, McLanahan e Hanson (1998), as pesquisas que analisam as consequências das políticas norte-americanas, voltadas para garantir que os homens se responsabilizem pelo provimento financeiro de sua prole, não são conclusivos a respeito dessas medidas fortalecerem ou enfraquecerem o vínculo parental masculino. Em alguns casos, a obrigatoriedade de pagar a pensão favorece a continuidade do contato e do envolvimento com os filhos, em muitos outros, se torna apenas mais um tipo de desconto mensal feito diretamente no contracheque. No estudo empreendido pelos autores, os resultados apontam que pais não residentes que contribuem financeiramente tendem a manter um contato mais freqüente com filhos do que aqueles que não pagam nenhum tipo de auxílio. Contudo, na medida em que a contribuição masculina aumenta, mais freqüente seriam os conflitos com a mãe dos filhos. Na visão dos pesquisadores, essa associação pode ser explicada pelas diferentes expectativas nutridas pelos pais e pelas mães a respeito dos direitos que cada um teria na criação dos filhos. Para os homens parece ser natural que sua influência nas decisões sobre aspectos da vida de seus filhos seja correspondente aos recursos que disponibiliza para esse fim. Por sua vez, as mães aceitariam que os pais não residentes que pagam teriam o direito de dar opiniões a respeito da educação dos filhos, mas sem ter autoridade plena sobre eles .

Alguns estudos sobre o contexto brasileiro apontam que nas camadas médias o sustento financeiro dos filhos aparece como uma responsabilidade ao qual o pai não pode se eximir. Contudo, em muitos casos, a definição da pensão alimentícia envolve um processo de negociação conflituoso, no qual se procura distinguir dentro das despesas familiares quais são os gastos extrinsecamente relacionados aos filhos (MARCONDES, 2002; OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 2000; BILAC, OLIVEIRA, MUSZKAT, 2000). Algumas situações vão além da divisão das despesas tradicionais com a escola, assistência médica e atividades extras-escolares, implicando em cálculos complexos sobre o consumo mensal das crianças com luz, água, telefone e comida (OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 1999). Todo esse esforço visando garantir que os homens estejam, realmente, sustentando **apenas** os seus filhos. A dificuldade em dissociar a figura do filho a da mãe, principalmente quando estes ainda são crianças, é o ponto central dos

conflitos pós-separação. Vários dos informantes parecem não ter conseguido fazer essa dissociação.

Os informantes parecem entender que o provimento financeiro dos filhos que não moram com eles não estabelece uma relação de reciprocidade. Não sentem que há contrapartida para o recurso despendido por eles. E isso tende a pesar ainda mais para os homens que dispõem de rendimentos escassos (MEYER, 1998; SELTZER, MCLANAHAN e HANSON, 1998; FURSTEMBERG E CHERLIN, 1991). O que reforça a total pertinência da colocação de Diná, destacada anteriormente - *“(...) se ele não tem nem pra ele, como vai poder dá pra um filho que ele não vê, que ele não conversa...”*.

No estudo de paternidade com homens de segmentos médios (MARCONDES, 2002), que realizei também com residentes na cidade de Campinas, é possível identificar apenas um caso que se aproxima desse tipo de percepção. Naquele grupo, os homens consideravam que os direitos e obrigações de um pai são preservados independente do tipo de contato que mantenha com os filhos. Desta forma, reforçam a obrigatoriedade do pai como provedor de sua prole, mas também procuram enfatizar a importância da dimensão afetiva na perpetuação do vínculo paterno. A contrapartida percebida por esses homens é social, pois cumpriam seu dever enquanto pai, e emocional, por fortalecer laços de afeto.

As diferenças que marcam as percepções destes dois grupos masculinos – os de camadas médias na pesquisa anterior e os de camadas populares de que trata esta tese - dizem respeito aos repertórios econômicos, sociais e culturais que eles e suas parceiras dispõem para negociar seus pactos conjugais e parentais. No caso dos informantes aqui apresentados, resistir a um acordo meramente financeiro se mostra mais significativo, pois permitiu aos homens entrevistados controlar o destino de seus recursos e preservar sua imagem social ao não se deixar “esfolar” pela ex-mulher em razão do filho em comum.

Desse modo, durante a separação, as atitudes masculinas em relação ao provimento dos filhos se pautaram na satisfação de algumas necessidades domésticas apontadas pela ex-companheira. Ou seja, na grande maioria das vezes eles somente ajudavam quando e para as coisas a que eram solicitados:

*(...) eu continuei pagando algumas contas lá de casa...quando o júnior me pedia as coisas de escola, um presente no aniversário, sapato, o que ele pedia e eu pudesse dar eu dava...(...) não, **nunca paguei assim dinheiro mesmo não**...só se ela pedia pra alguma coisa, surgia uma gravidade, doença, se era pro júnior ela falava comigo (...) a gente fazia assim, se ela tinha precisão de algo da casa, do menino, era só falar comigo que a gente via o que podia fazer... (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)*

O fato de a ex-parceira estar ou não trabalhando à época imprimia algumas diferenças nesse tipo de dinâmica. Na descrição feita por Gilmar, ele demonstra uma atuação mais ativa no início da separação, quando o filho ainda era pequeno e sua ex-companheira ficava em casa cuidando da criança. Nessa época, ele se responsabilizava pelas necessidades básicas da casa – pequenas manutenções e alimentação. Quando a mãe de seu filho começa a trabalhar, há uma mudança no tipo de auxílio prestado por ele. Passa a ser mais relacionado à logística do cotidiano do filho do que de manutenção da casa. E essa dinâmica se altera novamente quando a ex-mulher se une a um novo companheiro:

*A Gisele levou o Júnior para casa da avó dela, eles ficaram lá até ela se arranja com o gaúcho...(...) ficava perto, eu passava por lá toda a semana pra saber como tava meu filho...se precisava de alguma coisa pra eles, o que eu fazia mais era levar uma compra de supermercado...se elas precisavam de alguma coisa pra casa eu via se eu conseguia arranjar...no outro dia eu levava, as vezes pagava uma conta de luz e eu fazia o que dava pra fazer...(...) depois que ela começou a trabalhar, então o júnior ficava com a minha mãe de manhã e depois no meio da tarde ela ia buscar... as vezes ele dormia lá...no tempo da escola, ele saía da escola e já ia direto...e no final da tarde ia pra casa da mãe (...) **dinheiro assim...na mão dela era difícil de eu dar**...de vez em quando eu dava uns 100 reais, mas eu preferia que ela me pedisse as coisa do que dar dinheiro, que não tinha necessidade porque a gente morava perto, a gente se dava bem, não tinha arranca rabo entre a gente, que a gente sempre foi de paz, tinha as nossas diferenças, mas a gente sempre foi de paz e eu tava sempre ali, lá em casa se ela chegasse lá, era só pedi as coisas que o pessoal de casa já providenciava então não tinha porque ficar dando dinheiro (...) quando ela se arrumou com o gaúcho daí não dava muito pra ficar indo lá não pegava bem mesmo eu sendo o pai do júnior, tem que respeita, da mesma forma que quando eu juntei com a Glória, a Gisele também sempre respeitou, manteve a distância, que cada um com seus problemas (risos) (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)*

A existência de um novo companheiro que assuma a condição de chefe da casa promove o distanciamento dos homens. O que nem sempre acontece quando são eles que iniciam novos relacionamentos conjugais, como no caso de Daniel. O entrevistado menciona que essa atitude de se colocar à disposição das necessidades da ex-mulher motivou grande parte dos conflitos com a parceira posterior, inclusive transformando-se na principal razão da sua segunda ruptura conjugal. Segundo ele,

suas atitudes demonstravam para sua segunda companheira que ele ainda permanecia vinculado à ex-mulher, dificultando a construção de uma nova vida familiar:

Dinheiro, dinheiro eu não tinha como dar...mas eu dava a minha cesta básica todo mês pra ela, deixava lá em casa pra ela, aproveitava e via como tavam as coisas, como tava a vida e... que eu não ganhava muito, então esse foi o jeito que eu achei de dar uma assistência pra ela...(...) fiz isso por cinco anos (...) se tinha algum problema, ela sabia que era só me chamar, me procurar e ela me procurava...me pedia ajuda e se eu podia ajudar e tinha como ajudar eu fazia de muito bom grado (...) mesmo que a gente não tava junto, a Denise significava muito pra mim, é a mãe do meu primeiro, e isso não é coisa à toa, então o que tivesse ao meu alcance ajudar eu não me negava não...(...) a minha outra mulher, que eu juntei depois dela, não suportava muito isso não, então as vezes a coisa esquentava por causa disso que ela reclamava que eu tava mais interessado na vida da outra e do filho da outra que dela e do nosso menino...ela dizia que eu tava enfeitiçado (risos) (...) teve vezes que ela (primeira companheira) tinha problema com o encanamento da casa, um dia teve um ladrãozinho que pulou o muro, então ajudei a subi mais o muro, bota uns cacos pra ninguém mais subi, essas coisinhas assim de segurança pra casa né? (...) pra filho meu e mulher sempre amada eu não consigo dizer não.. quando ela pedia era quase que uma ordem... (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

A mulheres entrevistadas apontam que os ex-companheiros começam a se distanciar depois do primeiro ano de separação. Na maioria dos casos, este foi considerado o período mais difícil. Na superação dos conflitos e das dificuldades desse período, dois aspectos se destacam: o trabalho fora de casa e o estreitamento dos laços de amizade.

Com a ruptura conjugal, algumas entrevistadas avaliam que o trabalho se transformou em algo mais do que uma fonte de renda. Quando estavam unidas, a sociabilidade delas se restringia aos espaços compartilhados com os familiares, os vizinhos e os “irmãos/irmãs de fé”. Durante a separação, puderam estreitar laços de amizade e convivência também com colegas de trabalho. Algo que não se permitiam fazer quando estavam unidas, pois não queriam despertar os ciúmes dos ex-companheiros. Esse convívio com os colegas de trabalho também possibilitou o estabelecimento de novos relacionamentos amorosos:

O serviço pra mim sempre foi um lugar que eu chegava, rezava pra hora passar, saia correndo pra chegar logo em casa.. e ele [ex-companheiro] achava ruim quando eu chegava mais tarde, implicava dizendo que eu ficava papeando com as meninas de lá...então eu conhecia pouco as pessoas, e olha que é um entra e sai de gente o dia inteiro... que a gente fica na recepção vê todo mundo, sabe de tudo... mas não tinha interesse, que eu tinha tanta coisa pra cuidar quando chegava em casa que também nem que eu quisesse, mas eu comecei a conversar mais depois que...quando eu tava sozinha, que foi muito bom pra mim, porque eu fiz amizades, me distraia bastante, que não ficava pensando “ai meu Deus se ele aparece aqui, me vê de conversa com sicrano, com beltrana, vou ouvi um monte”... não tinha mais disso e eu acho que comecei a viver

mais, prestar mais atenção em outras coisas.. outros par de calças (risos) (...) peguei mais gosto de ir trabalhar, num fica aquela coisa de só obrigação...(Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

(...) eu sempre tive que trabalhar, nunca parei, nem quando minhas filhas nasceram, só no tempo da licença-maternidade... (...) separei eu comecei a olhar pro lados (risos) me aproximar das pessoas no trabalho, quando o Cleiton parou de me perseguir daí que eu comecei...que eu voltei a pensar em namorar.. que tive uns dois namorados antes de ficar com o Carlos...o pessoal que trabalha no shopping é animado, tem uns que tá sempre brincando, puxando conversa e você vai se interessando (...) uma vez no mês a Ditinha [uma vizinha] me fazia o favor de olhar as meninas pra poder sair pra dançar, pra beber uma cerveja com esse pessoal, mas nunca passei a noite toda fora de casa, as meninas ainda eram pequenas e a língua do povo é grande (risos) (...) essa época foi difícil pra mim tava muito magoada e ir trabalhar me ajudava bastante que eu esquecia um pouco... (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)

No caso de Ana, o emprego que arranjou quando estava separada - o primeiro de sua vida - teve um significado muito particular. Após sua chegada à Campinas, apenas com sua filha de dois anos e algumas roupas, sentiu a necessidade de arrumar um trabalho não apenas para o seu sustento e o de sua filha, mas para retribuir o irmão e a cunhada pelo abrigo e o apoio que lhe deram para fugir do ex-companheiro. O trabalho não lhe trouxe apenas o sustento, mas lhe permitiu reorganizar sua vida, recuperando sua auto-estima:

Não tinha escolha...foi a necessidade de viver que fez eu fazer tudo isso...que eu cheguei na casa do meu irmão com duas bolsas, as minhas coisas e com as dela [a filha mais velha]...não tinha mais nada (...) não sei se eu ia fazer o que eu fiz se não fosse pelo meu irmão...ele me deu abrigo, me apoiou, foi muito importante isso pra mim e pra minha filha (...) foi minha cunhada que me disse que o supermercado tava contratando gente e eu fui lá e me chamaram...eu acho que ...eu tenho...eu dou graças que foi o que me salvou, que me deu alguma esperança...nasci de novo...que eu podia tá com a minha filha, em paz, ajudar meu irmão e minha cunhada que me acolheram num momento doloroso, isso tudo fez nascer de novo...que eu tinha medo de perder a minha filha, mas no final...eu tava sendo alguém, tava sendo útil e me dava muita satisfação ter um dinheiro conseguido por mim mesma...foi difícil porque tinha que ficar a maior parte do dia longe da minha filha mas o serviço me fez muito bem, foi o que me deu força aqui [aponta pra cabeça]...(...) eu fiz amizades, que eu não conhecia ninguém na cidade além da minha família e também foi onde eu conheci o meu neguinho[atual companheiro]...foi meu primeiro trabalho na vida e foi minha salvação... (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)

Em seu estudo com famílias moradoras de uma favela portoalegrense, Fonseca (1987) chama atenção para a importância da solidariedade entre consangüíneos diante da precariedade das uniões conjugais no grupo analisado. O papel de protetor desempenhado pelo irmão auxilia no enfrentamento de situações de violência conjugal e de insuficiência do provimento masculino. Em retribuição, as mulheres prestam cuidados e fazem demonstrações de afeto que nem sempre são

oferecidos pelas esposas deles. No caso da informante Ana, seu irmão se transformou em seu único aliado para abandonar o marido violento e reconstruir sua vida a quilômetros de distância dele, afastando, inclusive, o risco de perder sua filha. Mas, diferente do que observou Fonseca (1987), sua cunhada está longe de ser uma rival, havendo entre as duas uma relação de cooperação e identificação por serem ambas mães que fazem de tudo pelos filhos:

...a gente se parece até meio no jeito de ser...eu achava que ela ia ter ciúme de mim, que antes de vir pra cá ela num me conhecia...mas foi tudo diferente...que eu acho que ela viu, sentiu como mãe o meu sofrimento de mãe também...e eu acho que é por isso que a gente sempre viveu em paz...ela olhando por mim e eu olhando por ela... (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)

Há uma vasta literatura sobre família que discorre sobre as conseqüências da separação conjugal para a vida de homens e mulheres (OLIVEIRA e BRITO, 2007; CABELLA, 2006; GARCIA e ROJA, 2002; QUILODRÁN, 2000; OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 1999; BERQUÓ, 1998; STACEY, 1998; OLIVEIRA, 1996; VILLENEUVE-GOKALP, 1994; GREENE, 1994; FONSECA, 1987, entre outros...). Nesse balanço de perdas e ganhos, um dos principais pontos de concordância nessa vasta produção se refere à condição de vulnerabilidade econômica que atinge principalmente as mulheres e seus filhos após uma ruptura conjugal. Essa situação seria consequência da perda do principal provedor do domicílio, e que pode ser ainda mais prejudicial em famílias que já viviam condições econômicas desfavoráveis. Contudo, revisões mais críticas a respeito da associação direta entre ausência de um chefe masculino e a deteriorização das condições de vida familiar (FONSECA, 1987; GUZMÁN, 1998) apontam que o olhar sobre esse tipo de arranjo deve ultrapassar os limites da unidade domiciliar, focalizando a rede de relações estabelecidas por seus membros (WOORTMANN e WOORTMANN, 2002; SCOTT, 1990; FONSECA, 1987).

Os relatos femininos descrevem uma variedade de circunstâncias nos quais se estabelecem trocas entre parentes e vizinhos. A mais comum é a que consideram a mais importante diz respeito aos arranjos e estratégias adotadas para cuidar das crianças enquanto trabalham ou quando precisam se ausentar de casa por alguma razão. Os filhos de Ana, Diná, Fernanda e Iris ficavam sob os cuidados de outras mulheres da família que residiam no mesmo domicílio, geralmente a mãe. Em uma das situações descritas por Diná, a informante menciona que ter uma rede de apoio se

torna essencial em momentos críticos como os que envolvem o cuidado de crianças ou adultos com algum tipo de doença grave:

Pra mim o mais difícil nessa época foi doença...quando o júnior ficou doente, teve dengue, eu me desesperei...(...) Dorival tinha sumido no mundo...ai eu não podia largar o serviço, tive dispensa uns três dias que foi o tempo que ele ficou em observação, depois que ele voltou pra casa, mas eu não podia mais ficar fora, ai era uma loucura a casa da minha mãe que parte do dia vinha alguém pra ficar tomando conta dele, medindo febre, dando remédio, comida...ajudando a minha mãe...até seu Zé...podou as árvores, juntava os ferro velho do quintal, lataria..minha irmã que também mora perto, então ela esperava as crianças chegar do colégio e levava tudo lá pra casa ... e a Dona Lina aproveitava e fazia bolo pra criançada e completava a bagunça... meu outro irmão saía do trabalho, no meio do caminho me pegava e a gente voltava no pulo pra casa...então foi assim por uns 15 dias mais ou menos...se não fosse por eles eu ia perde o serviço...minha mãe não ia dar conta tadinha...(...) com essas coisas que eu vi como era importante ter a família por perto...ter vizinho bom, que também tem os tranqueira né...mas seu Zé e a Dona Lina são gente boa...irmãos de fé...meu filho recuperou muito bem com a graça de Deus... (...) que é difícil que eu de algum jeito dividia isso com o Dorival...mas depois você fica sozinha, mas vê que não tá tão sozinha assim, tinha a minha mãe, meus irmãos... (Diná, 36 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Bianca e Carolina tinham rotinas que intercalavam a ajuda de vizinhas e parentes que moravam próximas da escola das crianças. Uma das reviravoltas que o divórcio promoveu na vida de Bianca foi a aproximação com a sua sogra. De sogra inconveniente quando estava casada passou a ser uma figura importante no cotidiano familiar após a separação:

A vida tem umas coisas que a gente até duvida...que com a minha sogra foi isso...quando eu morava com ela a gente não se bicava muito não...eu ficava louca porque ela ficava em cima de mim controlando o que eu fazia, o jeito que eu fazia...(...) a mãe do Benício foi uma das pessoas que mais me deu razão quando a gente se separou...por incrível que pareça e ela me ajudava que quando a Marli (a vizinha da padaria) não podia ficar com a minha filha à tarde, depois do almoço era minha sogra que me fazia esse favor e ela ia lá em casa, ficava com a menina...e até me dava uma mão, deixava as coisas no jeito pra quando eu chegasse da padaria...eu queimei minha língua da pessoa generosa que ela acabou se transformando na minha vida...(...) eu acho que foi o jeito que ela achou de ficar perto da neta, que foi a primeira netinha, então eu acho que teve um pouco disse, de ser vó, de ser mulher, mãe...que ela também se decepcionou com as atitudes do filho dela por isso que ela ficou do meu lado.... (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

A vizinha de Carolina, que é também a madrinha de sua filha caçula, esteve presente em momentos cruciais da vida da informante. No período em que esteve separada, a entrevistada teve uma fase de vida social intensa, onde ao menos uma vez por semana saía com amigos do local onde trabalha. Nesse sentido, a experiência de Carolina destoa das demais entrevistadas. Em uma dessas saídas, a informante começou a namorar um dos rapazes do grupo. Alguns meses depois descobriu que

estava grávida. Como não tinha interesse em continuar com o relacionamento resolveu abortar. Porém, teve complicações que quase a levaram à morte. Essa experiência e o sermão recebido da amiga lhe chamaram de volta à realidade de sua condição de mãe chefe de família:

A Ditinha é a pessoa que...nossa é como se fosse minha irmã, eu considero minha irmã de coração...(...) ela é madrinha da minha mais nova... (...) tem coisas que ela não passa a mão na minha cabeça não, já me disse poucas e boas quando eu andei por aí esquecendo que eu tinha duas meninas pra cuidar...que eu não podia faltar com elas...que desde que o Cleiton foi embora eu era a cabeça da família (...) eu tive um namorico com um rapaz lá do shopping (...) dei uma bobeira, que eu tinha parado de tomar pílula, não me preveni nem nada e batata..engravidei (...) não tinha como...eu não queria nada com o cara e acho que muito menos ele...não ia colocar qualquer um em casa pra morar com a minhas filhas...(...) eu fiz o teste da farmácia e deu lá...no dia seguinte já liguei pra mulher que me conseguiu o remédio da outra vez...(...) deu tudo errado, que se você pensa no dia da sua vida que deu tudo errado, da hora que acordo da hora que foi dormi, foi assim aquele maldito dia...porque eu passei mal, que da outra vez eu também tive aquelas dores, mas passou depois, e dessa vez não passava e eu comecei a ficar aflita...eu tava sozinha, pensava que ia ter um treco e ninguém ia saber, me socorrer...fui no quintal e comecei a chamar a Ditinha pelo muro...e eu falava 'vem só você, deixa as meninas com o Jonas, mas vem logo' (...) fiquei internada três dias (...) ela esperou eu tá recuperada, as meninas tavam brincando na casa da outra nossa vizinha daqui e daí começou e despejou tudo...tudinho...eu acho que nem minha mãe, meu pai nunca me deram um sermão como foi o dela...mas ela não me abandonou e ainda me botou na linha e disse que nada melhor pra curar desilusão que outra ilusão (risos)...e ela botou o Carlos na minha vida... (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Os relatos femininos e vários dos masculinos mencionam também as estratégias montadas por familiares para apresentar possíveis namorados. Em alguns casos, como o de Carolina, o empurrãozinho deu certo.

Entre as situações consideradas como intromissões e as entendidas como apoios, os relatos mostram que familiares e vizinhos ofereceram suporte emocional, estrutural e financeiro para essas mulheres quando não podiam contar com a reciprocidade e complementariedade de uma parceria conjugal (OLIVEIRA e BRITO, 20007; FONSECA, 1987). Essa solidariedade e o acolhimento familiar que marcaram as experiências femininas, destoam do sentimento de abandono que emerge das narrativas masculinas.

Vivências masculinas: a solidão dos homens sem família

Anteriormente mencionei que os acordos estabelecidos para auxiliar na criação dos filhos depois da separação foram mantidos por muito pouco tempo. Um dos motivos tem a ver com o fato de que esses homens também se mantiveram na condição de separados por um tempo relativamente curto quando comparado às mulheres. Cerca de dois anos, em média, separa o que consideraram como a data final da primeira e o início da segunda união. As informantes femininas recasaram três a quatro anos depois da separação. (Quadro 20)

Com exceção daqueles que moravam com a família de origem – André e Gilmar – os demais mudaram para a casa de algum parente próximo, geralmente a mãe ou a irmã. O caso de Carlos foi singular nesse sentido. A vida conjugal do informante foi abalada pela morte de seu filho caçula, atropelado quando tinha nove anos de idade. Sua ex-mulher entrou em depressão e o relacionamento foi se deteriorando. Diante das recusas e desconsiderações da parceira em relação às suas cobranças e insistências para que ela voltasse a agir como mulher casada – grande parte de sua queixa parece estar relacionada falta de relações sexuais entre o casal - o informante começou a passar mais tempo fora de casa. Brigas e ofensas tornaram-se diárias, até ela pedir para que colocassem um ponto final na história dos dois. No entanto, Carlos não tinha para onde ir. Tanto a casa de seu irmão, quanto a de seu cunhado - os únicos familiares que poderiam lhe conceder abrigo - não tinham espaço para mais um. Dessa forma, o informante continuou morando em sua casa, mas trocou de quarto com seu filho mais velho. Esse arranjo foi desfeito quase um ano depois, quando Carlos foi morar com sua segunda companheira:

Minha tristeza foi por muito tempo, começou lá quando enterrei meu caçula, que ela morreu um pouco com ele, uma parte dela eu enterrei com ele...e isso apagou a gente, mais ela, que nesse tempo todo...que ela sempre teve aquele gênio cascudo, forte, briguento, isso acabou...nunca mais foi assim...os médicos disseram que era depressão, ela tomava remédio, mas ela deixou de ter gosto pela vida, de cuidar da nossa casa, da gente...(...) foi ruim que ela não parecia minha mulher, não deixava eu encostar nela, não podia dar um beijo, coisa que quem é casado não sobrevive não...(...) olha eu sei que pode ser errado, mas eu não queria mais ficar em casa, sem um carinho, só discussão, era melhor, eu ficava melhor com os amigos, jogava um futebol, fazia churrascada, conversava com as pessoas, me alegrava...(...) tinha, tinha sim uns rabo de saia...num tem como fugi disso (...) e a coisa só foi piorando que era xingo, bateção de porta, murro...(...) daí um dia ela chegou e falou que eu tinha que ir embora, que a

gente tinha que acaba com aquilo tudo senão a gente que ia se acaba...(...) o júnior foi dormir com ela lá e eu fiquei no quarto dele...(...) a gente não conversava muito, eu só entrava pra dormir, toma banho e comer...(...) eu conheci a Carolina num desses churrasco, Ditinha me apresentou...(...) uns quatro meses assim depois que a gente firmou o namoro eu fui mora com ela e as meninas. (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados).

Liberdade foi a palavra mais utilizada pelos informantes em suas narrativas sobre os primeiros meses de separação. Não ter horários e comportamentos controlados pela parceira, nem precisar lidar com os problemas diários de manutenção da casa são as principais vantagens destacadas sobre a vida de separado:

Livre que nem passarinho...sem patroa, sem problema de privada, de lâmpada, de conta...dava o dinheirinho na mão da dona da pensão e pronto...(Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

De primeira é susto, te dá susto vê que não tem família, depois é tranqüilo que tinha mais a liberdade pra ir nos lugar sem hora pra voltar...conversar...não tinha ninguém falando que você tava cheirando ruim...só que tem saudade também...que toda vez que eu dava uma passadinha lá me dava mais... (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Por algumas semanas, essa liberdade significou o distanciamento total da antiga vida. Alguns deles somente voltaram a ver os filhos um ou dois meses após terem saído de casa. Visitar ou passar o dia com as crianças não figura nos relatos como algo que tenha sido problemático para eles e suas parceiras. De fato, somente Eduardo, Bruno e Isidoro descrevem uma rotina pré-definida de visitação dos filhos. E creio que seja pelo fato de serem os únicos que tiveram que formalizar judicialmente seus acordos de separação:

Saí de casa que eu já tava com a vida virada...e por algum tempo foi...sem prumo...passou uns três meses assim eu fui lá e acertei várias coisas direito com a Belinha e com meu filho também...as coisas foram se ajeitando... eu via meu filho todo o domingo. Isso ficou sagrado. Ligava na quarta e ficava com ele no domingo (...) apesar de tudo que aconteceu, eu sempre me dei bem com meu filho, a gente sempre se entendeu (...) depois que a Belinha morreu ele ficou com a gente (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

No início os garotos ficavam comigo um domingo sim, outro não, depois ela começou a ter plantão às quarta, então daí a gente concordou deles dormirem lá comigo nesse dias...(...) a gente saia pra pescar nos domingos..nunca teve problema com isso...a gente morava perto... (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

No começo via as minhas filhas toda a semana, no domingo...depois que eu casei, elas ficam com a gente uma vez do mês, elas dormem lá com a gente...(Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)

Gilmar, conforme referido em outro momento desse capítulo, e André foram os únicos que mantiveram, e ainda mantêm, um contato diário com os seus filhos:

(...) o Júnior tava com uns 4 ou 5 anos, mais ou menos, mas ela foi morar na casa de uma tia dela que fica perto de casa, então a gente tava sempre se vendo, ela trazia pra brincar com meus sobrinhos, pra ficar com a avó dela (...) acho que foi tranquilo com o Júnior, porque como a gente sempre morou no mesmo bairro, assim no máximo assim, o mais longe foi três quarteirões, então ele tava sempre comigo, com a minha família, a gente sempre se via todo dia (...) então não teve, assim, separação dele (...) ele mora com a gente desde que a mãe dele mudou com o padrasto... (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)

No restante dos relatos masculinos, mesmo não havendo impedimentos para ver ou passear com os filhos, as falas sugerem que as visitas não eram muito frequentes. E, com o recasamento dos homens, esses encontros tornaram-se ainda mais raros. Essa questão demarca outra diferença com o grupo de homens de camadas médias investigado na pesquisa de mestrado. Naquele grupo, a consequência que a não convivência cotidiana teria para o relacionamento paterno surge como uma preocupação comum entre os informantes, motivando mudanças de comportamento e adoção de estratégias que permitissem a manutenção de um contato mais prazeroso e próximo dos filhos após a separação (MARCONDES, 2002).

Com o passar do tempo, a sensação de alívio que teriam experimentado no início do rompimento deu lugar a uma percepção de tipo negativo sobre o que significa socialmente ser um homem separado. A primeira união de Daniel terminou em função de seus constantes desentendimentos com os enteados. Ao sair daquela vida “cheia de complicações” ele se sentiu mais aliviado e até cogitou nunca mais voltar a se casar. Mas, no dia do reencontro com o filho, percebeu que nada mais seria igual e que aquele homem que gostava da farra já não mais existia:

...assim no começo, começo você perde um pouco o rumo, parece que não sabe direito pra onde vai, mas depois é liberdade...eu senti liberdade que nem era antes, de poder chegar em casa sem ninguém buzina isso, isso e aquilo...todo mundo com a sua vida, cuida disso daquilo, mas não é você o alvo de todo dia...(...) ela escolheu os filhos dela, num condeno, é mãe, agiu como mãe...e sair de toda aquela vida complicada me deu alívio, eu queria voltar pra minha antiga vida...que eu gostava muito...(...) isso é no começo, depois sente falta da família, do meu filho...(...) quando eu voltei lá depois que eu fui levar a cesta básica pra ela, na primeira vez, aí eu peguei o Júnior, brinquei com ele...me deu um amargor na boca... que eu queria tá ali...não ia ser a mesma coisa sem eles...tava sozinho...que mesmo com toda aquelas brigaiadas que tinha, era minha família...e naquela hora eu não tinha mais ninguém... (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

Para os entrevistados, a separação significou perda de espaço e de identidade. Em seu relato, Eduardo iguala a condição do homem separado a de um agregado da família, que se junta ao grupo familiar somente porque há um espaço disponível na casa. Trata-se de uma figura que não possui prestígio dentro da família:

*Foi uma fase bem difícil, pra homem que... eu que tava acostumado a ter uma casa, uma mulher...que eu era um cara que não tinha mais um lugar meu..eu não tinha mais a minha casa, não tinha mais a minha TV, nem mais o meu prato velho e lascado...(...) eu tinha o meu canto separado...mas eu achava que eu era o depositado..sabe aquelas coisas que você não tem como desfazer e deixa no fundo do quintal? Eu via que eu era o agregado da família, aquele sujeito que tá lá na casa, partilha da família, mas tá lá porque tinha um cantinho que dava pra encaixar ele também, sabe?(...) **eu sentia a perda**, perda dela, das crianças, de ser o pai, o marido... (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)*

Esse desprestígio do homem separado também é percebido por outros três entrevistados, avaliando um deles ter recuperado seu *status* na família somente quando casou pela segunda vez:

(...) eu senti que ficar sem família era mais duro ainda porque fica sem respeito, então tem que mostra que continua levando a vida a sério e refaz tudo de novo, aí sim que volta a ter mais consideração por você (...) (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos e um enteado)

Veja você...eu voltei pra casa da minha mãe..lá eu tava morando com meu irmão, minha cunhada, o enteado dele, minhas sobrinhas e eu..mas eu ficava esquecido..tinha churrascada, avisavam a Juliana pra trazer as crianças, mas eu mesmo só ficava sabendo quando eu chegava e tava todo mundo aqui...(...) que a família era ela e as crianças, eu tava desgrudado... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

*Eu tava na pensão de bobeira, sem fazer nada e resolvi dar uma passadinha ~~nos~~ para ver o Júnior...Cheguei lá e não tavam então fui nos meus tios, quando cheguei lá tava uma festa, churrasco, pagode e a Hilda tava lá com nosso menino, meu tio chegou e perguntou porque eu tinha demorado tanto, só que eu nem tinha sido avisado...ninguém me avisou...esqueceram e isso não aconteceu só uma, duas vezes...eu acabava sendo **esquecido** porque eu tava lá na pensão largado..longe da família.... (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)*

No caso de Bruno, a sensação de isolamento familiar parece ter sido mais motivada por seus sentimentos de culpa e vergonha do que por alguma atitude direta dos familiares. De qualquer maneira, somente se sentiu à vontade para retomar a convivência com outros membros da família quando estava casado novamente:

(...) nessa época eu fiquei muito distante da família mesmo, eu sei lá, tinha um pouco de vergonha das coisas que eu fiz por aí...(...) só depois quando eu casei com a Bianca é que eu voltei a ficar mais perto da família, de jantar, ir nas festas mais...teve mais presença com a família depois disso...(...) (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

De maneira geral, esses homens entendem que ser um homem separado é como estar vivendo em uma espécie de limbo. Estão solteiros, mas não podem e nem desejam viver como aqueles que são “irresponsáveis” ou “soltos”. Mas, ao mesmo tempo, não recebem mais o mesmo tipo de reconhecimento a que fazem jus os casados com filhos:

... Então lá a gente bate uma bolinha dos casado, barrigudo, contra o time dos solteiros ou dos que ficaram solteiro. E aí que a gente fica sabendo das novidades, porque toda semana tem alguém que muda de lado, eu mudei duas vezes. E posso te garantir que quem nunca saiu do time dos soltos, não quer nem saber de passar pro time do lado de cá, mas depois que passa... Porque quando você volta para liberdade, você olha, se olha, e vê que você não se parece mais com os daqui, mas com os barrigudos de lá, você não serve mais pra ficar com os solteiros, você não é o mesmo que eles, mas também não é o mesmo que os outros, eu tava sempre pensando, eu quero voltar pro outro lado, voltei e daqui não quero sair tão cedo (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Permanecer na condição de separado, desfrutando dessa liberdade, de relacionamentos sem compromissos, circulando pelos bares é assumir um tipo de masculinidade marginal. Todos os símbolos de uma masculinidade ativa, viril, estão presentes. Mas não atingem o mesmo reconhecimento social de um homem de família. Desse modo, ter uma nova companheira era algo desejado.

Importante destacar que, tanto nos relatos masculinos quanto femininos, não há menções enfáticas sobre a existência dos filhos como um limitador para o estabelecimento de namoros ou novos relacionamentos conjugais. No caso dos homens, isso está claramente relacionado ao fato de não viverem com eles. Quanto às mulheres, é possível que tenham sido favorecidas, de certa forma, pela pouca idade dos filhos – todos era menores de 10 anos - e pelas circunstâncias “seguras” em que conheciam pretendentes – na maioria das vezes homens apresentados por familiares ou amigos próximos. Os conflitos envolvendo novos parceiros, mencionados pelas mulheres e por alguns homens, aparecem de forma mais contundente quando os filhos ou enteados atingem a adolescência.

Na retomada da vida social como homens separados, vários dos informantes começaram a freqüentar mais assiduamente os churrascos na casa de amigos do futebol, festas de aniversário, passavam mais tempo no bar. Nessas ocasiões, aproveitavam para conhecer mulheres com quem tinham relacionamentos casuais – os “namoricos”.

Eu não morei com ela não...a gente teve um caso que durou mais uns meses (...) depois eu tive uns outros namorico...que eu viajava muito nessa época...ficava nas festa de bar, churrasco de conhecido da empresa e a gente sempre acaba conhecendo uma aqui, outra ali, mas nenhuma era coisa séria (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

Houve três situações de “namorico” nas quais a parceira engravidou. Uma delas, já mencionada no capítulo anterior, ocorreu com o entrevistado Júlio. Segundo

seu relato, tratava-se de uma relação casual. Não chegava a ser um namoro, pois teriam ficado juntos por apenas dois ou três finais de semana. Depois disso, nunca mais se encontraram. Quatro meses depois, através de um colega do trabalho, foi procurado por essa mulher para lhe informar sobre a gravidez. Diante da sua relutância em aceitar ser o pai da criança, a mãe entrou com um pedido de reconhecimento de paternidade na justiça após o nascimento. Cerca de dois anos depois, o resultado do teste confirmou a paternidade do informante. Como tratado no capítulo anterior, Júlio não consegue estabelecer nenhum tipo de vínculo com o menino. Segundo ele, trata-se de uma criança que tem seu nome e parte do seu dinheiro e mais nada:

Esse foi o meu mau passo, foi a maior besteirada que eu fiz..que eu já tava sozinho, sem a Juliana e arrastei asa pra uma mulher que foi o pior negócio que eu já fiz na minha vida...(..) ela veio me dizer que tava grávida, eu jurava de pé junto que não era meu...neguei, neguei até o fim...(..) um dia ela veio que a criança já tinha nascido, veio me mostrar...minha tia que tava comigo lá em casa...bateu o olho e me disse 'filho, num nega que esse é da família sim, tem o formato do nariz, da orelha igualzinho, é legítimo' e mulher tem tino bom pra isso, mas eu não queria acreditar...(..) ela entrou na justiça pra fazer o teste de DNA e foi uma demora isso, o menino já tinha feito dois anos, já tava com dois anos quando saiu o resultado, minha tia, que Deus a tenha, partiu antes que eu pudesse dizer pra ela que ela tava certa, que era mesmo. (...) a mãe dele é uma interessera das grandes, ela só pensa no dinheiro...que eu te digo este menino tem meu nome e parte do meu dinheiro, só, mais nada, só isso que ele tem (...) que eu deposito todo mês 190 reais e aí se eu atrasar, ela me come o fígado (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

Hélio também estabeleceu unicamente um vínculo de sustento financeiro com o filho nascido de uma relação casual com uma antiga namorada. Em seu relato, o informante menciona que chegou a cogitar com a garota a possibilidade de abortar, pois não queria assumir um relacionamento com ela. O aborto foi descartado e ela teve a criança:

Eu sou um cara até meio sossegado, eu acho que eu não sou, nunca fui muito de fica na galinhagem...eu gosto de namora, que daí você conhece a pessoa, que ficar com qualquer uma por aí, sei lá de onde veio, com quem foi...e depois da Hilda eu tive duas mulheres (...) não não juntei com nenhuma delas, só com a Helena depois, que foi a terceira..depois da mãe do meu outro filho,...(..) é...ela eu já conhecia, que quando eu vim pra cá...ela foi a primeira namorada daqui..foi antes de eu conhece a Hilda...a gente se cruzou aí no bairro, ela tinha terminado, eu também e a gente ficou junto, daí ela engravidou e teve o filho (...) não a gente não junto não, que eu não tinha condições...mas ela não quis tirar também...(..) eu registrei o menino (...) eu ajudei ela assim mais ou menos um ano, um ano e meio (...) o mês que eu mandava pro júnior, deixava de mandar pro outro que se eu mandasse pro dois ao mesmo tempo eu ia passar o mês na míngua... (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

No caso de Daniel, a gravidez da namorada resultou em sua segunda união conjugal.

Eu conheci na casa da minha irmã, que eu morava com ela depois que eu separei da Denise...(...) a gente começa a ter um namorico e ela logo engravidou (...) acho que foi não lembro uns cinco meses, quatro...que ela engravidou depois (...) eu juntei antes do menino nascer...(...) terminou porque ela tinha muito ciúme da Denise e do Júnior ... (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

Além desse entrevistado, Gilmar também se uniu e se separou pela segunda vez. Mas não chegou a ter um filho nesse relacionamento. O ciúme exagerado da parceira foi destacado pelo informante como o motivo do rompimento do casal:

Depois que a Gisele foi embora eu também comecei a dá a minhas voltinhas por ai...tive uns casos passageiros, coisa à toa...(...) foi na festa de peão que eu conheci a Daniela...(...) eu pegava a estrada, pegava o carro do meu vizinho emprestado e ia pra casa dela todo final de semana até que eu me arranjei por lá pra gente fica junto...(...) a gente não teve filho não, ela até teve uma suspeita, mas foi alarme falso, mas que também não durou muito, depois de um ano, um ano e pouco eu fui embora...(...) ciúme, foi por ciúme, que ela tinha ciúme até do cachorro...(...) eu no começo achava que até que ia pra frente, gostava de morar lá em Ribeirão, mas ela ficava em cima, cheirava as minhas camisa, era um terror, me mandei mesmo... (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Os relatos sugerem que o ideal desse grupo de homens é permanecer integrado a uma família. Dessa maneira, foram comuns falas que expressam o desejo dos informantes de se manterem na condição de homens casados. Não importa se é a segunda, a terceira, a quarta....tentativa. Um dia dá certo...

Ter família é bom, ruim é ficar esquecido.... (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Eu acho importante ter a família da gente...e depois que fica velho não quer viver na solidão...quer ter uma mulher...nem que já seja a sua quinta mulher...mas ninguém quer ficar sozinho... (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)

Se for preciso eu caso de novo...mas quero ficar mesmo com a Íris...mas se não der eu arrumo outra que não quero ficar vagando sem rumo não.... (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)

No grupo de informantes, os homens revelaram claramente uma predisposição maior para a reconstituição familiar do que as mulheres. Em grande parte, os homens percebem que estar separado significa perder as regalias que a condição de unido lhes concedia. Reconhecimento social, autoridade moral, cuidados de cama e mesa e trocas afetivas são aspectos que estão intrinsecamente relacionados à condição de chefe de família. No caso das mulheres, reconstituir a família poderia garantir melhor condição financeira, caso o homem escolhido consiga permanecer empregado, e

maior proteção. Entendem, também, que seria importante para estabelecer laços de afeto e de cumplicidade, tanto para elas quanto para seus filhos.

(...) eu queria sim encontrar alguém de novo, um homem bom, carinhoso, cheio das graças, que é bom quando se tem um que é bem humorado, que tem uns que se encontra por aí que tá sempre carrancudo, de cara fechada... não te dá um carinho, não te faz um mimo... (...) eu só ia aceitar se eu achasse que ia pelo menos trata com respeito minhas filhas (...) quando a Ditinha me falou do Carlos eu no começo achei muito estranho a vida dele...achava que era mais uma barca furada, mas eu vi que tava precipitada e que mesmo com toda a complicação da vida dele, valia a pena arrisca... (Diná, 35 anos, casal 4, três filhos, dois enteados)

Na literatura sobre o tema, uma das principais motivações femininas para a reconstituição familiar seria a melhoria das condições econômicas de sua família. Contudo, vários estudos apontam que a formação de novas uniões, principalmente quando envolvem filhos de uniões anteriores, tenderiam a ser mais instáveis e conflituosas do que as primeiras uniões (SWEENEY, 1995; BRAY e BERGER, 1993; FURSTEMBERG e CHERLIN, 1991). Como poderá ser visto ao longo do próximo capítulo. No entanto, trata-se de um risco que os entrevistados estavam decididos a “pagar pra ver”.

No caso das mulheres, as informantes assumem uma postura muito mais apreensiva e cautelosa quanto ao que estão dispostas a fazer para manter o novo relacionamento conjugal. Muito embora os relatos femininos não sejam tão claros sobre o peso da manutenção financeira da família na motivação para estabelecer novas uniões, em um contexto social em que os rendimentos são excassos e a sobrecargada feminina com as responsabilidades familiares é acentuada, não há como desconsiderar a relevância da busca por um parceiro que possa assumir parte desse fardo.

Por outro lado, apesar das dificuldades enfrentadas com a separação, a experiência com o estabelecimento de novas alianças para a manutenção do cotidiano familiar proporcionou algumas melhorias na vida das mulheres entrevistadas. Um dos ganhos que as informantes percebem está relacionado a autoestima. O trabalho e o acolhimento recebido de parentes e amigos fez com que se sentissem mais valorizadas. Muitas delas parecem assumir a velha máxima que diz “antes só do que mal acompanhada”. O que não quer dizer que, de fato, desejem ficar sozinhas. Elas expressam o desejo de refazer e manter uma família tanto quanto os homens, mas não

mais a qualquer preço. Dessa forma, algumas entrevistadas percebem que a nova união pode terminar tão rapidamente quanto começou. E por essa razão, não estariam dispostas a fazer no novo relacionamento os mesmos sacrifícios que fizeram no primeiro. O que as colocam em constante estado de alerta diante da maior possibilidade de experimentarem uma nova ruptura conjugal.

Capítulo 7

Recasamento: parcerias conjugais e parentalidades redefinidas³⁷

O foco deste capítulo é a reconstituição da vida familiar dos entrevistados. Vários estudos apontam que a construção do ambiente familiar no contexto de um novo casamento significa para homens e mulheres ter que conciliar uma gama de relações potencialmente conflituosas, envolvendo prole de uniões distintas, a nova relação conjugal e a permanência do contato com ex-parceiros em função dos filhos em comum. (RIBEIRO, 2005; TRAVIS, 2003; STEWART, 2002; MARCONDES, 2002; OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 1999; STACEY, 1998; FURSTENBERG, CHERLIN, 1995; BUMPASS, SWEET, MARTIN, 1990). As novas situações produzem impactos significativos na dinâmica familiar e nas redes de parentesco, implicando a redefinição de direitos e responsabilidades (MARCONDES, 2002; OLIVEIRA, BILAC, MUSZKAT, 1999; STACEY, 1998; FURSTENBERG, CHERLIN, 1995).

Partindo dessa perspectiva, neste trabalho busca-se recuperar as percepções e atitudes masculinas e femininas frente às novas relações e face à reorganização das condições físicas e materiais geradas pelo recasamento. Um dos objetivos específicos deste capítulo é refletir como as experiências anteriores de união e de parentalidade influenciaram na reconstrução dos projetos familiares dos informantes.

Novas parcerias e bagagem acumulada: experiências e laços anteriores

Na visão dos casais em que ambos são recasados, iniciar uma segunda ou terceira união foi um processo mais rápido e simples do que o primeiro casamento. Eles avaliam que a decisão partiu exclusivamente do desejo e dos projetos do casal, diferente da primeira experiência em que houve maior interferência do grupo familiar. Isso não quer dizer que tenham se unido sem nenhum tipo de receio ou pressões. A possibilidade de reviver as desilusões, dificuldades e sobrecargas semelhantes às experimentadas na união anterior fomentou dúvidas e ansiedades nas

³⁷ Todos os nomes mencionados nos trechos das entrevistas são fictícios.

mulheres quanto a se unirem mais uma vez. Porém, a maior preocupação feminina estava relacionada à reação dos filhos a um novo casamento e ao tipo de comportamento que o novo parceiro teria com relação à prole delas:

Se fosse pra passar por tudo que eu passei, daquele jeito eu não queria não...por isso que as vezes eu até perdia noite em claro pensando se ele ia se dá bem com meu filho...ia ser uma boa pessoa pra mim (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

Medo eu tinha...que eu queria alguém realmente mais companheiro...e que não destratasse meu filhote (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Os receios masculinos voltaram-se igualmente para os filhos da futura parceira, mas sob um prisma diferente. Alguns entrevistados comentaram a preocupação que tinham com relação ao número de filhos criados pela namorada. Imaginavam que um relacionamento com alguém de prole numerosa, e que não contasse com parentes por perto para ajudar, seria algo que sacrificaria a relação afetiva do casal. Por isso, preferiam namorar mulheres que não tinham filhos ou que tivessem poucos.

...eu sai com várias mulheres até firmar com a Gisele...que é de longe a mulher que eu mais fiquei tempo junto...(..) que eu sempre olhava...se eu gostava tal, mas tinha filho, eu já pensava duas vezes.. (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Acho que ia ser difícil eu escolher alguém que tivesse filhos...que a já começa a vida com uma bagagem que você não sabe se vai conseguir carregar...que criar filho dos outros é um problemão... (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

Os informantes revelam, portanto, que cada um dos parceiros foi atentamente observado e avaliado no período que antecedeu a coabitação. Carolina afirma que a história de vida de seu atual companheiro causou-lhe, em um primeiro momento, má impressão. Entretanto, ao conhecê-lo melhor, ela e suas filhas foram conquistadas pelo bom humor com que ele tratava as situações do cotidiano:

(...) eu achei muito estranha essa história dele com a ex-mulher, que já não era mulher mas continuava lá na casa, morando com ela e o filho, mas que não tinha mais nada...pensei 'ih esse aí é confusão na certa, uma barca furada, e de complicação quero distância'... já tá bom as minhas (risos) (...) mas quando a gente ficou conversando, que a Ditinha apresentou a gente eu achei ele diferente do que eu tinha imaginado quando ela me falou dele...(..) ele não tinha muito estudo, mas não era desses que nem sabe conversar direito, entende? (...) e ele é bem piadista, bem humorado pra tratar das coisas e isso pegou a gente de jeito, conquistou as meninas com o lero-lero dele e eu também...(risos) (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)

Carlos avalia que as experiências difíceis devem ser utilizadas como referência para mudar o comportamento e as idéias, para que não sejam repetidas nos

novos relacionamentos. Isso despertaria a confiança da atual parceira e a vontade de reconstruir uma família melhor e mais unida:

(...) ela ficava cabreira com a coisa de eu morar com a Cidinha e o Júnior que ela tinha ciúmeira disso...muita ciúmeira, por demais...mas de um jeito engraçado, ela não é aquela coisa chata, é até engraçado o jeito que ela fica...mas eu dobrei ela (risos) (...) eu passei por muitas dores nessa vida, mas eu procurei me fortalecer, melhorar que se não você transforma a vida num inferno, a sua e a dos outros, foi assim com a Cidinha, e eu queria ter uma família junto, mais feliz, então tinha que ser uma pessoa forte, enfrentar e dar confiança pra pessoa saber que eu quero ficar com ela, que eu quero montar uma nova família com ela..e a Carolina pôs fé em mim (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)

O amadurecimento proporcionado pela experiência anterior de vida conjugal e parental aparece como um componente importante no processo de reconstituição familiar. Os relatos sugerem que as novas uniões são formadas a partir de idéias mais realistas (RIBEIRO, 2005; PORRECA, 2004; TRAVIS, 2003) sobre o que significa assumir uma vida em comum e cuidar de uma família:

Que eu avaliei bem o chão que eu tava pisando, que foi rápido que a gente juntou, mas eu vi bem onde tava pisando...(...) que a gente fica calejado com tudo que já passou, sabe como que é e também até o que pode fazer, não fazer, tenta evita... (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

É diferente que a gente não era mais criança foi uma coisa mais da nossa cabeça, a gente decidiu e pronto, vamo fazer e pronto, que não tinha a família pra ficar opinando...que já eu e ela também já sabe como é dura a vida de casamento, de filho, falta de dinheiro, por tudo isso que a gente já passou e sabia que ia passa tudo de novo, tinha experiência pra lidar melhor com essas coisa... (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)

Foi ligeiro que a gente ficou junto...a gente se conheceu, se gostou, eu gostei do jeito envergonhado dele...(...) quando conheci as filhas dele, já senti como era...que com criança a gente sabe como é...sabe que elas são importante que dão trabalho então a gente já via com uns olhos diferente essa coisa de ficar junto, cuidar da família...que tanto eu quanto ele já tava bem mais maduro, isso melhora muita coisa...que os problema continua igual, os mesmo, mas ichi. melhora muito... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Em mais da metade dos casos, os informantes apontam que a principal diferença entre a primeira união e a atual diz respeito à melhora na condição financeira dos homens, decorrente da maior estabilidade no emprego. Os entrevistados que se encontram em relacionamentos mais duradouros – Bruno, Eduardo, Fábio e Hélio - falam da importância da cumplicidade das parceiras no enfrentamento das fases de instabilidade econômica e emocional. Não apenas pelo esforço delas em produzir rendimentos (ROMANELLI, 2000), mas por se manterem como esposas compreensivas e amorosas. Entre os casais em que ambos são

recasados, há uma percepção de que as experiências anteriores contribuíram para que os informantes assumissem uma postura diferente diante das dificuldades financeiras:

...tem várias coisas que muda....que tem também que ela também sentiu na pele os problemas com o antigo marido dela...e eu também passei com a Belinha por todas as dificuldades de falta de dinheiro, de ciúme exagerado, de uma hora tá bem, outra nem tanto... e eu acho que a gente fica mais atento, aprende mais com os erros e lida melhor com tudo isso (...) é vantagem sim ter uma pessoa que já passou pelas mesmas coisas...se eu tivesse com uma mulher mais jovem, inexperiente talvez eu taria separado de novo, que só quem passa sabe como tem que engolir sapo, tem que exige, mas tem que sabe medi a mão das atitudes, daquilo que fala...(...) tô bem melhor do que antes...já faz uns cinco anos que a gente trabalha na feira e melhorou muito, muito a vida da gente... (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

O que a gente conseguiu hoje nem se compara com o começo...sem dívida estamos bem melhor [...] eu segurei muita coisa que ele queria mesmo mudar de vida, de mais tranquilidade, fazia de tudo...o outro não, não tinha disposição...e eu via... eu já tinha vivido em dificuldade...(Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Os homens que recasaram com mulheres solteiras mencionaram, igualmente, que suas expectativas com a nova união foram bem diferentes das que tiveram quando se casaram pela primeira vez. Compartilham do sentimento de que estavam mais preparados para assumir uma família, pois na segunda vez já dispunham de uma condição de trabalho mais consolidada e com maior clareza sobre o tipo de comprometimento que iriam ter com a parceira:

Eu acho que da primeira vez eu tinha uma idéia do que eu queria pra minha família, várias coisas num muda nunca, que você quer uma família sua reunida, cuidar da mulher, dos filhos, isso continua sempre, mas quando você é novo...eu achava que isso tudo ia acontecendo que o importante era só trabalhar que o resto ia acontecendo (...) das cabeçada que eu dei...essa história desse menino que eu tive ai....me mudou um monte de coisa que hoje eu já vejo diferente (...) quando eu juntei dessa vez eu vi que eu tinha que muda minha cabeça, dividi mais as preocupações também...e não só exige, exige, trabalha e trabalha... tudo bem que tem que eu também tava bem melhor do que tava quando eu casei com a Juliana...mas com a Joana sou muito mais família do que era antes... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

Tinha uma situação muito diferente quando juntei com a Helena. Com ela eu consegui uma casa melhor, minha oficina, que ficou pra mim depois que meu tio faleceu...então eu podia dar uma vida melhor pra um filho meu...eu acho que se tudo der certo a gente se casa no papel no ano que vem...(Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Dois desses informantes revelam ter enfrentado resistências por parte dos familiares da atual companheira em função da diferença de idade e de experiências de vida. Segundo os entrevistados, havia uma certa pressão familiar para que provassem que estavam querendo um compromisso mais sério. Ou seja, as famílias queriam que o relacionamento fosse formalizado, algo realizado apenas por um deles:

Eu sabia mais o que queria quando juntei com a Glória...(...) na época que a gente começou, os pais dela não gostaram porque eu já tinha tido duas mulheres, não fiquei muito tempo com nenhuma e ela era muito menina ia cair fácil na conversa fiada que eu passasse nela...eles pensaram assim (...) eu persisti...só que eles queriam que eu cassasse...e você vê mesmo depois de quase oito anos que a gente tá junto, eles ainda acham que eu devia de casar com ela....(Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

...quando eu conheci a Edna eu tinha quase trinta, ia fazer trinta e ela tinha feito 18 aninhos...o pai dela não gostou de mim, achou que eu tava querendo me aproveitar, que eu já era um homem muito velho pra ela, só que eu não podia casar porque eu já tava com a separação, mas não tinha saído o divórcio ainda... e eu queria casar logo que eu não queria mais viver lá naquela edícula, entende. Eu queria ter uma família de novo...(...) a gente noivo e eu disse que depois do divórcio eu casava com ela...(...) casamos no cartório no dia do aniversário de um ano da nossa filha [a terceira], foi uma festa só... (Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

Na literatura sobre formação familiar, estudos apontam que as uniões consensuais tenderiam a ser mais instáveis e vantajosas para os homens do que para as mulheres, como já mencionado (BERQUÓ, OLIVEIRA, CAVENAGHI, 1990; BERQUÓ e OLIVEIRA, 1992; GREENE e RAO, 1992; GREENE, 1994; OLIVEIRA, 1996; QUINTEIRO, 1999; LAZO, 2001; PINELLI, 2004). Seriam uniões consideradas pelos parceiros como mais flexíveis e com um nível de exigência bem menor do que em um casamento formal (GREENE, 1994; QUINTEIRO, 1999). Dessa maneira, os homens tenderiam a não se sentir na obrigação de assumir integralmente seu papel de provedor familiar na vigência da união e, em caso de ruptura, não se responsabilizaria pela criação da prole que fica sob os cuidados da mãe. Para garantir uma condição de vida mais estável e segura as mulheres dariam preferência a um casamento formalizado (GREENE, 1994; QUINTEIRO, 1999).

Revela-se uma certa ambigüidade sobre essa questão no grupo de informantes. Na primeira união, entre os dez homens entrevistados, dois casaram no civil e no religioso, um no civil e os demais viveram em união consensual. Das seis informantes que tiveram experiência de uma união anterior, apenas uma casou formalmente no civil e no religioso. A formalização da primeira união surge nos relatos como cumprimento de uma exigência familiar. Não por acaso, são justamente os entrevistados que desfrutaram de melhor condição socioeconômica na família de origem. Na percepção da maioria dos informantes, a falta de recursos financeiros surge como a justificativa para a não formalização, mas alguns homens também

avaliam que, se fosse algo realmente essencial para a vida do casal, teriam assinado o papel. (Quadro 20)

Quadro 20 - Número de uniões e tipo de união conjugal						
Casal	Ego	Idade	Número de Uniões	Tipo da união anterior	Intervalo entre final da 1a e início da atual união	Tipo da união atual
1	André	37	2	consensual	2 anos	consensual
	Ana	30	2	consensual	3 anos	
2	Bruno	45	2	civil e religioso	1 ano	consensual (1993) e civil (1995)
	Bianca	45	2	civil e religioso	2 anos	
3	Carlos	47	2	consensual	1 ano	consensual
	Carolina	40	2	consensual	3 anos	
4	Daniel	47	3	consensual	7 anos	consensual
	Diná	36	2	consensual	3 anos	
5	Eduardo	40	2	civil	2 anos	consensual (1997) e civil (2003)
	Edna	29	1	não tem	não tem	
6	Fábio	32	2	consensual	1 ano	consensual (1997) e civil (2003)
	Fernanda	31	2	consensual	3 anos	
7	Gilmar	38	3	consensual	9 anos	consensual
	Glória	24	1	não tem	não tem	
8	Hélio	38	2	consensual	2 anos	consensual
	Helena	33	1	não tem	não tem	
9	Isidoro	41	2	civil e religioso	3 anos	civil
	Íris	33	2	consensual	5 anos	
10	Júlio	39	2	consensual	2 anos	consensual
	Joana	33	1	não tem	não tem	

No que se refere ao recasamento, todos aqueles que haviam formalizado a primeira união, também o fizeram com a(o) atual companheira(o). Entre os informantes que tiveram parcerias informais, Íris, Fábio e Fernanda vivem atualmente em uniões formais. Além deles, mais dois casais que, no momento da entrevista, estavam unidos consensualmente, planejavam casar no civil em 2008.

Quando abordados sobre a questão de somente juntar ou se casar, as falas revelam ambigüidades onde misturam desejos, avaliações sobre suas experiências afetivas e de outras pessoas e constrangimentos de ordem econômica. Parte dos

entrevistados ponderam a importância do casamento formal, considerando duas percepções: a condição de instabilidade generalizada dos relacionamentos afetivo-sexuais e a idéia de que o comprometimento entre parceiros depende apenas do amor recíproco do casal e do caráter moral do homem:

Da primeira vez eu até queria casar...quando a gente é mais moça tem essa vontade...ela é maior, mas depois isso passa (risos), fica quietinha que passa... (...) primeiro que a gente tinha que juntar bem nosso dinheiro não ia desperdiçar com cartório, com papel, então ele dizia pra mim 'minha nega, quem sabe um dia a gente casa...' nunca chegou... (...) foi nessa hora que eu pensei que tinha até sido bom a gente não ter assinado papel, que depois eu ia tá casada, mas sem marido... (...) eu não acho que isso ia fazer ele mudar, que ele ia ter mais responsabilidade, acho que não, que isso não depende de papel, se fosse assim não ia ter por aí tanto homem casado que deixa mulher a ver navios, não liga a mínima se os filhos tão bem, que isso não garante nada (...) hoje em dia não tem muito disso, eu vejo que até quem tem mais dinheiro que não tem problemas se separa por qualquer besteira, hoje é fácil, eu vi no jornal uns tempos aí que dá até pra fazer isso no cartório que tá mais fácil de fazer isso, então quer dizer que não dá segurança do mesmo jeito... (...) minha vizinha mesmo aqui do lado, tem três filhos, era casada no papel, ainda tá, mas o marido abandono faz uns 5 anos, nunca mais deu as caras, nunca e daí a gente soube que ele tava bem...com carro, filho pequeno, mulher novinha, mas e os filho que ele deixou pra trás? Continua lá o papel mas ele não deu a mínima. E a coitada que ficou com o peso pra carregar... (...) é questão de caráter, homem que tem caráter assume com papel ou sem papel... (Diná, 36 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Para mim isso não tem...que o importante é o que a gente sente, isso faz a gente querer levar pra frente, que se acha que vale a pena, vai em frente, então sempre pensei assim, que anel no dedo não impede pulada de cerca e nem falta de amor e respeito pela mulher, pelo filho e até pelo marido também, que hoje em dia a mulher também não se prende tanto como antigamente... (...) eu acho que ela [atual companheira] quer muito isso que eu tô pensando em fazer esse agrado pra ela, se der tudo certo a gente casa no ano que vem... (...) eu que nunca quis vou me prender e daí não tem mais jeito, mas também não queria mais começar tudo de novo com outra, tem hora que também cansa a gente... (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Como o informante acima destaca, os homens podem também formalizar a união como uma forma de agradar a parceira. Nos discursos daqueles que formalizaram a união, a certidão de casamento também não é tratada como uma garantia de felicidade e de compromisso, mas acreditam que ela sinaliza estar a pessoa disposta a fazer de tudo para o projeto familiar dar certo. Os informantes consideram que as mulheres tendem a dar maior importância à formalização, pensando em proteger os filhos de um possível abandono do pai:

No meu casamento com a Belinha como eu te disse eu fiz tudo conforme manda o figurino, namorei, noivei, construí casa, casei, depois a gente teve o Júnior, foi tudo muito certo, do jeito que tinha que ser, da forma que a gente tinha pensado em construir a nossa família... (...) quando eu assinei o papel tava mostrando pra ela e pra nossa família que eu queria tá com ela, fazer uma vida com ela... (...) a coisa não foi boa depois e isso me deu muita vergonha...da minha vida... (...) eu recuperei um pouco disso

com a Bianca quando a gente casou tá tão forte que mesmo depois de 15 anos a gente ainda sente esse compromisso forte na gente, ela me ajuda com meu filho, que não é dela, mas me apoia, respeita assim que eu fiz com a filha dela também...e pros filhos acho que a gente tá casado mostrava pra eles que a gente queria mesmo se juntar numa família só... (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

Eu quis casar com ela pra mostrar que eu tava firme, convicto que a gente ia continuar como uma família, que eu queria muito que ela não ficasse pensando que eu ia ser um desses que enjoa e vai embora (...) não que quem casa vai ficar junto pra sempre, que o casamento vai durar pra sempre, isso não existe, acaba o carinho, o respeito também acaba pra quem casou de verdade é que esse foi o jeito que eu achei de mostrar confiança na gente (...) eu acho também que mulher se sente mais protegida por causa dos filhos, que mal e má, a mulher pode pedir, cobrar na justiça que o pai não sai de casa sem deixar nada, garantir o futuro dos filhos, que isso acontece direto né? (Fábio, 32 anos, casal 6, dois filhos, um enteado)

A união com um homem que já foi casado e que tem filhos provoca inseguranças nas mulheres solteiras. Elas consideram inevitáveis as comparações com a primeira união. Para o bem ou para o mal, a união anterior constitui um referencial importante na vida do parceiro:

Tinha muitas complicações quando a gente ficou junto...mas eu amava ele e achava que eu tinha que enfrentar o rojão... (...) e tem os filhos dele que ele diz que é onde tudo na vida dele mudou...que nunca mais ele viu a vida da mesma forma (Edna, 29 anos, casal 5, primeira união, três filhos, dois enteados)

Era uma coisa que eu tava feliz e ao mesmo tempo preocupada se eu ia conseguir tá à altura dele...que ele é exigente... (...) hoje em dia é difícil você encontrar um homem e ser a única na vida dele.. eu sou a única de agora... que já teve outra antes... (...) acho que a vida dele ensinou muita coisa pra ele e isso foi importante pra crescer e hoje poder dá uma vida diferente do que ele tinha antes... (Helena, 33 anos, casal 8, primeira união, um filho, dois enteados)

Mulheres ainda solteiras percebem sua inexperiência como uma desvantagem nessas circunstâncias, pois sentem dificuldades em criar novos hábitos e símbolos próprios da união. Algumas informantes sugerem que se sentiriam menos incomodadas se fossem comparadas, como sempre ouviram outras mulheres se queixarem, à mãe do parceiro. A lógica remete a uma hierarquia que se estabelece entre as mulheres na vida de um homem. A figura materna desfruta de uma certa precedência sobre a figura da esposa, mas cada qual atuando em esferas distintas. Esta diferença colocaria limites à mulher que está na posição de mãe. Com a ex-mulher seria diferente. Estando na mesma posição, adquirem a condição de rivais. A nova parceira percebe a anterior como uma ameaça direta, principalmente quando ainda não têm filhos com o novo companheiro:

Eu ficava danada da vida quando ele fazia comentário assim comparando a vida com a outra e a nossa...queria pegar ele pelo pescoço e torcer assim ô...(risos) (...) é pior do

que ser comparada com a mãe...que mãe é mãe, mas mulher faz coisa que mãe não faz também...(...) eu me sentia inferior porque eu ainda não sabia muito dos gostos dele, tava me acostumando ainda...(...) quando o filho dele vinha aqui, aí que eu ficava mais nervosa, atrapalhada, porque eu sentia que ele tava me julgando...(...) eu sabia que não ia ser diferente...(...) mas eu acho que apesar dessas coisas nenhum dos namorado que eu já tive chegava aos pés dele, assim no sentido de poder começar uma família. (Glória, 24 anos, casal 7, primeira união, um filho, um enteado)

...o passado da gente não dá pra apagar né? E quando eu resolvi ficar com ele, eu sabia muito bem disso...sabia que eu podia sofrer por não saber passar roupa como a outra ou por não saber fazer aquele bolo que os filhos gostam que só ela sabe fazer (...) antes da neném nascer eu me aborrecia mais com isso (...) é difícil mas fazia parte do pacote que eu quis pra mim... (Juliana, 33 anos, casal 10, primeira união, um filho, quatro enteados)

Entre aquelas que já tinham filhos, a proteção financeira e física da prole constitui o tema mais desenvolvido nas entrevistas. Nas falas dos casais recasados, a maior preocupação no início do relacionamento foi com o contato masculino com a prole da companheira, principalmente em relação às meninas:

(...) fui percebendo como ele era e de olho na reação das meninas também, que elas tiveram contato com ele, que foi o único que assim, depois do pai, que eu deixei vir aqui em casa, comer com a gente...e eu só de olho pra ver como se comportava que a menor é muito ciumenta de mim, sempre foi mais do que a mais velha, mais grudada (...) ele é palhaço, cheio das graças então isso conquistou elas e eu também né? (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)

(...) eu vinha comer com elas em casa, que a prova de fogo é as crianças né? Sempre as crianças, que mãe é mais zelosa e de menina então...que tem que ser mesmo, eu só tive homem, mas eu sei que tá cheio de coisa ruim nesse mundo...hoje o mundo tá muito virado então tinha que sabe se...que menino cai fora, briga, mas menina não... é mais vítima precisa a gente proteger mais...ela não ia deixar qualquer sujeito se aproximar...(...) logo eu sai de casa e vim pra cá (...) foi poucos meses, foi coisa assim de uns seis meses mais ou menos (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)

Os receios das mulheres, também apontados nos relatos masculinos, estão relacionados a um tipo de imagem social do padrasto como violento e propenso a cometer abusos contra menores e adolescentes que compartilham o domicílio com o casal (RIBEIRO, 2005; FALCKE e WAGNER, 2000; COLEMAN, GANONG e FINE, 2000).

...que a gente sempre sabe de histórias, padrasto que mexe com a filha da gente, nossa isso me arrepiava de imagina que alguém que tá lá na sua casa, dormindo na sua cama possa fazer uma coisa dessas...(...) que a gente tem que pensa nisso quando tem menina, moça em casa...que não é pai de verdade...eu tinha sim essa preocupação com a [filha]...que ela já era mocinha... (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

tem homem que não é homem é bicho...pior que bicho...eu falava isso pra ela [ex-mulher], pra te cuidado com quem ela punha dentro de casa que tinha que avalia o risco que as nossas filhas ia tá correndo.... (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)

Sob o impacto de sua própria experiência de violência conjugal, Ana revela que o medo de que ela e sua filha voltassem a ser vítimas de um homem violento a acompanhou por muito tempo, mesmo quando já estava grávida e morando com seu atual companheiro:

Eu demorei pra aceitar um homem de novo na minha vida que eu tinha muito medo de sofrer tudo que eu já tinha sofrido...tudo de novo...era uma coisa que ficava sempre aqui na cabeça, não saía...e minha filha não podia admitir que minha filha sofresse, pagasse pelas escolhas erradas, pelas besteiras que eu podia ainda fazer né? Que eu tirei ela de uma situação, que eu quase que perdi ela...(...) neguinho [atual companheiro] é um homem de bem, muito afetuoso assim de pai, que eu vi isso quando a gente foi...que o Júnior [enteado] quebrou a perna que caiu da bicicleta e eu vi o desespero dele, um amor de pai tão assim forte que nem o que eu tenho pelos meus...e isso marcou que foi daí que eu abri minha guarda pra ele, que a gente ficou junto, mas não sei, tem uns medos que a gente carrega pra sempre nessa vida...(...) depois que a gente teve nosso filho e junto eu acho que melhorou muito, penso menos nisso...(Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Alguns autores (RIBEIRO, 2005; FALKE e WAGNER, 2000; COLEMAN, GANONG e FINE, 2000; BRUN, 1999) apontam que a construção social das madrastas e dos padrastos permanece associada a símbolos que remetem à crueldade, à ganância, à competição, ao exercício da violência física, sexual e psicológica contra enteados. Esse tipo de imagem contrasta, por oposição, à figura da mãe e do pai biológicos como naturalmente protetores, dedicados e amorosos. Essas idéias influenciam o tipo de aproximação que os genitores permitem que os (as) novos(as) companheiros(as) tenham em relação aos filhos de uniões anteriores:

Quando não é filho da gente tem uma coisa mais seca...não se aproxima muito...e eu acho que ela tá sempre assim, a gente já tá junto pra cinco anos agora...mas sempre parece que tem que ficar de olho...(...) que ela deixa eu fica com o menino nosso sozinho, mas não é assim com a menina dela...até hoje... (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

Em estudo com famílias formadas pelo recasamento de um dos cônjuges, Ribeiro (2005) destaca que a idéia do padrasto abusador pode estar presente e ser propagada inclusive por profissionais que auxiliam casais no enfrentamento de seus conflitos familiares³⁸. Esse tipo de concepção reafirma o peso que a consangüinidade

³⁸ Ribeiro (2005) descreve o caso de um homem que começou a criar sua enteada ainda quando esta estava na primeira infância. Por essa razão haviam conseguido estabelecer um relacionamento muito próximo e afetuoso. Os abraços e beijos eram comuns em situações típicas do cotidiano familiar. A partir de um determinado momento, quando a menina atingiu a puberdade, a mãe, aconselhada por uma terapeuta, passou a colocar limites que alteraram completamente a dinâmica entre padrasto e enteada. Isso provocou, segundo a avaliação do próprio padrasto e da enteada, uma piora significativa no relacionamento dos dois.

tem para o entendimento das relações de parentesco. A idéia de ser “carne e sangue” de alguém revela a percepção da consangüinidade como um laço natural, involuntário e permanente, que suscita sentimentos “naturais” de comprometimento, solidariedade e afetividade entre aqueles que são ligados pelo sangue (FOX, 1986; ABREU FILHO, 1981). Desta maneira, se constrói uma percepção sobre o indivíduo e sua parentela, significando a transmissão e perpetuação, através do sangue, de aspectos genéticos e também morais (ABREU FILHO, 1981). Por essa lógica, o pai que não é de sangue, não teria esses sentimentos internalizados, representando um perigo maior de transgressão das regras que regem o parentesco, sendo a principal delas a proibição do incesto. Isso faz com que se estabeleça uma vigilância maior sobre essas relações.³⁹

Em seus relatos, os informantes afirmam que, quando o relacionamento se tornou mais sério, havendo a intenção de coabitar, o contato com os enteados foi intensificado com o objetivo de preparar homens e crianças para a futura convivência. As mulheres passaram por um processo diferente e bem menos tenso, pois somente viam seus enteados algumas vezes por mês ou por ano. Vários dos entrevistados disseram que se esforçavam para agradar os enteados e, também, as futuras companheiras (RIBEIRO, 2005; FALCKE e WAGNER, 2000). Este processo teria sido mais fácil para aqueles que tinham enteados com menos de 10 anos de idade. O estranhamento inicial foi diminuído com a convivência e o maior conhecimento dos homens a respeito dos gostos, das vontades e do cotidiano dos enteados:

O primeiro encontro da gente foi aquele negócio estranho... que apesar dele, que ele era pequeno e tá sempre com ela a gente fica parecendo que tá com formiga no corpo...senta, levanta, quer dizer alguma coisa, ajudar, quando foi se conhecendo, convivendo mais, vai mudando aos poucos, que vai deixando de ser um estranho... eu e ele [o enteado], né? (...) eu queria fazer bonito, agradar...como eu não tive filho antes...então eu ficava sempre querendo saber o que ele queria, o que ele gostava... (...) como ele era pequeno, tinha uns 5 anos na época, eu acho, então era mais fácil né, que o problema é quando já é mais velho (Fábio, 32 anos, casal 6, dois filhos, um enteado)

(...) filho seu você se acostuma desde que tá na barriga, pegou sempre no colo, ele tá acostumado com a sua voz, com seu cheiro, é uma coisa assim que a gente não precisa fazer muita força, agora com os filhos do outros já não, tem que se apresenta, sabe do que gosta, do que não gosta, se você acerta, tudo bem, vai conquistando aos pouquinho, mas se não... (...) o júnior já tá acostumado comigo desde criança que quando... tô com

³⁹ Françoise Héritier (1989) argumenta que a visão simbólica do incesto não está restrita à consangüinidade, abarcando uma série diversa de representações que ordenam as percepções do que é lícito e ilícito para o estabelecimento das relações humanas. Assim, a proibição do incesto não diz respeito somente à esfera do casamento, mas também ao da sexualidade.

o Bruno desde que ele [o enteado] era pequeno então acho que isso ajudou muito, diferente do Bruno que sofreu com a minha filha que ela já era adolescente então ele tentava muito agradar ela, desde o começo, mas pegou justamente a fase que eles ficam mesmo mais difícil de lidar...(Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Na fase inicial do relacionamento, Ana teve que enfrentar o ciúme do filho único de André que já era um adolescente. Como mencionado no capítulo anterior, André foi um dos entrevistados que manteve e ainda mantém um contato diário com o filho da primeira união. Como o menino não tinha um bom relacionamento com o novo marido da mãe, ele se apegou ainda mais ao pai. A rapidez com que aconteceu a união dos dois foi algo que, na visão de Ana, teria contribuído para que as relações ficassem mais conflituosas, ao menos no início, pois não houve um período de adaptação entre os filhos de cada um:

Ele tinha ciúmes do pai...que ficava emburrado quando via o pai dele brincando com a minha filha...e eu tava grávida também e eu acho que ele pensou que o pai fosse deixar ele de lado...e como ele não me conhecia direito...que ele já tinha me visto, sabia que eu era namorada do pai dele, mas que como foi tudo muito rápido, em cinco meses, sete meses a gente já tava morando junto, não deu pras crianças se acostumar muito e ele ficou surpreso quando o pai disse que ele ia ter mais um irmão ou irmã...(...) eu fazia de tudo pra mostrar pra ele que ele era bem vindo na nossa casa, que ele ia ser mais um irmão, mas no começo foi bem difícil pra gente se entrosar... (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

A Ana teve mais dificuldade com o Júnior, do que eu com a filha dela...eu via isso...que também júnior já tava grande, e a menina só tinha uns 5 anos, 4...não... era 5 anos que ela tinha...então criança pequena a gente conquista mais rápido do que adolescente né? (...) ela botava empenho pra ele ficar bem na casa da gente só que com neném novo...ele ficou enciumado...até ralhava com ele que ele ficava de cara amarrada e ele nunca foi assim, não era desse jeito que eu tinha ensinado pra ele...mas depois que o neném nasceu...uns meses depois assim já tava mais tranqüila a vida da gente...e o júnior tava amolecido com o neném também... (André, 37 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Quando iniciou sua terceira união, Daniel já estava ciente dos problemas que poderia enfrentar com os enteados, na medida em que vivenciou esse tipo de situação em seu primeiro relacionamento conjugal:

A minha vida com a Denise [primeira companheira] foi muito cheia de atropelo por causa dos filhos dela...ela tinha dois meninos do antigo marido...(...) o mais velho era minha pedra no sapato, que a gente não se dava, vivia me enfrentando o moleque...não queria saber de trabalhar e tinha as amigas que preocupava muito ela e eu, que a gente tinha bebezinho em casa, que o júnior tinha poucos meses e naquela época ele apareceu com um cano [revólver] lá dentro de casa...achei um absurdo aquilo, com neném...me tirou do sério e ela ainda defendeu ele...daí eu vi que ia ser difícil pra vida da gente...que se eu fosse o pai dos garoto duvidou que ela fazia isso... (...) agora com a Diná foi a mesma coisa com o mais velho dela, mas eles resolveram que o melhor mesmo era ele ir pra casa do pai, da avó dele...pra gente ter um pouco de paz e também

foi bom que tirou ele da influencia dos marginalzinho que ele tava andando por aqui...(Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

Para Daniel, todos os filhos naturalmente sentem ciúme da mãe. Mas quando se trata de um filho homem e primogênito, esse sentimento estaria relacionado à obrigação de assumir o lugar do pai enquanto protetor da mãe, dos irmãos menores e da casa. Dessa maneira, homens que não sejam parentes seriam tratados sempre como uma ameaça à família. Mesmo que seja alguém que a mãe goste e com quem deseja formar uma nova família:

Eu não tive muita sorte com enteado, que minha convivência com eles sempre foi no meio de muito ciúme da parte deles, de muita briga, discussão...e a gente fica ressentido com isso, que eu tentava manter a harmonia na nossa casa, todo mundo vivendo junto em paz, só que por mais que se esforce não consegue...(...) e eu penso que o [enteado da primeira união] e o [atual enteado] só queriam mesmo defender a mãe deles (...) ah defender porque geralmente o mais velho, o filho sente que tem que proteger a mãe, os irmãos quando não tem pai na casa (...) coitado do estranho que chegar perto, que vai ser enxotado da casa deles, da mãe deles assim num instantinho...Se não for da família bota pra fora, é mais ou menos isso ...(...) e eles não ligam se a mãe diz que gosta ou não gosta... (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

Diná parece concordar com seu parceiro. No entanto acha que são os dois – companheiro e filho - que disputam o posto de homem da casa:

Eu via que desde o primeiro dia que eu e Daniel trouxemos todo mundo pra cá, pisou nessa casa...meu filho se armou pra brigar, não tinha conversa...ele não queria vir de jeito nenhum..ele tinha só 11 anos! Não é pra ter querer nenhum...mas eu não controlava...e foi ainda pior quando eu tive o nosso filho...(...) eu vejo que são dois homens que querem ser os donos da casa, donos de mim...eu tava conversando isso noutro dia com a psicóloga lá do projeto que homem tem essa mania de querer ser o galo do galinheiro...(...) é ciúme, puro ciúme, mas é de posse, de que é a mãe dele...ou é a mulher do outro isso desde que a gente começou, depois que o caçula nasceu piorou e até que ele foi ficar com a avó, lá com o pai... (Diná, 36 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

A intervenção da entrevistada, ao mandar o filho para morar com o pai e a avó, foi percebida por seu parceiro como uma demonstração do comprometimento com o novo relacionamento. O que para Daniel foi algo extremamente significativo, na medida em que a principal queixa dirigida à primeira companheira decorria do fato de ela ter sempre se colocado na defesa de seus próprios filhos e nunca do relacionamento do casal.

No caso de outro informante – Bruno – sua mulher sempre teria assumido o papel de mediadora. Procurava manter um equilíbrio entre a relação conjugal e a filha

que tivera em união anterior, não apenas contendo potenciais conflitos mas, também, ajudando a encontrar afinidades que pudesse aproximá-lo da enteada:

Ela [enteada] não aceitava a gente junto de jeito nenhum...por causa disso foi até morar com o pai no começo, mas a Bianca nunca desistiu...(...) a pescaria era a única coisa que fazia ela [enteada] ter uma trégua, que eu gostava muito de pescar e por idéia da cabeça da Bianca um dia a gente foi tudo pescar junto...a menina com um bico desse tamanho, mas foi com a gente, nunca tinha ido num lago pescar...e gostou...todo feriado que dava e que a gente ia pescar ela ia também e a gente passava uma semana no completo sossego...foi tudo por causa do jeitinho que a Bianca dá nas coisas...ela é ardilosa, ela vai dando os jeitinho dela e as coisas se ajustam...que mãe tem que fazer isso pra ajudar a casa a ter paz...que ela tentava, procurava fazer a gente se entender...não foi fácil, mas eu acredito que se não fosse as idéias dela teria sido bem pior.. (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

Em alguns casos, os esforços empreendidos na fase inicial do relacionamento parecem não ter evoluído ao longo do tempo. Com a convivência, os problemas cotidianos vão tomando conta do tempo e da disposição dos informantes, acentuando o distanciamento dos homens com relação a seus enteados. De fato, aqueles que enfrentaram turbulências no início, na maioria das vezes, também não tiveram um futuro melhor. O nascimento de um filho da nova união abre espaço ou para um apaziguamento ou para a ruptura das relações com os enteados, em ambos os casos envolvendo uma reestruturação das dinâmicas familiares.

Desejos e contextos reprodutivos no recasamento

A prática de contracepção no contexto de um recasamento não se difere da observada no primeiro relacionamento. A pílula e a injeção hormonal foram os métodos mais utilizados, não havendo qualquer menção ao uso da camisinha. Sete casais confirmaram que ambos os parceiros decidiram sobre o melhor momento da vinda do filho em comum. A lógica que vigora entre os informantes parece ser a de um filho para cada união conjugal (HINDE e LEONE, 2007; GREENE, 1994). No máximo, dois. Mas a decisão de ampliar a prole depende do número de filhos que a nova companheira já tem e quantos, de um e de outro, moram com o casal.

Esse tipo de comportamento é também mencionado em alguns estudos norte-americanos e europeus, chamando a atenção para o fato de ter diminuído a diferença da fecundidade de mulheres casadas e recasadas nos últimos trinta anos (TOULEMON,

2001; COLEMAN, GANONG, FINE, 2000; TOULEMON, 1995; BRAY e BERGER, 1998; GANONG e COLEMAN, 1988; GRIFFITH, KOO e SUCHINDRAN, 1985). Essa redução não se deveria apenas à diminuição do tempo de exposição à gravidez, provocada pela ruptura conjugal. Outros tipos de constrangimentos estariam associados. Um dos principais seria a parturição alcançada pelas mulheres no primeiro casamento. O número de filhos tidos anteriormente por mulheres recasadas tenderia a exercer um impacto significativo sobre a fecundidade nas uniões subseqüentes, quanto maior o número de filhos no primeiro, menor o do segundo casamento (LEONE e HINDE, 2007; THOMPSON, 1997; TOULEMON, 1995; GANONG e COLEMAN, 1988) A história de fecundidade do parceiro também influenciaria, mas de forma menos significativa (LEVIN e O'HARA, 1978).

De fato, os relatos masculinos e femininos sugerem que os informantes gostariam de ter uma prole reduzida. Para os homens, três a quatro filhos seria o ideal. No caso das informantes mulheres, três filhos parece ser o limite, não desejando ultrapassar esse número. Não por acaso, algumas que já haviam atingido essa meta fizeram a laqueadura:

...Carlos não queria mais filhos...eu achava que três já tava bom...e já com uma idade que fica mais perigoso, então me inscrevi pra fazer a laqueadura pelo SUS, tô aguardando... (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)

No parto da menina mesmo, que fiz cesárea e a gente combinou com médico e eu já operei... (Edna, 29 anos, casal 5, primeira união, três filhos, dois enteados)

(...) ah eu operei quando nasceu a minha caçula...fechei a fábrica que não dá pra ficar tendo muito filho não...esses e o pai já me dão trabalho suficiente...(risos) (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Entre os homens, apenas um informante, curiosamente o mais jovem, fez vasectomia:

...no finalzinho de 2001, a gente descobriu que a Fernanda...ela tinha um problema de saúde grave... que não ia poder mais engravidar de jeito nenhum...e ela coitadinha sofreu tanto com a quimioterapia, com o tanto de remédio que ela tomava que eu, junto com ela, a gente conversou e como eu não pretendia mais ter filho mesmo...eu resolvi que fazia a vasectomia, que também eu nunca tive grilo com isso não, que meu irmão também já tinha feito e nunca teve problema, não tirou potência, nem a vontade dele, aí no ano depois eu fiz.. (Fábio, 32 anos, casal 6, dois filhos, um enteado)

Informações provenientes da PNDS 1996 mostram que a vasectomia é um método muito conhecido, mas pouco freqüente na população masculina. A maior proporção de casos estava concentrada nas regiões Centro-leste – cerca de 3.9% - e

Sul – 2,6% - e, principalmente, entre os homens com maior nível de escolaridade. Outro dado que se destaca é quanto ao número de filhos tidos. Enquanto a maior parcela das mulheres laqueadas tinha três filhos, entre os homens o número foi de dois filhos (BEMFAM, 1997). Em estudo com homens vasectomizados, em Florianópolis e Porto Alegre, Minella (2005) destaca que a escolha da vasectomia foi motivada, na maioria dos casos analisados, pela necessidade do casal encontrar uma alternativa tão eficaz quanto a pílula e que não acarretasse problemas para a saúde da mulher. Segundo a autora, os exemplos de outros homens da família ou do grupo de pares foram importantes no processo decisório do casal.

Entre os casais que ainda não encerraram sua vida reprodutiva, dois declararam planejar um filho para 2008 e outros dois permanecem discordando a respeito do assunto. (Quadro 22)

Quadro 21 - Características da carreira reprodutiva dos casais entrevistados									
Casal	Ego	Idade	Número de Uniões	Filhos uniões anteriores	Tipo da união atual	Tempo da união atual	Filhos união atual	Filhos que moram com casal	Desejo por mais filhos
1	André	37	2	1	consensual	3	1	3	+1 em 2008
	Ana	30	2	1					
2	Bruno	45	2	1	consensual (1993) e Civil (1995)	14	2	3	Não
	Bianca	45	2	1					
3	Carlos	47	2	2	consensual	5	1	3	Vai fazer laqueadura
	Carolina	40	2	2					
4	Daniel	47	3	2	consensual	4	1	2	Não
	Diná	36	2	2					
5	Eduardo	40	2	2	consensual (1997) e civil (2003)	10	3	3	Laqueadura aos 24 anos
	Edna	29	1	0					
6	Fábio	32	2	0	consensual (1997) e civil (2003)	10	2	3	Vasectomia aos 30 anos
	Fernanda	31	2	1					
7	Gilmar	38	3	1	consensual	7	1	2	ela quer, ele não
	Glória	24	1	0					
8	Hélio	38	2	1	consensual	11	1	1	+1 em 2008
	Helena	33	1	0					
9	Isidoro	41	2	2	civil	7	2	3	Laqueadura aos 31 anos
	Íris	33	2	1					
10	Júlio	39	2	3	consensual	3	1	1	ela quer, ele não
	Joana	33	1	0					

Os casais Júlio-Joana e Gilmar-Glória estão vivendo situações muito semelhantes. Em ambos os casos, os parceiros se consideram satisfeitos com o número de filhos que já têm. Contudo, as respectivas companheiras expressaram o desejo de ter mais um filho. Essa discordância tem alimentado as discussões no casal. Gilmar, que teve um filho com a primeira companheira e outro com a atual, parece ser o mais resolutivo em sua decisão:

...ela me disse que quer ter outro, já faz tempo que ela quer, mas eu não quero, eu já tinha dito pra ela que um já tá bom, que mais tarde a gente até poderia pegar um outro pra criar, mas que eu não quero outro não, porque eu já tô ficando velho, meu filho já tá criado, o outro tá caminhando...e ter outro filho nessa altura é ter que trabalhar ainda mais, agüentar noite mal dormida...chega uma época que você tem que pensa duas vezes...eu não tô com disposição pra enfrentar tudo de novo...por isso que arruma outra também você já imagina, outra mulher, mais um filho...então é melhor se segura e ficar com a sua mesmo.... (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Em seu relato, Glória fala de um momento no relacionamento, dois anos após o nascimento de seu primeiro filho, em que ela engravidou mas resolveu interromper a gravidez. A princípio revela que tomou essa decisão sozinha porque Gilmar estava desempregado e emocionalmente abalado com a situação. Não haveria condições para ter mais um filho. Na continuidade de sua fala, ela menciona que sua decisão também foi influenciada pela avaliação de que, se tivesse engravidado naquele momento, o companheiro tenderia a rejeitar a criança e abandonar a família. Dessa forma, resolveu não ter o filho e ir atrás da possibilidade de emprego, sinalizada pela irmã. Com a melhora das condições de vida do casal a informante acredita que, se tivesse mais um filho, ainda que contrariado o parceiro assumiria. Até o momento da entrevista, a estratégia de deixar acontecer havia rendido duas gravidezes com o conhecimento do parceiro e, para frustração da entrevistada, dois abortos espontâneos. Tanto seu relato como o de seu companheiro, Gilmar, evidenciam os desgastes significativos que essa situação tem provocado no relacionamento:

*Essa é uma decepção minha com ele...que **ele não quer mais um filho meu** e eu queria muito...[...] quando eu tava...o meu filho tava com uns dois anos, quase três eu engravidei, mas não contei nada que ele andava muito nervoso, foi aquela época, na época que ele ficou sem serviço por muito tempo, e a gente não tinha assim quase que nada, a família dele, os meus pais eles tavam ajudando a gente...que o que ele conseguia era muito pouco...e minha irmã me arranjou o serviço lá na patroa dela...[...] que a relação da gente num tava nada boa, ele tava muito arreliado com as coisas e eu pensei que se falasse de filho era capaz sim dele pica a mula e nunca mais aparecer, eu acho que ele faria isso sim...naquele tempo era bem capaz sim...[...] eu tirei, fui numa conhecida...minha irmã já tinha ido com ela lá e ela e uma outra parente minha me ajudaram...[...] é ruim que eu fiquei mal uns 15 dias, doendo muito, eu fiquei com remorso depois, tava sofrendo pagando meu pecado, mas também não ia ter jeito, tinha que ser...[...] fui no médico depois, que minha irmã disse que era pra garantir que tava limpo...[...] ele desconfiou, mas nunca me perguntou nada [...] faz dois anos eu engravidei de novo...nessa eu contei pra ele, ele ficou de bico, mas não foi tão escandaloso como eu imaginei, mas esse eu não segurei...e tive outro que eu também não consegui segurar...[...] eu via nos olho dele o alívio...cada um desses que num vingou... isso me machuca aqui dentro, que é uma rejeição muito forte...e agora eu fico muito pensando nisso que se nascesse seria um filho muito largado, rejeitado, que se ele fica assim antes mesmo de nascer imagina depois...[...] eu ainda quero ter sim...queria ter três, meu sonho era ter três crianças...mas de ter mais um já ficava contente...[...] as vezes me passa na cabeça ir embora, mas apesar disso tudo, dessa decepção que eu tenho aqui dentro com ele, eu também tenho muito amor... que ele não é um homem ruim, cuida da gente, não falta nada aqui.. mas as vezes a gente se cansa também dessa **desconsideração dele com esse meu sentimento de mãe**... (Glória, 24 anos, casal 7, primeira união, um filho, um enteado)*

Esse tipo de reflexão sobre o desejo feminino por filhos também surge nas observações de Júlio. O entrevistado teve três filhos com a primeira mulher, tendo

revelado que queria ter parado no segundo. Depois, um “mau passo” – referência a uma relação casual em que a parceira engravidara - lhe rendeu mais um filho. Na atual união, teve mais um filho com a parceira, que era solteira e não tinha filhos. Segundo seu relato, sua atual mulher quer muito ter mais um filho, mas ele prefere não ter, pois já estaria satisfeito com suas experiências de paternidade. Por outro lado, o entrevistado acha que será difícil impedir por muito tempo que uma nova gravidez aconteça, pois a vontade de ser mãe muitas vezes é maior, e mais legítima, do que o desejo de um homem de não ser pai:

... eu só queria dois da primeira vez...e ela [primeira companheira] operou que eu tinha medo de acaba tendo que cuidar de mais um outro...[...] a gente [ele e a atual companheira] teve a menina e agora ela já tá falando que queria ter mais um, mas eu não quero... é mais um trabalho...pra mim já tava mais do que bom, não precisaria ter mais um...vamos cuidar dessa e depois a gente vê [...] não sei quanto tempo que ela vai aceitar essa situação que ser mãe é uma coisa muito forte pras mulheres, eu vejo que isso é muito forte é uma coisa que nasce delas então...eu achava que eu podia dar um limite nisso né...como quando eu cheguei pra Juliana e falei dela operar...que também se a gente não dá, vai ter filho sempre, por isso que eu pedi muito pra Juliana operar, só que você vê...e se casa de novo, quer formar família como é que fica? Eu pensei muito nisso quando ouvi a história de uma parente da minha mulher que operou, perdeu um filho de acidente e não podia ter mais outro, isso acabou com ela, que pode até pegar um pra criar depois, mas faz diferença pra mulher carrega o seu filho...e por isso que eu não..que eu não posso dizer... eu posso pedir pra ela pensa melhor nessa condição, do que é melhor pra gente, só que se ela quiser de novo é mais forte do que a minha vontade...que é só porque eu já tive vários, só que ela [atual companheira] só teve um né? E do jeito que tá eu acho que vou ser pai de novo logo-logo... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

A fala de Júlio chama atenção para uma aparente mudança de perspectiva acerca de sua capacidade de intervir na ampliação da prole. Em seu primeiro relacionamento, o entrevistado havia pressionado sua companheira, com ajuda de outros parentes, a realizar a laqueadura. Naquela época, considerava que tinha direito de interromper um processo que poderia leva-lo a ter uma descendência muito maior do que inicialmente desejava. Contudo, o entrevistado avalia que a possibilidade de novas uniões conjugais sempre coloca uma nova discussão sobre ter filhos. As divergências podem ser maiores entre casais, como no seu caso, em que há diferenças de experiências de parentalidade. O informante viu-se na contingência de repensar seu direito de intervir num desejo que ele percebe como natural, próprio das mulheres. Como tal, o desejo feminino teria precedência sobre as pretensões masculinas, colocando Júlio na expectativa de, a qualquer momento, tornar-se pai de mais uma criança. A operação deste tipo de lógica de gênero foi apontada em estudo

sobre a reprodução em camadas médias (OLIVEIRA, BILAC e MUSZKAT, 2000), já destacado em capítulos anteriores desse trabalho, recebendo os homens o sugestivo qualificativo de “fecundadores de plantão”.

Para os homens de camadas populares entrevistados, ter um filho com a nova mulher não seria um problema, ao contrário, trata-se de algo esperado na medida em que entendem que a consolidação de uma união está fundamentada na existência de, ao menos, um filho em comum (PORRECA, 2004; GANONG e COLEMAN, 1988). A formação de nova parceria conjugal acrescenta significados adicionais a esta idéia. Dois tipos de circunstâncias se depreendem das narrativas: em uma delas o filho gerado na nova união é entendido como um elemento que proporciona a junção de todos os membros que compõem a família reconstituída; na outra, um filho em comum é responsável por promover o distanciamento ou a ruptura dos laços com os núcleos familiares anteriores. Em ambas as percepções instaura-se uma nova família a partir de seu nascimento.

Note-se que, em ambos os casos, vigora a mesma concepção de que os enteados, mesmo aqueles que moram e são criados pelo casal, pertencem unicamente à família do(a) companheiro(a). Nas situações de recasamento sem filhos em comum, a relação de afinidade não seria suficiente para que os envolvidos se reconheçam enquanto uma família, como ressalta uma das entrevistadas:

*Eu queria ter um filho com ele, como ele também queria ter um filho comigo....a gente se ama, já tava junto um tempo, eu já era mãe, ele tinha o Júnior, ele tava criando minhas filhas então **um filho nosso ia juntar toda essa felicidade** que a gente tava vivendo, a gente **ia ser uma família por inteiro**, nossa família.... (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)*

A diferença encontrada no grupo está estreitamente relacionada ao tipo de contato que os homens mantiveram com os filhos da primeira união. Nos casos em que houve um convívio mais próximo – André, Bruno, Eduardo, Gilmar e Júlio - os informantes percebem que ter um filho em comum legitimou a nova família e instaurou um elo entre partes até então vistas como separadas. A existência de um meio-irmão da prole gerada em uniões anteriores selou definitivamente os vínculos entre os integrantes da família criada a partir do recasamento. A identidade familiar se dá a partir do nascimento dessa criança (FONSECA, 1995):

Casamento sem filho não tem razão de ser, não é ter família pra mim...(...) porque é natural quando você gosta muito de alguém, quer ficar com ela, compartilhar sua vida é natural você ter um filho com ela também... (...) foi assim quando eu tive os meus garotos e do mesmo jeito com a Edna... (...) eu já tinha meus filhos, mas eles são meus e da Elisa ?, mas não é da Edna...então se a gente queria formar uma família a gente ia mesmo ter um filho que fosse nosso... e que também é um outro irmão pros meus filhos...(Eduardo, 40 anos, casal 5, duas uniões, cinco filhos)

Eu tava grávida também e eu acho que ele pensou que o pai fosse deixar ele [o filho da primeira união de seu parceiro] de lado...(...) eu fazia de tudo pra mostrar pra ele que ele era bem vindo na nossa casa, que ele ia ser mais um irmão (...) Júnior viu depois que a gente era uma família que ele tinha ganhado na verdade dois irmãos.. (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

Era importante pra nós dois, isso significou que a gente tava junto pra valer...(...) um filho com ela...era agora nossa família, não só a minha com meu filho que ela tinha entrado... (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

Para as companheiras de Gilmar e Eduardo, o nascimento do filho teve um significado a mais. Ambas eram solteiras e não tinham filhos. A convivência com os enteados e outros familiares do parceiro reforçava para elas a necessidade de ter um filho próprio do casal. Glória confirma a fala de seu companheiro, destacada acima, ao dizer que o desejo de ter um filho visava legitimar a união do casal e, particularmente para ela, demarcar as fronteiras entre a família dele e a família formada por eles:

...vim morar com ele, eu tinha 17 anos, ia fazer 17, meu pai não concordava com o nosso namoro, não queria, achava que ele era muito velho pra mim...só que eu queria ficar com ele, daí vim ficar com ele...(...) foi difícil porque ele já tinha muita experiência, já tinha um filho que hoje em dia...ele mora aqui com a gente, mas não parece que eu sou madrasta dele, tanto era assim que ele não me via como madrasta, depois que eu dei um irmão pra ele, mudou, mas antes disso não...(...) eu não sentia que tava começando uma vida nossa, que a família dele me via, achava que eu era só uma namoradinha...ele tava me levando pra família dele e não formando uma nossa... então eu queria ter um filho...assim ninguém ia mais fala mais nada...(...) e ele não rejeitou a idéia, nunca rejeitou, antes mesmo de eu vir pra cá, ele queria, que isso ia fazer todo mundo entende que a gente tava junto mesmo, que não era brincadeira de criança...(...) foi bom que com o irmãozinho eu e o Júnior também ele virou um bom irmão a gente sente como família mesmo (Glória, 24 anos, casal 7, primeira união, um filho, um enteado)

O reconhecimento da família e a necessidade de demarcar posições também surgem no relato de Joana. Essa informante, assim como Glória, está em sua primeira união. Júlio, seu companheiro, teve três filhos no primeiro relacionamento conjugal e mais um de uma relação eventual. Seus enteados moram com a mãe a cinco quadras da residência do casal. Por essa razão, embora não seja algo tão constante como no caso da entrevistada acima, Joana tem um contato relativamente próximo com eles, exceção feita ao enteado que fora reconhecido em decorrência do teste de DNA. Com

essa criança o contato é esporádico. Em seu relato Joana fala das incertezas que sentia quanto ao futuro da relação diante de tantos vínculos que “prendiam” seu companheiro a coisas do passado. Tinha receios de que os compromissos – financeiros e afetivos - que ele mantinha com os filhos o impedissem de se dedicar na construção de uma vida familiar com ela:

Eu fiquei feliz quando engravidei porque foi aí que eu senti que eu ia ter um espaço mesmo na vida dele que quando a gente começou a ficar junto veio a coisa do DNA...a confirmação de que era o pai do garoto e que disso ele não ia poder escapar que ia doer no bolso....(...) eu tinha que me relaciona também com os três filhos dele, porque ele não perdeu o contato com os filhos, que eles moravam perto da gente, um dia ou outro eles tavam por aí, ou aqui ou lá na casa da avó...na época que eu mudei pra cá, a gente não tinha essa casa, eu ficava com ele, dividia a casa com a mãe dele e uma das sobrinhas e isso já era complicado que não era a minha casa...a minha sogra não é das ruim não, mas não era a casa da gente...(...) eu tava numa posição lá que eu ainda não tava na mesma posição que a ex-mulher dele, que eu ainda não tinha dado netos pra ela, então eu não tinha ainda conseguido ser igual a ex...e lá eles gostavam, ainda gostam muito dela, então isso me deixava muito mal que eu comecei a duvidar se a gente tinha futuro mesmo...que era muita coisa junta que fazia ele se prende no passado dele, que condições ele ia pode se envolver para cuidar de uma família que fosse minha com ele? (...) e depois que nasceu a nossa filha mudou, que a gente tinha a nossa casa, nossa própria vida, que isso fez eu senti mais que eu tinha um lugar, eu e nossa filha na vida dele...(...) isso contribuiu também pra minha relação com os filhos dele, que eu não tinha mais bronca deles e ficava mais a vontade, eles gostam da irmã, cuidam dela, vem brincar com ela..é nossa família agora (Joana, 33 anos, casal 10, primeira união, um filho, quatro enteados)

Na visão de Júlio, sua companheira tinha ciúmes da sua relação com os filhos, algo que ele entende como natural pela inexperiência dela com a maternidade. O informante considera que situações que envolvem ex-mulher, filhos e enteados, podem gerar muitos conflitos quando não se respeita o lugar que cada um deve ocupar na família:

...no começo ela ficava enciumada quando as crianças vinham aqui...também isso é normal, né? que ela ainda não era mãe, fica difícil entender, de separar as coisas que não é por gostar dos meus filhos com a outra que eu deixo de gostar, que eu vou dar menos atenção pra ela...eu acho que ela pensava isso...(...) a filha da gente tranqüilizou ela (...) mas eu sei que é complicado que fica inseguro que quando os dois nenhum tem filho é mais fácil, que nada desvia a atenção, tudo é da gente, mas quando você casa com alguém que já tem filhos de outra pessoa, tem sempre alguma coisa que acaba tirando de alguém atenção e dinheiro também...por isso que tem discussão... eu acho que pra evitar isso tem que respeita o lugar de cada um..assim não prejudica a felicidade de ninguém... e a gente pode ser uma família normal como qualquer outra... (Júlio, 39 anos, casal 10, duas uniões, cinco filhos)

O contexto potencialmente conflituoso que cerca a formação de uma família reconstituída marca as narrativas individuais do casal Bruno e Bianca. Ambos avaliam que o nascimento do primeiro filho do casal acentuou os conflitos de Bianca

com sua filha, provocando um certo isolamento da menina no cotidiano familiar. Essas brigas constantes refletiam no relacionamento do casal. Para evitar maiores problemas durante a gestação, o casal era auxiliado por parentes que abrigavam a garota nos períodos de maior tensão. Na visão de Bianca, a revolta de sua filha estava relacionada ao medo de ser rejeitada pelo padrasto e também não ser criada pelo próprio pai. Mas sua atitude teria mudado quando percebeu que o padrasto estava tentando reunir todos eles como irmãos e não criar uma nova família somente com o casal e os novos filhos:

Eu e ele a gente queria muito ter um filho, mas a gente esperou um pouco até a nossa vida entrar nos eixos, porque a rejeição da minha filha trazia muita dor de cabeça pra gente, mesmo que eu não caísse nas manhas dela, as vezes isso causava problema meu com o Bruno...e isso podia levar a gente a terminar né? Porque é difícil muito homem não agüenta chique de filho que não é dele...então a gente resolveu espera mais um pouco...(.) depois que saiu o divórcio a gente decidiu que casava e eu pra comemorar engravidei (risos)...quando a minha filha soube disso a coisa ficou muito, mas muito pior...ela saía de casa ficava com o pai, mas como o pai, era sempre assim, não ligava muito pra ela, ela não agüentava e voltava, depois ela ficou na tia e voltava...a gravidez foi inteirinha desse jeito...(.) cada hora tinha que mandar ela pra um lugar pra que a gente pudesse ter um pouco de paz...(.) depois quando nasceu, o Bruno trazia mais o Júnior aqui..ficava quase todo final de semana com a gente que ele fazia questão que fosse criado perto, que entendesse que era irmão também...(.) eu não sei se ela achou que tava perdendo espaço ou sei lá, mas ela mudou da água pro vinho... que eu acho que ela sentia que com a gente casando e tendo outro filho, ele ia ficar de escanteio, ia ser rejeitada pelo padrasto, da mesma forma que o pai...acho que isso mexia com ela muito, que ela não tinha confiança, se o pai que era pai não ligava porque outro ia ligar...(.) quando ela percebeu que o Bruno não era o mesmo que o pai...que eu acho que foi isso...ela voltou a ser minha filha...me ajudava a cuidar da criança...brincava com os dois, com o meu enteado e com o irmão.. acho que foi daí que a gente virou família, tudo a mesma coisa... (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

No relato de Bruno, o informante revela que sua atitude sempre foi a de ter o máximo de paciência com sua enteada em função do relacionamento com a mãe dela. Não tendo conseguido estabelecer uma boa convivência com a menina, procurou evitar confrontos diretos, o que não foi capaz de evitar reflexos negativos em seu relacionamento conjugal. Quando nasceu o filho do casal, Bruno fez questão de aproximar seu primeiro filho do novo irmão, para que nutrissem desde cedo uma relação fraternal. A mudança no comportamento da enteada após o nascimento, mencionado em tom de brincadeira como sendo um verdadeiro milagre, foi determinante na decisão de ter o segundo filho do casal:

Eu queria que o Júnior ficasse perto, levava ele sempre que podia lá em casa pra conhecer, ter contato com o irmão...que família tem que ser unida...e irmão tem que

criar desde cedo mostrando que um tem que ajudar o outro...era esse o meu pensamento...(...) a vida da gente foi muito difícil que a minha enteada não aceitava de jeito nenhum, brigava ia embora, voltava...foi muito difícil, mas eu amava muito a mãe dela e eu queria que a gente fosse mesmo uma família, não ia repetir meus erros...(...) que eu e ela percebemos que ela mudou de atitude, que ficava com a criança...brincava com o irmão...quando o Júnior vinha também, ela tratava bem...brincava também...eu falei pra ela que Santo Expedito tinha atendido o pedido dela...causas impossíveis, não é o santo das causas impossíveis (risos) e deu certo que ela modificou a atitude dela...(...) tava tão bom que a gente resolveu ter outro filho nosso, que a gente tinha desistido que a gente não sabia se ia dar certo com aquela situação, aquele clima de briga...depois tudo mudou e a gente teve outro filho.... (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)

Observa-se nesses relatos que o filho em comum, pensado como um elo de integração entre o casal e suas respectivas proles, pode vir a ser mais frágil do que os informantes imaginavam. Podem fomentar mais discórdias do que concordâncias, pois como bem destacam os relatos femininos, filhos, mulheres e homens estão sempre em disputa para preservar suas posições, seus afetos e seus recursos no interior do grupo familiar.

Outro conjunto de relatos mostra que, com o nascimento do filho em comum, os homens entrevistados passaram a se responsabilizar unicamente pelas pessoas – mulher, filhos, enteados e outros parentes – que coabitavam com eles desde o recasamento. Nesses casos, operou-se um distanciamento ou uma ruptura com os filhos não conviventes:

...eu quis muito um filho com ela...que por mais que a gente tinha uma boa convivência...eu com as filhas dela... achava que seria melhor se tivesse um filho...(...) eu crio também as filhas dela, é um compromisso entre a gente muito forte que ficou mais forte ainda quando nasceu o nosso Danilo... (...) foi importante que deu mais responsabilidade como família mesmo...uniu mais ainda...(...) o Júnior não tem ligação com o que a gente vive aqui, ele é uma coisa diferente...que é meu filho, não deixou de ser meu filho, meu mais velho, mas é só meu filho, não tá aqui, partilhando...como fazia quando eu tava com a mãe dele... (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)

A companheira de Carlos considera que a maioria dos homens que recasam se comporta como seu parceiro. Para ela, são as mulheres que se preocupam mais com os sentimentos de rejeição e de abandono que os filhos podem ter em situações como a vivida por eles:

...o filho dele, eu vi mais quando a gente começou e depois raramente a gente vê, ou ele vem aqui, eu sei que ele[atual companheiro] não procura, não telefona...coisa de homem mesmo...e que piorou bastante depois que eu tive o Danilo ... que quando eles arranjam outra mulher, eles somem, não dão a mínima pros filhos...o Cleiton foi igualzinho, perseguia no começo, vinha aqui...depois que nasceu aquele filho dele, só no

aniversário das meninas mesmo que ele dá notícia...(...) mãe tem uma postura diferente, que saber mais dos filhos, a gente sabe muito bem que eles ficam muito aborrecidos, chateado quando vê que um pai, uma mãe não liga a mínima...é frustração pra eles isso...eu acho que mãe é mais atenta...(...) mas eu acho que é por preocupação de ter uma nova família pra cuidar e como no caso da gente, ele também cria mais duas né? antes ele só tinha que se preocupar com um, agora ele tem três.... (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)

Para Helena, o distanciamento e a falta de preocupação de seu companheiro com os próprios filhos lhe causavam muito estranhamento. Segundo a informante, o parceiro desejava muito ter um filho para voltar a ter uma família. No entanto, raramente falava sobre a vida que tinha com os outros filhos, o que havia de bom ou negativo nessas relações. Ela sabia que o parceiro algumas vezes mandava dinheiro para as respectivas mães, mas nunca havia visto sequer uma fotografia dos enteados. Embora também desejasse um filho dele, tinha receios do tipo de pai que ele seria. Para sua surpresa, ele tem se mostrado um homem carinhoso e muito responsável com a família:

A gente queria um filho nosso, que fosse nosso (...) mas eu acho que ele quis até mais do que eu...ele falou que queria...(...) tinha uma coisa dele que ele já tinha casado uma vez, tinha dois filhos, mas dizia que não tinha família, que ele era muito solitário antes da gente ficar junto...(...) eu me surpreendi com ele porque eu imaginava que ele fosse um pai muito seco, que eu vejo lá o segundo filho dele que a mãe mora pertinho da gente, nossa se a tia dele não tivesse um dia me mostrado o menino, me apresentado eu nem ia saber que eu tinha um enteado morando tão perto... e não condiz com o jeito que ele é com a nossa filha...(...) que eu tinha medo dele enjoar e me abandona como fez com as outras, mas foi tudo diferente, que ele realmente se mostrou um bom pai, carinhoso, muito cumpridor de suas responsabilidades isso era importante pra mim naquela época... (Helena, 33 anos, casal 8, primeira união, um filho, dois enteados)

Diferente do que Helena imagina, a postura de Hélio condiz com suas idéias de que a família compreende todos aqueles que vivem sob o mesmo teto de um homem, onde ele pode cuidar, proteger e exercer sua autoridade de pai:

...tive minha filha que era a chance de ter uma família de novo...(...) que família é aquela que você cria, que cuida, que você tem obrigações...e que te reconhecem por isso...ele não posso fazer, não faço isso com nenhum dos meus filhos, só com a Ana, depois que eu terminei com a Hilda eu fiquei sem família... e agora com a Ana e a Helena eu posso ser um pai mesmo...(...) dessa vez eu quero ter outro no ano que vem...que dois tá bom... (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Isidoro tem uma percepção semelhante sobre as responsabilidades do pai de uma família reconstituída. O primeiro filho de Isidoro e Íris foi postergado muito mais tempo do que o informante desejava. Segundo ele, a companheira tinha receios que ao terem um filho, ele mudaria seu comportamento com o enteado. Depois de

muitas e muitas discussões, ela engravidou. O informante diz que seu comportamento realmente mudou com o nascimento da criança, mas em relação às filhas dele do primeiro casamento. Na visão dele, com o recasamento sua obrigação maior passou a ser com a família atual, mesmo porque manter contato com as duas famílias seria desgastante financeira e emocionalmente:

A gente decidiu ter filho mesmo depois que a gente casou...achei que tava demorando muito, que ela não queria, queria esperar pra ter certeza que a gente ia ficar junto mesmo... e que eu ia cuidar do filho dela e do nosso do mesmo jeito...era uma preocupação que ela tinha (...) não é meu filho mas é como se fosse, que eu fico preocupado com ele do mesmo jeito que eu fico com o [filho do casal] [primeiro filho do atual casamento]...(.) fica mais difícil dá atenção pra minhas outras filhas, mais ainda depois que nasceu o [filho do casal] , que filho pequeno exige demais...(.) eu via elas mais, agora é uma vez no mês mais ou menos que elas vem me ver, ficar comigo...(.) eu acho que tem que separar porque dá confusão, sempre dá porque tem ciúme, intriga que uma disse isso, outra falou aquilo dos filhos da outra, então eu prefiro que não tenha muita aproximação não, que desgasta a gente..e fica cobrança de uma da outra e eu sou um só...casei com ela é dela que eu tenho que cuidar...da nossa vida, que o resto fico lá pra trás... (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)

No relato de sua companheira, percebe-se que ela compartilha da opinião de que este distanciamento é essencial para o desenvolvimento da nova família. Íris revela que o processo de divórcio do parceiro foi muito conflituoso. A ex-mulher requisitava freqüentemente atenção dele, pedia dinheiro a mais, o que criava um clima sempre muito tenso entre o casal. Além disso, ela tinha receios de que seu filho sofresse algum tipo de rejeição caso ela tivesse um filho com ele, o que não aconteceu. Semelhante ao que acontecera com Carlos e Carolina, o primeiro filho do casal fez com que o companheiro se voltasse mais para a vida familiar, se distanciando da ex-mulher e das filhas:

Ele teve uma separação muito enrolada...e assim eu tinha que pensa no meu filho, que eu não queria que ele fosse rejeitado por não ser filho...a gente discutia muito isso que ele queria ter um filho logo e eu não quis...teve horas que eu pensei mesmo que a gente não ia ficar junto muito tempo não...(.) a gente casou e só depois que eu tive filho com ele...que nasceu o [filho do casal] ...foi melhor do que eu esperava...que o Isidoro tem sido exemplar..nosso amor tá mais forte...o filho fez bem pra gente, pra nossa família, ele ficou muito mais envolvido com a gente...(.) não é pelas meninas que são muito educadas, mas é pela mãe delas...cada uma na sua casa, com seus filhos, acho que é melhor...(.) a gente tem nossa vida agora...nossos filhos...então cada um cuida do seu...e não empata com a vida dos outros... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

O exemplo de ruptura total acontece com o entrevistado Daniel. Unido pela terceira vez, o informante também avalia que se distanciar dos filhos e da ex-mulher é a melhor atitude para um homem que deseja manter sua nova família. Ao ser

perguntado sobre a decisão de ter um filho em uma nova união, o informante acredita que o desejo feminino de ter um filho com o homem que ama e escolheu para viver junto é o que determina o momento em que os filhos virão:

Ter um filho com a Diná teve o mesmo sabor de quando tive com a Denise [primeira companheira] e com a Dulce [segunda companheira] ...que na verdade é sempre elas que tem mais desejo de ter um bebê, não é verdade? Então acho que elas decidem mais qual o momento (...) um filho ajuda muito o casal, que também traz muitos problemas, dificuldades, é muita responsabilidade ter um filho, pra gente é um peso as vezes, mas é algo muito bom também... (...) com a [segunda ex-companheira] já foi diferente a coisa, que eu tive filho com ela, e ela não tinha nenhum outro, mas tinha o meu [filho da primeira união] que ela não tinha aproximação, que nem ela e nem a mãe dele [primeira companheira] queriam mistura as coisas...e eu até acho que depois eu dei razão até pra Denise que não tem mesmo que mistura as estações...cuida, dá um auxílio na precisão, mas sempre respeitando que cada um sabe do seu... [...] que a Diná é bem dura na queda então eu tenho que me comportar e pensar só na nossa família.. [...] não, não tive mais contato com nenhum dos meus meninos (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)

Algumas vezes o desejo por filhos pode ser resultado de um tipo de pressão social. Em estudo com famílias reconstituídas nos Estados Unidos, Ganong e Coleman (1988) encontraram uma parcela de casais recasados que decidiu ter filhos por se sentirem de alguma forma pressionados socialmente. Ao avaliar algumas respostas femininas, os autores perceberam que muitas mulheres nutriam um sentimento de obrigação para com o novo marido, por este estar criando a prole delas gerada em uniões anteriores. Em decorrência disso, elas estariam dispostas a aumentar a sua prole, por entenderem que o parceiro mereceria ter seus próprios filhos. Este parece ser o caso de Fernanda.

Segundo conta a informante, a gravidez do primeiro filho do casal não foi planejada. Em um primeiro instante, ela cogitou a possibilidade de abortar. Contudo, resolveu conversar com o parceiro para saber a opinião dele. Diante da boa receptividade dele com a gravidez, ela mudou de idéia, considerando que não poderia retirar dele a felicidade de ter um primeiro filho:

...a gente tava junto já fazia um ano e três meses quando eu fiquei grávida...olha...no começo, quando eu vi que tava grávida eu pensei seriamente em tirar...eu não queria ter outro filho, não naquela hora...naquela hora não, e eu tava certa que eu ia tirar, só que eu fiquei pensando nele, no amor que eu já tava sentindo por ele...e além do mais ele não tinha um filho dele ainda (...) foi o primeiro filho dele...então eu achei que ele merecia pelo menos escolher se queria ou não, né? A gente conversou e ele ficou muito contente, que ele já tava com vontade de ter filho, que ele ficava cuidando do meu e já tava imaginando a hora dele ser pai...(...) não, eu nem cheguei a falar pra ele de tirar, nem cheguei, fiquei sem coragem, porque ele merecia ter aquela felicidade, depois de

tudo que ele fez pra mim, pro meu filho, eu podia dar pra ele aquela felicidade, então eu não disse nada e tá aqui o resultado [aponta pra foto do filho]... (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

Os filhos em comum estreitam os laços emocionais do recasamento? Eles consolidam os vínculos da família reconstituída? (GANONG e COLEMAN, 1988) Apesar dos conflitos em dobro, a maioria dos informantes parece acreditar que em grande parte sim. Mas é preciso que cada um saiba ocupar o seu devido lugar na família.

O lugar de cada um na nova família: o trabalho, a casa e os filhos

O trabalho remunerado de homens e mulheres constitui um elemento importante na reconstituição familiar dos informantes. Várias das entrevistadas revelaram que no início da união não deixaram de trabalhar porque tinham incertezas sobre a durabilidade de seus relacionamentos e se os parceiros iriam assumir o sustento da prole que era somente delas:

...que casamento é uma coisa que pode num dar certo...um mês você tá bem, achando que é maravilhoso que é amor, no outro pode dar tudo errado e acaba cada um pro seu lado...eu amava e confiava nele, mas não boto minha mãe no fogo por ninguém...achei melhor continuar como tava...(...) meu filho não era dele, que ele podia tentar ser bom, mas não tinha obrigação...e eu não ia poder falar nada...se ele aceitasse era porque queria fazer isso, se não, eu não podia obrigar também...a responsabilidade era minha de cuidar... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Sei lá, ele era bom, gostava de mim, mas sei lá se ele ia querer cuida de filho alheio...tinha que me garanti.. (Diná, 36 anos, casal 4, duas uniões, três filhos, dois enteados)

Essas preocupações se mostram pertinentes diante dos discursos masculinos. O receio de ter que arcar com o provimento de possíveis enteados, por exemplo, foi apontado por um dos entrevistados como o motivo que o levou a romper um relacionamento amoroso que, segundo ele, “até tinha futuro”:

*Antes da Helena eu tava com uma outra garota que eu achava que até ia ter futuro, o problema que eu vi é que ela tinha um menino maiorzinho e uma outra menina...e logo eu percebi que ela tava **querendo jogar a responsabilidade**...que tem disso, tem muita mulher que só tá de olho na carteira do homem pra ver se pode ser o novo pai dos filhos e disso eu tô fora...(...) ela tinha um serviço fuleiro que não dava pra muita coisa, tinha um irmão dela e acho que uma tia que ajudavam, eu mesmo fazia uns agrado de vez em quando, mas ela não tinha muito não...acho que ela tava no desespero... e eu fui percebendo isso (...) a gente tinha um bom entrosamento, se dava bem, mas tinha esse problema e trouxe eu não sou que ia sobrar pra mim, ela ia cobra de eu assumi coisas*

que não era minha obrigação, então larguei mão... (Hélio, 38 anos, casal 8, duas uniões, três filhos)

Não se aventurar com mulheres que tenham filhos pode ser uma estratégia para evitar maiores constrangimentos, caso haja uma união. Isso porque, como aponta o informante Carlos, o sustento dos enteados acaba sendo algo inevitável da vida em comum. E mesmo que um homem tenha o direito de não querer ajudar por não ser o pai da criança, na maioria das vezes acabaria cedendo aos apelos da parceira. Ainda mais se ela já for mãe de um filho dele. Em sua narrativa, Carlos parece sugerir que não se sentia muito incomodado com essa situação porque sua companheira sempre trabalhou para cuidar das filhas dela:

É como se fala quem tá na chuva tem que se molhar....que eu juntei com a Carolina e tinha só as filhas dela...que eu tinha meu direito de chegar e controlar o dinheiro que eu punha na casa, mas daí não tem cabimento né? Que criança não tem culpa do pai não ajudar...e ela sempre trabalhou pra garanti a criação das meninas... (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)

A disposição masculina em assumir responsabilidades financeiras em uma eventual nova família depende da avaliação que fazem a respeito do relacionamento e das atitudes da futura companheira. Na visão de alguns informantes, os homens tendem a se afastar da “interesseira” que estaria somente “à procura de um pai” e seriam mais condescendentes com a “batalhadora” que não estaria “de olho na carteira” deles. Dessa forma, a união com uma parceira que já tenha filhos pode ser percebida como menos desvantajosa quando a mulher exerce algum tipo de trabalho remunerado.

Entre as mulheres entrevistadas, a maioria esteve envolvida com atividades remuneradas desde o início do relacionamento atual (Quadro 23). A dinâmica familiar no recasamento recoloca o ideal da divisão sexual do trabalho pautado na complementaridade entre o provedor e a dona de casa e cuidadora dos filhos. Mas, assim como na primeira união, diria até mais do que anteriormente, o cumprimento das tarefas e responsabilidades familiares se concretiza a partir de arranjos mais flexíveis entre os parceiros. A maior aceitação do trabalho feminino foi um ponto comum nos discursos sobre as mudanças percebidas entre a vida familiar na primeira e na segunda união. No entanto, essa aceitação está condicionada a razões que não remetem a uma situação de maior igualdade de gênero (ARAÚJO e SCALON, 2005).

A primeira grande motivação continua sendo a necessidade familiar. O rendimento feminino é visto como uma ajuda temporária em fases de desemprego masculino ou complementar ao rendimento do companheiro. Acredito que nessa segunda perspectiva se insira os casos em que as mulheres continuaram trabalhando para garantir o sustento dos filhos que são somente delas.

Quadro 22 - Características de formação e atividade remunerada na união atual dos casais entrevistados

Casal	Ego	Formação	Profissão	Histórico das atividades exercidas ao longo da união atual
1	André	Médio Incompleto (1o. ano)	Padeiro	Sempre foi funcionário com carteira assinada de um hipermercado da cidade
	Ana	Médio Completo	caixa de supermercado	trabalha no mesmo hipermercado que o companheiro como funcionária terceirizada, tem carteira assinada também
2	Bruno	Fundamental Incompleto (6o. ano)	Feirante	Foi caminhoneiro, entregador de mercadorias de lojas de material de construção, fazia transporte de alimentos para o CEASA e há cinco anos trabalha como feirante com venda de verduras e legumes
	Bianca	Fundamental Completo	feirante	trabalhava como caixa e balconista de padaria, parou de trabalhar quando o segundo filho nasceu, há cinco anos trabalha com o companheiro como feirante
3	Carlos	Fundamental Completo	Taxista	Trabalhou como operador de máquina industrial, vigia noturno, prensador e há três anos trabalha para um empresa de táxi que atende o aeroporto de Viracopos
	Carolina	Médio Incompleto (2o. ano)	Dona de casa	Sempre trabalhou como vendedora em várias lojas de um grande shopping da cidade. Há um ano e meio o filho do casal teve pneumonia e ela pediu demissão pra ficar com as crianças.
4	Daniel	Fundamental Completo (supletivo)	Motorista de ônibus	Sempre trabalhou como motorista de ônibus intermunicipal que cobre os municípios vizinhos. (Sumaré, Cosmópolis e Paulínia)
	Diná	Médio Incompleto (1o. ano)	Manicure	Antes da união fazia marmitas e salgados, parou quando iniciaram a união, há dois anos começou a trabalhar como manicure no salão que fica quase ao lado de sua casa.
5	Eduardo	Médio Completo	gerente de loja	Era vendedor em loja, passou a ser representante de rua e há três anos é gerente de uma das lojas da empresa.
	Edna	Médio Incompleto (1o. ano)	dona de casa	Há seis anos vende cosméticos e roupas íntimas para vizinhas
6	Fábio	Fundamental Incompleto (7o. ano)	mecânico	Sempre trabalhou como mecânico em várias oficinas
	Fernanda	Médio Incompleto	dona de casa	Foi atendente de locadora de vídeos e balconista de farmácia, não trabalha fora de casa há um ano.
7	Gilmar	Fundamental Incompleto (7o. ano)	mecânico	Sempre trabalhou como mecânico. Está fixo em uma grande oficina há 3 anos.
	Glória	Médio Completo (supletivo)	Babá/Faxineira	Começou a trabalhar como babá depois que o filho do casal fez um ano, época em que o companheiro não arranjava serviço. Trabalha como babá e faxineira para três famílias. Há um ano terminou o supletivo do ensino médio porque quer fazer curso de auxiliar de enfermagem.
8	Hélio	Fundamental Incompleto (6o. ano)	Mecânico	Sempre trabalhou como mecânico com o tio. Fazia bicos por fora. Há três anos o tio faleceu e ele virou dono da oficina.
	Helena	Médio Completo	repcionista em clínica médica	Foi vendedora, atendente em posto de informação de parque de diversões, auxiliar em escola infantil. Há quatro anos é recepcionista.
9	Isidoro	Fundamental Incompleto (6o. ano)	Ambulante (Dono de um carrinho de cachorro quente)	Foi metalúrgico, entregador de gás, motorista de caminhão. Há três anos vende cachorro quente perto de uma faculdade particular.
	Íris	Médio completo	Telefonista	Foi balconista de lanchonete, recebia encomendas de salgados e doces pra festas e faz quase dois anos que é telefonista de uma clínica de tratamento dentário.
10	Júlio	Fundamental Incompleto (7o. ano)	Serralheiro	Faz serviços de eletricitista, pedreiro e de acabamentos de construção (pintura, azulejista). Há dois anos trabalhava pra uma empresa de portões.
	Joana	Médio Incompleto (1o. ano)	Dona de casa	Antes da união era cozinheira e faxineira. Ficou desempregada e resolveu ter um filho há dois anos.

A continuidade do trabalho das mães – por vontade própria das mulheres ou pela necessidade familiar - se garante mediante a avaliação do casal, mas particularmente dos homens, de que isso não causa prejuízos para a vida doméstico-familiar:

...[indagado sobre a mulher trabalhar fora] minha preocupação é que deixa tudo no Deus dará, que fica sem controle, os filhos ficam sem controle, a casa parece que não tem mulher, isso me deixava descorçoado (sic), por isso que eu não gostava não...[...] pra ela [atual companheira] a família tá em primeiro lugar, eu vejo, que ela não descuida de nada, nada passa despercebido dela...nada...que se ela pudesse ter um emprego que fosse mais perto e tomasse menos tempo dela, acho que ela ficaria melhor, que sobraria mais tempo pra ficar com a molecada...que eu vejo que se pudesse ela ficaria mais aqui... (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)

Um dos informantes diz que sempre foi muito resistente em aceitar que as companheiras, mães de seus filhos, trabalhassem fora de casa. Se houvesse necessidade preferia que fosse um trabalho que pudesse ser realizado dentro da própria casa. Contudo, mudou de idéia porque, ao contrário do que imaginava, o trabalho fez com que a companheira se tornasse mais comunicativa e disciplinada na organização do espaço doméstico:

...eu confesso que pra mim era muito melhor a mulher ficar em casa, principalmente quando o filho da gente é pequeno que precisa mais da assistência...eu achava que era muito melhor...tanto que da primeira vez com a Gisele ela só foi trabalhar quando a gente não tava mais junto...mas isso só aconteceu mesmo quando o Júnior já tava na época da escola...mas daí já não era problema meu...(...) que eu pensava que ela[atual companheira] não tinha que trabalhar não, que o garoto era pequeno e eu sustentava a casa, ela podia fazer algo em casa mesmo pra ajudar, passar roupa pra fora, alguma coisa que ela não precisasse ficar muito longe do menino, mas depois as coisas na oficina ficaram ruins e eu fiquei desempregado e como tava difícil de arranjar algo fixo, ela arranhou pra servir de babá na casa de uma família que a irmã dela trabalhava também, no começo fiquei meio assim, mas depois eu vi que ela ficou até mais esperta com as coisas aqui de casa, a casa parecia que ficou até mais organizada (risos) foi até bom pra gente...que até tinha mais conversa entre a gente... vi que não era tão ruim assim...(...) que na verdade ela me enrolou direitinho que era só pra ajudar um tempo, mas quando percebi, ela já tinha arranjado outro trabalho do mesmo tipo...que quando voltei a trabalhar eu já tinha me acostumado...sem contar que era um dinheiro a mais que tirou um pouco o peso das minhas costas...eu acho que no final acabou sendo uma coisa mais boa do que ruim... (Gilmar, 38 anos, casal 7, três uniões, dois filhos)

No relato de sua companheira - Glória - entretanto, essa preocupação com o espaço doméstico foi motivada justamente pela intensificação das cobranças de Gilmar, após ela ter começado a trabalhar:

...ele não se conformava...mas teve que engolir porque a gente não tinha quase nada de dinheiro e era um salário bom...[...] ele me levava e me esperava no ponto, todos os dias...se eu chegava mais tarde ele falava, se eu reclamava de qualquer coisinha da van,

da patroa, de sei lá qualquer ai que eu desse, ele já falava e falava e falava até cansa que era eu que tinha escolhido aquilo, que já que eu queria então tinha que arcar com aquilo...[...] eu acordava mais cedo, bem cedo pra deixar tudo arrumado...deixava algumas coisas na casa da minha mãe que ela me ajudava com as roupas, com lençol e toalha, ai ela levava lá em casa pra mim...que eu tinha que deixar tudo bem no jeito que era um motivo a menos pra ele me azucrinar [...] depois que ele voltou a trabalhar eu tinha mais tranqüilidade que ele tinha do que se ocupa ... (Glória, 24 anos, casal 7, primeira união, um filho, um enteado)

Assim como Glória, várias entrevistadas falam a respeito da sobrecarga de suas responsabilidades com a manutenção da casa e com o cuidado dos filhos quando estão trabalhando. Reclamam que mesmo nos momentos em que apenas elas estavam trabalhando, os companheiros continuavam ajudando muito pouco nas tarefas domésticas ou com os filhos. Dessa maneira, algumas delas sentiram a necessidade de preservar os acordos e as estratégias adotadas com parentes e vizinhas para o cuidados dos filhos e da casa:

*Eu acho que deve ter alguma coisa na cabeça desses homens que fazem eles serem incapazes de fazer coisas pequenas como juntar as roupas sujas num lugar só, pegar uma vassoura e dar uma passadinha nem que fosse de leve no chão... não adianta não, pode trabalhar, ajudar a trazer mais dinheiro pra casa, mas eles não fazem o mesmo pra gente... e nem quando fica tudo na dependência nossa, do meu dinheirinho...(...) que eu vejo que eu abraço tudo e aí se eu relaxar, deixar um banheiro fedido ou não tiver comida em casa...eu vou ouvir resmungo por dois dias pelo menos (...) ele [atual companheiro] é um pouco diferente, que ele pelo menos me ajuda mais com as crianças, ele só não gostava quando eu tinha que pegar duas condução pra trabalhar, achava perigoso que eu tinha que sair muito cedo...mas depois que eu arranjei serviço que só leva uns 10 minutos de van ele não acha ruim não, o outro queria morrer, mas ele acha até que faz bem, que **ninguém fica acomodado**...mas ainda fica essa coisa ser tudo eu na casa... (Íris, 33 anos, casal 9, duas uniões, três filhos, dois enteados)*

Mesmo depois que eu juntei com o Carlos, a Ditinha continuou me ajudando, a minha tia também, não mudou, a gente foi fazendo do jeito que a gente fazia sempre...que ele [atual companheiro] ajuda, mas também não é uma ajuda, não dá pra contar que vai fazer o que eu preciso, do jeito que tem que ser feito né, então eu acho melhor continua com a Ditinha por perto...[...] eu não parava, trabalhava de tarde até a noite na loja, voltava mas tinha que deixar tudo pro dia seguinte, as coisas da escola das meninas, daí o Carlos fazia umas coisas, mas só quando eu pedia mesmo, assim de implorar... [...] eu acho que ele faz mais pro Danilo do que pras meninas, não sei se é porque elas são maiores...mas ele tem mais boa vontade com as crianças do que de estender roupa ou lavar um banheiro...isso ele não faz nem se paga.. (Carolina, 40 anos, casal 3, duas uniões, três filhos, um enteado)

A maior valorização do trabalho feminino é reiterada pelos resultados de pesquisa domiciliar nacional sobre gênero, trabalho e família. Segundo Araújo e Scalon (2005), os achados dessa pesquisa apontam para a maior aceitação do trabalho feminino entre mulheres e homens adultos, como “mecanismo de afirmação social e econômica” das mulheres (p.29). Por outro lado, também se identifica uma

“permanência da valorização da domesticidade feminina” (p.29). Ou seja, como nos discursos dos homens entrevistados, essas autoras destacam que as expectativas conjugais masculinas continuam a salientar os papéis de esposa e mãe, principalmente se houver filhos na fase da primeira infância. O que significa que a maior aceitação do trabalho feminino não é necessariamente um indicativo de alterações nas atitudes e representações de gênero na família.

Se, na primeira união, a principal fonte de conflitos no casal era a falta de emprego e de dinheiro, no recasamento as discussões concentram-se em torno do relacionamento e das responsabilidades com enteados e filhos que moram com o casal. Na maioria dos relatos, a avaliação masculina sobre o relacionamento com os enteados é negativa. Falam sobre a dificuldade de interagir com eles, principalmente com os adolescentes. As situações mais conflituosas foram vividas por Bruno e Daniel, que desde o início teriam desistido de estabelecer um relacionamento melhor com os filhos de sua parceira. Em ambos os casos, a relação conjugal somente não acabou porque as parceiras aceitaram tomar uma atitude mais extrema, mandando os filhos para a casa de parentes ou do próprio pai:

*...nunca foi bom, a gente nunca se deu desde o começo...e mesmo quando ela cresceu mais, era eu de um lado e ela [enteada] do outro, nunca conversamos como assim eu faço com júnior, conversa besta de pai e filho...com os outros meus eu sinto a mesma coisa, que eu sempre fiquei muito fora, mas eu via um carinho mais deles quando eu voltava pra casa, com ela [enteada] nunca.fica estranho isso [...] ela [atual companheira] via que era difícil, mas queria que a gente se desse bem, que eu tivesse mais carinho com ela [a enteada], mas acho que quando bate bate, quando não bate num adianta...eu respeitei sempre, mesmo quando ela me faltava com respeito, até com a mãe dela também, e eu continuei, **nunca deixei falta nada pra ela, nunca neguei nada**, mas eu só exigi que ela[atual companheira] tomasse uma providência, a única vez que eu tive que interfeiri e ser mais enérgico foi quando ela teve o menino, que o médico já tinha alertado da pressão dela que ela não podia passa aborrecimento, então eu exigi que ela não podia ficar com a gente...mas foi a única vez...depois ela voltou [...] ela saiu de casa várias vezes, mas sempre voltava, ficava melhor umas épocas, mas voltava tudo de novo...**eu nunca tive autoridade, ela não me obedecia, ela nem me ouvia** e isso é ruim que mesmo eu ali, era como se ela tivesse numa casa sem pai...[...] quando os outros nasceram ela melhorou bastante, mas continuou...não me dava muita trela... (Bruno, 45 anos, casal 2, três filhos, um enteado)*

Ao longo dos capítulos as falas de Daniel mostraram os problemas vivenciados com os enteados em dois de seus relacionamentos. Na avaliação que faz dessas experiências acredita que a autoridade do padrasto não é legitimada pelos filhos e nem pela própria parceira:

*É normal...boa..porque ela[enteada] é tranqüila, mais do que o irmão, que com esse não teve jeito mesmo, que foi o que te falei antes, Diná mandou ele pro pai criar que se não a gente não ia pra frente de jeito nenhum...[...] mas não é a mesma coisa...que o menino[filho do casal] é pequeno, mas eu sinto mais...ela[enteada] tem 10 anos, mas continua estranho ainda, que ela quase que não fala comigo, só com a mãe...[...] **que padrasto não tem autoridade**...eu sinto isso...e não é só por causa das criança, mas a gente é muito desautorizado, que ela mesma desautoriza, não deixa eu dar bronca...corrigi...ela se ofende e vive dizendo que eu não posso fazer isso, que ela que é a mãe eu não...daí que eu desisti de fazer qualquer coisa entreguei tudo na mão dela mesmo... (Daniel, 47 anos, casal 4, três uniões, três filhos, dois enteados)*

A avaliação de Daniel é partilhada pelos demais entrevistados, que se vêem em uma posição ambígua, pois as parceiras exigem que eles se aproximem, sejam afetuosos e que assumam responsabilidades na criação dos enteados, como se fossem pais, mas ao mesmo tempo não permitem que eles exerçam o poder e a autoridade de um pai. E isso gera desconfortos e conflitos que se acentuam quando os enteados atingem a fase da adolescência:

*Já foi melhor...hoje não sei não, elas[as enteadas] não ligam pra mim, eu não faço coisas com elas, muitas coisas, com [filho do casal] é diferente ele fica feliz quando tá comigo, ele me procura mais, as meninas dela, não...[...] eu acho que elas vão crescendo vai ficando mais distante, mais difícil de melhorar, que eu quero ver depois quando elas tiver com namoradinho, querendo ficar mais tempo com as amiguinhas, ir sozinhas pros bailes, que já tá começando...mas só vai piorar daqui pra frente...que eu não tenho autoridade, **não mando porque não sou pai** e ela também não gosta se eu falo mais grosso, chamo atenção ela fica brava então assim que elas não me respeita mesmo... (Carlos, 47 anos, casal 3, duas uniões, dois filhos, dois enteados)*

*Tem hora que é um nó isso, que o menino dela me olha de cima...ele me desafia em coisas que ele sabe que eu não gosto, ela faz vista grossa que eu também sei que se eu toma uma atitude mais drástica ela vem que nem fera defende a cria e daí eu fico de mão atada, não posso fazer muita coisa...e daqui a pouco, que aqui é um lugar que os meninos se perde muito fácil se você não tem pulso firme...a gente tá sempre falando disso lá no projeto...que é a nossa maior preocupação com os filhos que é essa coisa do dinheiro fácil, da bandidagem tá solta e fazendo o que quer, e os menino tem cabeça oca, fácil de manobra...eu me preocupo que é minha família que tá em risco...[...] mas ela passa mão na cabeça, breca... [...] ela reclama que eu não faço nada, que eu não converso com ele [enteado], que eu não sou muito dos carinhos que eu faço diferença, que com um eu abraço, que eu brinco mais, chamo pra fazer as coisas e com ele não... [...] **eu sou pai porque crio todos eles, só que eu não me sinto pai dele [enteado]**...como dos outros...é triste ela sabe, mas é assim, sangue acaba puxando mais a gente... (Isidoro, 41 anos, casal 9, duas uniões, quatro filhos, um enteado)*

Os relatos femininos confirmam que a expectativa das mulheres é de que os parceiros assumam a posição de pai de todos os filhos, mas identificam que os homens tendem a ser mais frios, menos disponíveis e intransigentes com a prole que não é dele:

Às vezes me preocupa que ele parece que é mais exigente com meu filho...e daí eu tento segurar que eu vejo que ele tá sendo muito duro, mais do que é com os outros quando

fazem a mesma coisa...daí eu já...[...] eu acho que ele assumiu meu filho como um pai mesmo, eu tinha medo antes, mas ele assumiu mesmo como pai, ele cuidava quando... nas doença ele teve junto em quase tudo de doença que ele pegou, mas mesmo assim eu acho, eu tô ali vendo que ele é mais carinhoso com os outros, tem um olhar diferente...e também tem a coisa que ele tem loucura pela menina, ele se preocupa também mais com ela...[...] eles [padrasto e enteado] andaram se estranhando de uns tempos pra cá, a gente andou também discutindo por causa disso...[...] ele quer que o menino obedeça, seja assim, assado, daí vem grito, diz que não é assim que ele não pode obrigar ele, que nem pai é...nossa daí a casa cai de vez...que ele [atual companheiro] retruca “.pai é quem cria, pai é isso...onde foi parar o seu pai então?”...ai fica um jogando na cara do outro, se machucando... (Fernanda, 31 anos, casal 6, duas uniões, três filhos)

Ana avalia que o distanciamento do parceiro em relação a sua filha acontece pela ligação mais próxima que a menina tem com o irmão da informante, por ter sido ele quem cuidou delas desde que fugiram da casa do ex-companheiro:

No começo acho que ele era mais preocupado, mais brincalhão com ela, agora nem tanto...ele é bom pai, faz o que tem que fazer, mas acho que ele se sente estranho com a minha filha...acho que ele vê que ela é mais apegada com meu irmão do que com ele, que também meu irmão foi o único pai que ela teve...que o dela mesmo ela nem lembra, tinha dois anos quando eu vim pra cá...meu irmão que tava junto da gente, então ela é mesmo apegada nele, mais do que com André...até acho que ela obedece mais o meu irmão do que ele... (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

O relacionamento das mulheres com os enteados que moram com o casal não parecem ser tão conflituosos, mas são igualmente distantes. Por já serem quase adultos quando foram morar com o casal, as entrevistadas não sentiram a necessidade, como acontece no caso dos homens, de agir como mãe:

...ele é um bom menino, não dá trabalho, que ele é quieto, não me perturba e é muito ligado no pai, tanto que preferiu ficar com ele do que com a mãe dele...[...] ele me respeita, me ajuda com as crianças porque gosta de brincar com elas, mas não me trata como mãe, que ele tem a dele que ele só não tá com ela porque não gosta é do padrasto, não se dá com ele, mas gosta da mãe...[...] que ela sempre liga pra cá pra tá sabendo como ele tá, se ele tá bem...ela se preocupa então eu cuido bem dele por ele[atual companheiro], porque é filho dele...e também ele já é um rapaz, quase homem feito, então não tem uma coisa de ficar em cima como se fosse criança... (Ana, 30 anos, casal 1, duas uniões, dois filhos, um enteado)

...é até estranho porque o júnior...ele é um pouco mais novo que eu, então a gente não tem uma relação de madrasta, de mãe...não tem nem cabimento... (Glória, 24 anos, casal 7, primeira união, um filho, um enteado)

No caso de Bianca, o falecimento da mãe de seu enteado, fez com que ela assumisse a condição de principal cuidadora. Contudo, apesar das nomenclaturas – ele a chama de mãe e ela de filho – a informante não considera que os sentimentos sejam equivalentes aos vividos com os filhos biológicos:

A gente ficou mais ligado quando a mãe dele ficou doente, já tava no final da vida e ele veio já morar com a gente quando ela foi internada...[...] mas é muito diferente que mesmo que a gente tenha convivido desde que ele era criança, mas não tinha assim

muita ligação...[...] nesse tempo, desde os 16 anos dele, eu tô substituindo a mãe dele, ele me chama de mãe...só que ele não fica tão a vontade como meus filhos ficam comigo...ele tem gratidão, eu acho que é isso, gratidão por eu não abandonar ele, por cuidar dele, do pai...[...] eu acho que eu tive muita sorte porque mesmo com tudo que já passaram o Bruno conseguiu educá bem ele, que ele já trabalha, tem as coisas dele, e não é desses garoto que fica vadiando, nunca foi, então pra mim não foi um estorvo, que poderia ser, mas não foi, que eu imaginava que por ser um menino é mais difícil da gente segurar, acho que foi pra compensar né? Que imagina se eu tivesse os mesmos problemas que o Bruno enfrentou com a minha filha, essa casa não taria em pé...a gente não taria em pé. (Bianca, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Alguns autores (RIBEIRO, 2005; BERNSTEIN, 2002; WAGNER, 2000; BRAY e BERGER, 1993) apontam que as ambigüidades em relação á posição de padrastos e madrastas em famílias reconstituídas estão relacionadas à tendência desses papéis serem vistos como uma substituição dos pais biológicos. Em alguns momentos, as expectativas dos entrevistados parecem seguir a lógica da substituição. Entre os homens, a dúvida recorrente diz respeito a como garantir o reconhecimento de sua autoridade como chefe da família com filhos que não são seus. Que tipo de lealdade familiar ou parental homens e mulheres podem esperar de vínculos que não são instituídos pelo sangue?

A recomposição familiar impõe a necessidade de se repensar esses papéis, os deveres e os direitos de cada um dos atores envolvidos. O significado que o fundamento biológico tem para o parentesco nas sociedades ocidentais pode provocar na relação de homens e mulheres com filhos não-biológicos um estado latente de insegurança. Homens e mulheres que se encontram nesta situação teriam receios de que sua condição parental seja questionada pela falta do fundamento biológico do vínculo. Eles esperam ser retribuídos pelo carinho, atenção e dedicação que dispensam aos enteados. Mas nem sempre recebem o reconhecimento por assumirem esse papel. Esse sentimento de ingratidão tende a se refletir nas discussões e nas atitudes comumente apáticas dos informantes em relação aos enteados (RIBEIRO, 2005; PERRECA, 2004; FALKE e WAGNER, 2000). Por sua vez, filhos não biológicos poderiam se sentir ameaçados frente à presença de filhos biológicos na família em que vivem (RIBEIRO, 2005; UZIEL, 2000; BRAY e BERGER, 1993). Isso porque ainda é forte, em nosso meio, uma certa concepção de que a “verdadeira família” seria aquela constituída pelo sangue (VIEIRA, 2001).

Vários autores (RIBEIRO, 2005; FALKE e WAGNER, 2000; COLEMAN, GANONG e FINE, 2000) discorrem que as situações de pluriparentalidade, como no caso das famílias reconstituídas, ainda sofrem da ausência de referências sociais e institucionais que ajudem as famílias a determinar quais as posições, os direitos e deveres que cada um deve assumir. Essa lacuna contribui para aumentar o nível de estresse dos relacionamentos, pois os envolvidos se colocam em constante disputa para defender suas posições, seus afetos e seus recursos.

Os relatos femininos e masculinos sugerem que uma nova união suscita a construção de um novo projeto familiar que, no plano ideal, levaria em conta apenas a relação do casal, desconsiderando qualquer interferência externa. Porém, como “o passado não se apaga”, a existência de filhos de uniões anteriores e o tipo de contato que os homens estabelecem com os seus filhos - conviventes e não conviventes - e enteados parece afetar as intenções do casal sobre a possibilidade de ampliar a nova família. No grupo de entrevistados, vemos que os homens que teriam maiores chances de encerrar sua carreira reprodutiva com uma prole maior do que desejavam seriam aqueles que: a) recasaram com mulheres que ainda não tinham filhos; b) os filhos dele não viviam com o casal; c) residiam com menos de dois filhos e/ou enteados. Os resistentes a ter mais de um filho no recasamento foram aqueles que: a) a parceira já tinha três filhos ou mais; ou b) residiam com mais de dois filhos e enteados.

Um outro ponto importante a ser destacado no grupo de informantes diz respeito ao significado da figura do meio-irmão na família reconstituída. As falas sugerem que ter um filho em comum não consolidaria apenas o compromisso entre parceiros, mas seria o elo que inseriria legitimamente todos os demais filhos nas mesmas redes que dão suporte emocional e econômico para a nova família. Como um dos entrevistados resume: “nada melhor do que um filho pra unir duas partes...”
(Bruno, 45 anos, casal 2, duas uniões, três filhos, um enteado)

Considerações Finais

Este trabalho se insere nos estudos que abordam as transformações recentes na família, tendo por foco os arranjos familiares originados pelo recasamento, formal ou consensual, masculino. Tem por objetivo discutir as relações entre conjugalidade e reprodução, buscando apreender as intenções e o comportamento reprodutivo de homens recasados que possuem filhos de uma união anterior.

Dois conjuntos de questões nortearam o desenvolvimento desse estudo. Um diz respeito ao contexto mais geral dos recasamentos. O objetivo foi apreender o que os dados disponíveis sobre a dinâmica da população nos permitem dizer à respeito da ocorrência deste evento em nossa sociedade. Quem recasa? Com quem recasam? Como recasam? Sob que condições os recasados reconstituem sua vida familiar? Convivem com filhos de uniões anteriores ou enteados? Desejam ter filhos da nova união? O outro conjunto remete aos significados da reconstituição familiar: Como a experiência de união e fecundidade anterior afetou a constituição e a organização da nova família? Como percebem a existência e a convivência com os ex-parceiros, os filhos de uniões anteriores e os enteados? Quais as responsabilidades assumidas na nova família? Ter filhos no novo relacionamento é importante? Qual a influência que o relacionamento e a convivência com filhos e enteados têm sobre o desejo por novos filhos?

Na busca por dar respostas a estas indagações, o primeiro desafio é justamente imposto pelo número limitado de quesitos sobre nupcialidade contidos nas principais fontes de dados secundários. As queixas dos estudiosos de família são de longa data e vários dos esforços empreendidos nas últimas décadas para melhorar a coleta dessas informações não tiveram continuidade. Uma descontinuidade ora justificada pelos altos custos que envolvem a realização de grandes pesquisas, que obrigam a uma racionalização sobre quais são os temas de maior interesse nacional, ora por terem sido quesitos pouco utilizados pelos pesquisadores. O fato é que diante da complexidade que cercam as relações nas sociedades contemporâneas, penso que a queixa sobre as lacunas, que para o tratamento de alguns temas são muitas, não deixarão de existir. Assim como os esforços. A mais recente PNDS (2007), que

ampliou quesitos sobre a composição dos arranjos domiciliares e conjugais, constitui um exemplo disso. Mas mesmo sem algumas peças, as partes que conseguimos juntar nos dão importantes pistas para refletir sobre as transformações mais recentes na vida familiar.

Para o primeiro conjunto de questões, optou-se pela exploração de informações provenientes do Registro Civil sobre os recasamentos formais e dos dados da amostra masculina da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, realizada em 1996. A partir dessas bases de dados secundários o que podemos dizer sobre os recasamentos que nos dêem uma luz sobre os contextos mais recentes de formação, dissolução e recomposição das famílias brasileiras?

A observação da evolução das taxas brutas de Nupcialidade, Separação Judicial e Divórcios permite uma primeira visão, mais geral, de como anda a conjugalidade na população. Desde meados dos anos de 1980, a taxa bruta de nupcialidade decresce e as de divórcio e separação judicial se elevam. No que diz respeito, particularmente às Taxas Brutas de Divórcio e Separação Judicial a tendência foi de aumento constante nas três últimas décadas.

Para o conjunto da população paulista formalmente casada, por exemplo, no ano de 2000 observamos que para cada 1.000 habitantes casados havia 3 divorciados e 3 separados judicialmente. Por sexo, foram aproximadamente 6 homens separados e 6 homens divorciados por 1.000 casados, sendo esta a mesma taxa observada para a população feminina casada. A frequência de rupturas conjugais avaliadas a partir da relação dos casamentos entre solteiros e os divórcios realizados no mesmo ano, ainda para São Paulo, quase quintuplicou ao longo dos últimos vinte anos.

Um fato que chama atenção é a manutenção de um número elevado de separações judiciais, o que significa que ainda há um número considerável de descasados que voltam para o mercado matrimonial impossibilitados de formalizar novas uniões. O que torna a coabitação a única opção de recasamento.

As uniões consensuais são destaque nas discussões mais recentes sobre as mudanças na família. No Brasil, em grande medida, constrangimentos sociais de várias ordens tornaram a união consensual a única opção de conjugalidade e

constituição familiar para alguns segmentos da sociedade mas, igualmente, tem se difundido como uma escolha possível, e talvez considerada a mais viável, para aqueles que querem assumir uma nova união. Segundo estimativas realizadas para o Estado de São Paulo, nos anos de 1990, a cada recasamento legal de viúvos haveria 2,5 recasados por via de uma união consensual. Para as viúvas, essa relação seria de um recasamento legal para 3,4 constituídos consensualmente. Essa discrepância seria ainda maior entre as pessoas divorciadas.

Um aspecto muito debatido na literatura de nupcialidade diz respeito a maior instabilidade deste tipo de união. Os estudos indicam que socialmente persiste uma certa concepção de que a união consensual não envolveria o mesmo comprometimento e o comportamento de um casamento formal, sendo as responsabilidades assumidas e as expectativas nutridas em relação ao companheiro menos rígidas, o que, por sua vez, aumentaria a instabilidade e os riscos de dissolução conjugal.

Essa maior instabilidade das uniões – seja as formais ou informais - aumenta a possibilidade das pessoas vivenciarem um contexto de monogamia seriada. Ou seja, estabelecer e desfazer várias parcerias conjugais ao longo da vida. Mas isso tem sido uma característica mais presente na trajetória de vida masculina do que feminina. Pelo menos é o que dados sugerem.

Dados do Registro Civil, mostram que mais da metade dos recasamentos formais que acontecem por ano envolve um homem viúvo ou divorciado. Proporcionalmente, em primeiro lugar estão os casamentos realizados entre homens divorciados e mulheres solteiras, em segundo, com proporções bem menores, estão as mulheres divorciadas com homens solteiros e entre homens e mulheres divorciados. O cálculo do índice de recasamento para divorciados e viúvos demonstra disparidade entre homens e mulheres no que diz respeito a entrada em um novo casamento formalizado. No ano de 2000, o Estado de São Paulo registrou cerca de 12 recasamentos formais para cada 1.000 habitantes divorciados e viúvos. Considerando o sexo, enquanto houve cerca de 8 recasamentos formais femininos para cada 1.000 divorciadas e viúvas, os masculinos giraram em torno dos 35 por 1000. Os dados

mostram que o comportamento do recasamento feminino tem um peso significativo no resultado do índice geral. Isso está relacionado a maior quantidade de mulheres na condição de viúvas e divorciadas na população.

No que se refere à idade, permanece a tendência de homens casarem com mulheres mais jovens. No caso dos homens divorciados, esse tipo de arranjo é característico, principalmente, quando se trata de uma parceira solteira. Conforme o homem avança na idade, maiores são as proporções de casamento com mulheres onde a diferença de idade entre o casal é de dois ou mais grupos etários quinquenais.

Porém, estes dados dizem respeito somente ao contexto da nupcialidade legal. Com a PNDS, buscamos explorar informações que pudessem revelar alguns aspectos das dinâmicas conjugais que acontecem informalmente e, também, as relações entre as esferas da conjugalidade e da reprodução.

Os dados da amostra masculina também indicam que as uniões consensuais são mais frequentes entre os homens em grupos etários mais jovens e entre os homens com mais de uma experiência conjugal. Outra característica da população da amostra, que reitera os achados da análise do Registro Civil, refere-se ao fato de grande parte dos recasamentos masculinos envolver a união de um homem separado com uma mulher sem experiência anterior de vida conjugal e mais jovem que o parceiro. E talvez seja este o cerne da aparente dissonância entre as expectativas reveladas pelos homens por uma prole reduzida e a parturição que foi, ou ia ser, efetivada.

Sobre o tamanho da prole gerada pelos homens, observa-se que os recasados, em média, têm um número de filhos maior do que os homens em primeira união. Contudo, essa diferença não é muito ampla, girando em torno de 1,5 filhos em média. Residir em regiões rurais e ter nenhuma ou pouca escolaridade acentua as diferenças reprodutivas dentro do grupo de recasados e na comparação com o grupo masculino em primeira união. Devido ao número reduzido de casos, não é possível tirar uma conclusão mais robusta sobre o efeito produzido pela existência de filhos e enteados nas intenções e comportamentos reprodutivos. Contudo, os dados permitem algumas reflexões que se aproximam do debate existente na literatura sobre família reconstituída. Um deles diz respeito ao fato a maior frequência de homens

convivendo com enteados do que as mulheres. Outro aspecto refere-se a uma possível associação entre o desejo de ampliar a prole em novas uniões e o status parental do homem recasado. Aqueles que não possuem filhos ou que têm somente um teriam mais chances de vir a querer ter filhos com uma nova companheira. O homem residir apenas com os enteados também teria um efeito positivo sobre sua intenção de ter um filho em comum.

Os dados da amostra masculina da PNDS também têm suas lacunas, principalmente para fazer cálculos de fecundidade. Para o estudo aqui empreendido uma das limitações da amostra foi a impossibilidade de identificar a que parceiras corresponde cada um dos filhos declarados pelos homens. Uma informação que poderia aprofundar nossa compreensão sobre em que medida novas uniões, de fato, prolongam a carreira reprodutiva masculina. Esse e outros aspectos foram abordados na pesquisa de campo.

O que significa casar e ter filhos? Que concepções e categorias emergem das reflexões dos homens e das mulheres entrevistadas sobre a experiência da primeira união conjugal e do nascimento do primeiro filho? O desenvolvimento dessas questões serviu de ponto de partida para apreender como a conjugalidade e a reprodução se articulam ao longo da trajetória de vida dos informantes. Constituir a própria família é um marcador importante e de implicações distintas para a vida masculina e feminina. Dessa forma, o grupo de homens e mulheres entrevistados entende que a primeira união e o primeiro filho surgiram em suas trajetórias como situações que deram sentido e objetivos concretos para suas vidas. Em grande medida os informantes consideram que se tornar homem ou mulher está intrinsecamente relacionado a se tornar pai ou mãe. Com a reprodução há um re-ordenamento de posições e relações sociais nos diversos espaços e grupos por onde os entrevistados circulam. Dessa maneira, há uma certa compreensão de que a união conjugal por si só não transformaria tão profundamente as idéias, os comportamentos e a auto-imagem dos sujeitos quanto a existência de um filho.

Para os homens o casamento e o nascimento do primeiro filho implicou o reconhecimento social enquanto trabalhadores e provedores. No caso das mulheres,

significou aquisição de autonomia e respeito perante e dentro do grupo familiar, principalmente, para aquelas que conseguiram ter a própria casa. Ao ter a própria casa, as mulheres saem, na percepção delas, de uma condição delegada e não valorizada para outra, socialmente mais respeitada e valorizada.

As ações e representações dos homens entrevistados remetem a um modelo de homem de família, construído em torno da condição masculina de provedor familiar. As falas, masculinas e femininas, revelam expectativas e avaliações do comprometimento masculino com a família que envolve a dedicação dos homens ao trabalho remunerado, na manutenção de uma relação conjugal e de uma vida de vícios, com jogos ou bebidas, mantidos sob um certo controle. Isso valeria também para as relações extraconjugais.

No conjunto dos relatos masculinos e femininos, as decisões e as situações envolvidas na formação da família de procriação não foram vivenciadas exclusivamente pelos casais. A influência direta ou indireta de pessoas da família de origem está presente em todas as histórias. Casar e ter filhos são eventos que promovem alterações profundas na organização de determinados grupos familiares. Este foi o caso, por exemplo, dos homens que exerciam o papel de provedores na família de origem, onde a união conjugal instaurou um estado constante de disputas entre nora e sogra. Contudo, na maioria dos casos, as relações com parentes e vizinhos forneceram diversificados tipos de suporte para o desempenho das atribuições familiares dos informantes. A possibilidade de contar com essa rede de parentesco e de vizinhança surge nas entrevistas como um dos fatores que influenciaram o nascimento dos demais filhos do casal.

Na percepção desses homens e mulheres, a união conjugal supõe, implicitamente, um “contrato de gênero” que viabiliza, principalmente, o desempenho da maternidade e da paternidade. Uma construção das relações conjugais e parentais baseadas em um modelo de assimetria, reciprocidade e complementaridade de gênero. A quebra desse contrato pode manter em suspenso ou interromper o projeto familiar iniciado pelo casal. Enquanto houver “amor”, o

companheirismo e respeito da parceira e o homem “não deixar faltar nada em casa”, as parcerias são mantidas e as frustrações e os conflitos contornados.

A saída de casa, geralmente do homem, se transforma na referência principal da ruptura. Porém, nem sempre representa o desfecho do relacionamento. Em muitas situações as entrevistadas foram, por algum tempo, vigiadas e cobradas pelo ex-parceiro a manterem a integridade da família. Os filhos se tornam em um primeiro momento o pretexto para os homens controlarem a vida das mulheres. Na avaliação dessas informantes, os homens que se separaram não querem perder a autoridade sobre a ex-esposa e os filhos, mesmo quando os homens recasam.

Muito embora acreditem que as relações conjugais não duram para sempre, todos os informantes percebem a separação como uma situação em que todos, de algum modo, saem perdendo. Para as entrevistadas, as conseqüências seriam sentidas mais pelas mulheres. O maior envolvimento feminino com os filhos e a vida familiar vai se tornando mais evidente ao longo do relacionamento e incontestável no período da separação. Algumas percebem que o projeto pensado anteriormente como coletivo, se transforma, ainda durante a união conjugal, em um projeto individual feminino. Associam esse deslocamento à fragilidade do vínculo com os homens e à perpetuidade do vínculo delas com os filhos. Nesse sentido, as entrevistadas não esperavam que o pai de seus filhos ficasse por perto por muito tempo. E isso não está relacionado necessariamente a uma distância física, pois em vários casos o pai morava a poucas quadras ou em bairros muito próximos a casa onde elas e os filhos viviam durante a separação.

As narrativas do grupo de informantes sobre o período em que viveram na condição de separados remetem a dois tipos de circunstâncias que marcam as diferenças das experiências familiares de homens e mulheres. De um lado, mulheres assumem duplas ou triplas jornadas de trabalho, mas contam com diversificados tipos de suporte emocional, estrutural e financeiro da rede de parentesco e de vizinhança. De outro lado, os homens falam sobre a solidão, o abandono e a vida em suspenso de quem fica separado e só.

Para os homens entrevistados, a separação significou perda de espaço e de identidade. O desprestígio do homem separado somente se reverte com um novo casamento. De maneira geral, os informantes masculinos entendem que ser um homem separado é como estar vivendo em uma espécie de limbo. Estão solteiros, mas não podem e nem desejam viver como aqueles que são “irresponsáveis” ou “soltos”. Mas, ao mesmo tempo, não recebem mais o mesmo tipo de reconhecimento a que fazem jus os casados com filhos. Permanecer na condição de separado, desfrutando dessa liberdade, de relacionamentos sem compromissos, circulando pelos bares é assumir um tipo de masculinidade marginal. Todos os símbolos de uma masculinidade ativa, viril, estão presentes. Mas não atingem o mesmo reconhecimento social de um homem de família. Desse modo, ter uma nova companheira era algo muito desejado.

No grupo de informantes, os homens revelaram claramente que estavam predispostos à reconstituir a família, mais do que as mulheres. Em grande parte, os homens queriam retomar o reconhecimento social, a autoridade moral, os cuidados de cama e mesa e as trocas afetivas intrinsecamente relacionadas à condição de chefe de família. No caso das mulheres, a experiência com novas alianças com parentes e amigos e vizinhas para a manutenção do cotidiano familiar durante a separação conjugal, proporcionou algumas melhorias na vida das mulheres entrevistadas. Um dos ganhos que as informantes percebem está relacionado a autoestima. O trabalho e o acolhimento recebido de parentes e amigos fez com que se sentissem mais valorizadas. Muitas delas parecem assumir a velha máxima que diz “antes só do que mal acompanhada”. O que não quer dizer que, de fato, desejem ficar sozinhas. Elas expressaram que tinham o desejo de refazer e manter uma família tanto quanto os homens, mas não mais a qualquer preço. Dessa forma, algumas entrevistadas percebem que a nova união pode terminar tão rapidamente quanto começou. E por essa razão, não estariam dispostas a fazer no novo relacionamento os mesmos sacrifícios que fizeram no primeiro. O que as colocam em constante estado de alerta diante da maior possibilidade de experimentarem uma nova ruptura conjugal.

A dinâmica familiar no recasamento recoloca o ideal da divisão sexual do trabalho pautado na complementaridade entre o provedor e a dona de casa e

cuidadora dos filhos. Mas, assim como na primeira união, diria até mais do que anteriormente, o cumprimento das tarefas e responsabilidades familiares se concretiza a partir de arranjos mais flexíveis entre os parceiros. A maior aceitação do trabalho feminino foi um ponto comum nos discursos sobre as mudanças percebidas entre a vida familiar na primeira e na segunda união. No entanto, essa aceitação está condicionada a razões que não remetem a uma situação de maior igualdade de gênero.

Se, na primeira união, a principal fonte de conflitos no casal era a falta de emprego e de dinheiro, no recasamento as discussões concentram-se em torno do relacionamento e das responsabilidades com enteados e filhos que moram com o casal. Na avaliação de vários entrevistados, a situação com os enteados é vivida de forma ambígua, pois as parceiras exigem que eles se aproximem, sejam afetuosos e que assumam responsabilidades na criação dos enteados, como se fossem pais, mas ao mesmo tempo não permitem que eles exerçam o poder e a autoridade de um pai. E isso gera desconfortos e conflitos que se acentuam quando os enteados atingem a fase da adolescência. Os relatos femininos confirmam que a expectativa das mulheres é de que os parceiros assumam a posição de pai de todos os filhos, mas identificam que os homens tendem a ser mais frios, menos disponíveis e intransigentes com a prole que não é deles. O relacionamento das mulheres com os enteados que moram com o casal não parecem ser tão conflituosos, mas são igualmente distantes. Pelos terem enteados quase adultos, as entrevistadas não sentiram a necessidade, ou pressão, como acontece no caso dos homens, de agir como mãe.

Os relatos femininos e masculinos sugerem que uma nova união suscita a construção de um novo projeto familiar que, no plano ideal, levaria em conta apenas a relação do casal, desconsiderando qualquer interferência externa. Porém, como “o passado não se apaga”, a existência de filhos de uniões anteriores e o tipo de contato que os homens estabelecem com os seus filhos - conviventes e não conviventes - e enteados parece afetar as intenções do casal sobre a possibilidade de ampliar a nova família.

Para os homens entrevistados, ter um filho com a nova mulher é algo esperado na medida em que entendem que a consolidação de uma união está fundamentada na existência de, ao menos, um filho em comum. Sobre o nascimento dos filhos em comum do casal, se depreende dois tipos de circunstâncias nas narrativas: em uma delas o filho gerado na nova união é entendido como um elemento que proporciona a junção de todos os membros que compõem a família reconstituída; na outra, um filho em comum é responsável por promover o distanciamento ou a ruptura dos laços com os núcleos familiares anteriores. Em ambas as percepções instaura-se uma nova família a partir de seu nascimento.

Observa-se nos relatos que apontam o filho em comum como um elo de integração entre o casal e suas respectivas proles, que essa situação na verdade pode vir a ser mais frágil do que os informantes imaginavam. Parecem fomentar mais discórdias do que concordâncias, pois como bem destacam os relatos femininos, filhos, mulheres e homens estão sempre em disputa para preservar suas posições, seus afetos e seus recursos no interior do grupo familiar. Na outra perspectiva sobre o nascimento do filho em comum, os homens entrevistados passaram a se responsabilizar unicamente pelas pessoas – mulher, filhos, enteados e outros parentes – que coabitavam com eles desde o recasamento. Nesses casos, operou-se um distanciamento ou uma ruptura com os filhos não conviventes. A família é aquela em que eles estão inseridos naquele momento. Aqui, o passado não se apaga, mas se ignora.

Enfim, os filhos em comum estreitam os laços emocionais do recasamento? Eles consolidam os vínculos da família reconstituída? Apesar dos conflitos em dobro, a maioria dos informantes parece acreditar que em grande parte sim. Mas é preciso que cada um saiba ocupar o seu devido lugar na família.

Referências Bibliográficas

ABREU FILHO, Ovídio. O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso. In: FIGUEIRA, Sérvulo A.; VELHO, Gilberto (Coord.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981. p.133-151.

ACOSTA, Félix. La familia en los estudios de población en América Latina: estado del conocimiento y necesidades de investigación. **Papeles de Población**, n.37, jul./sep.2003. 24p.

ALMEIDA, Carla Cristina L. **Fechando com chave de ouro**: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares no Rio de Janeiro. Campinas, 2004. 232f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

ALVES, José Eustáquio D.; CAVENAGHI, Suzana. Questões conceituais e metodológicas relativas à domicílio, famílias e condições habitacionais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

AMARAL, Sylvia M. O fim da separação judicial. **Última Instância Revista Jurídica**, 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br>>.

ANARFI, John K.; FAYORSEY, Clara Korkor. The male protagonists in the 'commoditization' of aspects of female life cycle in Ghana. In: SEMINAR FERTILITY AND THE MALE LIFE CYCLE IN THE ERA OF FERTILITY DECLINE, 1995, Zacatecas, México. **Anais...** Liège: IUSSP, 1995. 15p.

ANDERSON, David. Men, reproduction and fatherhood. In: IUSSP. **IUSSP contributions to gender research**. Paris: IUSSP, 2000. p.67-88.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____ (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.15-78.

ARILHA, Margareth. **Masculinidades e gênero**: discursos sobre a responsabilidade na reprodução. São Paulo, 1999. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____; RIDENTI, Sandra G. U.; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998.

ARIZA, Marina; OLIVEIRA, Orlandina de. Familias en transición y marcos conceptuales en redefinición. **Papeles de Población**, México, n.28, p.9-39, abr./jun.2001.

ARRIAGADA, Irma (Ed.). **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Santiago de Chile: CEPAL/UNFPA, 2005. 314p.

AXINN, William G.; THORNTON, A. The relationship between cohabitation and divorce: selectivity or causal influence? **Demography**, Baltimore, v.29, n.3, p.357-374, 1992.

BADIANI, Rita; CAMARANO, Ana Amélia. Homens brasileiros: percepções, conhecimentos e atitudes em saúde reprodutiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

BAPTITA FILHO, Olavo; MOURÃO, Fernando A. A.; BOSCO, Santa Elena. **Atitudes masculinas em relação à fecundidade e tamanho da família.** 1967. (Relatório Final de Pesquisa) (Mimeo).

BEAUJOT, Roderic. Earning and caring: demographic change and policy implications. **Canadian Studies in Population**, v.29, n.2, p.195-225, 2002.

BEMFAM. Comportamento reprodutivo e sexual da população masculina. In: _____. **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, Brasil 1996.** Rio de Janeiro: BEMFAM, 1999. 72p.

_____. **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, Brasil 1996.** Rio de Janeiro: BEMFAM, 1997. 182p.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Susana. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event? In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, 2005, Philadelphia. **Anais...** Washington: PAA, 2005.

_____. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da vida privada no Brasil v.4:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.411-437.

_____; OLIVEIRA, Maria Coleta F A de. Casamento em tempos de crise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.9, n.2, p.155-167, jul./dez.1992.

_____. Algumas questões para a demografia dos anos noventa. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.8, n.1-2, p.55-61, 1991.

_____; OLIVEIRA, Maria Coleta F A de; CAVENAGHI, Suzana. Arranjos familiares “não canônicos” no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1990.

_____. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.6, n.2, p.1-16, 1989.

_____; LOYOLA, Maria Andréia. União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.1, n.1-2, p.35-98, 1984.

BILAC, Elisabete D.; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de; MUSZKAT, Malvina. O "homem de família": conjugalidade e paternidade em camadas médias nos anos 90. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2000.

_____. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: SILVA, Reinaldo P.; AZEVÊDO, Jackson C. (Coord.). **Direitos da família:** uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: LTR, 1999. p.13-28.

BLANC, Ann K.; GAGE, Anastasia J. Men, polygyny and fertility over the life course in sub-Saharan Africa. In: SEMINAR FERTILITY AND THE MALE LIFE CYCLE IN THE ERA OF FERTILITY DECLINE, 1995, Zacatecas, México. **Anais...** Liège: IUSSP, 1995.

BLOOM, David E.; CONRAD, Cecilia; MILLER, Cynthia. Child support and father's remarriage and fertility. In: GARFINKEL, Irwin et al (Ed.). **Fathers under fire: the revolution in child support enforcement**. New York: Russell Sage Foundation, 1998. p.128-156.

BOOTH, A.; EDWARDS, J. N. Starting over: why remarriages are more unstable. **Journal of Family Issues**, v.13. p.179-194, 1992.

BRAY, James H.; BERGER, Sandra H. Nonresidential parent-child relationships following divorce and remarriage: a longitudinal perspective. In: DEPNER, Charlene E.; BRAY, James H. (Ed.). **Nonresidential parenting: new vistas in family living**. California: Sage Publications, 1993. p.13-36.

_____; DEPNER, Charlene E. Perspectives on nonresidential parenting. In: DEPNER, Charlene E.; BRAY, James H. (Ed.). **Nonresidential parenting: new vistas in family living**. California: Sage Publications, 1993. p.3-12.

BRAZ, Marcela P.; DESSEN, Maria A.; SILVA, Nara L. P. Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v.18, n.2, p.151-161, 2005.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou permanências de discriminações? Brasil(1985/95). In: ROCHA, Maria I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1990.

BUBER, Isabella; PRSKAWETZ, Alexia. Fertility in second unions in Austria: findings from the austrian FFS. **Demographic Research**, v.3, n.2, jul./2000. 45p. Disponível em: <<http://demographic-research.org>>.

BUMPASS, Larry; LU, H. Trends in cohabitation and implications for children's family context in the United States. **Population Studies**, New York, v.54, n.1, 2000.

_____; RALEY, R. Kelly; SWEET, James A. The changing character of stepfamilies: implications of cohabitation and nonmarital childbearing. **Demography**, Baltimore, v.32, n.3, p.425-436, aug./1995.

_____. What's happening to the family? Interactions between demographic and institutional change. **Demography**, Baltimore, v.27, n.4, p.483-498, nov./1990.

_____; SWEET, James A; MARTIN, Teresa C. Changing patterns of remarriage. **Journal of Marriage and the Family**, USA, v.52, n.3, p.747-756, aug./1990.

CABELLA, Wanda M. **Dissolução e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai**. Campinas, 2006. 275f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CAMPOS, Reginaldo Z. **Fatores sociais e variações na fecundidade e no tamanho da família**. Campinas, 1971. 230f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva e Social) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

CARVALHO, Alceu V. A fecundidade masculina em São Paulo: segundo a idade e o ramo de atividade, na capital e no interior do Estado. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.16, n.63, p.275-290, jul./set.1955.

CHERLIN, Andrew J. Going to extremes: family structure, children's well-being and social science. **Demography**, Baltimore, v.36, p.421-428, 1999.

CHESTER, Robert (Ed.). **Divorce in Europe**. Bélgica: NIDI, 1977. 316p.

COLEMAN, Marilyn; GANONG, Lawrence; FINE, Mark. Reinvestigating remarriage: another decade of progress. **Journal of Marriage and the Family**, USA, v.62, n.4, p.1288-1307, 2000.

COSTA, Maria Auxiliadora G. **A face masculina do planejamento familiar**. Fortaleza: Editora, 1997.

DEL CARMEN, Rebecca; VIRGO, Gabrielle N. Marital disruption and nonresidential parenting: a multicultural perspective. In: DEPNER, Charlene E.; BRAY, James H. (Ed.). **Nonresidential parenting: new vistas in family living**. California: Sage Publications, 1993. p.13-36.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela P. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.16, n.3, p.221-231, set./dez.2000.

DUMAS, Jean; PERON, Yves. **Marriage and conjugal life in Canada**. Ottawa: Statistics Canada, 1992. 30p.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.5, n.2, p.421-441, 2000.

FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1989, p.62-103.

FERNANDES, Magda F. M. Mulher, família e reprodução: um estudo de caso em Pernambuco. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2000.

FERNANDES, Milton. A família na constituição de 1998. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n.654, p.16-24, abr./1990.

FIGUEIRA, Sérvulo; VELHO, Gilberto (Org.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981. 348p.

FIGUEROA PEREA, Juam Guillermo. Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.131-144, 2000.

_____. Some reflections on the social interpretation of male participation in reproductive health processes. In: SEMINAR FERTILITY AND THE MALE LIFE

CYCLE IN THE ERA OF FERTILITY DECLINE, 1995, Zacatecas, México. **Anais...** Liège: IUSSP, 1995.

FINCH, Janet; MASON, Jennifer. Divorce, remarriage and family obligations. **The Sociological Review**, v.38, n.2, p.219-246, may/1990.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.13-34, 2004.

_____. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Aliados e rivais na família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila portoalegrense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.2, n.4, p.88-104, 1987.

FOX, Greer L.; MURRY, Velma M. Gender and families: feminist perspectives and family research. **Journal of Marriage and the Family**, USA, v.62, n.4, p.1160-1172, 2000.

FOX, Robin. **Parentesco e casamento**: uma perspectiva antropológica. Lisboa: Veja, 1986.

FREIRE, Flávio Henrique M. A.; ARAÚJO, Kátia L.S.; AGUIRRE, Moisés A. C. Dinâmica da nupcialidade: casamento, divórcio, viuvez e re-casamento no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006.

FULLER, Norma. **Identidades masculinas**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú. 1997. 192p.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2003. (Nupcialidade e Fecundidade - Resultados da Amostra).

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2003. (Famílias e Domicílios - Resultados da Amostra).

FURSTENBERG JUNIOR, Frank F.; CHERLIN, Andrew J. **Divided families**: what happens to children when parents part. London: Harvard, 1991.

GANONG, Lawrence H.; COLEMAN, Marilyn. Do mutual children cement bonds in stepfamilies? **Journal of Marriage and the Family**, USA, v.50, n.3, p.687-698, 1988.

GARCIA, Brígida; ROJAS, Olga. Cambio en la formación y disoluciones de las uniones en América Latina. **Papeles de Población**, México, n.32, p.12-31, abr./jun.2002.

GARCIA, Sandra M. **Homens e reprodução**: mudanças e permanências em um grupo de homens de camadas médias de São Paulo. Campinas, 2003. 171f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. U.; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998. p.31-50.

GARFINKEL, Irwin et al (Ed.). **Fathers under fire: the revolution in child support enforcement.** New York: Russell Sage Foundation, 1998.

_____ et al. Introduction. In: _____ (Ed.). **Fathers under fire: the revolution in child support enforcement.** New York: Russell Sage Foundation, 1998. p.1-10.

_____; MEYER, Daniel R.; MCLANAHAN, Susan S. A brief history of child support policies in the United States. In: _____ et al (Ed.). **Fathers under fire: the revolution in child support enforcement.** New York: Russell Sage Foundation, 1998. p.14-30.

GLICK, Paul C. Remarried families, stepfamilies and stepchildren: a brief demographic profile. **Family Relations, USA**, v.38, n.1, p.24-27, 1989.

_____; LIN, Sung-Ling. Remarriage after divorce: recent changes and demographic variations. **Sociological Perspectives, USA**, v.30, n.2, p.162-179, 1987.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.19, n.1, p.29-48, 2002.

_____. Demografia e feminismos: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

_____. Retratos de família em tempos de crise. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. especial, p.303-335, 1994.

_____. Família, trajetórias individuais e mudanças demográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1990, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1990.

GOLDSCHIEDER, Frances K. Interpolating demography with families and households. **Demography**, Baltimore, v.32, n.3, p.471-480, aug./1995.

_____; WEBSTER, Pamela; KAUFMAN, Gayle. Men, parenthood and divorce in the era of the second demographic transition. In: SEMINAR FERTILITY AND THE MALE LIFE CYCLE IN THE ERA OF FERTILITY DECLINE, 1995, Zacatecas, México. **Anais...** Liège: IUSSP, 1995.

GOODE, William J.; HALL, William James. **Commentary on theories of family change.** 1988. 34p. (Mimeo).

GRAY, Edith. What do we know about men's fertility levels in Australia? **People and Place**, v.10, n.4, p.1-10, 2002.

GREENE, Margaret E. Formal and informal marriage in Brazil: changes and consequences for family structure. . In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Caxambú. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1992.

_____; RAO, Vijanyendra. A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.9, n.2, p.168-183, 1992.

- GREENHALGH, Susan. The social construction of population science: an intellectual, institutional and political history of twenty-century demography. **Comparative Studies in Society and History**, v.38, n.1, p.26-66, jan./1996.
- GRIFFITH, Janet D.; KOO, Helen P.; SUCHINDRAN, C. M. Childbearing and family in remarriage. **Demography**, Baltimore, v.22, n.1, p.73-88, 1985.
- GUYER, Jane I. Antropological traditions of studying paternity. In: SEMINAR FERTILITY AND THE MALE LIFE CYCLE IN THE ERA OF FERTILITY DECLINE, 1995, Zacatecas, México. **Anais...** Liège: IUSSP, 1995.
- GUZMÁN, Brígida G. Dinámica familiar, pobreza y calidad de vida: una perspectiva mexicana y latinoamericana. In: SCHMUKLER, Beatriz (Coord.). **Familias y relaciones de género en transformación**. Mexico: EDAMEX; The Population Council, 1998. p.53-82.
- HALL, David R.; ZHAO, John Z. Cohabitation and divorce in Canada: testing the selectivity hypothesis. **Journal of Marriage and the family**, USA, v.57, n.2, p.421-429, 1995.
- HEILBORN, Maria Luiza; GOUVEIA, Patrícia F. “Marido é tudo igual”: mulheres populares e sexualidade no contexto da Aids. In: BARBOSA, Regina M.; PARKER, Richard (Org.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. São Paulo: Editora 34, 1999. p.175-198.
- HÉRITIER, Françoise. A coxa de Júpiter: reflexões sobre os novos modos de procriação. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.98-114, 2000.
- JENSEN, An-Magritt; CLAUSEN, Sten-Erik. Children and family dissolution in Norway. **Childhood**, v.10, n.1, p.65-81, 2003.
- KALCKMANN, Suzana. Incursões ao desconhecido: percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. U.; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998. p.31-50.
- KERTZER, David I.; FRICKE, Tom (Ed.). **Anthropological demography: toward a new synthesis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997. p.1-35.
- KEYFITZ, Nathan. Form and substance in family demography. In: BONGAARTS, John; BURCH, Thomas K.; WATCHER, Kenneth W. (Ed.). **Family demography: methods and their application**. New York: Oxford University Press, 1987. p.3-16.
- KNAUTH, Daniela. Maternidade sob o signo da Aids: um estudo sobre mulheres infectadas. In: COSTA, Albertina O. **Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: Editora 34; Fundação Carlos Chagas. 1997.
- KUBAT, Daniel; MOURÃO, Fernando Albuquerque. Tamanho ótimo de família para o homem brasileiro urbano. **Ciências Econômicas e Sociais**, v.4, n.1, p.15-72, jul./1969.

_____; BAPTISTA FILHO, Olavo; BOSCO, Santa Helena. **Atitudes masculinas em relação à fecundidade e tamanho de família.** São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 1967.

LAZO, Aida V. **Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Textos para Discussão).

_____. Os estudos contemporâneos sobre nupcialidade: uma revisão crítica. **Textos Nepo 32**, Campinas, Nepo/Unicamp, 1996.

LEAL, Ondina Fachel; LEWGOY, B. Aborto: uma contribuição antropológica à discussão. In: ROSENFELD, D.; ZINGANO, M. **Filosofia Política: nova série 2.** Porto Alegre: L&M, 1998.

_____; FACHEL, Jandyra M.G. Male reproductive culture and sexuality in South Brazil: combining ethnographic data and statistical analysis. In: SEMINAR FERTILITY AND THE MALE LIFE CYCLE IN THE ERA OF FERTILITY DECLINE, 1995, Zacatecas, México. **Anais...** Liège: IUSSP, 1995.

LEONE, Tiziana; HINDE, Andrew. Fertility and union dissolution in Brazil: na example of multi-process modelling using the demographic and health survey calendar data. **Demographic Research**, Germany, v.17, n.7, p.157-180, 2007. Disponível em: <<http://demographic-research.org>>.

LESTHAEGHE, Ron. On theory development: applications to the study of family formation. **Population and Development Review**, New York, v.24, n.1, p.1-14, mar./1998.

LEVIN, Martin L.; O'HARA, C. J. The impact of marital history of current husband on the fertility of remarried white women in the United States. **Journal of Marriage and the Family**, USA, v.40, n.1, p.95-102, feb./1978.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **Caçara: terra e população, estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.** São Paulo: Paulinas; CEDHAL, 1986.

_____. (Org.). **População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCOLINO, Clarice; GALASTRO, Elizabeth Perez. As visões feminina e masculina acerca da participação de mulheres e homens no planejamento familiar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v.9, n.3, p.77-82, 2001.

MARCONDES, Glaucia S. **Eternos aprendizes: o vínculo paterno em homens separados e descasados de camadas médias.** Campinas, 2002. 184f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MATOS, Marlise. Entre o micro e o macro: sociologia e psicanálise, família e conjugalidade. In: _____. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia.** Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p.71-116.

_____. Introdução. In: _____. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p.17-30.

MCLANAHAN, Susan S. **The two faces of divorce: women's and children's interests**. Madison: Center for Demography and Ecology Working paper, 1989.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael; VARELLA, Santiago. O levantamento de informações sobre as famílias nas PNDAs de 1992 a 1999. **Texto para Discussão**, Brasília, n.860, fev./2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0860.pdf>. Acesso em: jan. 2006.

_____; _____. Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998. **Texto para Discussão**, Brasília, n.886, jun./2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0886.pdf>. Acesso em: set. 2005.

MEYER, Daniel R. The effect of child support on the economic status of nonresident fathers. In: GARFINKEL, Irwin et al (Ed.). **Fathers under fire: the revolution in child support enforcement**. New York: Russell Sage Foundation, 1998. p.67-93.

MINELLA, Luzinete S. **Gênero e contracepção: uma perspectiva sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated public use microdata series-international: version 2.0**. Minneapolis: University of Minnesota, 2006.

MIRANDA-RIBEIRO, Paula. **Começar de novo: um estudo comparativo do descasamento e recasamento**. Belo Horizonte, 1993. 150f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

MORGAN, David H. J. Risk and family practices: accounting for change and fluidity in family life. In: SILVA, Elizabeth B.; SMART, Carol (Ed.). **The new family?** Londres: Sage Publications, 2000. p.13-30.

MORTARA, Giorgio. A fecundidade masculina em geral. In: CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Pesquisas sobre a natalidade no Brasil 4**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. p.7-13.

_____. A fecundidade masculina na população do Brasil segundo a idade, atividade principal e ocupação. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.11, n.42, abr./jun.1950.

MOYNIHAN, Daniel P.; SMEEDING, Timothy M.; RAINWATER, Lee (Ed.) **The future of the family**. New York: Russell Sage Foundation, 2004.

MUNDIGO, Axel I. **Papéis masculinos, saúde reprodutiva e sexualidade**. Chicago: Fundação John D. Catherine T. MacArthur, 1995. 32p.

MUSZKAT, Malvina; MUSZKAT, Suzana. Permanência na diversidade: um estudo sobre a conjugalidade nas classes de baixa renda. In: GOMES, P. B. (Org.). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003.

NASCIMENTO, Pedro F. G. Não-provedores: desemprego e alcoolismo masculino em comunidades de baixa renda. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

_____. Gênero e pobreza: o lugar dos homens em famílias de baixa renda. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2000.

NECHI, Silvia. Men, family formation and reproduction. In: IUSSP. **IUSSP contributions to gender research**. Paris: IUSSP, 2000. p.145-66.

NOGUEIRA, Christina G. M. A família em questão: discutindo continuidades e diferenças entre gerações masculinas. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7., 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABA, 2007.

NORTON, Arthur J. The influence of divorce on tradition life-cycle measures. **Journal of Marriage and the Family**, USA, v.42, n.1, feb./1980. p. 63-69.

OLÁH, Livia S. Z. Gender and family stability: dissolution of the first parental union in sweden and hungary. **Demographic Research**, Germany, v.4, n.2, p.29-96, feb./2001. Disponível em: <<http://demographic-research.org>>.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. As novidades do gênero: homens e anticoncepção em camadas médias. In: QUADROS, Marion T.; LEWIS, Liana. **Homens e processos culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência**. Recife: Editora Universitária, 2008. p.15-36. (Prelo).

_____; BRITO, Rosemeire S. A mediação no serviço PAJ. In: _____. **Avaliação do impacto da mediação familiar como método de intervenção em situações de violência intrafamiliar**. 2007. (Relatório Final de Pesquisa) (Mimeo).

_____. Gênero, conjugalidade e família na população-alvo dos serviços. In: _____. **Avaliação do impacto da mediação familiar como método de intervenção em situações de violência intrafamiliar**. 2007. (Relatório Final de Pesquisa) (Mimeo).

_____. Tendências contemporâneas e a família como questão. In: SEMINÁRIO SOBRE FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. (Mesa Redonda “Famílias do Passado e do Presente”).

_____; MARCONDES, Gláucia dos S. Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós-feminismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

_____. O Lugar dos homens na reprodução. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “GÊNERO, FAMILIAS Y TRABAJO”: RUPTURAS Y CONTINUIDADES. DESAFÍOS PARA LA INVESTIGACIÓN Y LA ACCIÓN POLÍTICA, 2003, Montevideo. **Anais...** 2003.

_____. Políticas de población y salud: reflexiones a partir de la experiencia brasileña em salud reproductiva. In: GARCÍA GUZMÁN, Brígida (Coord.). **Población y sociedad al início del siglo XXI**. México: El Colégio de México, 2002. p.197-214.

_____; BILAC, Elisabete D.; MUSZKAT, Malvina. Homens e anticoncepção: um estudo sobre duas gerações masculinas das "camadas médias" paulistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000a.

_____. **"It's not my fault I wasn't born a woman"**: contraception among middle-class brazilian men. 2000b. (Report presented to the World Health Organization, Strategic Component on Social Science Research in Reproductive Health).

_____. Population policies and health: the Brazilian experience in reproductive health. In: MEETING OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 1997, Guadalajara, Mexico. **Anais...** 1997. (Program Section "Reproductive Health in Latin American Population Policies: a feminist view").

_____. A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.55-63, 1996.

_____. Condição feminina e alternativas de organização doméstica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1992.

_____; BERQUÓ, Elza S. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990. p.30-64.

_____. Notas acerca da família nos estudos demográficos. In: PATARRA, Neide L. (Comp.). **Reproducción de la población y desarrollo 5**. São Paulo: Fundação SEADE, 1985. p.319-36.

_____. **Classe social, família e reprodução**: reflexões teóricas e referências empíricas. São Paulo: FAU/USP; Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979. 52p.

_____. **Família e Rreprodução**. São Paulo: FAU/USP, 1976. 71p.

_____. A família no Brasil contemporâneo: conhecimento e disponibilidade de informações (ou o que sabemos e o que gostaríamos de saber?). In: CONFEST, Rio de Janeiro. **Anais...** s.d.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 347p.

PAREDES, Mariana. **Trayectorias reproductivas, relaciones de género y dinámicas familiares em Uruguay**. Barcelona, 2003. 380f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Estudios Demográficos, Universidad Autónoma de Barcelona.

PINELLI, Antonella. Gênero e família nos países desenvolvidos. In: _____. (Org.). **Gênero nos estudos de população**. Campinas: ABEP, 2004. p.55-98. (Coleção Demographicas).

POPULATION REPORTS. **Esterilização masculina**. dez./1984.

PORRECA, Wladimir. **Famílias recompostas: casais católicos em segunda união.** Ribeirão Preto, 2004. 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

QUADROS, Marion T. **Participação de homens de grupo populares na contracepção: parâmetro para políticas de igualdade/equidade na saúde reprodutiva?** In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

_____. QUADROS, Marion T. **Práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife.** Recife, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco.

_____. **Construindo uma nova paternidade?:** as representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife-PE. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

QUILODRÁN, Julieta. La familia, referentes en transición. **Papeles de Población**, México, n.37, jul./sep.2003.

_____. Atisbos de cambios en la formación de las parejas conyugales a fines del milenio. **Papeles de Población**, México, n.25, p.9-33, jul./sep.2000.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Casados não casados: uniões consensuais nas camadas médias e populares. **Textos Nepo 19**, Campinas, Nepo/Unicamp, 1990.

RAMIREZ, Martha Célia. Do centro à periferia: os diversos lugares da reprodução nas teorias de gênero. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque et al (Org.). **Gênero em matizes.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, p.115-152.

RENDALL, Michael S. et al. Incomplete reporting of men's fertility in United States and Britain: a research note. **Demography**, Baltimore, v.36, n.1, p.135-144, feb./1999.

RIBEIRO, Rosa M. F. **Adoção emocional em famílias de recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados.** Rio de Janeiro, 2005. 110f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RILEY, Nancy E. Research on gender in demography: limitations and constraints. **Population Research and Policy Review**, v.17, n.1, p.521-538, 1998.

_____. Similarities and differences: anthropological and demographic perspectives on gender. In: KERTZER, David I.; FRICKE, Tom (Ed.). **Anthropological demography: toward a new synthesis.** Chicago: The University of Chicago Press, 1997. p.115-38.

RODRIGUEZ, Jorge. Cohabitación y matrimonio: disparidades en el origen y en el desempeño y sus implicaciones en materia de protección social. In: ARRIAGADA, Irma (Ed.). **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales.** Santiago de Chile: CEPAL/UNFPA, 2005. p.173-199.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p.72-88.

_____. Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19., 1995, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1995.

_____. **Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade**. São Paulo, 1986. 343f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RYDER, Norman B. Discussion. In: BONGAARTS, John; BURCH, Thomas K.; WATCHER, Kenneth W. (Ed.). **Family demography: methods and their application**. New York: Oxford University Press, 1987. p.3-16.

SABÓIA, Ana Lúcia; COBO, Barbara. As famílias conviventes no censo demográfico 2000. In: SEMINÁRIO SOBRE FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

SALEM, Tânia. Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista. **Mana**, v.12, n.2, p.419-447, 2006.

_____. **Sobre o “casal grávido”**: incursão em um universo ético. Rio de Janeiro, 1987. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. **O velho e o novo**: um estilo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Editora Autores Associados, 1996. 128p.

SCOTT, Parry; ATHIAS, Renato M.; LONGHI, Marcia R. Como nossos pais?: homens e gerações em três contextos diferentes em Pernambuco. In: ADORNO, Rubens C. F.; ALVARENGA, Augusta T.; VASCONCELLOS, Maria P.C. **Jovens, trajetórias e direitos**. São Paulo: FAPESP; EDUSP, 2005. p.121-145.

SELTZER, Judith A.; MCLANAHAN, Susan S.; HANSON, Thomas L. Will child support enforcement increase father-child contact and parental conflict after separation? In: GARFINKEL, Irwin et al (Ed.). **Fathers under fire: the revolution in child support enforcement**. New York: Russell Sage Foundation, 1998. p.157-190.

SERRA, MÁRCIA M. P. **O Brasil das muitas mães**: aspectos demográficos da circulação de crianças. Campinas, 2003. 175f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Elizabeth B.; SMART, Carol. The "new" practices and politics on family life. In: _____. (Ed.). **The new family?** Londres: Sage Publications, 2000. p.1-12.

SIMÃO, Andréa B. **A primeira relação sexual, o primeiro casamento e o nascimento do primeiro filho**: um estudo quantitativo e qualitativo de duas coortes de mulheres em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2005. 270f. Tese (Doutorado em

Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

SIQUEIRA, Maria Juracy Tonelli. Saúde e direitos reprodutivos: o que os homens têm haver com isso? **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.159-168, 2000.

STACEY, Judith. **Brave new families: stories of domestic upheaval in late-twentieth-century america**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1998.

STATISTICS CANADA. **Changing conjugal life in Canada**. Ottawa: Statistics Canada, 2002a. 12p. Disponível em: <<http://www.statcan.ca/english/freepub/89-576-XIE/89-576-XIE2001001.pdf>>

_____. **Family History**. Ottawa: Statistics Canada, 2002b. 10p. Disponível em: <<http://www.statcan.ca/english/freepub/89-575-XIE/89-575-XIE2001001.pdf>>

STEWART, Susan D. The effect of stepchildren on childbearing intentions and births. **Demography**, Baltimore, v.39, n.1, p.181-197, feb./2002.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.303-329, 1995.

SZASZ, Ivonne; LERNER, Susana. Aportes teóricos y desafíos metodológicos de la perspectiva de género para el análisis de los fenómenos demográficos. In: CANALES, Alejandro I.; SIGAL, Susana L. (Coord.). **Desafíos teórico-metodológicos en los estudios de población en el inicio del milenio**. México: El Colegio de México/Universidad de Guadalajara/SOMEDE, 2003. p.177-209.

TEACHMAN, Jay D.; PAASCH, Kathleen. The economics of parenting apart. In: DEPNER, Charlene E.; BRAY, James H. (Ed.). **Nonresidential parenting: new vistas in family living**. California: Sage Publications, 1993. p.61-86.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMSON, Elizabeth; LI, Jui-Chung Allen. Her, his and their children: childbearing intentions and births in stepfamilies. **NSFH Working Paper**, Madison, n.89, 2002.

_____. Couple childbearing desires, intentions and births. **Demography**, Baltimore, v.34, n.3, p.343-354, 1997.

_____; MCDONALD, Elaine; BUMPASS, Larry. Fertility desires and fertility: hers, his, and theirs. **Demography**, Baltimore, v.27, n.4, p.579-588, 1990.

TORRES, Amália. Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.42, p.405-430, set./dez.2004.

TOULEMON, Laurent. Men's fertility and family size as compared women's. In: IUSSP GENERAL POPULATION CONFERENCE, 21., Salvador. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001. p.1-22.

_____. The fertility of stepfamilies: the impact of childbearing before the current union. In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION OF AMERICA, 1997, Washington. **Anais...** Washington: PAA, 1997.

_____. The place of children in the history of couples. **Population**, New York, v.7, p.163-186, 1995.

TOWNSEND, Nicholas W. Reproduction in anthropology and demography. In: KERTZER, David I.; FRICKE, Tom (Ed.). **Anthropological demography: toward a new synthesis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997. p.96-114.

_____. Male fertility as a life time of relationships: contextualizing men's biological reproduction in Botswana. In: SEMINAR FERTILITY AND THE MALE LIFE CYCLE IN THE ERA OF FERTILITY DECLINE, 1995, Zacatecas, México. **Anais...** Liège: IUSSP, 1995.

_____. **Paternity attitudes of a cohort of men in the United States: cultural values and demographic implications**. 1992. (Mimeo).

TRAVIS, Susan. **Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento**. Rio de Janeiro, 2003. 175f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

UNBEHAUM, Sandra G. **Experiência masculina da paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias**. São Paulo, 2000. 217f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

UZIEL, Ana Paula. Tal pai, tal filho em tempos de pluriparentalidade. Expressão fora de lugar? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 24., Petrópolis, 2000. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2000.13p.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais, identidade, casamento e família em circunstâncias pós modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. 149p.

_____. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. 112p.

VIEIRA, Joice M. **Adoção, símbolos e hierarquização social: (re)significando a consangüinidade**. 2001. (Mimeo).

VIKAT, Andres; THOMSON, Elizabeth; HOEM, Jan M. Stepfamily fertility in contemporary sweden: the impact of childbearing before the current union. **Population Studies**, New York, v.53, n.2, p.211-225, 1999.

VILLENEUVE-GOKALP, Catherine. The double families of children of separated parents. **Population**, New York, v.12, p.111-137, 2000.

VON DER LIPPE, Holger R.; FURHER, Urs. Where qualitative research meets demography: interdisciplinary explorations of conceptions on fatherhood in an extremely low fertility context. **MPIDR Working Paper**, n.28, jul./2002. 39p.

WAINERMAN, Catalina; GELDSTEIN, Rosa. Viviendo en familia: ayer y hoy. In: _____. (Ed.). **Vivir en familia**. Buenos Aires: UNICEF/Losada, 1994.

WATKINS, Susan C. If all we knew about women was what we read in demography, what would we know? **Demography**, Baltimore, v.30, n.4, p.551-77, nov./1993.

WINEBERG, Howard. Childbearing after remarriage. **Journal of Marriage and the Family**, USA, v.52, n.1, p.31-38, 1990.

WOORTMANN, Klaus; WOORTMANN, Ellen F. **Monoparentalidade e chefia feminina**: conceitos, contextos e circunstâncias. Pré-evento da ABEP Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

WU, Zheng.; HART, Randy. **Marital and nonmarital union separation in Canada**. 2001. (Paper presented XXIV General Population Conference of the International Union for Scientific Study of Population).

WU, Zheng. Recent trends in marriage patterns in Canada. **Policy Options**, sep./1998. p.3-6.

ANEXOS

ANEXO 1 – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Demografia**

Pesquisa: **Conjugalidade e Reprodução: um estudo sobre trajetórias familiares masculinas**

Doutoranda: Glauca dos Santos Marcondes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Coleta F. A. de Oliveira

Ficha de identificação Entrevistado(a)

Nome: _____	Idade: _____
Formação: _____	Profissão: _____
Estado conjugal: _____	Número de Uniões (incluindo a atual): _____
Número de filhos: _____	

Parceira(o) de 1ª união

Nome: _____	Idade: _____
Formação: _____	Profissão: _____
Estado civil e conjugal atual: _____	
Uniões anteriores: _____	Data de início da união com o entrevistado: _____
Tipo de união: _____	Ano da separação: _____
Número de filhos: _____	Número de filhos dessa união: _____
Sexo, idade e com quem moram os filhos (relacionar a qual relacionamento se refere cada filho):	
1.	_____
2.	_____
3.	_____
4.	_____

Parceira(o) atual

Nome: _____ Idade: _____

Formação: _____ Profissão: _____

Estado civil e conjugal atual: _____

Unões anteriores: _____ Data de início da união com o entrevistado: _____

Tipo de união: _____ Ano da separação: _____

Número de filhos: _____ Número de filhos dessa união: _____

Sexo, idade e com quem moram os filhos (relacionar a qual relacionamento se refere a cada filho):

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

CONSTITUIÇÃO FAMILIAR: 1^A UNIÃO

Eventos e circunstâncias que antecedem a união conjugal: como e em que época se conheceram. Estudavam, trabalhavam, moravam com os pais? Tempo de namoro. Houve transições ao longo do relacionamento: namoro/noivado/casamento ou coabitação e depois formalização da união? Houve preparativos para a união? Adquiriram bens em conjunto antes da união (casa, carro, conta conjunta)? Em caso da parceira(o) que já tinha filho(s) de relacionamento anterior, recuperar as influências e dinâmicas com a criança no período anterior a união conjugal com a mãe. A presença da criança causou algum tipo de impacto na decisão do casal em se unir?

Início da vida conjugal: Responsabilidades e tarefas que tinham dentro e fora de casa. Projetos do casal, dentre eles o ter filhos. Expectativas sobre casamento, formação de família.

Para aqueles que tiveram filhos: momento e circunstâncias da gravidez. Tempo transcorrido de união. Como estava o relacionamento, de que forma aconteceu esta gravidez. Desejado, planejado ou acidental? (Reações ao primeiro filho) Saber quais foram as mudanças na vida do casal após o nascimento dos filhos. (A trajetória de paternidade/maternidade deve ser explorada para cada filho nascido neste relacionamento). No caso de presença de filhos de uniões anteriores, explorar o envolvimento e influências na dinâmica conjugal-familiar antes, durante e após o nascimento dos filhos dessa união.

Cotidiano familiar: Quais eram as atividades e responsabilidades com os filhos antes da separação. Saber se as tarefas domésticas eram divididas, quem fazia o quê com que frequência. Se possível demarcar fases das crianças. Havia atritos, discussões entre o casal? De que tipo?

SEPARAÇÃO

Motivações e percepções sobre a ruptura da união: Em que momento percebeu que o casamento não estava bem? Reações de cada parceiro a respeito, preocupações, decisão sobre a separação. Quem tomou a iniciativa? Como aconteceu? De que forma se desenrolou? Ganhos e perdas da separação? Como os filhos se envolveram ou foram envolvidos neste processo de ruptura.

Reorganizando a vida: Partilha de bens, quem foi pra onde, quem ficou com o quê? Definição das responsabilidades para com os filhos. Pensão, visitação. Houve conflitos? Houve discussão sobre quem fica com os filhos, as responsabilidades financeiras, dias de visita e tarefas cotidianas. (Diferenças/ semelhanças do antes e depois). Houve interferência, contribuições, auxílios de familiares no processo e ao longo da separação? Como ficou o relacionamento com os filhos na fase inicial da separação, quantos anos eles tinham. Em que momento profissional e de vida ego, a

parceira e os filhos estavam. Explorar as perdas e os ganhos no relacionamento com os filhos após a separação. Aprofundar os casos em que mencionar diferenças no relacionamento com os filhos e as filhas. Tipo de contato mantido com a ex-parceira.

Vida amorosa após separação: tempo sozinho, namoros, envolvimento. Expectativas sobre novos relacionamentos, recasamento, filhos. Projetos naquele momento.

RECASAMENTO

Trajatória do recasamento: como e em que época se conheceram. Quanto tempo transcorreu até decidirem se unir? Quantos anos tinham? O que faziam na época. Em que fase da vida estavam? Ela teve outras uniões? Tinha filhos? Expectativas com a nova união. Que tipo de união optaram, por que? Reação, envolvimento e interferência dos filhos na nova relação. Algum deles foi morar com o casal? Idade dos filhos na época do recasamento? Onde foram morar?

Cotidiano familiar: Como estava organizada a rotina doméstica: atividades e responsabilidades com a casa e os filhos, quem fazia o quê com que frequência. Diferenças e semelhanças na primeira e segunda união. Como é o relacionamento entre a atual parceira e os filhos da primeira união. Quais os deveres e responsabilidades assumidos para com os filhos de cada união. Como é o relacionamento do entrevistado com os filhos dela. Quais os compromissos e responsabilidades para com eles. Os filhos da primeira união ficavam com o casal? Por quanto tempo? Faziam atividades juntos? Procurar saber se o entrevistado vê diferenças no tipo de relacionamento que tem com os filhos que moram com ele e os filhos que não moram. Relacionamento entre os filhos do casal. Havia atritos, discussões entre o casal? De que tipo? Tipo de contato mantido com os ex-parceiros. Envolvimento de outros parentes no cotidiano da nova família.

Expectativas sobre ter filhos: Quais eram as expectativas do casal sobre novos filhos? Conversavam a respeito? A existência de filhos da união anterior exerceu algum tipo de influência sobre a idéia, decisão, planejamento de novos filhos?

Para aqueles que tiveram filhos: momento e circunstâncias da gravidez. Tempo transcorrido de união. Como estava o relacionamento, de que forma aconteceu esta gravidez. Desejado, planejado ou acidental? Saber quais foram as mudanças na vida do casal após o nascimento desse filho. Explorar o envolvimento e influências dos filhos de uniões anteriores na dinâmica conjugal-familiar antes, durante e após o nascimento dos filhos dessa união.

ANEXO 3 – Informações complementares

Quadro 23			
Participação percentual das Grandes Regiões e das Unidades da Federação da Região Sudeste no total de registros de casamentos e divórcios. Brasil, 2006.			
Casamentos (%)			
Região Norte	6,09		
Região Nordeste	22,69	Minas Gerais	11,94
Região Sudeste	49,41	Espírito Santo	2,44
Região Sul	14,12	Rio de Janeiro	8,11
Região Centro Oeste	7,69	São Paulo	26,92
Divórcios (%)			
Região Norte	5,12		
Região Nordeste	19,48	Minas Gerais	10,57
Região Sudeste	50,20	Espírito Santo	2,88
Região Sul	15,12	Rio de Janeiro	6,27
Região Centro Oeste	10,08	São Paulo	30,47

Fonte: IBGE - Registro Civil

QUADRO 24 - Participação Percentual dos Casamentos e Divórcios do Estado de São Paulo no total de Casamentos e Divórcios registrados no Brasil no período de 1984 a 2006									
Ano	Brasil			São Paulo			% SP/BR		
	Casamentos*	Divórcios	Recasamentos**	Casamentos	Divórcios	Recasamentos	Casamentos	Divórcios	Recasamentos
1984	888.978	31.685	47.092	204.460	10.606	14.769	23,0	33,5	31,4
1985	903.723	36.251	48.571	205.197	13.257	15.731	22,7	36,6	32,4
1986	959.978	31.797	47.496	205.658	11.793	15.165	21,4	37,1	31,9
1987	886.932	31.364	43.961	204.277	11.564	14.662	23,0	36,9	33,4
1988	906.396	34.054	44.840	204.093	13.416	14.979	22,5	39,4	33,4
1989	784.280	67.198	43.648	192.071	26.640	15.573	24,5	39,6	35,7
1990	727.753	78.278	47.486	177.971	27.475	16.733	24,5	35,1	35,2
1991	692.112	82.621	51.313	170.624	29.383	18.491	24,7	35,6	36,0
1992	693.969	88.638	54.065	165.637	32.010	18.616	23,9	36,1	34,4
1993	688.811	94.896	58.340	170.207	31.837	19.576	24,7	33,5	33,6
1994	700.162	95.971	62.967	170.273	32.604	21.327	24,3	34,0	33,9
1995	669.267	99.887	64.778	163.521	32.096	21.058	24,4	32,1	32,5
1996	665.556	96.534	66.364	160.047	29.226	20.843	24,0	30,3	31,4
1997	653.188	105.764	70.019	163.145	32.358	21.951	25,0	30,6	31,4
1998	626.984	105.252	70.670	157.872	32.303	22.439	25,2	30,7	31,8
1999	705.919	124.913	82.337	169.063	41.151	25.995	23,9	32,9	31,6
2000	647.348	125.814	84.725	159.990	38.639	26.614	24,7	30,7	31,4
2001	622.574	125.293	85.088	157.308	37.801	25.337	25,3	30,2	29,8
2002	619.830	129.520	91.486	153.701	40.567	28.416	24,8	31,3	31,1
2003	651.238	138.520	96.956	169.983	42.213	31.583	26,1	30,5	32,6
2004	697.429	130.527	108.878	186.009	32.088	35.015	26,7	24,6	32,2
2005	717.650	150.714	117.590	190.284	43.150	37.748	26,5	28,6	32,1
2006	758.224	161.188	130.977	193.564	46.723	41.427	25,5	29,0	31,6

Fonte: IBGE - Registro Civil
 *Casamentos entre solteiros
 **Casamentos em que o estado civil de ambos ou de um dos cônjuges era viúvo(a) ou divorciado(a)

Tabela 16 - Distribuição percentual de casamentos entre pessoas solteiras e casamentos de pessoas viúvas e divorciadas. Brasil e Estado de São Paulo, 1984-2006.

Ano	Brasil			Estado de São Paulo		
	Total de registros	Tipo de Casamento		Total de registros	Tipo de Casamento	
		Primeiro Casamento de ambos	Recasamentos		Primeiro Casamento de ambos	Recasamentos
1984	936.070	95,0	5,0	219.229	93,3	6,7
1985	952.294	94,9	5,1	220.928	92,9	7,1
1986	1.007.474	95,3	4,7	220.823	93,1	6,9
1987	930.893	95,3	4,7	218.939	93,3	6,7
1988	951.236	95,3	4,7	219.072	93,2	6,8
1989	827.928	94,7	5,3	207.644	92,5	7,5
1990	775.239	93,9	6,1	194.704	91,4	8,6
1991	743.425	93,1	6,9	189.115	90,2	9,8
1992	748.034	92,8	7,2	184.253	89,9	10,1
1993	747.151	92,2	7,8	189.783	89,7	10,3
1994	763.129	91,7	8,3	191.600	88,9	11,1
1995	734.045	91,2	8,8	184.579	88,6	11,4
1996	731.920	90,9	9,1	180.890	88,5	11,5
1997	723.207	90,3	9,7	185.096	88,1	11,9
1998	697.654	89,9	10,1	180.311	87,6	12,4
1999	788.256	89,6	10,4	195.058	86,7	13,3
2000	732.073	88,4	11,6	186.604	85,7	14,3
2001	707.662	88,0	12,0	182.645	86,1	13,9
2002	711.316	87,1	12,9	182.117	84,4	15,6
2003	748.194	87,0	13,0	201.566	84,3	15,7
2004	806.307	86,5	13,5	221.024	84,2	15,8
2005	835.240	85,9	14,1	228.032	83,4	16,6
2006	889.201	85,3	14,7	234.991	82,4	17,6

IBGE - Estatísticas do Registro Civil. Tabulações da autora.

Figura 13 : Proporção de divórcios por grupo etário do homem. Brasil, 1984-2006

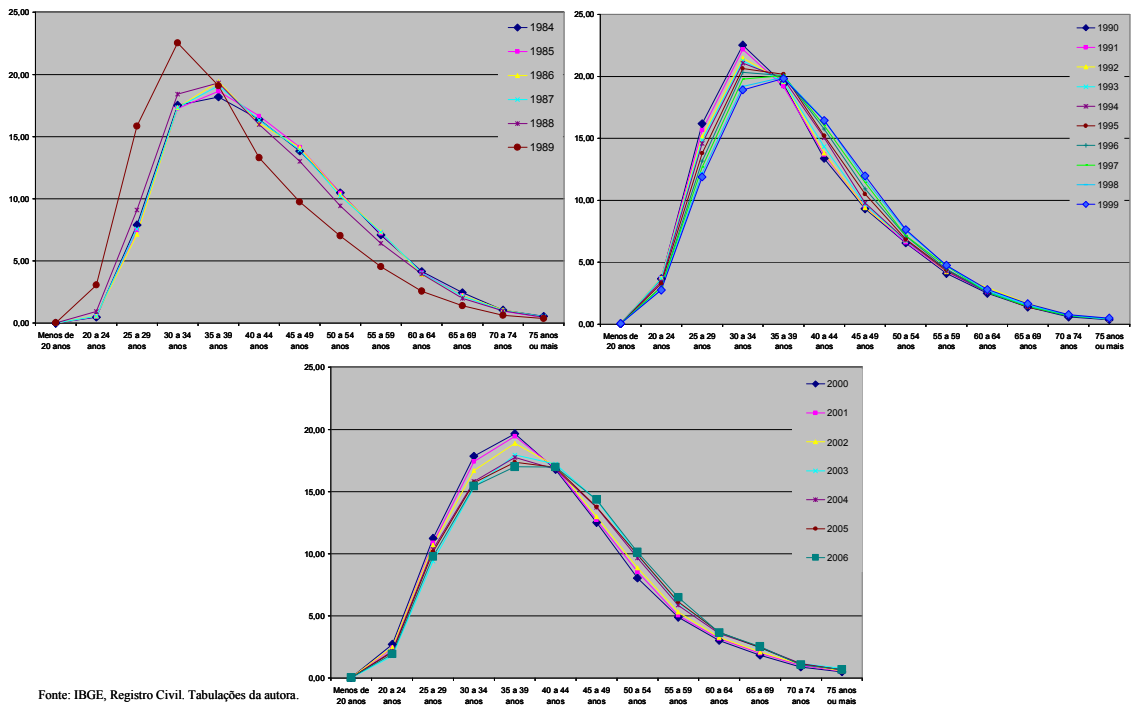


Figura 14 : Proporção de divórcios por grupo etário do homem. Estado de São Paulo, 1984-2006

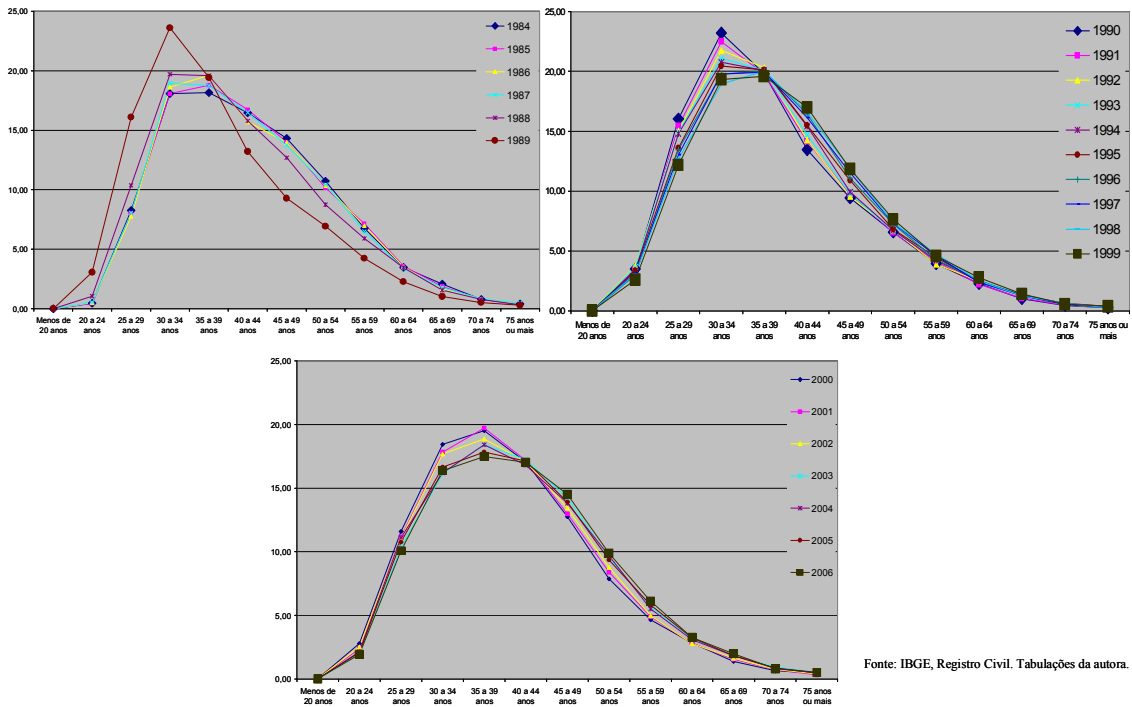


Figura 15 : Proporção de divórcios por grupo etário da mulher. Brasil, 1984-2006

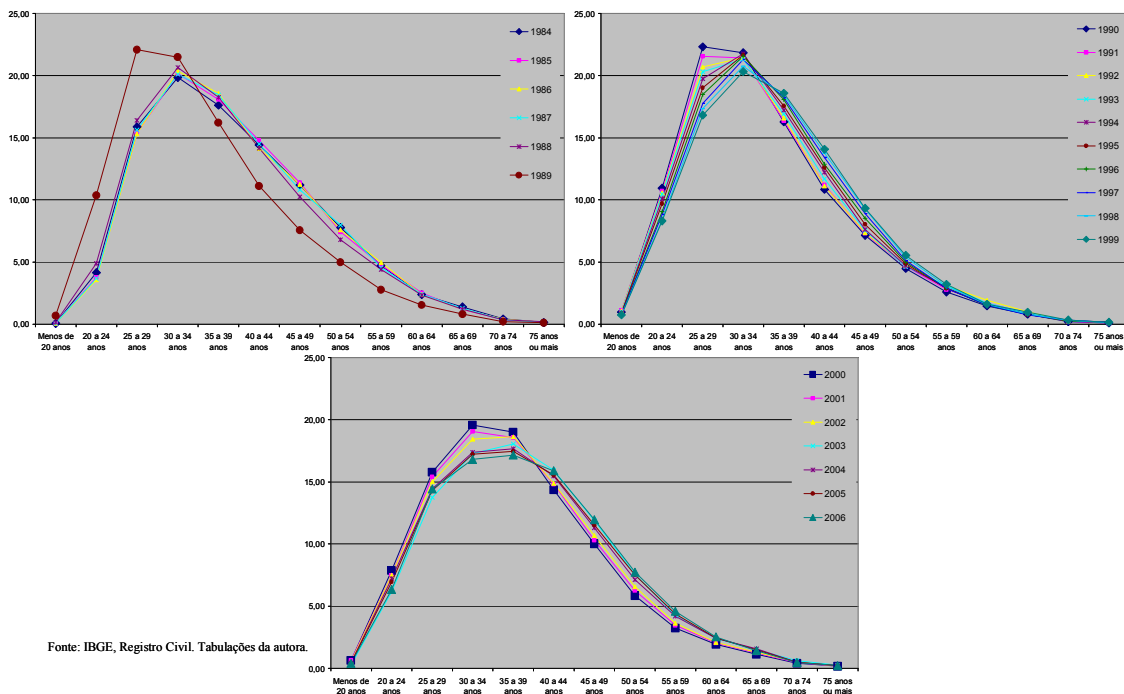


Figura 16 : Proporção de divórcios por grupo etário da mulher. Estado de São Paulo, 1984-2006

